

Geolinguística no Brasil

trilhas seguidas,
caminhos a percorrer



Vanderci de Andrade
Aguilera
(organizadora)

A Geolingüística no Brasil

trilhas seguidas,
caminhos a percorrer



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Reitora *Nádina Aparecida Moreno*

Vice-Reitor *Berenice Quinzani Jordão*

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Diretora Maria Helena de Moura Arias

Conselho Editorial Abdallah Achour Junior
Edison Archela
Efraim Rodrigues
José Fernando Mangili Júnior
Marcia Regina Gabardo Camara
Marcos Hirata Soares
Maria Helena de Moura Arias (Presidente)
Otávio Goes de Andrade
Renata Grossi
Rosane Fonseca de Freitas Martins

Vanderici de Andrade de Aguilera
(organizadora)

A Geolingüística no Brasil

trilhas seguidas,
caminhos a percorrer



G345 A geolingüística no Brasil : trilhas seguidas, caminhos a percorrer
[livro eletrônico] / Vanderci de Andrade Aguilera (organizadora).

– Londrina : Eduel, 2013.

1 Livro digital : il.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

Disponível em : <http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php>

ISBN 978-85-7216-687-4

1. Língua portuguesa – Dialetos – Brasil. 2. Geografia
lingüística. 3. Dialetoлогия. I. Aguilera, Vanderci de Andrade.

CDU 806.90(81)-087.9

Direitos reservados à

Editora da Universidade Estadual de Londrina

Campus Universitário

Caixa Postal 6001

Fone/Fax: (43) 3371-4674

86051-990 Londrina – PR

E-mail: eduel@uel.br

www.uel.br/editora

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Depósito Legal na Biblioteca Nacional

2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	ix
O ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL: DE “NASCITURO” A “ADOLESCENTE”	1
Suzana Alice Marcelino Cardoso	
A DIALECTOLOGIA NA BAHIA	13
Jacyra Andrade Mota	
OS FALARES MINEIROS: ESBOÇO DE UM ATLAS LINGÜÍSTICO DE MINAS GERAIS	45
Mário Roberto L. Zágari	
ATLAS LINGÜÍSTICO DA PARAÍBA	73
Maria do Socorro Silva de Aragão	
SERGIPE: UM ESTADO COM DOIS ATLAS	101
Suzana Alice Marcelino Cardoso	
ATLAS LINGÜÍSTICO DO PARANÁ: GÊNESE E PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	137
Vanderci de Andrade Aguilera	
ÁREAS LINGÜÍSTICAS DO PORTUGUÊS FALADO NO SUL DO BRASIL: UM BALANÇO DAS FOTOGRAFIAS GEOLINGÜÍSTICAS DO ALERS	177
Cléo Vilson Altenhofen	

ATLAS LINGÜÍSTICO SONORO DO PARÁ: UMA NOVA PERSPECTIVA
PARA A ORGANIZAÇÃO DE CORPUS GEOLINGÜÍSTICOS 209
Abdelhak Razky

ATLAS LINGÜÍSTICO DE MATO GROSSO DO SUL:
GÊNESE E TRAJETÓRIA 229
Albana Xavier Nogueira; Aparecida Negri Isquendo

O ATLAS LINGÜÍSTICO DO MARANHÃO: OS CAMINHOS DO PORTUGUÊS
FALADO NO MARANHÃO 251
Conceição de Maria de Araujo Ramos; José de Ribamar Mendes Bezerra; Maria de
Fátima Sopas Rocha; Márcia Manir Miguel Feitosa; Manuela Maria Cyrino Viana;
Teresinha de Jesus Baldez e Silva; Antonio Cordeiro Feitosa

ATLAS LINGÜÍSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE : UM PROJETO EM
DESENVOLVIMENTO 285
Maria do Socorro Silva de Aragão; Maria das Neves Pereira

UM ESTUDO CONTRASTIVO SOBRE AS VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS
EM FALARES DO AMAZONAS E DO PARÁ COM BASE NOS DADOS DO
ALAM E DO ALISPA 299
Silvia Figueiredo Brandão; Maria Luiza de Carvalho Cruz

ATLAS PRÉVIO DO ESPÍRITO SANTO (APES) :
PRIMEIRAS NOTÍCIAS 319
Catarina Vaz Rodrigues

ATLAS REGIONAIS EM ANDAMENTO NO BRASIL:
PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS 333
Aparecida Negri Isquendo

A HISTÓRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO NA LINHA GEOLINGÜÍSTICA	357
Silvia Figueiredo Brandão	
METODOLOGIA DA PESQUISA DIALETOLÓGICA	371
Pedro Caruso	
O ESTUDO DIALETOLÓGICO NO BRASIL: A VOLTA OU A SEDIMENTAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE TRABALHO?	381
Dercir Pedro de Oliveira	
TÉCNICAS DE TRANSCRIÇÃO GRAFEMÁTICA PARA O ALiB: REFLEXÕES	391
Irenilde Pereira dos Santos	
A LATERAL POSVOCÁLICA NO NORDESTE PARAENSE: UMA DESCRIÇÃO GEO-SOCIOLINGÜÍSTICA	405
Marilucia Oliveira; Céliane Costa; Maria A. Faria	
MÉTODOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NO ESTUDO GEOLINGÜÍSTICO DE ALGUNS MUNICÍPIOS DO LITORAL SUL PAULISTA: ABORDAGEM DE ASPECTOS SEMÂNTICO-LEXICAIS	431
Lígia Maria Campos Imaguire	
O LEXICAL NOS EIXOS HORIZONTAL E VERTICAL	463
Harumi Pisciotta (<i>in memoriam</i>)	
PELOS CAMINHOS DA GEOLINGÜÍSTICA PARANAENSE: EM ESTUDO DO LÉXICO POPULAR DE ADRIANÓPOLIS	475
Fabiane Cristina Altino	

APRESENTAÇÃO

Algumas datas são bastante significativas para a história da lingüística e para os estudos geolingüísticos do Brasil: 1991, 1996, 1998, 2001.

O ano de 1991 marca o lançamento do livro *A geografia lingüística no Brasil*, pela Editora Ática, da professora doutora Sílvia Figueiredo Brandão, que, numa obra sintética, condensa as informações fundamentais para os que se iniciam nesse ramo dos estudos lingüísticos. Trata-se de referência obrigatória a todos aqueles que se dedicam aos estudos da variação diatópica.

Em seguida, o ano de 1996 vai marcar uma nova era para os estudos geolingüísticos, com o lançamento do Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB - na Universidade Federal da Bahia, e a indicação de um Comitê Nacional formado por pesquisadores de Instituições de Ensino Superior de diversos estados brasileiros: Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul. Era o impulso que faltava para que a Dialetoлогия deslanchasse e passasse a ocupar um lugar de destaque no cenário acadêmico nacional.

O ano de 1998, com o lançamento de *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*, retrata-se o cenário da época: o estágio em que se encontravam esses estudos em nossa terra. Os atlas publicados ou em andamento são apresentados e discutidos pelo autor ou autores, ou por integrantes da equipe responsável por eles.

2001 registra a publicação da última versão dos *Questionários do ALiB*, trabalho construído, revisto e reformulado exaustivamente pela equipe desse Projeto após centenas de aplicações em boa parte do território nacional para a verificação de sua exequibilidade independentemente do contexto geo-sócio-histórico.

Esses quatro fatos: o livro *A geografia lingüística no Brasil*, o *Projeto do Atlas lingüístico do Brasil – ALiB* –, os *Questionários* e a coletânea de artigos constantes do *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*, podem ser considerados as sementes da germinação e da proliferação de pesquisas, nos últimos anos, sobre a variação diatópica nos quatro cantos do Brasil.

Para satisfazer aos anseios de docentes e de alunos da graduação e da pós-graduação em Lingüística, que continuamente vinham cobrando uma publicação que reunisse os novos projetos de atlas e de estudos geolingüísticos, vem à luz *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*.

É bem verdade que, decorridos catorze anos do primeiro evento acima mencionado, e ampliando-se o campo dos referidos estudos, fez-se necessário voltar os olhos para a atualização dos dados e oferecer ao público uma obra que espelhasse os avanços nos últimos anos. Assim, desta obra, além de alguns textos da edição de *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*, constam os artigos dos autores dos recém-publicados *Atlas lingüístico e etnográfico da Região Sul* (Altenhofen), *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará* (Razky) e das recém-concluídas teses *Atlas Lingüístico de Sergipe*, vol. II (Cardoso) e *Atlas Lingüístico do Amazonas* (Cruz) e dissertação *Atlas Lingüístico de Adrianópolis* (Altino). E mais ainda: traz ao público i) a notícia dos atlas em andamento: do Maranhão (Ramos et alii), do Rio Grande do Norte (Aragão e Pereira), do Mato Grosso do Sul (Nogueira e Isquerdo) e do Espírito Santo (Rodrigues); ii) estudos comparativos de dados de atlas concluídos (Brandão e Cruz; Oliveira, Costa e Faria) e iii) discussões de aspectos teórico-metodológicos adotados na geolingüística brasileira ao longo dos últimos anos (Imaguire; Isquerdo; Santos).

Espero que a leitura desta obra, além de apresentar uma fotografia dos primeiros e dos últimos estudos geolingüísticos, possa servir de incentivo a

pesquisadores das demais regiões, onde ainda não se formaram equipes voltadas à descrição da fala regional, para que venham somar conosco os esforços rumo à coleta e à descrição da multiplicidade dialetal da língua portuguesa falada no Brasil, pois como tão bem explicitou Gaston Paris (apud CUNHA, 1986): *se não podemos impedir a flora de nossos campos de perecer em face da cultura que a substitui, devemos antes que ela desapareça totalmente, recolher com cuidado seus espécimes, descrevê-los e classificá-los piedosamente num grande herbário nacional.*

Vanderci de Andrade Aguilera
organizadora

o Atlas Lingüístico do Brasil de "nascituro" a "adolescente"



Suzana Alice Marcelino Cardoso
(Universidade Federal da Bahia/CNPq)

A idéia de um atlas lingüístico geral do Brasil, no que diz respeito à língua portuguesa, aflora no País, pelos meados do século XX, momento em que a Europa já incursionava pelos caminhos da Geografia Lingüística, com o seguro passo dado por Gilliéron, ao trazer a lume o *Atlas Linguistique de la France* (1902-1910).

Figuras exponenciais manifestam-se sobre a necessidade de uma visão geolingüística do português brasileiro – Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Nelson Rossi – e se somam àqueles que, já no início do século, reclamavam por descrições da realidade nacional a partir de dados coletados *in loco*, como o fizeram Amadeu Amaral (1920) e Mário Marroquim (1934).

PRELIMINARES HISTÓRICAS: “NASCITURO”

Nesse clima de interesse geolingüístico, o Governo brasileiro publica o Decreto n.º 30.643, de 20 de março de 1952 – promulgado no 131º ano da Independência e no 64º da República por Getúlio Vargas, tendo como Ministro da Educação e Cultura Ernesto Simões Filho –, que, ao definir as finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, que vinha de ser criada, assentava como a principal delas a elaboração do atlas lingüístico do Brasil, como consta do parágrafo 3º:

3º – A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de Autoria, de influências, *sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (grifo nosso).

Essa prioridade é retomada pela Portaria nº 536, de 26 de maio do mesmo ano, que, ao baixar instruções referentes à regulamentação do Decreto, põe ênfase na elaboração do atlas lingüístico do Brasil.

Posta na letra da lei, não bastaria isso para que se viesse, de fato, a ter um outro momento na história dos estudos dialetais no Brasil. Era necessário que uma nova visão se introduzisse na abordagem dos fenômenos da variação lingüística no país. E isso aconteceu graças ao trabalho de figuras pioneiras que se empenharam na implantação de um novo momento para a dialectologia brasileira: Antenor Nascentes publica as *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil* (1958, 1961), Serafim da Silva Neto se empenha na criação de uma « mentalidade dialectológica », exortação que aparece na « Introdução » do seu *Guia para estudos dialectológicos* (p. 9), Celso Cunha defende a realização de atlas regionais, reconhecendo a impossibilidade, naquele momento, de realização de um atlas nacional, e Nelson Rossi dá o passo inicial para a Geografia Lingüística do Brasil com a publicação do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963).

Passados quase cinquenta anos, e ao findar-se o século XX, reúnem-se na Universidade Federal da Bahia, lugar do primeiro atlas lingüístico brasileiro, por ocasião da realização do Seminário *Caminhos e perspectivas para a geolingüística no Brasil*, dialectólogos brasileiros e pesquisadores da área de dialectologia, com a presença do dialectólogo Michel Contini, do Centre de Dialectologie de Grenoble, diretor do *Atlas Linguistique Roman* e membro do Comitê Diretor do *Atlas Linguarum Europae*, para repensar a idéia de um atlas lingüístico do Brasil no tocante à língua portuguesa. Retoma-se a idéia, reanima-se o desejo, concretiza-se o desiderato: nasce o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil.

Duas perguntas, pelo menos, podem vir, nesse momento, à mente dos leitores: Por que não se fez o atlas lingüístico do Brasil, em 1952? Por que ao pensar, hoje, em concretizá-lo parte-se de um novo projeto e não se utilizam os atlas regionais já publicados como ponto de partida e, assim, de certo modo, já se contaria com meio caminho andado?

Para a primeira pergunta, vamos recorrer aos nossos *maiores* no campo da dialectologia. Reconheciam, todos, que naquele então as condições eram ainda impróprias, para não dizer adversas, para a realização de uma empreitada do porte da que representa um atlas lingüístico nacional. Nascentes (1958, p.7-8) aponta as longas distâncias a serem percorridas e a ausência de estradas que favorecessem o deslocamento, a que adjunge a inexistência de pesquisadores na área devidamente preparados para cobrir tamanha vastidão e a dificuldade de financiamento específico para pesquisa nesse campo do conhecimento científico.

Com isso, esboçava-se uma opção como a mais apropriada e convincente: iniciar-se a Geografia Lingüística no Brasil com a feitura de atlas regionais. E esse foi o caminho seguido com empenho de que resultaram, no presente, oito atlas publicados e mais outros oito atlas em andamento e em diferentes estágios de execução.

A segunda pergunta decorre dessa inicial. Se temos atlas regionais publicados e atlas em curso, melhor não seria aproveitar esses dados já existentes, fomentar a feitura de atlas de regiões ainda não trabalhadas e com esse apanhado final construir-se o atlas geral do Brasil?

Teoricamente a questão é plausível e apresenta-se como tentadora além de facilitadora da concretização do desiderato. Do ponto de vista prático e considerando-se a metodologia do trabalho dialetal, tal procedimento oferece senões.

Preliminarmente, esses atlas publicados, embora todos pautados pelos princípios da Geografia Lingüística – e não poderia ter sido outro o caminho – seguem metodologias próprias na escolha de informantes, no tipo de questionário aplicado, na forma de registro dos dados, nas prioridades estabelecidas. Em segundo lugar, os dados vêm sendo recolhidos em diferentes momentos de que resultam diferentes sincronias espelhadas nos resultados

cartografados. Uma evidência, decorrente do exame das cartas lingüísticas que integram cada um desses atlas, vem ao encontro da atitude adotada – não partir dos atlas regionais publicados para a concretização do atlas nacional: considerando-se os cinco primeiros atlas regionais publicados – Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Sergipe e Paraná –, temos apenas quatro cartas semântico-lexicais coincidentes – as cartas que se referem a *arco-íris*, *estrela cadente*, *nevoeiro* e *cambalhota*. Essa constatação, por si só, já é bastante significativa para a decisão tomada e para a política adotada. Em terceiro lugar – mas não em último – a palavra sempre valiosa de Serafim da Silva Neto (1958, p. 12) que dá força e sustentação à decisão tomada :

[...] Imagine-se como será difícil e demorada, com a imensa extensão do Brasil, com as dificuldades de comunicação e sem as tomadas prévias, a realização do atlas lingüístico. Podia pensar-se que se fugiria a tais dificuldades e inconvenientes organizando uma série de atlas regionais. Todavia, como ainda agora nos adverte Jaberg¹, com a sua indiscutível autoridade, os atlas regionais não substituem os atlas nacionais : *são diferentes os objetivos de uns e de outros e eles, por isso, se completam, mas não se excluem* (grifo nosso).

E, assim, se chega ao ALiB com a sua metodologia e a sua política de constituição dos dados.

ESTÁGIO ATUAL DO ALiB: “ADOLESCENTE”

Decorridos oito anos, o Projeto ALiB está hoje consolidado e em franco desenvolvimento, nada obstante as dificuldades de financiamento com que todos nós nos debatemos, dificuldades que não arrefecem o ânimo dos

¹ Em nota, assim se expressa : “Cf. o seu magistral artigo *Grossraumige und Kleinraumige Sprachatlanten*, publicado em 1953 (sep. da *Vox Romanica*, XIV).”

envolvidos com o trabalho, mas, ao contrário e paradoxalmente, aguçam o empenho em concretizar o que se tem planejado.

A história do ALiB segue, assim, os seus passos:

- a) Cria-se um Comitê Nacional, com representação de todos os atlas já publicados e de um representante dos atlas em andamento. Atualmente constituído de oito membros : sete representando atlas publicados – Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Sergipe, Paraná, Região Sul do Brasil, Sergipe II e Pará – e um trazendo a presença dos atlas em andamento – Mato Grosso do Sul.
- b) Define-se a rede de pontos, procedendo-se aos ajustes necessários: 250 pontos que incluem as capitais de Estado, à exceção de Palmas (Tocantins) e do Distrito Federal.
- c) Estabelece-se o perfil dos informantes: 1.100 informantes, distribuídos equitativamente entre homens e mulheres, integrantes de duas faixas etárias.
- d) Fixa-se o conjunto de questionários a serem aplicados os quais, após continuadas discussões e depois de testados, por duas vezes e em duas versões, em diferentes partes do País, passa a ser aplicado aos 1.100 informantes.
- e) Inicia-se o processo de formação, a ser mantida de forma continuada, de um corpo de inquiridores que não deve ultrapassar a casa dos trinta.
- f) Realizam-se *workshops* nacionais para discussão e avaliação do Projeto, treinamento da equipe, definição de políticas de condução e sustentação do trabalho.
- g) O Comitê Nacional reúne-se, regularmente, tendo já atingido a sua XIV reunião nacional.

Nesses oito anos o Projeto ALiB caminhou solidamente:

1. Afirmou-se como um projeto estruturado, definido na letra de sua formulação, mas, principalmente, acolhido pela comunidade científica.

2. Definiu a sua metodologia. Criaram-se os parâmetros de seu funcionamento: os critérios para estabelecimento da rede de pontos, o perfil dos informantes, os questionários a serem aplicados; uma metodologia própria para a coleta de dados e arquivamento dos materiais.
3. Estruturou-se como trabalho de caráter nacional, dirigido por um comitê constituído com a representação de sete universidades brasileiras, e tem alargado o comprometimento de instituições com a sua realização mediante a assinatura de um convênio inter-universidades que conta, hoje, com a participação de dezesseis instituições.
4. Tem mantido coordenado o trabalho desenvolvido com a realização de reuniões nacionais do Comitê Nacional, das quais a XIV aconteceu no primeiro semestre de 2004, em Salvador. São momentos de avaliação do andamento do projeto. São ocasiões de planejamento de atividades. São, por outro lado, encontros muito fraternos do que já se convencionou chamar «a família ALiB».
5. Tem assegurado a formação do seu corpo de inquiridores e auxiliares de pesquisa de campo, com a realização de verdadeiros encontros de trabalho e treinamento, os *workshops*, dos quais o último, o quarto, se realizou em Salvador, em abril de 2004. Esses encontros têm cumprido além da função para a qual prioritariamente são programados – a de preparar os seus pesquisadores para a ação em campo e para o tratamento dos dados reunidos, avaliar o andamento da pesquisa, direcionar o trabalho –, uma outra de relevância para os estudos dialetais no Brasil: tem estimulado equipes estaduais e regionais a desenvolverem pesquisas na área da geolinguística.
6. Vem sendo divulgado, no âmbito nacional e internacional, por meio de artigos, livros, capítulos de livros e comunicações a congressos. Tem, por outro lado, aproveitado das discussões havidas nas apresentações em congressos nacionais e internacionais e incorporado reflexões que

contribuem para o aprimoramento do trabalho que se desenvolve, com vistas a alcançarem-se os objetivos desejados

O trabalho de campo começou como tinha sido planejado, em 2001, quando já se havia fixado a metodologia e estavam estabelecidas as condições necessárias à efetivação da pesquisa.

No momento, são dois os estados com inquéritos integralizados: Amapá, com dois pontos, e Paraná, com dezessete pontos. Esses dois estados estão sob a coordenação da nossa diretora científica Vanderci de Andrade Aguilera. Na XII Reunião Nacional do Comitê (Rio de Janeiro, 13/14.março.2003) tomou-se a decisão de implementar a coleta de dados nas capitais de Estado, pontos da rede que se constituem num conjunto específico pois, além das variáveis que se mantêm sob controle em todos os pontos – diatópica, diagenérica, diageracional –, inclui-se, para o caso das capitais, o controle do grau de escolaridade, tomando duas categorias – aqueles com o curso fundamental e aqueles outros com curso universitário completo.

Essa decisão de avançar, prioritariamente, pelas capitais vem sendo cumprida: são já, conforme balanço feito em abril de 2004, dez capitais com os inquéritos integralizados, cinco outras com documentação já iniciada e, no total da coleta de dados, chegou-se a quarenta e três pontos da rede documentados integralmente, com outros 13 em andamento.

A coleta de dados vem sendo feita com rigor. Os informantes do ALiB têm os seus dados coletados, pela equipes específicas de cada área, com a **finalidade única** de integração ao *corpus* do ALiB, para a produção de um atlas geral do Brasil no tocante à língua portuguesa, observando-se o compromisso de assegurar a originalidade e a privacidade dos dados que se tem – e se terá – para com as instituições financiadoras do Projeto. E isso é não só compreensível, como também necessário à salvaguarda do trabalho e à manutenção da coerência com a metodologia aplicada.

NAS PEGADAS DE UM ALiB “ADULTO”

Caminhando como tem feito até o presente, que perspectivas se abrem para os passos futuros?

A grande meta é, sem dúvida, termos documentado todo o Brasil, representado pelos 250 pontos da rede estabelecida e com o registro de 1.100 informantes. A partir daí, cumpre fazer retornar à comunidade científica e à sociedade interessada, os resultados do trabalho que mostrarão os veios do português brasileiro, as áreas em que podemos nos dividir e nos identificar, as interfaces desses resultados com outros ramos do conhecimento científico e, por último, mas não em último lugar, mostrar, esperamos, que somos diversificados no uso da língua, que os direitos lingüísticos do cidadão devem ser respeitados, que a escola não pode ignorar as diferenças, mas também que, por sobre tudo, somos usuários da língua portuguesa.

A consecução desse desiderato maior, passa por etapas que se constituem em metas a cumprir.

Primeiramente, o grande objetivo é a constituição desse vasto *corpus*, que vai do Oiapoque ao Chuí – lembrando Nascentes – que nos possibilitará uma visão global do português brasileiro. Para tanto, todo o investimento do presente é no sentido de avançar nessa direção. Os dados atuais – 43 pontos integralizados e 13 em andamento, dos 250 que temos a cumprir – estimulam a ação. Todo esforço deve concentrar-se na consecução desse objetivo.

Nessa linha, um destaque especial para as capitais. Constituindo elas os pontos da rede nos quais ao controle das variáveis diatópica, diagenérica e diageracional se acrescenta a consideração de uma outra variável – a diastrática –, decidiu-se por priorizar a coleta de dados nas capitais e isso no curso de 2003/2005. Considerando-as um subconjunto dentro do conjunto amplo de pontos da rede, espera-se iniciar a divulgação dos resultados com a

publicação do primeiro volume do ALiB que contemplará as capitais brasileiras, entre as quais não se incluem Palmas (Tocantins) e o Distrito Federal, Brasília, por razões de sua história – cidades recém criadas. Essa é, assim, uma segunda meta a ser vencida a médio prazo.

Na consecução desses objetivos, etapas complementares se fazem, de imediato, necessárias :

- a) O treinamento continuado das equipes regionais com vistas à execução da transcrição dos registros feitos.
- b) A criação dos comitês especializados para transcrição fonética dos dados, elaboração das cartas e redação dos comentários às cartas.
- c) A continuada luta na busca de apoio e à procura de financiamento que dê sustentação à execução do Projeto.

PARA CONCLUIR

Esse tem sido o caminho do ALiB. Essa é a trilha dos que se comprometeram e de outros que, por certo, virão a se envolver com o Projeto. E o sucesso da caminhada está relacionado diretamente à fidelidade aos princípios assumidos, à ação de reflexão crítica que tem e terá de ser exercida continuamente, à capacidade de avaliar e rever, com rigor, com clareza e com a simplicidade dos sábios, cada passo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V. de A. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994. 2 v.

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1976.

ARAGÃO, M. do S.; MENEZES, C. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.

Atlas Linguarum Europae (ALE). Assen-Maastricht: Van Gorcum, 1983-1990. v. 1-4. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1998. v. 5.

Atlas Lingüístico de la Península Ibérica. (ALPI). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962.

Atlas Linguistique Roman (ALiR). v. 1. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato; Libreria dello Stato, 1996.

BRASIL. Decreto n.º 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.

CARDOSO, S. A. M. da S. *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. 2002.2 v. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, C.; FREITAS, J.; MOTA, J.; ANDRADE, N.; CARDOSO, S.; ROLLEMBERG, V.; ROSSI, N. *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

KOCH, W.; KLASSMANN, M.; ALTENHOFEN, C. *Atlas Lingüístico-Etnográfico da região Sul do Brasil*. V. I e II. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Editora da UFRGS/Editora da EFSC/Editora da UFPR, 2002.

MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste*. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC; Casa de Rui Barbosa, v. 1, 1958. v. 2, 1961.

RAZKY, A. *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará*. Belém : CAPES/UFPa/UTM(Robert Gauthier), 2004. CD. ISBN 85904127-1-7.

RIBEIRO, J.; ZÁGARI, M. R. L.; PASSINI, J.; GAIO, A. P. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

ROSSI, N.; FERREIRA, C.; ISENSEE, D. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro:Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.

SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialectológicos*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

A Dialectologia na Bahia



Jacira Andrade Mota
(Universidade Federal da Bahia/CNPq)

PRELIMINARES

As atividades de pesquisa de natureza dialectológica se iniciam, na Bahia, na segunda metade da década de 50 do século passado, ou, mais precisamente, em 1955, como se lê no volume de Introdução ao *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), nas palavras de seu autor (ROSSI, 1965, p.13): “A história do APFB a rigor remonta a 1955 – ano de nossa chegada à Bahia, já com a pretensão e esperança de fazer Dialectologia”.

Tomando como base a realização da 1ª. pesquisa *in loco*, observa Nadja Andrade (1959, p.3), em comunicação apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em Porto Alegre, em 1958.

O marco inicial das pesquisas dialetais que se vêm fazendo na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia foi um exercício de campo realizado em Portão, no dia 1º de novembro de 1957.

Tratava-se da primeira aplicação de um questionário lingüístico experimental constante de 2.965 (duas mil novecentas e sessenta e cinco) perguntas, elaborado com a colaboração dos alunos, num desdobramento a um outro apresentado que apenas enumerava as áreas semânticas a abordar.

Ao Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, a equipe da Bahia levou mais três comunicações, entre as quais vale destacar a que se intitula Comércio de ervas medicinais na Feira de Água de Meninos, pela participação efetiva, pela primeira vez, de um grupo de estudantes de Letras¹

¹ Desse trabalho participaram, juntamente com Nelson Rossi e Nadja Andrade, os estudantes: Antônio Matheus do Amaral Leal, Denise Santos Drummond, Dilce Sônia de Sant’Anna, Etienete Marilza Guimarães, Lenna Maria Simões, Linda Jereissate Mujaes, Lúcia Maria Pereira, Lya Lins de Araújo, Maria Antonietta Frank, Maria de Lourdes Rocha, Regina Tosta de Oliveira, Renilda Maria Reis Argollo, Solange da Silva Rêgo, Terezinha Ferreira de Almeida, Yêda Antonita Carneiro Pessôa e Yoni Ribeiro da Silva Gomes. Os outros trabalhos são: Cantigas de Rojão e Quadras Populares no Sertão Baiano, apresentadas por Rossi, essa última publicada em *Arquivos da Universidade da Bahia* – Faculdade de Filosofia, v. VI. Salvador, 1961, p. 85-134.

em trabalho dessa natureza. A pesquisa lingüístico-etnográfica na Feira de Água de Meninos, em Salvador, realizou-se em dez barracas especializadas na venda de ervas medicinais e teve como objetivo o estudo léxico-semântico dos nomes das ervas e de fatos fônicos, como a iotização da consoante lateral palatal (*canela de véio* (= velho), *foia* (= folha) *de São Cipriano*, *oreia* (=orelha) *de pau*), a redução de ditongos (*aroera* (=aroeira), *catinga de chero* (=cheiro), *vassurinha* (= vassourinha) *de Nossa Senhora*), a neutralização entre /l/ e /r/ em coda silábica (*marva* (= malva) *branca*), ao lado do levantamento das indicações terapêuticas das ervas, fornecidas pelos informantes, das quais se recolheram amostras de sessenta espécies.

A importância do Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, assim como de outros que o antecederam ou que o seguiram entre 1957 e 1959 – III e IV Colóquios Internacionais de Estudos Luso-Brasileiros (em 1957 e 1959, respectivamente) e 1º. Simpósio de Filologia Românica (em 1958) – para a dialectologia brasileira é ressaltada por pesquisadores contemporâneos, como Brandão (1991) que, ao dividir a história da dialectologia no Brasil em duas fases, propõe “como marco divisório o período que se estende de 1957 a 1959” (p. 42), em função dessas reuniões científicas e da publicação, em 1958, do 1º. volume das *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, de Antenor Nascentes.

Como data inicial das pesquisas para a elaboração do *APFB*, pode-se, ainda, de acordo com Rossi (1965, p. 13) “tomar como ponto de partida o ano de 1959 [...], por serem mais estreitas as ligações entre os acontecimentos desse ano e a elaboração do Atlas”.

Os acontecimentos referidos são, principalmente: (a) a realização, em Salvador, em agosto de 1959, do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, com a apresentação, pela equipe baiana, de três comunicações,

duas das quais – Aspectos do léxico regional da Bahia e Textos cantados numa localidade rural da Bahia (à margem de um inquérito lingüístico) –, a partir de inquéritos lingüísticos realizados, como sondagem, em Bom Despacho, município de Feira de Santana, em 1958; (b) a realização de inquéritos em São José das Itapororocas, Tanquinho e São Vicente que, juntamente com os de Bom Despacho, irão fornecer elementos para a elaboração do Extrato de Questionário a ser aplicado na Bahia.

A OPÇÃO POR ATLAS REGIONAIS

Apesar de, pelo Decreto no. 30.643, de 20 de março de 1952, e a Portaria no. 536 de 26 de maio do mesmo ano, que o regulamentou, o governo brasileiro haver-se pronunciado em favor de um atlas lingüístico do Brasil, considerando-o como um dos objetivos da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, dificuldades de toda ordem dificultaram a sua execução, levando Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Antenor Nascentes e Nelson Rossi à conclusão de que um atlas lingüístico que recobrisse todo o território nacional deveria ser precedido por atlas regionais.

Essa idéia está exposta no *Guia para Estudos dialectológicos*, cuja 1ª.edição data de 1955, quando Silva Neto arrola como “tarefas urgentes” para o avanço da dialectologia no Brasil:

- a) sondagens preliminares, criação de ambiente, difusão do método;
- b) recolha de vocabulários com todas as exigências da técnica;
- c) monografias etnográfico-lingüísticas sobre determinadas “esferas semânticas”;
- d) monografias etnográfico-lingüísticas sobre falares;
- e) atlas regionais;

f) inquérito nacional feito com questionário uniforme e distribuição geográfica dos materiais recolhidos, em mapas (Atlas Nacional).

E observa, logo a seguir:

De propósito colocámos no fim o Atlas Nacional, objetivo insubstituível, porque ele exige, e até pressupõe, as pesquisas que colocámos nos itens a), b), c), d), e). Não podemos partir do estado atual diretamente para o *Atlas*, cuja elaboração demanda uma bem treinada *équipe* de investigadores e uma série de tomadas preliminares (SILVA NETO, 1957, p. 11)

Do mesmo teor é a proposta que Silva Neto e Celso Cunha apresentam ao 3º. Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, em 1957: realização de um Atlas Lingüístico-Etnográfico do Brasil por Regiões.

Esse é também o pensamento de Nascentes (1958, p. 7), que assim se expressa:

Embora seja de toda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com excelentes estradas, entregou-se à elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los no atlas geral.

Assim também devemos fazer em nosso país, que é também vasto e, ainda mais, pobre e sem fáceis vias de comunicação.

A idéia de que a dialectologia no Brasil deveria, realmente, preocupar-se antes com atlas regionais para, só posteriormente, chegar ao atlas nacional requerido pela comunidade científica interessada no conhecimento da diversidade lingüística brasileira e as dificuldades para a realização de um atlas nacional em um país das dimensões do Brasil, em uma época em que as comunicações eram extremamente precárias e que as Faculdades de Letras estavam começando a aparecer, levaram Nelson Rossi à realização de um atlas restrito apenas a uma área.

Em 1960, iniciam-se os inquéritos para a constituição do *corpus* do *APFB*, fase que se conclui em abril de 1961, concomitantemente ao início da etapa de elaboração das cartas lingüísticas.

Em 1963, publica-se o *APFB*, que tem como colaboradoras principais Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensee.²

A CONTINUAÇÃO DA PESQUISA DIALETAL EM ÁREA DO “FALAR BAIANO”

Ainda em 1963, o grupo baiano – então constituído por Nelson Rossi, Carlota Ferreira, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Jacyra Mota – amplia a área de pesquisa, dirigindo-se ao limite norte do chamado “falar baiano”, na divisão dialetal proposta por Nascentes (1953) e realizando uma primeira sondagem em quatro localidades sergipanas – Santa Luzia do Itanhi, Estância, Itaporanga d’Ajuda e Laranjeiras. Analisados os dados recolhidos nessas quatro localidades e elaborado um novo questionário, o grupo realiza, em 1964, outra série de inquéritos preliminares em Sergipe, já nos quinze pontos selecionados para representar o Estado. Entre 1967 e 1968, realizam-se os inquéritos definitivos em Sergipe.

O *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*, segundo na ordem de elaboração dos atlas lingüísticos brasileiros por Estado, fica pronto para a impressão em 1973, mas, por falta de financiamento, somente vem a ser publicado em 1987,

² O *APFB* contou ainda, na fase de realização dos inquéritos e de preparação das cartas, com a colaboração de: Ana Maria Garcia, Cyva Leite, Edelweiss Nunes, Josefina Barletta, Judith Freitas e Tânia Pedrosa.

após o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, em 1977, e o *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALP)*, em 1984.³

Na elaboração do *ALS*, priorizam-se as cartas coincidentes com as do *APFB*, de modo a fornecer dados para o conhecimento e a delimitação dessa área do “falar baiano”, utilizando, assim, apenas cerca de 1/3 do total das, aproximadamente, 150 horas de registro magnetofônico recolhidas em Sergipe.

Os dois terços restantes vêm sendo analisados para a elaboração de teses, dissertações e de inúmeras comunicações a congressos e artigos em revistas da especialidade.

De referência à análise dos dados inéditos de Sergipe, destaca-se, especialmente, o *Atlas Lingüístico de Sergipe II*, de autoria de Suzana Cardoso, tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro⁴, que analisa a parte da área semântica “Homem” não contemplada, anteriormente, nas cartas do *ALS*.

As questões sobre a subárea semântica “cavalos” que não foram aproveitadas como cartas do *ALS* são objeto da dissertação de Mestrado *O “cavalo” em Sergipe: um estudo geolingüístico*, de Maria Eline Campos Mendes, desenvolvida com a orientação de Suzana Cardoso e defendida em 1992, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia.

Utilizam também parte dos dados recolhidos em Sergipe que não integram o *ALS*: (a) as teses para Professor Assistente do Instituto de Letras da

³ Como atlas circunscritos a um Estado, seguem, em ordem cronológica: o *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPr)*, publicado em 1994, o *Atlas Lingüístico de Sergipe – II*, em 2002, e o *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará*, em 2004, ao lado de muitos outros que se encontram, atualmente, em andamento. Abarcando uma região – compreendida pelos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – desenvolve-se o *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* – cujos primeiros volumes se publicam em 2002.

⁴ Cf, adiante, neste volume, p 106-139 – Sergipe – um estado com dois atlas, de Cardoso.

Universidade Federal da Bahia, em 1973, de Suzana Cardoso – *O verbo e sua estrutura em Gararu (Sergipe)* – e de Jacyra Mota – *Sobre o traço palatalidade em Ribeirópolis (Sergipe)*; (b) as dissertações de Mestrado de Carlota Ferreira – *A adjetivação em Sergipe*, Suzana Cardoso – *Processos de negação no dialeto de Gararu (Sergipe)* – e Jacyra Mota – *Vogais antes de acento em Ribeirópolis (Sergipe)*, realizadas sob a orientação de Nelson Rossi.

O APFB E O ALS: DADOS METODOLÓGICOS

O surgimento dos atlas regionais brasileiros, a partir dos anos 60 do século passado, deu-se dentro do que se pode rotular hoje de dialectologia monodimensional, ocupando-se, exclusiva ou sistematicamente, da dimensão diatópica e deixando de lado outros parâmetros, como, por exemplo, as variações diagenérica ou diassexual, diastrática, diafásica, entre outras.

Dentro dessa perspectiva situa-se o APFB, que prioriza a distribuição diatópica, e que, apesar de haver procurado incluir, em todas as localidades, informantes dos dois gêneros e de idades diferentes, não atinge, de modo sistemático, a distribuição diagenérica, dadas as condições da época, especialmente quanto a deslocamento de inquiridores e permanência por mais tempo em localidades afastadas ou de acesso difícil.

REDE DE PONTOS

O *corpus* do APFB foi recolhido, *in loco*, em 50 localidades do Estado da Bahia, selecionadas segundo critérios de antiguidade, afastamento de grandes centros e número de habitantes e distribuídas, geograficamente e em função da densidade demográfica de cada região, pelas 16 zonas fisiográficas em que se dividia o Estado.

Entre as localidades há trinta sedes de municípios – treze das quais coincidentes com as propostas por Nascentes (1958, p. 20) –, quinze vilas e cinco povoados. Oito vilas e dois povoados pertencem a municípios também indicados por Nascentes. Cf. Quadro 1.

Para o *ALS*, seguindo os mesmos critérios do *APFB*, foram selecionadas quinze localidades, distribuídas por cinco zonas fisiográficas, numeradas de 51 a 65, no sentido sul-norte, em prosseguimento à numeração dos pontos da Bahia. Entre as localidades de Sergipe, apenas uma não é sede de município – Curralinho, ponto 65, distrito pertencente ao município de Poço Redondo.

Dentre os pontos que constituem a rede do *ALS*, sete – Estância, São Cristóvão, Brejo Grande, Divina Pastora, Própria, Gararu e Simão Dias – estão entre os dezesseis sugeridos por Nascentes (1958). Cf. Quadro 2.

INFORMANTES

Os informantes do *APFB*, em número de 100, são naturais da localidade e filhos de pais da localidade, ligados a atividades rurais, com pouco ou nenhum afastamento do local em que nasceram. Quanto à escolaridade, 75 são completamente analfabetos. Enquadram-se, assim, exceto quanto ao gênero, no tipo que Chambers e Trudgill (1994, p. 57) identificam como NORMS (“nonmobile, older, rural, males”) e que Zágari (1998, p. 36) denomina HARAS (“homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário”).

Com relação ao gênero, em sete localidades não há informantes masculinos, predominando, no total, os femininos, em número de 57.

Além dos informantes, foram ouvidos quatro circunstantes, cujas respostas se incluem no *APFB*.

Os informantes, em geral dois por localidade (em 41 localidades), são identificados com as letras A e B, considerando-se como A aquele que mais se

aproxima do perfil de informante ideal ou cujo inquérito se desenvolve sob condições mais favoráveis. Em duas localidades – Rio Fundo, ponto 03, e Velha Boipeba, ponto 06, – em que se inquiriram três informantes, a identificação se faz com as letras A, B e C. Em Abrantes (ponto 05), que funcionou como ponto teste e onde se realizaram os seis primeiros inquéritos definitivos, os informantes se identificam com as iniciais dos dois inquiridores responsáveis pelo inquérito.

Em seis pontos mais afastados, situados na parte oeste do Estado, nas zonas do Médio São Francisco (pontos 44 e 45) e de Barreiras (pontos 46, 47, 48 e 49), o trabalho de campo foi feito apenas por Nelson Rossi, que inquiriu um informante em cada um deles.

Os informantes do *APFB* se distribuem, quanto à idade, entre 25 (quatro informantes) e 84 anos (um informante), situando-se, em geral, entre 39 e 69 anos.

No *ALS*, diferentemente do que ocorre no *APFB*, incluem-se, sistematicamente, informantes masculinos e femininos, em todos os pontos, identificando-se com A as mulheres e com B os homens. O *ALS* apresenta-se, assim, como o 1º. atlas bidimensional brasileiro.

Os informantes do *ALS* têm, predominantemente, entre 35 e 52 anos, havendo um de 30 anos e três mais velhos, um de 59 anos e dois de 65 anos. Em geral, analfabetos, apenas oito informantes são semi-alfabetizados e um é alfabetizado.

São naturais da própria localidade ou de áreas próximas, assim como seus pais, e se dedicam, principalmente, à atividade agrícola.

Quadro 1. Rede de pontos do *APFB* (distribuição por zonas fisiográficas).
Confronto com a proposta de nascentes (1958).

ZONAS FIOGRÁFICAS	Nº. / NOME DO PONTO NO <i>APFB</i>
I – Litoral Norte	1. Abadia (vila) 2. Aporá
II – Recôncavo	3. Rio Fundo (vila) 4. Santiago do Iguape (vila) 5. Abrantes (vila)
III – Zona do Cacau	6. Velha Boipeba (vila) 7. Faisqueira (povoado) 8. Poxim do Sul (vila) *
IV – Extremo Sul	9. Sta. Cruz Cabrália 10. Buranhém (vila) * 11. Prado 12. Mucuri *
V – Nordeste	13. Ibiranhém (vila) * 14. Jeremoabo * 15. Monte Santo * 16. Mirandela (vila) * 17. Vila Velha (povoado) 18. Conceição do Coité
VI- Zona de Feira de Santana	19. Ipirá 20. Água Fria (vila) 21. Pedra Branca (povoado)
VII – Zona de Jequié	22. Maracás 23. Jiquiriçá
VIII - Zona de Conquista	24. Boa Nova 25. Vitória da Conquista * 26. Encruzilhada
IX – Zona de Senhor do Bonfim	27. Campo Formoso
X – Encosta da Chapada Diamantina	28. Jacobina * 29. Mundo Novo * 30. Itaberaba
XI – Chapada diamantina	31. Morro do Chapéu 32. Brotas de Macaúbas 33. Iraporanga (vila) *
XII – Serra Geral	34. Mato Grosso (povoado) * 35. Macaúbas 36. Caetité *
XIII Sertão do São Francisco	37. Condeúba 38. Rodelas (vila) * 39. Pambu (povoado) *
XIV – Baixo-Médio São Francisco	40. Carnaúba do Sertão (vila) * 41. Sento Sé 42. Pilão Arcado *
XV – Médio São Francisco	43. Barra * 44. Paratinga * 45. Santana 46. Carinhanha *
XVI – Zona de Barreiras	47. Ibipetuba * 48. Taguá (vila) * 49. Correntina * 50. São Desidério (vila)

Fonte: Rossi (1965), Quadro 2, com adaptações. Marcam-se com * os pontos coincidentes com os propostos por Nascentes (1958). As vilas e povoados pertencem a municípios por ele indicados.

Quadro 2. Rede de pontos do *ALS* (distribuição por zonas fisiográficas).
Confronto com a proposta de Nascentes (1958).

ZONAS FISIAGRÁFICAS	Nº. / NOME DO PONTO NO <i>ALS</i>
I – Zona do Litoral	51. Santa Luzia 53. Estância* 54. Pedrinhas 55. São Cristóvão* 56. Itaporanga d’Ajuda 61. Brejo Grande *
II – Zona Central	57. Laranjeiras 59. Divina Pastora *
III – Zona do Baixo São Francisco	62. Propriá *
IV – Zona do Sertão do São Francisco	64. Gararu * 65. Curralinho (distrito)
V – Zona do Oeste	52. Tomar do Geru 58. Simão Dias * 60. Ribeirópolis 63. Nossa Senhora da Glória

Marcam-se com * as sedes de municípios coincidentes com as propostas por Nascentes (1958).

QUESTIONÁRIO

Sobre a elaboração do questionário utilizado na constituição do *corpus* do *APFB*, assim se expressa Ferreira (1998, p. 17):

Sem modelo precedente no Brasil para espelhar-se, adaptando-o à realidade baiana, o questionário usado para o *APFB* foi elaborado a partir de experiências dialetais anteriores feitas por dois grupos distintos de estudantes.

Foi este o procedimento:

Nos anos de 1958 e 1959 aplicaram-se questionários de mais de 3.000 perguntas, divididos em quatro grandes áreas semânticas: Terra, Vegetais, Homem e Animais, a informantes rurais de quatro localidades do interior do Estado: Bom Despacho (1958), São José das Itapororocas, Tanquinho e São Vicente (1959). A partir da análise das respostas fornecidas pelos informantes nestas quatro localidades, o que proporcionou um estudo detalhado de várias lexias, elaborou-se o propriamente denominado Extrato de Questionário (EQ).

O EQ do *APFB* consta de 182 questões⁵, contemplando, principalmente, o nível semântico-lexical, embora haja algumas de interesse fonético, como a questão 1 – Lua –, incluída a partir da ocorrência da variante *luma*, em inquérito preliminar, em São Vicente; a questão 40 – [Indivíduo] que enxerga pouco –, cuja inclusão se dá em virtude da variante *mirco* para *míope*, documentada em Bom Despacho; a questão 55 – Hidropisia –, em que as variantes *hisdrupisia* e *hisdrope*, foram registradas nas quatro localidades em que se fizeram inquéritos-sondagem.

O questionário utilizado para a constituição do *corpus* do *ALS* consta de 687 perguntas, incluindo as 182 do EQ aplicado na Bahia, e foi precedido de dois outros, aplicados nos inquéritos de sondagem, o primeiro, bastante amplo,

⁵ As questões são numeradas de 1 a 164, mas 16 delas são desdobradas, recebendo a questão seguinte o mesmo número com o índice *a*. A questão 19 é acompanhada das questões 19 *a*, 19 *b* e 19 *c*.

com mais de 3.000 questões, e o segundo, mais reduzido, com 800 perguntas, que, cuidadosamente analisadas, vão fornecer os elementos necessários à elaboração do questionário definitivo.

Para que se alcançasse maior homogeneidade nos inquéritos de Sergipe, a maioria das questões apresentava uma formulação inicial, como, por exemplo, para a pergunta 337, referente a Feiticeiro: *Uma pessoa que faz coisas escondido pra fazer mal aos outros, bota coisas na rua sem ninguém ver, dizem que não é bom passar por cima delas, como é que chama essa pessoa?*

Na realização dos inquéritos, tanto do *APFB* quanto do *ALS*, ao lado da formulação indireta, utiliza-se o que se convencionou chamar de “teste de identificação”, procedimento não usual em pesquisas dessa natureza, “heterodoxia consciente e deliberada”, segundo Rossi (1965, p.35): após a aplicação integral do questionário, quando uma determinada questão não é respondida pelo informante ou quando a resposta se afasta das anteriormente obtidas em inquéritos preliminares, pergunta-se, em interrogação direta, ao informante, se ele conhece determinado vocábulo, solicitando-lhe informações sobre o seu significado e/ou a sua utilização, com o objetivo de verificar a existência da forma em questão no seu vocabulário passivo ou corrigir enganos na formulação da pergunta.

Na constituição do *corpus* do *APFB*, tal procedimento levou em conta:

- 1) que mesmo o homem urbano culto muitas vezes esquece – principalmente quando perguntado – palavras que usualmente emprega;
- 2) que pairavam dúvidas sobre o valor significativo de algumas das formas cuja área não só de uso corrente mas também de conhecimento procurávamos delinear, o que podia levar-nos – e quantas vezes levou! – a uma formulação inadequada da pergunta;

3) as limitações de tempo e numerário que nos impediam de permanecer na localidade o tempo que julgássemos necessário [...] (ROSSI, 1965, p.35-36).

No caso do *ALS*, os argumentos a favor da inclusão do “teste de identificação” são assim apresentados por Rossi (1969, p. 267):

1) apesar de todas as localidades já terem sido previamente sondadas, algumas delas mais de uma vez, os inquéritos continuariam tendo muito de exploratórios; 2) dadas as ligações entre o que propúnhamos em Sergipe e o que havíamos feito na Bahia, recomendava-se – não por um apego feiticista a abstratas uniformidades de método mas por uma questão de coerência nos objetivos – submeter aos mesmos testes de ocorrência ou identificação pelo menos as formas incluídas no Extrato de Questionário aplicado na Bahia; 3) com as exceções mencionadas, o que nos decidiu pelo procedimento na Bahia aplicava-se também a Sergipe.

Um dos exemplos citados por Rossi (1967) em que a utilização do “teste de identificação” serviu para dirimir dúvidas e complementar uma informação anteriormente obtida refere-se às cartas 26 do *APFB* (Cova para semear) e 27 do *ALS* (Pequeno monte de terra acumulada por raspagem, destinado à plantação). A carta do *APFB* teve como base as respostas à pergunta 116 do EQ aplicado na Bahia – Cova redonda para semear –, em que constava a forma *muçuca*, anteriormente ouvida em inquéritos-sondagem, realizados em Bom Despacho, para ser submetida ao teste de identificação final. As respostas obtidas, em interrogação indireta ou direta, embora não tenham fornecido outros semas identificadores, como se observa nas notas à carta 26, levaram os autores a retirar a referência ao sema “redondo” do título da carta do *APFB*.

A pergunta 65 – Buraco para a semente – foi incluída no questionário aplicado em Sergipe, com a formulação: *Onde é que bota a semente para plantar? E o buraco mesmo, onde bota ela, como é que chama?* Mantendo-se a forma *muçuca* no teste de identificação, foi possível, com as observações que figuram em notas à carta, identificar a diferença entre *cova* e *muçuca* (a

cova é redonda e a muçuca se faz raspada cf. ponto 58, inf.B; *muçuca é uma cova, agora é suspendida como um canteiro [...] chama [= levanta] aquela terra para fazer aquela muçuca, ali agora planta em cima. Planta a maniva,* cf. ponto 63, inf.B).

Todas as respostas ao teste de identificação são identificadas com asterisco, nas cartas do *APFB*, e estão em transcrição fonêmica, nas do *ALS*.

CARTAS

O *APFB* contém 198 cartas lingüísticas, 44 das quais são resumos de cartas anteriores. No *ALS*, encontram-se 171 cartas lingüísticas, que, em sua maioria, correspondem às cartas do *APFB*, às quais remetem. Entre as cartas lingüísticas, quinze apresentam, em resumo, dados de cartas anteriores e doze identificam-se como cartas-conjuntas Bahia-Sergipe, por aproveitarem dados da Bahia não incluídos no *APFB*.

São exemplos de cartas-resumo: *Cisco* que cai no olho (*APFB* 90R e *ALS* 97R), que reproduz, em convenção, os itens lexicais *cisco* e *argueiro*, transcritos nas cartas *APFB* 90 e *ALS* 97; *Trasanteontem* (*APFB* 8R e *ALS* 6R), que resume a variação fônica (*tresant-*, *ternant-*, *ternont-*) observada nas primeiras sílabas do vocábulo; *Peça do arreio* que passa pela barriga do animal para segurar a sela ou a carga (*APFB* 145R), com apresentação, em convenção, dos vocábulos *cilha*, *cincha*, *barrigueira* e de outras denominações; *Peças do arreio* que passam pela barriga do animal para segurar a sela ou a carga (*ALS* 149/150 R), que resume as informações contidas nas cartas 149 (*Peça do arreio* que passa pela parte dianteira da barriga do animal para segurar a sela ou a carga) e 150 (*Peça do arreio* que passa pela parte traseira da barriga do animal para segurar a sela ou a carga).

As cartas que reúnem informação das duas áreas (cartas-conjuntas Bahia-Sergipe) delineiam subáreas dialetais, como, por exemplo, Vomitar (sinonímia para), com as respostas *provocar*, em seis localidades de Sergipe e duas da Bahia, em zonas próximas a Sergipe; *lançar*, variante característica da área do Rio São Francisco, tanto na Bahia quanto em Sergipe, embora também documentada em outras zonas, e *arremessar*, apenas na Bahia, em localidades das zonas de Feira de Santana e Jequié, estendendo-se para o sul até a Zona do Cacau e para o oeste, até a Encosta da Chapada Diamantina (ALS, 91).

Em ambos os atlas, as cartas, em sua maioria, apresentam, em transcrição fonética, diversas variantes, como, por exemplo, *sarolha*, *saroia*, *sarora*, *saroiada*, *sarobada*, *insombrada*, *úmida*, *barrufada*, *ovalhada*, *serenada*, etc., em Umedecida (terra) pela chuva (APFB 22 e ALS 23); *lavradô*, *ganhadô*, *gãiadô*, *diarista*, *pataquero*, *macaquero*, *jornalero*, etc., em Trabalhador de enxada (APFB 23) e em Trabalhador de enxada em roça alheia (ALS 24); *buz*, *buzo*, *buzina*, *coração*, *imbigo*, *ombigo*, *ingação*, *ingacho*, *ingasto*, *bagunço*, *banguço*, *baguço*, etc., na carta Parte terminal da inflorescência da bananeira (APFB 32 e ALS 33). Há, porém, cartas exclusivamente fonéticas, como Lua (APFB 1 e ALS 1), Arco-íris (APFB 3 e ALS 3), Trasantontem (APFB 8 e ALS, 6) ou léxico-semânticas, como Nociva (fruta, comida, etc.—) (APFB 42), Verbo utilizado de referência ao fenômeno conhecido como *estrela cadente* (ALS 2) e Trovoada (semasiologia de) (ALS 8).

Em algumas cartas, principalmente nas notas, ao lado dos dados lingüísticos fornecidos pela transcrição grafemática da fala do informante, encontram-se dados socioculturais ou etnográficos. Alguns exemplos são:

- a) A descrição sobre o *triângulo* ou o *estaleiro*, na carta Onde se põe o feijão a secar (ALS 37): *os triângui, a gente finca umas forquilha e bota uns pau dentro das forquilha, fica aquela enfieira, agora amarra os*

- encambe [= molhos?] de feijão com pindoba* (ponto 60, inf. B); *bota uns pau, faz uns estalero assim e pendura, fica lá o ano todo* (ponto 55, inf. A).
- b) A explicação do que é e como se faz a *binga* para guardar rapé, na carta Onde se guarda rapé (APFB 53): *pontinha de chifre de boi, faz um chifre bem feitinho e bota uma tampa de cabaça* (ponto 28, inf. A).
- c) A descrição do processo utilizado para transportar galinhas para levar a vender, em um engradado (*galinheiro* ou *gigo*) ou penduradas pelos pés nas extremidades de um pau que se atravessa nos ombros ou no pescoço, na carta Onde se transportam galinhas para vender (ALS 117).
- d) A informação sobre como se distribuem as tarefas nas casas de farinha, na carta Peça de madeira, esférica ou cilíndrica com dentes de metal, do aparelho de ralar mandioca: *aqui é a mulher quem seva; senta no banco, bota a mandioca no caititu, ele vai rodando, ela empurrando a mandioca; outros chamam a bola* (ALS, 35, ponto 59, inf. B): *fica uma mulher sentada na frente, a gente bota a mandioca no colo dela e ela fica assim empurrando em uma bola cheia de dente. [...]. Nas casas de farinha que têm motor, quem rala é o motor. O motor vira aquela bola e a mulher é só empurrando a mandioca* (ponto 55, inf. B).
- e) Dados sobre a variação diastrática ou diageracional, como se observa na carta Verbo utilizado de referência ao fenômeno conhecido como *estrela cadente* (ALS, 2): *aqui o povo diz: desceu uma estrela e aqueles mais bestão diz: ali correu uma estrela* (ponto 60, inf. A); e na carta Abortar (ALS, 95): *moveu é palavra do tempo do jebe-jebe, agora mudou, agora não tem esse nome mais não, é aborto* (ponto 59, inf. B).

As notas podem explicitar também procedimentos metodológicos adotados na elaboração do questionário, na realização do inquérito ou na própria seleção das formas cartografadas, como:

- a) *A pergunta foi formulada com a apresentação, a todos os informantes de uma pérola. As ocorrências da resposta conta indicam a ausência, no repertório do informante, de um nome para a espécie pérola dentro do gênero conta. (ALS 67, Pérola).*
- b) *Na formulação inicial da pergunta incluía-se, de início, o sema para guardar água, que, contudo, foi omitido nove vezes, em duas das quais (pontos 54 e 57), ocorreu dorna. A inclusão daquele sema não impediu a ocorrência de dorna nos pontos 53 e 62, tendo-o os próprios informantes excluído, com o esclarecimento de que em dorna não se guarda água. Faltam elementos para saber se nos outros casos a inclusão do sema impediu a ocorrência de dorna. (ALS 49, Recipiente para álcool, cachaça, etc.).*
- c) *Nos casos em que a resposta ocorreu com o artigo, este figura na transcrição fonética, por falta de elementos que permitissem proceder com segurança à delimitação vocabular. (ALS 66, Óculos).*
- d) *Em virtude do interesse predominante e prioritariamente lexical da informação contida nessa carta, não se leva em conta a diversidade de formas flexionais anotadas. (ALS 95, Abortar).*
- e) *A exegese das respostas permitiu, à exceção de 52 (inf. A) em que faltam elementos para concluir, estabelecer três delimitações para o campo semasiológico de coité: 1) utensílio feito de um fruto; 2) o utensílio e um fruto de que é feito; 3) um fruto de que se faz o utensílio. (ALS, 48, Utensílio doméstico feito de casco de fruto seco (ou o fruto de que é feito)).*
- f) *Com / m / nitidamente fricativo, a propósito da resposta tramela (ALS 72).*
- g) *O / u / da sílaba inicial realizado sem arredondamento dos lábios, a propósito de soutien (ALS 69).*

As notas às cartas do APFB foram analisadas por Nadja Andrade para a elaboração da dissertação de Mestrado *Léxico e explicação interdialeto no*

APFB, em que a autora descreve os processos explicativos utilizados pelos informantes durante o inquérito, assim como alguns procedimentos gramaticais presentes nas explicações.

As cartas lingüísticas, tanto no *APFB* quanto no *ALS*, são precedidas de onze cartas introdutórias que fornecem dados sobre: o “falar baiano” na divisão dialetal proposta por Nascentes; as localidades que constituem a rede de pontos (nomes oficiais, regionais, anteriores, população e situação administrativa, freguesia a que pertencem); os inquiridores e transcritores de cada inquérito.

TRANSCRIÇÃO FONÉTICA

Em virtude da época em que foi elaborado, o *APFB* ressen-te-se da ausência dos atuais recursos de registro magnetofônico – as respostas foram diretamente transcritas, *in loco*, pelos inquiridores – e da possibilidade de utilização da informática não só na preparação das cartas como na reprodução em CD-ROM, como nos atlas modernos, identificados como de 3ª. geração ou “atlas falantes” que, ao lado do suporte gráfico, podem apresentar a própria reprodução da fala do informante.

No *ALS*, os inquéritos puderam ser integralmente gravados em fitas de rolo, em aparelhos portáteis com autonomia de corrente. Foram transcritos, posteriormente, em ótimas condições acústicas, em cabine apropriada, no Laboratório de Fonética do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.⁶

⁶ O 1º Laboratório de Fonética Experimental do Brasil, implantado por Nelson Rossi, em 1955, segundo o modelo do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra, dirigido por Armando de Lacerda, esteve em funcionamento de 1955 até 1960. Mas, mesmo após a desativação do Setor de Medições e Análises, em razão das dificuldades para a sua manutenção, o Setor de Registro e Arquivo Sonoros foi mantido. Suas instalações foram definitivamente desativadas, em setembro de 1986, quando o prédio do Instituto de Letras da UFBA, em que o Laboratório de Fonética funcionava, teve de ser abandonado, por problemas em sua estrutura física. O Arquivo Sonoro foi preservado e, em novas instalações, continua a ser implementado.

Para a transcrição dos dados, foi utilizado, tanto no *ALS* como no *APFB*, o sistema Lacerda-Hammarström para o português, acrescido de novos sinais “que a aplicação do sistema ao português do Brasil revelou necessários”, como se diz no *APFB*, p. 9.

Em Sergipe, a transcrição indireta, a partir do registro magnetofônico dos inquéritos, possibilitou um maior grau de pormenorização fonética, tornando-se necessária a introdução de novos sinais ou de alguns diacríticos.

A decisão pelo sistema Lacerda-Hammarström explica-se não só pela aproximação entre Nelson Rossi e Armando Lacerda, mas também pela pouca difusão, àquela época, do alfabeto fonético internacional em análises do português e pela sugestão de alguns especialistas, no citado Primeiro Congresso Brasileiro de Etnografia e Dialectologia, de que se deveria adotar um sistema de transcrição comum ao português e ao espanhol, que facilitasse o confronto entre os fatos lingüísticos ibero-românicos.

PREPARAÇÃO DAS CARTAS

Sem os recursos computacionais de hoje, as transcrições dos originais do *APFB* foram elaboradas por desenhista, com ajuda de normógrafo, fotografadas e coladas nos pontos respectivos de cada carta.

Sobre a preparação artesanal desses originais lê-se em Rossi (1965, p. 39-40):

Não é fácil, contando assim, dar uma idéia do que custava descobrir como utilizar os normógrafos disponíveis para chegar a um desenho aceitável dos sinais de transcrição que eles não continham. Foi necessário, muitas vezes, conjugar duas e até três régua, 25 AB, 35 AB e 45 AB (Rosenhain), como se pode ver dos exemplos que se seguem:

[...]

E sinal de *etc* da régua 25 AB.

- o da régua 35 AB sem fechar.

E, mais adiante (p. 40):

A montagem definitiva das cartas pareceu-nos durante toda sua execução trabalho de monges. Talvez se possa ter uma idéia do que foi ela, considerando o número – cêrca de 20.000 – de respostas a localizar, recortar, situar no espaço da carta e finalmente colar (deixando os claros para o acréscimo das convenções que identificam os informantes ou caracterizam as circunstâncias em que foram anotadas).

No *ALS*, o processo, embora ainda artesanal, já não foi penoso, contando-se com o recurso de máquina elétrica de esferas removíveis, uma delas, a Symbol, com grande parte dos símbolos utilizados pelo sistema Lacerda-Hammarström.

Em 1998, decorridos quase quarenta anos da publicação do *APFB*, cuja 1ª edição já se encontra esgotada, foi preparada uma reprodução das cartas em CD-ROM pelos então mestrandos Américo Venâncio Lopes Machado Filho, Sandra Cerqueira Pereira Prudêncio e Sílvia Santos da Silva, sob orientação de Jacyra Mota, como atividade de uma das disciplinas da área “Diversidade Lingüística no Brasil” do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA. Essa edição em CD, inicialmente restrita, deverá ser revista e posta à disposição de estudantes e pesquisadores interessados em estudos de natureza geolingüística.

Também com o objetivo de permitir, “de maneira mais facilitada, o acesso aos dados, sobretudo para os leitores interessados e que não dispõem das obras originais”, como consta da Apresentação da obra, Cardoso e Ferreira (2000, p. 7) reúnem as formas cartografadas no *APFB* e no *ALS* em *O Léxico rural. Glossário. Comentários*, conjunto de 800 verbetes, que apresentam um total de 4.106 variantes fonéticas. Em cada verbete, as autoras incluem o item lexical, a indicação do atlas e da carta em que ele se encontra, de sua classe gramatical e o conceito que lhe foi atribuído, vindo a seguir todas as variantes fônicas com a identificação das localidades e dos informantes em que foram documentadas.

TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA BAHIA A PARTIR DOS DADOS REGISTRADOS NO *APFB* E NO *ALS*

Os dados cartografados nos atlas publicados têm servido de base para inúmeros trabalhos que ora confirmam os limites do falar baiano, ora apontam para a delimitação de subáreas dialetais, ora indicam a continuidade de fatos lingüísticos em outras áreas, especialmente no Nordeste.

A delimitação do “falar baiano”, de acordo com a proposta de Nascentes (1953), foi analisada por Cardoso (1986), com base nas ocorrências de vogais pretônicas, documentadas no *APFB* e no *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, possibilitando a seguinte conclusão (p.53):

Há uma unidade lingüística configurada pelo Estado da Bahia e a parte Norte /Nordeste /Noroeste de Minas Gerais explicitada na presença de vogais médias abertas pretônicas, documentadas majoritariamente na área.

A linha que demarca a fronteira entre o falar baiano e o mineiro e o fluminense, traçada a partir dos dados fornecidos pelos dois atlas, aproxima-se consideravelmente dos limites estabelecidos por NASCENTES.

Diante de tais evidências, só nos cabe concluir: TINHA (TEM) NASCENTES RAZÃO.

A continuação do falar baiano em direção à área mineira pode ser vista também a partir das variantes *zelação*, *cozelação*, *velação*, *exalação* (*APFB* 2) para o fenômeno conhecido como *estrela cadente* no *EALMG*, carta 22, nos pontos 1, 1A, 1B, 1C, 2A, 5, 6, 7,8, 10, 16 e 18, situados no norte de Minas Gerais, e 52, ao sul, junto ao limite do falar baiano.

Sobre as variantes *zelação*, *velação* e *exalação* no *APFB*, *ALS* e *EALMG* observam Ferreira e Cardoso (1994, p.13):

Neutralizadas as três substâncias fônicas é possível delinear uma *isoléxica* que aponta uma semelhança de grande parte do estado da Bahia, excluindo-se a região sul, com a área

contígua do norte de Minas Gerais, contrastando com Sergipe onde *zelação* teve ocorrência única [...]. Observando ainda as duas substâncias fônicas presentes em *zelação* e *velação*, esta última documentada apenas na Bahia, tem-se uma isoglossa fônica não muito nítida, dentro do próprio estado, que marca alternância entre as dentais [z] e [v].

A ocorrência única de *zelação* em Sergipe (ALS 2, ponto 60, inf. B) vem com a ressalva: *diz o povo que é zelação*. Essa e outras variantes, no entanto, encontram-se também na Paraíba, de acordo com os dados do ALP.

A propósito de outras denominações para *estrela cadente* lê-se em MOTA (2000, p. 152, itens 2 e 3):

A ocorrência de *mãe do ouro* e *estrela de rabo* no EALMG, principalmente na parte centro-sul do Estado, ao lado da ausência dessas formas ao norte de Minas Gerais e na Bahia vem mais uma vez confirmar os limites do *falar baiano*.

Por outro lado, o fato de se documentarem as formas *mãe de ouro*, *estrela de rabo*, *satélite* e *diamante* no EALMG e no ALPR parece indicar uma área dialetal que se inicia no Estado de Minas Gerais, abaixo dos limites do *falar baiano*.

O “falar baiano” pode dividir-se também em subáreas dialetais, como verifica Ferreira (1998, p. 22-23), a partir da análise de cartas do APFB, onde se encontram isoglossas de menor amplitude, tais como:

a) Parte da zona de Barreiras, Baixo Médio São Francisco e Sertão de São Francisco:

canastra para “cambalhota” (APFB 109/109R),

rodela para “rótula do joelho” (APFB 62/62R)

nambu / *lambu* para “sem rabo” (APFB 113/113R);

b) Zona do Nordeste, atingindo até o sul, com certa penetração para o centro:

lambedor para “xarope caseiro” (APFB 96),

cacumbu para “ferramenta muito gasta” (APFB 154)

ovo de peru para “sarda” (APFB 73);

- c) Zona do Nordeste, Litoral Norte e Recôncavo:
pataqueiro para “trabalhador de enxada” (APFB 23/23R)
cobé para “feiticeiro”(APFB 99/99R)
mazá para “sanguessuga” (APFB 128/128R);
- d) Região Sul:
mandraqueiro para “feiticeiro”(APFB 99/99R)
batoeira para “sabugo de milho”(APFB 28/28R)
noruega para “nevoeiro (APFB 12/12R)
- e) Zona do Médio São Francisco, Serra Geral e Chapada Diamantina:
coxé para “pessoa que tem uma perna mais curta que a outra”(APFB 79/79R) *pataca* para “rótula do joelho”(APFB 62/62R)
quém-quém para “galinha d’angola”(APFB 114).

O aproveitamento dos dados cartografados encontra-se também na dissertação *A nasalidade no dialeto rural sergipano*, de autoria de Vera Rollemberg, a partir das cartas do ALS, com a análise exaustiva das variantes nasais ou nasalizadas, índices de frequência das ocorrências e de sua distribuição por informante e por localidade, levantamento dos casos de desnasalização.

Dentro da perspectiva de confronto entre dados recolhidos em duas épocas, situa-se a dissertação de Maria Lúcia Souza Castro, *Atualidade e mudança semântica no léxico rural da Bahia*, realizada em 1996, sob orientação de Suzana Cardoso. Nesse trabalho, a autora, após a realização de novos inquéritos em três localidades da rede de pontos do APFB – Velha Boipeba, Abrantes e Santiago do Iguape – compara os dados obtidos com os de 49 cartas do APFB (referentes à área “Homem”) e das doze cartas-conjuntas Bahia-Sergipe, observando as modificações semântico-lexicais e levantando possíveis fatores condicionantes.

ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL (ALiB)

Em 1996, mais um implemento para os estudos de natureza geolingüística na Bahia dá-se com a implantação, por iniciativa de um grupo de professores da Universidade Federal da Bahia, durante o seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil, do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), em desenvolvimento, hoje, em dezesseis instituições brasileiras.

O projeto ALiB é coordenado por um Comitê Nacional que reúne, atualmente, pesquisadores de sete universidades brasileiras. É constituído por um diretor presidente – Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA) —, um diretor executivo – Jacyra Andrade Mota (UFBA) – e seis diretores científicos – Abdelhak Razky (UFPA), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Maria do Socorro Silva Aragão (UFPB/UFC), Mário Roberto Lobuglio Zágari (UFJF), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL), e Walter Koch (UFRS).

O projeto ALiB encontra-se atualmente em fase de constituição do *corpus* e, de acordo com o balanço apresentado pelos membros do Comitê Nacional, durante a XIV reunião, que se realizou em Salvador, em abril de 2004, conta com inquéritos realizados em 56 das 250 localidades que constituem sua rede de pontos.

Tendo-se decidido, na XII Reunião do Comitê Nacional, em março de 2003, no Rio de Janeiro, dar prioridade às capitais de Estado, de modo a utilizar os dados aí registrados para a elaboração do primeiro volume do ALiB, realizaram-se todos os inquéritos em dez delas – Macapá (AP), São Luís (MA), Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE), Salvador (BA), Campo Grande (MS), Rio de Janeiro (RJ) e Curitiba (PR), tendo-se iniciado essa etapa em cinco outras – Maceió (AL), Aracaju (SE), São Paulo (SP), Goiânia (GO) e Cuiabá (MT).

Incluem-se na rede de pontos do ALiB todas as capitais de Estado, à exceção de Palmas (Tocantins) e de Brasília (DF), em vista da data muito recente de formação dessas cidades, que se afastam, assim, das características de centros urbanos consolidados do ponto de vista populacional, com várias gerações neles nascidas.

De acordo com a metodologia do ALiB, registram-se, nas capitais, oito informantes, distribuídos pelos dois gêneros, por duas faixas etárias – uma mais jovem, de 18 a 30 anos, e uma mais velha, de 50 a 65 anos – e por dois graus de escolaridade – indivíduos com curso fundamental incompleto e com curso universitário. Nas demais localidades, o número de informantes reduz-se a quatro, apenas com o fundamental incompleto.

Seguindo a tendência da Geolingüística Contemporânea, o ALiB pretende apresentar-se como um atlas de 3^a. geração, isto é, mostrar, além da cartografia dos resultados – como os atlas de 1^a. geração – comentários às cartas – como nos que se consideram de 2^a. geração – e apresentação dos dados em CD, de modo a facultar aos interessados a audição da própria voz do informante, na localidade que ele representa.

Considerando que ainda não se dispõe de um número suficiente de dados sobre o português do Brasil, espera-se que o Projeto ALiB venha preencher uma lacuna importante nos estudos geolingüísticos, fornecendo elementos essenciais para a delimitação de áreas dialetais e ampliando o conhecimento sobre a variação no português falado, tanto no nível diatópico, quanto no diastrático, diagenérico ou diafásico, aspectos que os inquéritos realizados em caráter experimental, na fase de implantação do Projeto, com o objetivo de testar a metodologia e preparar o corpo de inquiridores necessário ao trabalho de campo, já começam a revelar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, V. de A. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- ANDRADE, N. Pesquisas Dialetais na Universidade da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIALECTOLOGIA E ETNOGRAFIA, 1., Porto Alegre, 1958. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1958. Datilografado.
- ARAGÃO, M. do S. S. de; MENEZES, C. P. B. de. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: Universidade Federal da Paraíba; CNPq, 1984. 2 v.
- BRANDÃO, S. F. *A Geografia Lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CARDOSO, S. *O verbo e sua estrutura em Gararu (Sergipe)*. 1973. Tese (Concurso para Professor Assistente) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- _____. *Processos de negação no dialeto de Gararu (Sergipe)*. 1979. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- _____. *Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil). Estudos: lingüísticos e literários*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, n. 5, p.47-59, dez. 1986.
- _____. Os estudos de fonética e fonologia na Universidade Federal da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE FONÉTICA E FONOLOGIA, 3., 1988, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 1994. p. 117-125.
- _____. *Atlas Lingüístico de Sergipe – II*. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa).
- CARDOSO, S.; FERREIRA, C. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- _____. *O léxico rural. Glossário. Comentários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

CASTRO, M. L. S. *Atualidade e mudança semântica no léxico rural da Bahia*, 1996. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal da Bahia.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *La dialectología*. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros, 1994.

FERREIRA, C. *A adjetivação em Sergipe*. 1979. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. Atlas Prévio dos Falares Baianos. Alguns aspectos metodológicos. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 15-30.

FERREIRA, C.; FREITAS, J.; MOTA, J.; ANDRADE, N.; CARDOSO, S.; ROLLEMBERG, V.; ROSSI, N. *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

MENDES, M. E. C. *O “cavalo” em Sergipe: um estudo geolingüístico*. 1992. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MOTA, J. *Sobre o traço palatalidade em Ribeirópolis (Sergipe)*. 1973. Tese (Concurso para Professor Assistente) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. *Vogais antes do acento em Ribeirópolis – SE*. 1979. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. Atlas Lingüístico de Sergipe. Aspectos metodológicos. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 79-93.

_____. Os Atlas regionais e a sua contribuição para o conhecimento do português do Brasil. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 141-158.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Ruy Barbosa, v. I, 1958.

_____. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

KOCH, W.; KLASSMAN, M. S.; ALTENHOFEN, C. *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*. V. I – Introdução, v.II – cartas fonético-fonológicas. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: UFRGS/UFSC/UFPR, 2002.

RAZKY, A. *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará*. v. 1.1. Belém: CAPES / UFPa / UTM, 2004.

RIBEIRO, J.; ZÁGARI, M. R. L.; PASSINI, J.; GAIO, A. P. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa / Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

ROLLEMBERG, V. *A nasalidade no dialeto rural sergipano*. 1979. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ROSSI, N. Laboratório de Fonética na Bahia (breve notícia sobre a sua instalação e instalação). *Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Universidade de Coimbra*. v. 4, p. 5-7, 1958.

_____. *Atlas Prévio dos Falares Baianos. Introdução. Questionário Comentado. Elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1965.

_____. Significado e significante nos inquéritos dialetais: um procedimento heteodoxo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA ALFAL, 2., 1969, São Paulo. *Atas...* São Paulo: USP, 1987. p. 265-275.

_____ et al. Comércio de Ervas Medicinais na Feira de Água de Meninos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIALECTOLOGIA E ETNOGRAFIA, 1., Porto Alegre, 1958. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Datilografado.

_____ et al. Aspectos do léxico regional da Bahia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4, Salvador, 1959. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Datilografado.

ROSSI, N.; FERREIRA, C.; ISENSEE, D. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1963.

SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialectológicos*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

ZÁGARI, M. R. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, V. de A. (org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 31-77.

Os Falares Mineiros

esboço de um atlas lingüístico
de Minas Gerais



Mário Roberto L. Zágari
(Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF)

O objetivo deste artigo é apurar a realidade da língua falada no Estado de Minas Gerais com o intuito de fornecer dados que possibilitem uma descrição exhaustiva dos traços fonéticos, morfo-sintáticos e semânticos do(s) falar(es) mineiro(s).

Trata-se de um levantamento direto, *in loco*, em diferentes localidades das Gerais, precisamente 184 (cento e oitenta e quatro) pontos, através de uma conversação semi-dirigida, mediante questionários específicos preparados para tal finalidade.

Importa saber a gramática de uso do analfabeto e do homem de nível superior: quem fala o quê a quem, onde, como e quando.

No presente trabalho, tenta-se conciliar, sem se confundir, métodos tradicionais da pesquisa lingüística, tanto aqueles advindos da Geolingüística como os mais modernos, procedentes da Sociolingüística norte-americana. A constatação da variedade da língua, objeto da observação sistemática, tornou-se possível por meio de entrevistas individuais num ambiente que predispôs o informante à informalidade e diante de entrevistadores aptos para atenderem ao requisito da naturalidade da fala.

O informante, aqui observado, é pessoa de:

- bom nível de inteligência, mesmo quando analfabeto, capaz de manter um diálogo com facilidade em temas de sua vivência quotidiana;
- variado nível escolar, segundo o que se quer;
- faixa etária variável para se observarem ocasionais mudanças geracionais, isto é, câmbios lingüísticos em tempo aparente.

O resultado dessas entrevistas, após 10 (dez) anos e mais de 6.000 (seis mil) horas de gravação, permite concluir: Minas Gerais apresenta acentos, fones, ritmos de fala e preferências lexicais distintas em, pelo menos, três de suas regiões, independentemente de seus estratos sociais. Há um falar no sul e

no Triângulo que se distingue do Norte, os quais, por sinal, se diversificam do da região formada pelas Zonas da Mata, Metalúrgica, Vertentes e Belo Horizonte e arredores.

Esses falares, que possuem características próprias em seu aspecto fonético e no ritmo da fala, não se divergem no aspecto sintático, cuja gramática passa a funcionar de acordo com os estratos sociais e o maior ou menor índice de escolaridade.

POR QUE FALARES

Neste trabalho, não estamos preocupados em definir dialeto, mas partiremos da idéia de que todos os falantes falam, pelo menos, um dialeto e de que não há razão alguma para supor que qualquer dialeto seja, lingüísticamente, superior a um outro.

É sabido ser o termo língua, dentro de um ponto-de-vista estritamente lingüístico, um termo pouco técnico, haja vista a distinção que separa língua de dialeto não ser uma diferença lingüística, mas algo que se determina por fatores históricos, políticos, sociais, culturais e, até, religiosos.

Essas razões, ainda que acima apenas esboçadas, nos levam a abandonar o termo língua e a adotar o termo variedade e falares, passando, inclusive, por cima do termo dialeto. Explica-se: considera-se dialeto de uma língua a variedade lingüística de uma determinada área, o geoleto. O português se apresenta vivo na sua variedade européia e na brasileira, cada uma delas, divisível em variedades lingüísticas menores, numericamente inferiores, ocupando zonas geográficas mais ou menos definidas, mas partilhando um conjunto de traços e regras que não se diferem substancialmente.

Em Portugal, a prática dialectológica, segundo o mestre Lindley Cintra, é denominar dialeto para variedades que definam uma zona maior, reservando-se falar para variedades que ocupem apenas uma localidade, o localeto.¹

Já que a distinção entre língua e dialeto é só uma diferença relativa e classificações houve (por ser o pensamento daquele momento histórico) que situaram a variedade do português do Brasil como dialeto, sendo a primeira delas de Leite Vasconcelos (1901), deve-se dizer que, em Minas Gerais, não há dialetos se se toma dialeto como *“forma de uma língua que tem o seu próprio sistema léxico, sintático e fonético e que é usada num ambiente mais restrito do que a própria língua.”* (DUBOIS et al., 1973, p. 184).

O que Minas apresenta são falares, isto é, realizações lingüísticas de agrupamentos humanos que podem ser associados a uma pronúncia característica, a um ritmo de fala e a uma que outra definida escolha de um item lexical.

Usa-se aqui falar no sentido de *“línguas de pequenas regiões, através de um território lingüístico dado, que se distinguem uma das outras por oposições superficiais dentro do sistema geral de oposições fundamentais que reúne todas numa língua comum”*. (CÂMARA JR., 1968, p. 151).

O falar, resultante de uma expansão da língua comum, fato distinto da bimilenaridade do latim em solo lusitano, onde ocorreu, ao longo de alguns dos séculos, falta de contatos e não uma expansão gradativa de uma língua comum

vai tomando colorações locais de acordo com as condições geo-humanas de cada região [...]. A colonização, com a pronunciada distância cultural entre metropolitanos e indígenas, não produziu os mesmos efeitos lingüísticos que a romanização, resultante de uma conquista pelas armas e de uma assimilação parcial dos povos vencidos. As

¹ CINTRA, L.F.L. *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1983. (Coleção Nova Universidade).

condições lingüísticas da România não se podem, portanto, equiparar às da América. Por isso, é comum e legítimo aludir a dialetos [...], mas a essa denominação é preferível, entre nós, o termo falar. (ELIA, 1962, p. 64).

A ocupação dos espaços imensos de Minas Gerais, através de três vias a que a geografia e a história deram vida, reforça e ajuda a explicar a existência de três falares no Estado, conforme o mapa 1:

- (i) um *falar baiano* que, partindo do norte, vai até a linha, no sentido leste-oeste, abarcando as localidades de Mantena, Galiléia, Governador Valadares, Nacip Raydan, Água Boa, São Sebastião do Maranhão, Itamarandiba, Várzea da Palma, João Pinheiro, terminando em Paracatu.

Caracteriza-se esse falar pela predominância das vogais pretônicas baixas, como [ɔr'valu], [se'renu], a presença da africada [tʃ] antecedendo a vogal alta [i], como em ['mũtʃu], ['otʃu], além do [t] e [d] como coronais, [i'dadi], ['dẽti] e a nasalidade ocorrente fora da sílaba tônica: [bã'nãna] ou [kãmĩ'nãw].

Itens lexicais comuns ocorrem, mas veiculando significados ignorados nas outras regiões, a saber: **neve** (= cerração), **chuva-de-flor** (= granizo), **zelação** (= estrela cadente), **china** (= bola-de-gude), **queiro** (= dente-de-siso), **bituca** (= toco de cigarro), **ponga** (= carona).

- (ii) um *falar paulista* que, partindo do sul do Estado, na cidade de Passa Vinte e, rumando para o norte, pega Liberdade, Andrelândia, Lavras, Oliveira, Pará de Minas, Divinópolis e, dobrando para o oeste, vai até Vazante, passando por Bom Despacho, Dorés do Indaiá, São Gotardo, Patos de Minas e São Gonçalo do Abaeté, englobando, portanto, todo o Triângulo e a região sul do Estado.

Distingue esse falar, e é sua marca inconfundível nas Gerais o [r] retroflexo, como se constata nas cartas de **aborto** (pergunta 60), **alpargata** (pergunta 132) e **embornal** (pergunta 138), além de tantas outras, aqui resumidas, através dos mapas 5A e 5B.

Marcado por filmes, programas de rádio e televisão, como um “R” caipira, pessoas há, de nível superior, nessas localidades, que afirmam e reafirmam não falarem assim. E, de fato, por vezes, tal ocorre, num diálogo tenso ou formal. Perdida a formalidade, o retroflexo retorna.

Nesse falar, o ritmo de fala é mais veloz, contrastando com o ritmo mais arrastado do norte, verificando-se, lexicalmente, certas preferências como **ramona** (= grampo), **rabicó** (= animal sem rabo), **cachopa** ou **caixote** (= colmeia) e **chuva-de-rosa** (= granizo).

(iii) um *falar mineiro* (utilizando-se a nomenclatura de Antenor Nascentes) preso entre essas duas áreas que, não possuindo nenhuma das características acima enumeradas, desfaz constantemente os ditongos [aj], [ej] e [ow] quando não finais e faz surgirem outros, quando finais e antecidos de sibilante: [a'xoys], ['fajs], ['nojs].

Ao estabelecer essas fronteiras, diga-se ser impossível demarcá-las como definitivas, quer por não se poder balizá-las sem intercruzamentos, quer porque aqui e ali elas se tocam desordenadamente, quer porque o tempo mostrará que elas se movem, quer porque o que existe são fenômenos fonéticos e lexicais cuja difusão, muitas vezes ou sempre, operam de forma independente.

Isso não anula, contudo, a realidade que interpõe esses três falares num jogo contrastivo: um belorizontino, um januareense e um uberlandense se sabem brasileiros e mineiros pela língua que falam, mas se sabem, também, participantes de uma variedade, de uma diferente norma de fala. Qualquer observador atento notará serem eles oriundos de espaços diferentes das Minas Gerais.

Os Atlas Lingüísticos europeus nos países latinos são um bom exemplo do que acabamos de afirmar. Se nos deslocarmos de uma comunidade a outra, podem-se apreciar diferenças lingüísticas que distinguem um povoado de outro.

Maiores ou menores, sabemos por aqueles Atlas que elas são cumulativas. À medida que nos afastamos do primeiro ponto, maiores serão as diferenças. Noutras palavras, dialetos de áreas extremas são mutuamente ininteligíveis, mas se encontram ligados por meio de uma cadeia de dialetos de inteligibilidade mútua. Aliás, foi este dado que inspirou os romanistas a enunciarem a teoria da **România contínua**, onde, no decurso do tempo (lá é outro tempo, outro solo, outro homem, outra história), delineou-se e cristalizou-se o contorno dos dialetos românicos através de uma cadeia a que se denomina hoje *continuum* geoletal.²

UMA NOVA DIALECTOLOGIA

A Dialectologia tradicional (a Geografia Lingüística em seus primórdios) consistia no estudo de formas lingüísticas predominantemente rurais, considerando-se que o informante era “HARAS” (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário) e teve o seu valor por ter registrado dados que, de outra forma, se teriam perdido.

O tempo, sábio conselheiro, ajudou a demonstrar que a limitação ao campo equivalia a um esquecimento quase total das formas usadas pela maioria da população, aglomerada nos grandes centros urbanos e nas pequenas cidades do interior. Descortinou-se, assim, a certeza de que o estudo dos dialetos urbanos representava uma tarefa que teria de ser levada a cabo: o *Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, como tantos outros da mesma geração, atingiu as grandes cidades, as médias, as pequenas e, também, aqueles “grotões”, locais ermos e perdidos onde o único caminho a ser percorrido era o da volta.

² CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, P. *Dialectology*. Londres: Cambridge University Press, 1994.

Nesse percurso, variou-se o informante, o verdadeiro autor de qualquer atlas lingüístico. Se o que se quer, agora, é uma descrição das variedades lingüísticas faladas numa certa localidade ou numa determinada camada social, houve necessidade de escolher um outro tipo de informante. Nesse terreno, os lingüistas seguiram o exemplo dos cientistas sociais, os célebres inquéritos de opinião pública, tão comum em vésperas de eleição: abandonou-se o informante único e buscaram-se os indivíduos membros da coletividade que se queria atingir.

Na Dialectologia inicial, os informantes, quase sempre, respondiam a um questionário que lhes oferecia a possibilidade de, como resposta, um único vocábulo. Na situação atual, tal se modificou. Ainda que os questionários se tenham mantido, a conversação se tornou mais livre, menos dirigida, seguindo um caminho que, se por um lado mantém um fio condutor, capaz de facilitar a quantificação e a coleta de material, por outro, permite ao interlocutor contar seus casos e suas histórias. E o mineiro contou muitos “causos”...

A MUDANÇA FONÉTICA EM ANDAMENTO

Reparemos as cartas anexas, as de nºs 8 (oito) a 13 (treze), onde estão os vocábulos **liquidação** e **contato**. Se quisermos estudar um câmbio lingüístico que está a ocorrer, o método mais satisfatório seria investigar uma comunidade e retornar a ela cerca de quatro lustros depois. Trata-se do estudo do câmbio lingüístico em tempo real.

Estamos diante do ideal: os resultados de uma entrevista obtida numa determinada época, sobre um fato concreto e, vinte anos depois, uma réplica da mesma entrevista, dada à mesma população. Esta repetição em dois momentos do tempo real é difícil, é inexistente. Explica-se: falta disposição

para uma segunda vez, ocorreu migração, ascensão social, mortes. A prática descarta esse tipo de trabalho.

Se não se pode localizar a mesma população, em troca, localiza-se a mesma área e o mesmo tipo de população, objeto da entrevista anterior. Assim se pode controlar esta variável, selecionando uma mostra com o mesmo número de pessoas, as mesmas profissões, faixa etária e fatores sociais e raciais. Comparam-se os resultados de vinte ou mais anos antes e cremos ter chegado a resultados bastante aceitáveis em nível de confiança: qualquer discrepância significativa entre ambas as coletas será resultado de uma mudança lingüística que vai-se operando.

Minas fez isso. Dispôs de tempo.

Vamos às cartas de nºs 8 (oito) em diante. Depreendida a sua leitura, elas falam por si.

AS LOCALIDADES A QUE A EQUIPE RETORNOU SÃO:

Pertencentes ao chamado *falar baiano*:

Ponto nº 5 – Pirapora

Ponto nº 9 – Montes Claros

Ponto nº 38 – Governador Valadares

Pertencentes ao chamado *falar mineiro*:

Ponto nº 17 – Diamantina

Ponto nº 53 – Sete Lagoas

Ponto nº 54 – Belo Horizonte

Ponto nº 66 – Ouro Preto

Ponto nº 75 – Viçosa

Ponto nº 76 – Muriaé

Ponto nº 81 – S. João del Rei

Ponto nº 95 – Juiz de Fora

Pertencentes ao *falar paulista*:

Ponto nº 28 – Uberlândia

Ponto nº 45 – Uberaba

Ponto nº 85 – Poços de Caldas

Ponto nº 88 – Caxambu

Ponto nº 89 – Lavras

AS CRUZINHAS APONTAM

- símbolos na parte superior, à esquerda

= homem, escolaridade de nível superior, faixa etária entre 30 e 50 anos;

- símbolos na parte superior, à direita

= mulher, escolaridade de nível superior, 30 a 50 anos a faixa etária;

- símbolos na parte inferior, à esquerda

= homem, escolaridade máxima até a 3ª série do 1.º grau, faixa etária situada entre 30 e 50 anos;

- símbolos na parte inferior, à direita

= mulher, escolaridade máxima até a 3ª série do 1º grau, faixa etária, como as anteriores, entre 30 e 50 anos.

Depois de se observarem as perguntas, tais como foram formuladas aos informantes; (estão transcritas acima, à esquerda, imediatamente após o título das cartas), seguindo-se as convenções e tendo embaixo, à direita, os respectivos

inquiridores e a época das entrevistas, constata-se, nas cartas de nºs 8 (oito) a 11 (onze), que:

- [kw] era predominante, há vinte anos, em ambos os sexos e em ambas as escolaridades, pelo menos, no vocábulo **liquidação**;
- hoje, no entanto, quase inexistente, mesmo em linguagem formal, como explicita a carta, atingindo, inclusive, outros vocábulos, havendo, entre os semialfabetizados, registros do tipo *tran[k]ilo*, *[k]estão*, *lí[k]ido*, *li[k]idificador* no nível superior.

No *Atlas Lingüístico de Minas Gerais* algumas profissões foram privilegiadas, merecendo entrevistas exclusivas: o pescador dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce, o carreiro do carro-de-boi (em completa extinção), a parteira, a benzedeira e o eletricitista. Foi junto a este último que se obteve o mapa **Contato** e é isto que explica, naquela carta, a ausência feminina e ter-se desprezado fator idade e a escolaridade: inquiriu-se o eletricitista, independente desses fatores. Como foi este o procedimento em 1973-74, não havia como mudar a natureza do inquérito. O resultado está estampado:

- o [k] do grupo [kt] no vocábulo *conta[k]to* fazia-se presente em sete dos eletricitistas observados;
- hoje há apagamento do [k] neste vocábulo, junto a praticamente todos os mineiros, já ocorrendo registros, em linguagem formal, de pessoas dizendo *aspeto*, mas ainda se diz *dete[k]tar*, *infe[k]to*, *prospe[k]to*.

O momento, agora, é de fazer a correlação dos dados, procurar determinar que grupos ou subgrupos são mais inovadores, que elementos lingüísticos sustentam a inovação e/ou que áreas formam a cabeça de ponte desta inovação.

No último século, duas das teorias lingüísticas dominantes, o estruturalismo e o gerativismo, planejaram respostas para o câmbio lingüístico. Para os estruturalistas, o câmbio (estamos sintetizando) caracteriza-se por uma máxima: os fonemas mudam.

Tomemos uma língua L que, num tempo 1, tenha /s/, realizado foneticamente como [z] em final de sílaba à qual se siga uma consoante sonora e como [s] em todas as outras distribuições. Se, no decurso de um tempo Y, ocorrer um apagamento das sonoras naquela posição, isto é, após a sibilante, num tempo 2, a língua terá dois fonemas, onde, antes, tinha um: /s/ : /z/ em ambiente intervocálico.

Para os gerativistas, o câmbio se contempla com uma adição de regras. A língua L, num tempo 1, tem uma regra que assimila o /s/ às consoantes sonoras. No tempo 2, quando estão a ocorrer consoantes sibilantes sonoras em posições que se vejam seguidas de consoantes sonoras, a diferença é o resultado de uma regra de elisão da consoante sonora, que se aplica depois da assimilação do /s/. Deste modo, a língua L tem uma regra a mais no período 2, em relação às que tinha na época 1. No caso do Atlas mineiro, tendo em vista o objetivo do trabalho, a maneira como ambas as escolas vêem o problema não alcança o que se quer. A questão que surge é como se leva a cabo a mudança. Dito de outra forma: Que se passou no intervalo de tempo entre o período 1 e 2? A uma pergunta assim formulada, nenhuma das duas escolas oferece uma resposta, porque, para elas, esse intervalo de tempo não é prioritário.

Seguramente, uma parte importante da resposta a estas indagações reside no que se conhece e se pratica em Dialectologia e Lingüística Diacrônica desde os princípios dos anos 70: a mudança é foneticamente instantânea e lexicalmente gradual: exemplificando-se com as cartas (8 a 11) de **liquidação**, pode-se conjecturar que, num período 1A, [kw] era falado por imensa maioria entre pessoas de elevado nível escolar e pouco difundido entre aquelas de baixa escolaridade; pouco a pouco, [k] foi ampliando o seu espaço na classe mais baixa e penetrando, fortemente, na classe de escolaridade maior (período 1B) e, com certeza, atingindo outros vocábulos que, até então, não tinham

sido pegos pela regra (período 1C). Por onde a regra teria começado? Por **líquido**, vocábulo, igualmente, de grande apelo popular e chegado, então, a **liquidação**? Num período 2A, a regra acaba atingindo um número maior de vocábulos ou a sua quase totalidade, como se nota na classe semialfabetizada em *tran[k]ilo* e, em todas as demais, em itens como *[k]estão* e *li[k]idificador*, mas ainda se diz, em Minas, *se[kw]ela*, *conse[kw]ência*, *fre[kw]ente*, não tendo, portanto, esses vocábulos sido atingidos pela regra.

No avanço de qualquer câmbio lingüístico é natural que certos elementos da sociedade tomem a iniciativa. Um estudo atento em Dialectologia ou Sociolingüística (e outras áreas da Lingüística) pode determinar que grupos sociais estão na vanguarda de uma inovação concreta, contrastando as variáveis lingüísticas com variáveis independentes como idade, sexo, classe social, grupo étnico, região. Em muitas ocasiões, várias destas variáveis extralingüísticas se combinam para identificar o grupo inovador, mas, algumas vezes, sob circunstâncias sociais interessantes, uma das variáveis, claramente, se situa sobre as outras e se torna possível identificar os inovadores. Neste item lexical, em Minas, é impossível saber de que região mineira ou brasileira procedeu a inovação, mas se sabe que, independente da variável sexo, ela se concretizou de baixo para cima e o fato se deu nas duas últimas décadas.

É inegável que a **difusão**, isto é, o avanço das inovações lingüísticas resulta num tema de interesse vital para os dialetólogos. Há uma série de hipóteses relativas ao assunto e elas intentam dar resposta a um monte de perguntas: quem são os inovadores? quais são os elementos lingüísticos que são veículos da inovação? que itens lexicais são atingidos primeiro?

Não se pode prosseguir sem Labov (1966) e seu trabalho em Nova Iorque. Foi ele quem inaugurou o estudo não em tempo real, mas em **tempo aparente**. O estudo em **tempo aparente** implica revisar as diferenças entre a fala de

pessoas de idades diferentes. As discrepâncias existentes na fala dos que têm mais de quarenta anos e os que têm vinte se atribuem ao progresso de uma inovação lingüística nos vinte anos que separam ambos os grupos.

A grande vantagem da pesquisa em tempo aparente é que, ao ser a mesma pessoa o investigador de ambos os grupos em comparação, parte-se da mesma metodologia, transcrição, entrevista, análise e o investigador pode retornar para obter mais se necessitar preencher lacunas.

ALGUNS DADOS DO ATLAS LINGÜÍSTICO DE MINAS GERAIS

Publicado o volume I (1977), os dois próximos volumes devem sair no decorrer deste ano, trazendo o volume II os demais campos semânticos não abordados na obra inicial (a água, o homem, as aves, os animais, a religião) e o universo lingüístico e mítico do pescador e do carreiro do carro-de-bois: seu mundo, suas crenças, sua medicina e suas benzeções.

Como mais um simples exemplo, citemos o pescador do rio São Francisco e a maneira pela qual ele trata a cura da erisipela, tão comum na região, quando ela lhe acomete o filho. A erisipela, dermatite aguda, muitas vezes cíclica, produzida por estreptococos, localizada geralmente na perna, torna-se avermelhada, quente e dolorosa. De cura lenta, é debelada nos meios pesqueiros mineiros pelo poder da água e de um ramo de arruda, aliados à reza:

Quando Deus andou pelo mundo,
encontrou izipre e iziplore.
E, então, perguntou:
Com que se cura?
Água da fonte e ramim do monte.

Já o volume III apresentará resquícios do quimbundo, língua do grupo bantu que, nas Gerais, nas cidades de Serro e Diamantina, possui os derradeiros remanescentes dessa cultura, agrupamentos diminutos, não mais de vinte pessoas e que se utilizam de expressões dessa língua para manterem sua identidade e veicularem algo que só a elas interessa. O grupo de Serro habita um espaço no distrito de Milho Verde e o de Diamantina uma aldeola conhecida como Baú. São pouco mais de duzentos itens lexicais em que se vê *onjó* (=casa) e *Guanazâmbi* (= Deus). Quando se lhe indagam como é Igreja, eles respondem “*Onjó de Guanazâmbi*”. A língua portuguesa invadiu o espaço bantu em Minas.

[ã'daru] para fogo, [õme'na] para água, [o'situ] para carne e [makayu] para fumo e os vocábulos foram surgindo um a um: [õgõ'be] para vaca, [õjira] para estrada, e os negros de Serro e de Diamantina se ignoravam mutuamente, apesar dos menos de oitenta quilômetros que os separavam.

É neste volume, também, que se encontram os aspectos aqui já aludidos da mudança fonética, de por que são três os *falares* mineiros, os feixes de isófonas e isoléxicas (algumas, anexas, neste artigo) e os primeiros estudos de morfossintaxe desses falares.

O ESTUDO DIALECTOMÉTRICO DE BASE ESTATÍSTICA

Considerando que, em Minas, os contatos múltiplos colocam os mineiros das diversas regiões (de seus três falares) em total intercâmbio e tomando por base a fronteira lingüística traçada, pretende-se cartografar, da forma mais exata possível, a configuração isoglósica.

Normalmente, a Geolingüística tradicional ocupa-se de áreas e não de linhas. Há que se utilizar, portanto, uma metodologia adequada à observação de tais contatos. Selecionaram-se, então, 30 pontos (10 para cada um desses

falares), colocando, no mesmo plano, os contatos entre pontos próximos ou longínquos, sem privilegiar os contatos por contigüidade. O método, então, baseia-se no confronto de cada ponto com todos os outros, permitindo, assim, medir, para cada par de pontos, os níveis de proximidade e de distância lingüística (VITORINO, 1990).

Neste tipo de estudo, pela primeira vez exposto por Hans Goebel (1981), por ser ele de base estatística, a análise pressupõe que o grau de proximidade lingüística entre dois pontos é, para o léxico, proporcional ao número de denominações comuns aos dois pontos e que o grau de distanciamento é proporcional ao número de designações diferentes.

A matriz, por conceito, é um quadro de dupla entrada onde se registram, para um mesmo conceito, as semelhanças e diferenças nos pontos de inquérito, figurando em abcissa os dados dos falares e em ordenada os pontos do Atlas.

Imaginemos um atlas com três mapas (três itens lexicais mapeados) e quatro localidades. Utilizemos como primeiro fator, o etimológico. À pergunta nº 1 (um), mapa 1, *homem*, 1 (um) será, logicamente, o primeiro número da abcissa. Como todos responderam “*homem*”, ainda que nas mais variadas realizações fonéticas, marca-se “A” para todos os quadrantes, porque não é de fonética, no momento, que se está tratando. Trata-se, agora, de etimologia. O mapa 2, pergunta 2, “*ferro de passar roupa*”, obteve a resposta “*machambombo*” nos pontos 2 e 4 e “*ferro-de-brasa*” nos pontos 1, 3 e 5. Dois étimos diferentes, dois códigos diferentes terão que ser atribuídos, com “A” para “*machambombo*” e “B” para “*ferro-de-brasa*”. À pergunta 3, mapa 3, *grampo*, obteve-se “*grampo*” para 1 e 2, “*ramona*” para 3 e “*misse*” para 4 e 5. Três étimos, três códigos, a saber, respectivamente, “A”, “B” e “C”.

Este conjunto de dados torna a matriz assim:

		Pontos do Atlas				
Mapas do Atlas		1	2	3	4	5
	1	A	A	A	A	A
	2	B	A	B	A	B
	3	A	A	B	C	C

Preenchida a totalidade das matrizes, quantificam-se os resultados, conseguindo-se, no final, o número total de diferenças e de semelhanças entre os dois pontos da rede para os aspectos estudados. Como os aspectos que se levantam são da fala do dia-a-dia e os questionários contêm muitas perguntas de vários campos semânticos, pondo-se 1 (um), quando há diferença de códigos entre duas localidades ou zero quando o código é o mesmo, tem-se uma idéia bastante aproximada de que *falar* está mais próximo ou afastado de outro.³

O *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, em seu volume IV, sem previsão de data para publicação, encontra-se, agora, nesta fase. O Atlas Lingüístico do Litoral Português, de Gabriela Vitorino, publicado em 1987 pelo Centro Lingüístico da Universidade de Lisboa, foi o primeiro trabalho no domínio da língua portuguesa que utilizou a análise dialectométrica.

O Atlas mineiro, em seu último volume (IV), segue esse modelo, usando a medição dos graus de distanciamento entre dois pontos, o Índice Relativo de Identidade (IRI) para as semelhanças e o Índice Relativo de Distância (IRD) para as diferenças de tal modo que $IRI + IRD = 100$, acompanhando Goebel (1981: 361-3) e o Atlas Lingüístico do Litoral Português.

³ HEYE, Jürgen. *Comunicação Pessoal*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, jun. 1997.

Ao mesmo tempo em que codifica lendas, crendices e superstições, o *Atlas Lingüístico de Minas Gerais* procura estudar as formas e regras distintas que coexistem em Minas, sua relação de dependência ou independência com as situações sócio-político-culturais e o maior ou menor afastamento que, acaso, exista entre seus *falares*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de Filologia e Gramática*. São Paulo: Iozon + Editor, 1968.

DUBOIS, J. et al. *Dictionnaire de Linguistique*. Paris: Librarie Larrousse, 1973.

ELIA, S. *Dicionário Gramatical*. Porto Alegre: Globo, 1962.

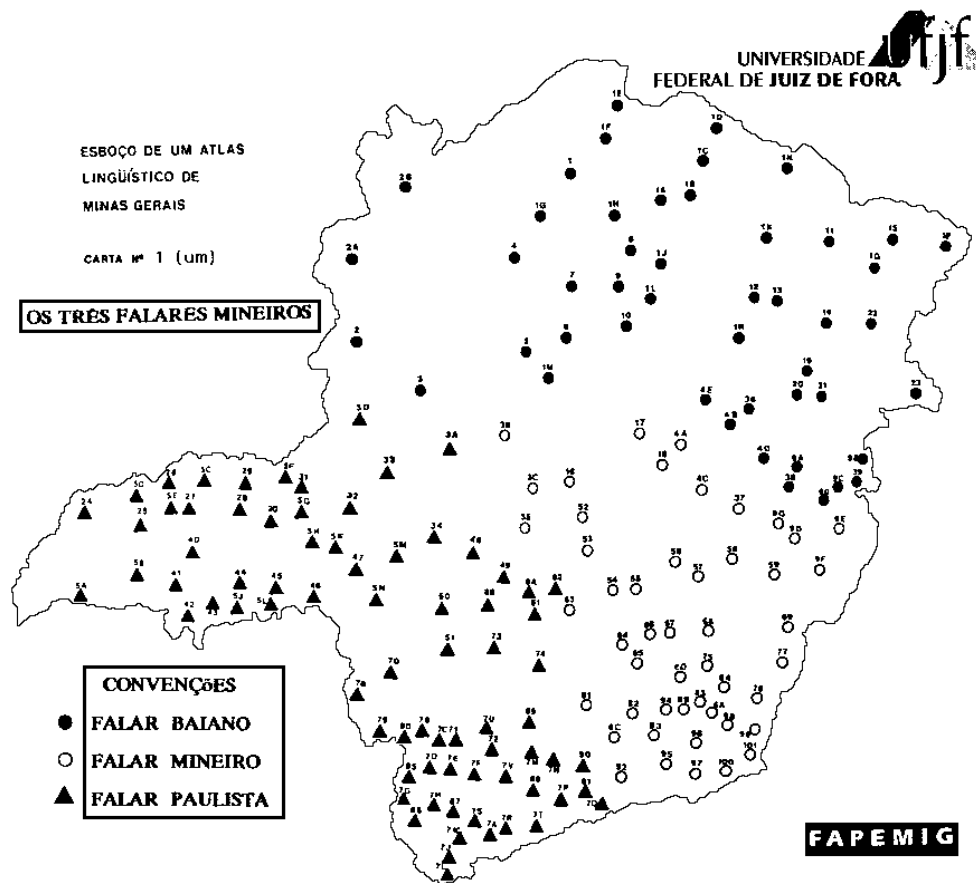
GOEBL, H. Eléments d'analyse dialectométrique (avec application à AIS). In: *Revue de Linguistique Romana*, 45: 349-420.

LABOV, W. *The Social Stratification of English in New York City*. Washington: Center for Applied Linguistics, 1966.

NASCENTES, A. *Bases para a Elaboração do Atlas lingüístico do Brasil*. v. I e II. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958 e 1961.

VASCONCELOS, J. Leite de. *Esquisse d'une Dialectologie de la Langue Portugaise*. Paris: 1901.

VITORINO, G. *Atlas Lingüístico do litoral Português*. Lisboa: Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, 1987.

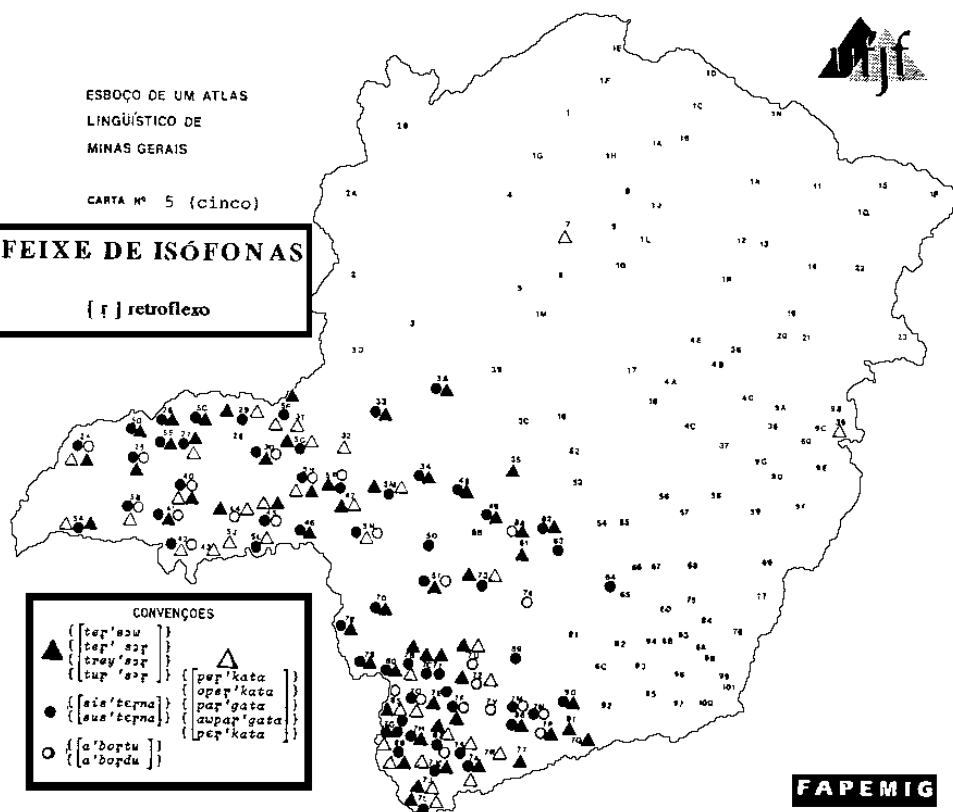


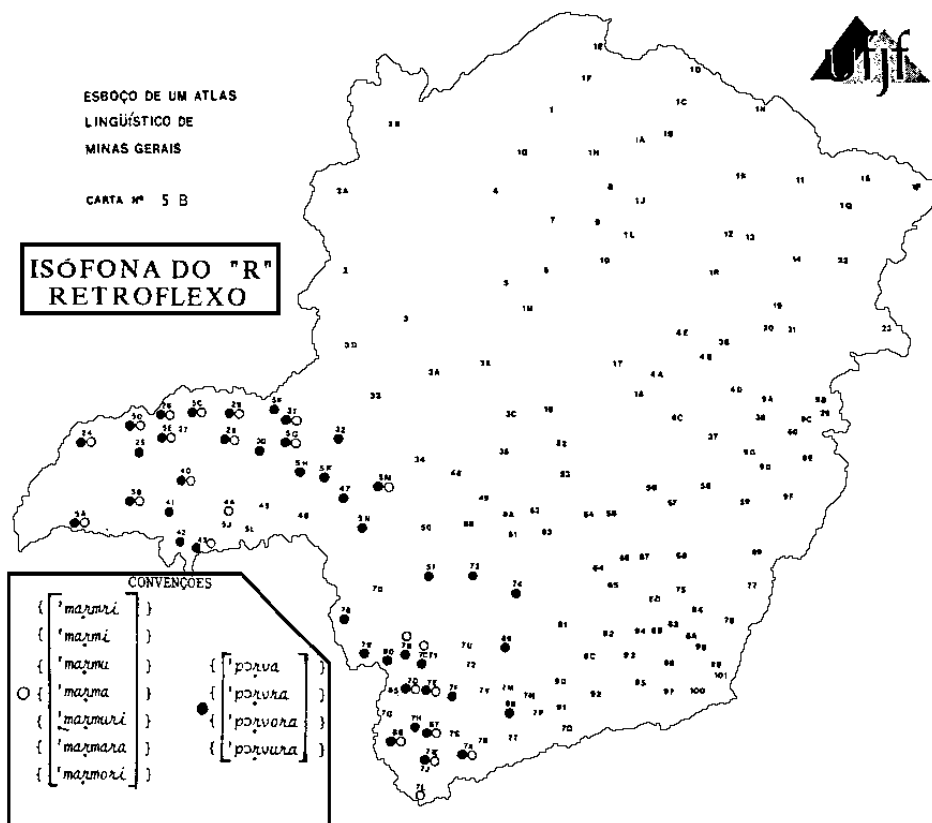
ESBOÇO DE UM ATLAS
LINGÜÍSTICO DE
MINAS GERAIS

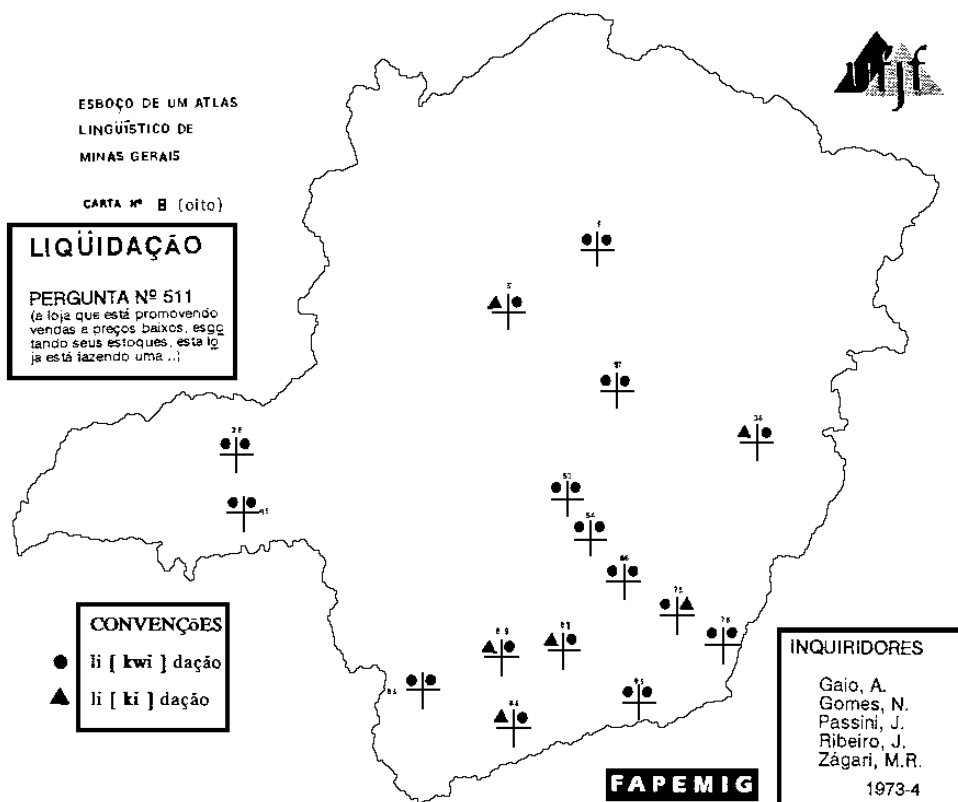
CARTA Nº 5 (cinco)

FEIXE DE ISÓFONAS

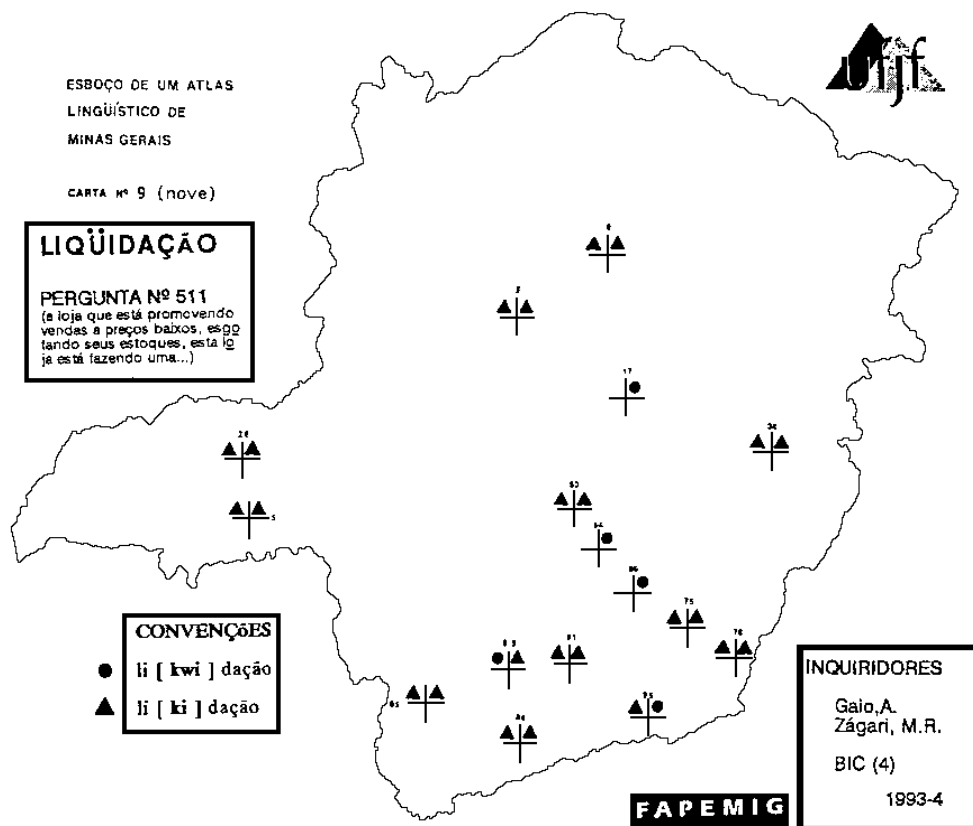
{ r } retroflexo

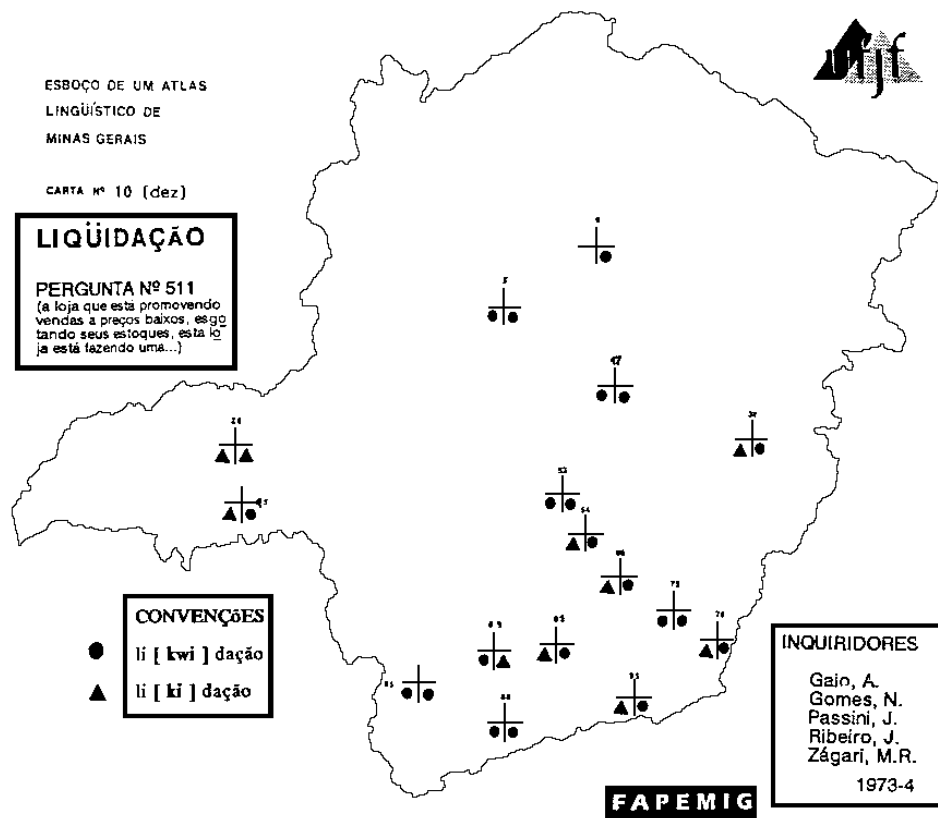


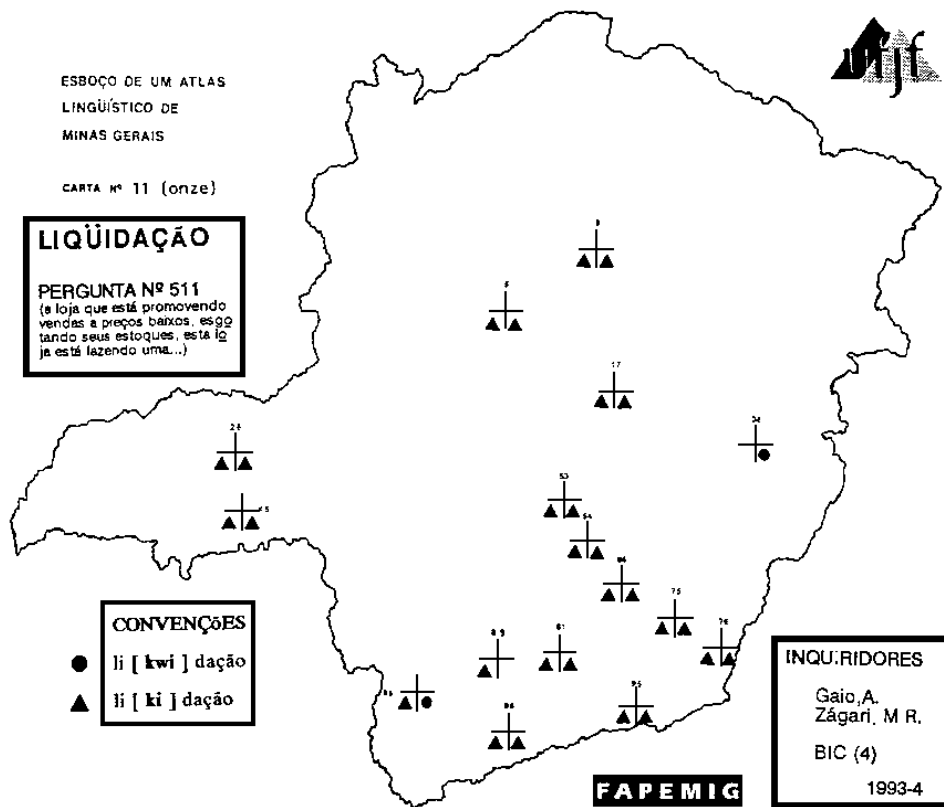


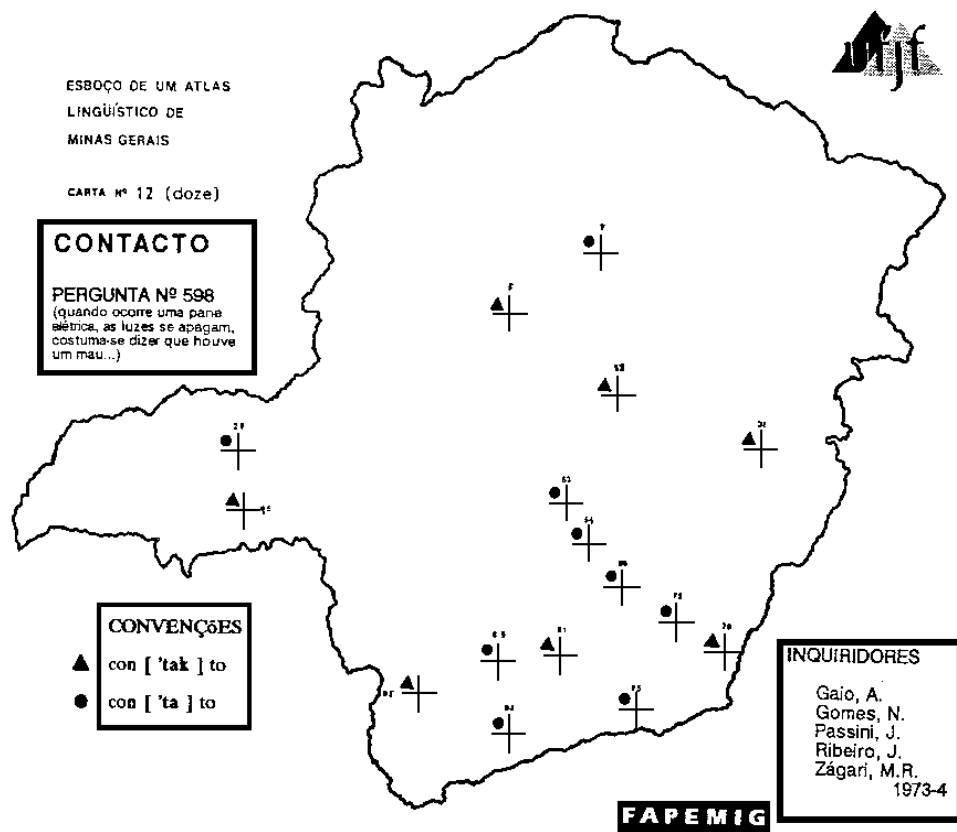


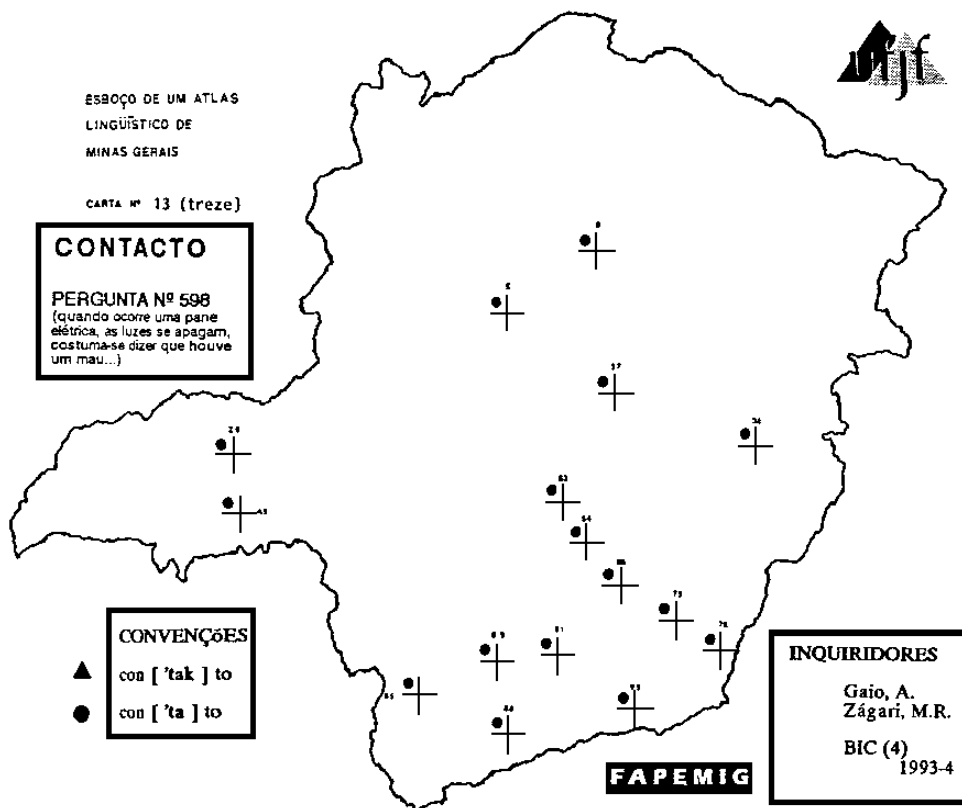
- | | |
|--------------------|---------------------|
| 5. PIRAPORA | 66. OURO PRETO |
| 9. MONTES CLAROS | 75. VIÇOSA |
| 17. DIAMANTINA | 76. MURIAÉ |
| 28. UBERLÂNDIA | 81. S. J. DEL REI |
| 38. GOV. VALADARES | 85. POÇOS DE CALDAS |
| 45. UBERABA | 88. CAXAMBU |
| 53. SETE LAGOAS | 89. LAVRAS |
| 54. BELO HORIZONTE | 95. JUIZ DE FORA |











Atlas Linguístico da Paraíba

Maria do Socorro Silva de Aragão
(Universidade Federal da Paraíba/UFPB)



INTRODUÇÃO

As facilidades advindas da modernização dos meios de comunicação de massa trazem consigo a tendência de nivelar, em todos os sentidos – espacial, temporal e social – os vários dialetos ou falares de uma mesma língua. Daí a importância e a necessidade de estudar, analisar e caracterizar tais falares, antes que sejam absorvidos e desapareçam sem que deles se faça um estudo científico sistematizado e um registro para a história da língua.

Considerando alguns problemas relativos aos estudos dos falares regionais no Brasil, particularmente no Nordeste, os prejuízos que isso vem causando ao conhecimento da realidade lingüística regional e nacional e o conseqüente reflexo negativo no ensino da língua portuguesa em nosso país, é que resolvemos, a exemplo da Bahia e Minas Gerais, inicialmente, e posteriormente, Sergipe e Paraná, realizar a pesquisa para a elaboração do *Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB*.

O *Atlas Lingüístico da Paraíba* faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, o do “Levantamento Paradigmo-Sintagmático do Léxico Paraibano”, que compreende, ainda, a análise da língua falada por pessoas de nível cultural mais alto e a linguagem regional escrita, através da análise de jornais, crônicas, contos populares, literatura de cordel e romances de temática regional nordestina, para que se tenha uma descrição, a mais completa possível, do português falado e escrito na região paraibana.

O projeto inicial foi elaborado em 1974. Com a criação do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPB, em 1975, e a necessidade de fixação de suas principais linhas de pesquisa, os estudos dialetológicos foram considerados prioritários e, em conseqüência, o *Atlas Lingüístico da Paraíba* foi um dos projetos escolhidos para ser executado de imediato.

Em 1976 teve início a formação da equipe de pesquisa e o levantamento bibliográfico do material básico a ser consultado.

No final de 1976 iniciou-se a formação técnica dos pesquisadores com a realização, por alguns deles, de cursos na França e Espanha sobre dialetologia e geografia lingüística, para uma base teórica mais completa, bem como para uma pesquisa bibliográfica naqueles países de grande tradição nos estudos dialetológicos.

Em 1978 o projeto de pesquisa foi aprovado pela FINEP, tendo seu início efetivo e sistemático ocorrido em janeiro de 1979.

Muitos foram os problemas e obstáculos encontrados, desde os técnicos aos administrativos, porém, todos eles superados com esforço e boa vontade por parte dos pesquisadores.

O *Atlas Lingüístico da Paraíba* terá três volumes, dois dos quais já publicados e o terceiro com o material coletado aguardando condições de elaboração.

CARACTERIZAÇÃO DO ATLAS LINGÜÍSTICO DA PARAÍBA

Para a realização da pesquisa e elaboração do Atlas Lingüístico da Paraíba, todo um trabalho preliminar de preparação foi feito a fim de evitar, o quanto possível, as soluções de urgência e as improvisações.

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A primeira tarefa foi uma exaustiva pesquisa bibliográfica sobre o que havia sido feito em outros países, no Brasil e no Nordeste, relativamente aos estudos e pesquisas dialetológicas, as várias linhas de pesquisa existentes e os

pressupostos teóricos embasadores dos estudos de Dialetologia e Geografia Lingüística.

A fim de que os integrantes da pesquisa pudessem estudar e conhecer a bibliografia básica, necessária à correta compreensão e execução do trabalho, foram realizados seminários semanais, nos quais cada grupo de dois pesquisadores apresentava aos demais, para discussão, duas obras que haviam lido, comentado e resumido.

Foram consultados, no país e no exterior, cerca de 24 Atlas Lingüísticos de vários países, bem como obras gerais de Dialetologia, Geografia Lingüística, Sociolingüística e Lingüística Geral.

ESCOLHA DAS LOCALIDADES

Foram escolhidos 25 municípios como base e mais três satélites para cada base, num total de 100 municípios, cobrindo todo o Estado.

São municípios bases João Pessoa, Mamanguape, Belém, Guarabira, Itabaiana, Esperança, Campina Grande, Umbuzeiro, Barra de Santa Rosa, Picuí, Soledade, Cabaceiras, Taperoá, Serra Branca, Congo, Monteiro, Patos, Catingueira, Catolé do Rocha, Pombal, Princesa Isabel, Sousa, Itaporanga, Cajazeiras e Conceição.

Os municípios-satélites serviram para controle e convalidação dos dados obtidos nos municípios base, não aparecendo, portanto, nas cartas.

Efetuuou-se, a seguir, junto à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, um levantamento de dados geográficos e sócio-econômico-culturais de todos os municípios a serem pesquisados, de interesse para o trabalho, o qual constou de: nome do município, etimologia do nome do município, microrregião paraibana onde se localiza, limites, adjetivo gentílico,

distritos, distância da capital, histórico do município, aspectos físicos (latitude, longitude, altitude, área), aspectos demográficos (população do município e da sede, densidade demográfica), aspectos econômicos (principais atividades econômicas, estabelecimentos rurais e industriais, hotéis, restaurantes, hospitais), aspectos sócio-culturais (profissionais em exercício, escolas de 1º e 2º graus e superiores, associações culturais, bibliotecas, cinemas, jornais, rádios, canais de TV que sintonizam), meios de transporte e vias de acesso, intercâmbio comercial e cultural, além de outras informações.

ESCOLHA DOS INFORMANTES

A escolha dos informantes obedeceu aos seguintes critérios: ter nascido na localidade ou no município; pertencer à faixa etária entre 30 e 75 anos; ter nível de instrução variando entre analfabeto e primário completo; não ter saído da localidade por mais de um ano; ser filho de pais nascidos na região; possuir boas condições de saúde e de fonação; homens e mulheres; profissões variadas, por ser o questionário geral; trabalhar naquela produção específica, no caso do questionário específico.

Em cada município foram entrevistados um mínimo de três e um máximo de dez informantes, assegurando-se assim uma amostragem representativa do seu falar.

O QUESTIONÁRIO

A versão do questionário aplicado, que foi publicado em 1980, pela Editora da UFPB, é o resultado do aperfeiçoamento de três outras versões testadas e reformuladas sucessivamente em seis municípios, com 12 informantes diferentes.

O questionário foi dividido em duas partes: uma geral, com 289 questões e uma específica, com 588 questões. A geral, compreendendo os seguintes campos semânticos: a terra, o homem, a família, habitação e utensílios domésticos, aves e animais, plantação, atividades sociais.

A parte específica diz respeito aos cinco principais produtos agrícolas da Paraíba: mandioca, cana-de-açúcar, agave, algodão e abacaxi.

A pesquisa foi direta, *in loco*, utilizando-se conversação dirigida através do questionário.

Para a elaboração do questionário específico da cana-de-açúcar e da mandioca foram utilizadas algumas questões de outros questionários, como os dos professores Alzir Oliveira, Otilia Idalina Maia de Vasconcelos e Yara Lyra de Macedo, da UFPB.

AS ENTREVISTAS

Para a aplicação do questionário, nos municípios, foram feitos contatos com as Prefeituras Municipais, Secretarias da Educação, de Assistência Social, Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Centros Sociais Urbanos, Cooperativas e Associações de Classe, que serviram de intermediários para as primeiras abordagens e apresentações junto aos informantes.

As entrevistas foram realizadas o mais informalmente possível, havendo toda uma conversação preliminar em que se procurava deixar o informante descontraído e à vontade para responder às questões. Para facilitar a compreensão das questões usaram-se desenhos esquemáticos e pequenos objetos que eram mostrados aos informantes. As questões eram formuladas de modo simples enquanto se mostrava o objeto ou imitava-se a ação.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos informantes, no ambiente de trabalho ou ainda em locais como a Prefeitura, o Centro Social Urbano, Cooperativas ou Associações. Se a escolha dos locais trouxe alguns problemas de ruídos nas gravações, por outro lado ganhou-se bastante na espontaneidade e informalidade de que se revestiram por estar o informante em seu meio ambiente.

Para a gravação das entrevistas usaram-se gravadores portáteis marca Crown, National, Sanyo e Panasonic, com boa capacidade de resposta e fitas cassetes marcas TDK-SA e BASF, de ferrite e dióxido de cromo, C/60.

As entrevistas, gravadas no campo em fita cassete e com gravadores portáteis, foram reproduzidas para fitas de rolo, marca SCOTCH e BASF, de dióxido de cromo, com 1.200 e 1.800 pés, utilizando-se um gravador master AKAY 4000 IDB, com eliminador de ruídos, no Laboratório de Fonética da UFPB.

Na audição e transcrição das fitas usaram-se head-phones estéreos marca Selenium, amplificador de som QUASAR QA 5500 e caixas acústicas QC 500.

Para o registro de fatos étnicos e sociais importantes para a pesquisa utilizou-se uma máquina fotográfica Yashica ME 1, com flash e uma máquina filmadora Minolta, sonora SL 660.

AS TRANSCRIÇÕES FONÉTICAS

Para a transcrição fonética das entrevistas utilizou-se o Alfabeto Fonético Internacional, com um número reduzido de sinais e diacríticos a fim de facilitar a leitura do trabalho.

A transcrição é ampla e geral, por ser auditiva e ter sido levada a efeito sem o uso de instrumentos de fonética experimental ou sofisticações técnicas, o que não diminui o seu valor, face aos cuidados com que foi feita. Todas as fitas foram ouvidas por mais de um pesquisador, que testavam e discutiam entre si a transcrição feita.

SELEÇÃO DO MATERIAL PARA AS CARTAS

Para a seleção dos vocábulos temas das cartas foram utilizados vários critérios, entre eles, a representatividade do vocábulo para o falar regional, a riqueza da variação léxica e fonética do vocábulo e a possibilidade de comparação com outros Atlas Lingüísticos do Brasil.

Selecionados os vocábulos, foram feitas fichas individuais de cada um deles, relativas a cada informante.

Face ao volume do material que se enquadrava nos três principais critérios, realizou-se uma nova seleção em que predominou o critério da riqueza da variação léxica e fonética dos vocábulos. Estes vocábulos passaram a constituir os temas de cada uma das cartas léxicas e fonéticas do Atlas.

APRESENTAÇÃO DAS CARTAS

O *Atlas Lingüístico da Paraíba* é iniciado com o mapa da Paraíba e sua localização no Brasil, as microrregiões homogêneas, a divisão municipal, as localidades, os gentílicos dos habitantes das localidades, os inquiridores e os informantes. Para a confecção das cartas foram usados mapas em escala de 1/2.000.000 e, apenas na divisão municipal, mapa em escala de 1/1.500.000. A seguir, vêm as cartas propriamente ditas.

Para a elaboração das cartas utilizaram-se apenas as 68 questões que apresentaram alta frequência de ocorrência e maior número de variantes léxicas e fonéticas.

A numeração das localidades nas cartas foi feita na ordem leste-oeste e norte-sul.

O Atlas é composto de Cartas Léxicas e Cartas Fonéticas, intercaladas. Assim, por exemplo, a Carta Léxica n.º 030 da pergunta 029, *arco-íris*, é seguida

pelas Cartas Fonéticas n.ºs 031, 032, 033, correspondentes às variantes fonéticas de *arco-íris*, *arco-celeste* e *olho-de-boi*.

As Cartas são compostas do seguintes modo:

- parte superior: título
- da esquerda para a direita:
 - número da carta
 - vocábulo
 - nas Cartas Léxicas, o número da pergunta no questionário
 - as Cartas Fonéticas não trazem o número da pergunta por ser o mesmo da Carta Léxica correspondente.
 - na parte extrema direita, ao lado do mapa, as convenções utilizadas: círculos, quadrados e triângulos vazios, cheios e parcialmente cheios.

As Cartas estão divididas por campos semânticos do seguinte modo:

- a terra: cartas 001 a 043
- o homem: cartas 044 a 090
- a família: cartas 091 a 107
- habitação e utensílios domésticos: cartas 108 a 113
- aves e animais: cartas 114 a 129
- plantação: cartas 130 a 137
- atividades sociais: cartas 138 a 149.

A ordem das cartas segue a ordem das perguntas no questionário.

ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO

O material colhido para a elaboração do Atlas Lingüístico da Paraíba, por sua riqueza em quantidade e qualidade, permite análises diversas, do nível fonético-fonológico ao semântico; do léxico ao morfo-sintático.

Na elaboração dos dois primeiros volumes do Atlas foram feitas algumas análises fonético-fonológicas e morfo-sintáticas, que têm sido complementadas e enriquecidas com trabalhos monográficos, dissertações, artigos, conferências e comunicações em eventos nacionais e internacionais.

ANÁLISE FONÉTICO-FONOLÓGICA

Quadro dos Fonemas

A partir das análises fonético-fonológicas do material coletado foram estabelecidos os quadros dos fonemas vocálicos, consonantais e semivocálicos; as variantes, livres e combinatórias e os arquifonemas.

Fonemas Consonantais Orais

/ p // 'pata / “pata”	/ b // 'bata / “bata”
/ t // 'tela / “tela”	/ d // 'dela / “dela”
/ k // 'kala / “cala”	/ g // 'gala / “gala”
/ f // 'fila / “fila”	/ v // 'vila / “vila”
/ s // 'sɛla / “cela”	/ z // 'zɛla / “zela”
/ ʃ // 'ʃatU / “chato”	/ ʒ // 'ʒatU / “jato”
/ l // 'mala / “mala”	/ λ // 'maλa / “malha”
/ ɾ // 'muɾU / “muro”	/ r // 'murU / “murro”

Fonemas Consonantais Nasais

/ m // 'mãma / “mama”	/ n // 'mãna / “mana”
/ ɲ // 'mãɲa / “manha”	

Fonemas Vocálicos Orais

/ a // 'ala / “ala”	/ ε // 'ela / “ela”
/ e // 'eII / “ele”	/ i // 'iʔa / “ira”
/ o // 'oλU / “olho”	/ ɔ // 'ɔλa / “olha”
/ u // 'uva / “uva”	

Fonemas Vocálicos Nasais

/ ã // 'mãta / “manta”	/ ã // 'mẽta / “menta”
/ ã // 'sãta / “sinta”	/ õ // 'kõta / “conta”
/ ã // 'zũta / “junta”	

Fonemas Semivocálicos

/ j // 'paj / “pai”	/ w // paw / “pau”
---------------------	--------------------

Posição dos Fonemas nos Signos

Todos os fonemas da língua portuguesa ocorreram no falar da Paraíba, porém sua posição nos signos apresenta certas marcas do falar regional paraibano, uma vez que em determinadas posições os fonemas se neutralizam surgindo daí os arquifonemas, que têm uma ocorrência bastante alta. Excetuando-se as variantes combinatórias dos fonemas vocálicos / a /, / ε /, / e /, / i /, / ɔ /, / o /, / u /, todas as demais variantes do falar paraibano são variantes dos arquifonemas e não dos fonemas.

Em posição inicial podem ocorrer todas as consoantes, com exceção de / ʔ / e / r /, que se neutralizam, e do / ɲ /, que não teve nenhuma ocorrência nesta posição.

Em posição medial ocorrem todas as consoantes.

Em posição final poderiam ocorrer as consoantes / ʃ /, / s /, / z / e / l /, contudo elas se neutralizam surgindo, em consequência, os arquifonemas / R /, / S / e / W /.

Posição Inicial

/ p // 'paʎa / “palha”	/ b // 'bota / “bota”
/ t // 'tiʃa / “tira”	/ d // 'dedU / “dedo”
/ k // 'kilU / “quilo”	/ g // 'gata / “gata”
/ f // 'faka / “faca”	/ v // 'vala / “vala”
/ s // 'sala / “sala”	/ z // 'zelU / “zelo”
/ ʃ // 'ʃuva / “chuva”	/ ʒ // 'ʒelU / “gelo”
/ l // 'lata / “lata”	/ λ // 'λe / “lhe”
/ m // 'mata / “mata”	/ n // 'neta / “neta”

Posição Medial

/ p // 'lapa / “lapa”	/ b // 'taba / “taba”
/ t // 'lata / “lata”	/ d // 'seda / “seda”
/ k // 'takU / “taco”	/ g // 'lagU / “lago”
/ f // ka'fɛ / “café”	/ v // 'lava / “lava”
/ s // 'lasU / “laço”	/ z // 'kaza / “casa”
/ ʃ // 'mɛʃa / “mecha”	/ ʒ // 'laʒI / “lage”
/ l // 'kɔla / “cola”	/ λ // 'kaλa / “calha”
/ m // 'kãma / “cama”	/ n // 'pena / “pena”
/ ɲ // 'teɲU / “tenho”	

Incidência do Acento

Todas as vogais, orais e nasais, podem ocorrer em posição tônica e pretônica, porém em posição postônica só podem ocorrer as vogais / a /, / ε /, / i /, / u /.

Em posição postônica, os fonemas / ε /, / e /, / ɔ /, / o / neutralizam-se, ocorrendo o surgimento dos arquifonemas / E / e / O /.

Vogais Tônicas

/ a // 'mala / “mala”	/ ε // 'vɛla / “vela”
/ e // 'pelU / “pelo”	/ i // 'vila / “vila”
/ ɔ // 'bɔla / “bola”	/ o // 'lobU / “lobo”
/ u // 'luva / “luva”	/ ã // 'mãta / “manta”
/ ẽ // 'pẽtI / “pente”	/ ã // 'sĩkU / “cinco”
/ õ // 'kõta / “conta”	/ ã // 'nũka / “nunca”

Vogais Pretônicas

/ a // ka'zaR / “casar”	/ ε // sɛ'laR / “selar”
/ e // pe'low / “pelou”	/ i // ʒi'ʔaR / “girar”
/ ɔ // kɔ'laR / “colar”	/ o // dow'ʔaR / “dourar”
/ u // pu'lej / “pulei”	/ ã // kã'tow / “cantou”
/ ẽ // sɛ 'tej / “sentei”	/ ã // li'paR / “limpar”
/ õ // mõ'taR / “montar”	/ ã // ʒũ 'tej / “juntei”

Vogais Postônicas

/ a // 'lãpada / “lâmpada”	/ ε // 'batɛga / “bátega”
/ u // 'makula / “mácula”	/ i // 'sadika / “sádica”

Realização e Distribuição dos Fonemas

Na realização concreta dos fonemas ocorrem fenômenos de neutralização e variação que vão ser responsáveis pelos arquifonemas e variantes livres e combinatórias, características do falar paraibano.

Essas variantes apresentam alta frequência e distribuição regular no Estado. No entanto, podem ocorrer, eventualmente, as variantes representativas dos falares de outras regiões, como idioletos.

As variantes livres, apesar do nome, estão sempre condicionadas à norma regional da Paraíba. As combinatórias têm como único condicionamento o contexto fônico que as cerca.

As variantes combinatórias dos fonemas / a /, / e /, / i /, / o /, / u / recebem um traço de nasalidade das consoantes nasais que as sucedem, sem que, contudo, possam ser consideradas nasais.

Arquifonemas Encontrados

Fonemas	Arquifonemas	Realizações
1. / e /	[e]	[edu'kaɲ] “educar”
/ E/		
/ ɛ /	[ɛ]	[ɛdu'kaɲ]
/ e /	[e]	[eʃ'tow]
2. / i /	[i]	[iʃ'tow]
/ I /		“estou”
/ o /	[o]	[poɦ'tāw]

3.	/ O /		“portão”
	/ ɔ /	[ɔ]	[pɔfi'tāw]
	/ o /	[o]	[bo'tāw]
4.	/ U /		“botão”
	/ u /	[u]	[bu'tāw]
	/ ẽ /	[ẽ]	[ẽ ' tāw]
5.	/ E /		“então”
	/ ĩ /	[ĩ]	[ĩ'tāw]
	/ l /	[ł]	['sałtu]
6.	/ W /		“salto”
	/ w /	[w]	['sawtu]
	/ s /	[s]	['besta]
7.	/ S /		“besta”
	/ ʃ /	[ʃ]	['beʃta]
	/ s /	[s]	[mews'pejs] pés”
8.	/ S /		“meus
	/ z /	[z]	[mew'zɔlus] olhos”
	/ õ /	[õ]	[kɔ'padʁi]
9.	/ U /		“compadre”
	/ ã /	[ã]	[kũ'padʁi]
	/ ɣ /	[ɣ]	['nɔɣti]
		[J]	['nɔJti]

10.	/ R /		“norte”
	/ r /	[r]	['nɔrti]
		[x]	['nɔxti]

Variantes Regionais Paraibana

a) Variantes Livres

1. [ε] Variante do arquifonema / E /, nas seguintes posições:

Inicial átona	[εlɛ'vaɸi]	“elevar”
Medial átona	[rɛgu'laɸi]	“regular”
Medial tônica	['lɛvi]	“leve”

2. [i] Variante do arquifonema / I /, nas seguintes posições:

Inicial átona	[iʃ'tow]	“estou”
Medial átona	[di'zeʒu]	“desejo”
Final átona	['nojti]	“noite”

3. [ɔ] Variante do Arquifonema / O /, nas seguintes posições:

Inicial átona	[ɔbɸi'gadu]	“obrigado”
Medial átona	[kɔ'bɸaɸi]	“cobrar”

4. [u] Variante do arquifonema / U /, nas seguintes posições:

Inicial átona	[u'vela]	“ovelha”
Medial átona	[pu'ɸisu]	“por isso”
Final átona	['bobu]	“bobo”

5. [w] Variante do arquifonema / W /, nas seguintes posições:

Medial tônica	[hɛ'zɔwvi]	“resolve”
Medial átona	[maw'vada]	“malvada”
Final tônica	[fu'ziw]	“fuzil”
Final átona	['fasjw]	“fácil”

6. [ʃ] Variante do arquifonema / S /, nas seguintes posições:

Medial tônica	['baʃta]	“basta”
Medial átona	[goʃ'tozu]	“gostoso”

7. [fi] Variante do arquifonema / R /, nas seguintes posições:

Inicial tônica	['fiadju]	“rádio”
Inicial átona	[hɛ'lɔʒju]	“relógio”
Medial tônica	['nɔfi]	“norte”
Medial átona	[nɔfi'maw]	“normal”
Final tônica	[kô'mefi]	“comer”

8. [ĩ] Variante do arquifonema / Ỹ /, normal na linguagem popular, nas seguintes posições:

Inicial átona	[ĩ'tãw]	“então”
Medial átona	[dizĩ'gãnu]	“desengano”

9. [ẽ] Variante do arquifonema / Ỹ /, normal na linguagem culta, nas seguintes posições:

Inicial átona	[ẽ'tãw]	“então”
Medial átona	[dezẽ'gãnu]	“desengano”

10. [õ] Variante do arquifonema / Ũ /, normal na linguagem culta, na seguinte posição:

Medial átona	[kõ'padʁi]	“compadre”
--------------	--------------	------------

11. [ã] Variante do arquifonema / Ũ /, normal na linguagem popular, na seguinte posição:

Medial átona	[kũ'padʁi]	“compadre”
--------------	--------------	------------

b) Variantes Combinatórias

1. [â] Variante do fonema / a /, antes dos fonemas nasais, nas seguintes posições:

Inicial tônica	['âma]	“ama”
Inicial átona	[â'mafɨ]	“amar”
Medial tônica	['bâɲa]	“banha”
Medial átona	[kâ'nɛla]	“canela”

2. [ê] Variante do fonema / e /, antes dos fonemas nasais, nas seguintes posições:

Inicial átona	[êmi'gʁafɨ]	“emigrar”
Inicial tônica	['êma]	“ema”
Medial átona	[tê'mefɨ]	“temer”
Medial tônica	['lêma]	“lema”

3. [î] Variante do fonema / i /, antes dos fonemas nasais, nas seguintes posições:

Inicial átona	[î'nûmɛʁus]	“inúmeros”
Inicial tônica	['îmã]	“imã”
Medial átona	[sî'mêtu]	“cimento”
Medial tônica	[mi'nînu]	“menino”

4. [ô] Variante do fonema / o /, antes dos fonemas nasais, nas seguintes posições:

Inicial tônica	['ômẽj]	“homem”
Inicial átona	[ô'nɛʃtu]	“honesto”
Medial tônica	[a'ʃôma]	“aroma”
Medial átona	[akômɔ'dafi]	“acomodar”

5. [û] Variante do fonema / u /, antes dos fonemas nasais, nas seguintes posições:

Inicial tônica	['ûnika]	“única”
Inicial átona	[ûni'ãw]	“união”
Medial tônica	[a'lûnu]	“aluno”
Medial átona	[asû'mifi]	“assumir”

6. [s] Variante do arquifonema / S /, antes de fonema consonantal surdo, nas seguintes posições:

Medial tônica	['kspa]	“caspa”
Medial átona	[ʃu'visku]	“chuveiro”
Final tônica	[ra'pais]	“rapaz”
Final átona	['pásus]	“passos”

7. [z] Variante do arquifonema / S /, antes de fonema consonantal sonoro, nas seguintes posições:

Medial tônica	['nezga]	“nesga”
---------------	------------	---------

Possibilidades Combinatórias dos Fonemas

No que se refere às possibilidades combinatórias dos fonemas formando os ditongos, tritongos e grupos consonantais, no falar paraibano surgem ditongos puramente fonéticos, onde, normalmente, eles não deveriam ocorrer, ou seja, na articulação foi acrescentada, sempre em sílabas tônicas finais, uma semivogal, criando, assim, um novo tipo de ditongo. Por outro lado, alguns ditongos normais na língua portuguesa, desaparecem no falar paraibano, graças ao fenômeno da monotongação.

Ditongação

Os fonemas vocálicos / a /, / e /, / ε /, / i /, / ɔ /, / o /, e / u /, seguidos de / s / ou / z /, em palavras monossilábicas e em sílabas tônicas finais, ditongam-se em [aj], [ei], [ɛj], [ij], [ɔj], [oj], e [uj]:

- | | |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| 1. as / aS / > [ajs] | 7. iz / iS / > [ijs] |
| “mas” / 'maS / > ['majs] | “fiz” / 'fiS / > ['fijs] |
| 2. az / aS / > [ajs] | 8. os / ɔS / > [ɔjs] |
| “rapaz” / ra'paS / > [fia'pajs] | “vós” / 'vɔS / > ['vɔjs] |
| 3. es / eS / > [ejs] | 9. os / oS / > [ojs] |
| “três” / 'tʁes / > ['tʁejs] | “pôs” / 'poS / > ['pojs] |
| 4. ez / eS / > [ejs] | 10. oz / oS / > [ojs] |
| “fez” / 'feS / > ['fejs] | “arroz” / a'fioS / > [a'fiojs] |
| 5. es / eS / > [ejs] | 11. us / uS / > [ujs] |
| “pes” / 'peS / > ['pejs] | “pus” / 'puS / > ['pujs] |
| 6. is / iS / > [ijs] | 12. uz / uS / > [ujs] |
| “quis” / 'kiS / > ['kijjs] | “reduz” / Rɛ'duS / > [fiɛ'dujjs] |

Monotongação

Em determinados contextos verifica-se o fenômeno da monotongação, reduzindo, assim, consideravelmente, o número de ditongos, no falar paraibano.

1. / aj / > [a]

Em posição medial, antes de / ʃ /, / aj / realiza-se como [a]

“caixa”	/ 'kajʃa /	['kaʃa]
---------	------------	-----------

2. / ej / > [e]

Em posição medial, antes de / ʕ /, / ʃ / e / ʒ /, / ej / realiza-se como [e]

“beirada”	/ bej'ʕada /	[be'ʕada]
-----------	--------------	-------------

“deixar”	/ dej'ʃaR /	[de'ʃaʃ]
----------	-------------	------------

“beijar”	/ bej'ʒaR /	[be'ʒaʃ]
----------	-------------	------------

3. / ej / > [e] ou [ej]

Em posição medial, antes de / t / ou / g /, / ej / pode realizar-se como [e] ou se manter como [ej]

“colheita”	/ kU'ʎejta /	[ku'ʎeta]
------------	--------------	------------

“leitão”	/ lej'tāw /	[lej'tāw]
----------	-------------	-------------

“manteiga”	/ mǎ'tejga /	[mǎ'tega]
------------	--------------	-------------

“meiga”	/ 'mejga /	['mejga]
---------	------------	------------

4. / ow / > [o] ou [u]

Em posição inicial tônica / ow / realiza-se como [o] e em inicial átona, como [u]

“ouro”	/ 'owʔU /	['oʔu]
--------	-----------	----------

“ouvido”	/ ow'vidU /	[u'vidu]
----------	-------------	------------

5. / ow / > [o]

Em posição medial / ow / realiza-se como [o]

“besouro” / bI'zowɥU / [bi'zoɥu]

6. Em posição inicial, medial e final, / uW / realiza-se como [u]

“último” / 'uWtimU / ['utimu]

“pulmão” / puW'mãw / [pu'mãw]

“sul” / 'suW / ['su]

7. / jo / > [u]

Em posição final / jo / realiza-se como [u]

“negócio” / né'gɔsjU / [né'gɔsu]

8. / já / > [a]

Em posição final / já / realiza-se como [a]

“farmácia” / faR'masja / [faɦ'masa]

9. / je / > [i]

Em posição final / je / realiza-se como [i]

“planície” / pla'nisje / [plâ'nisi]

Outros Fenômenos Observados

Outros fenômenos bastante frequentes no falar paraibano são a queda dos fonemas / l /, / r / e / s / em posição final absoluta; a iotização do / ɲ /, / λ / e / r /; a redução do grupo / nd /; a queda do grupo / ad /, a semivocalização do fonema / l /, a aspiração do fonema / s /, redução das palavras proparoxítonas, redução do grupo / ɲo /, restando apenas a nasalidade.

Em trabalhos mais específicos a partir do material do Atlas pode-se, também, fazer uma série de observações quanto ao comportamento dos fonemas pretônicos em seu abaixamento ou elevação, chegando-se à conclusão de que os contextos subseqüentes são importantes, e que os contextos sociais não são elementos essenciais para a definição dessas realizações; há uma predominância das vogais médias abertas, anterior [ϵ] e posterior [ɔ]; no caso da elevação a passagem se dá diretamente do [ϵ] para o [i] e do [ɔ] para o [u]; a elevação existe, porém com frequência mínima; as nasais na sílaba subseqüente favorecem a elevação.

No que diz respeito à despalatalização e iotização do / λ / e / ɲ /, são de grande importância os contextos sócio-educativo-culturais, nos informantes analfabetos ou alfabetizados, de baixa renda econômica, bem como os de faixas etárias mais altas, de 61 a mais de 70 anos, uma vez que esses informantes fazem sistematicamente – podendo-se falar numa norma – a despalatalização seguida da iotização, ou seja: / λ / > / l / ou / λ / > / j /, e / ɲ / > / j /.

ANÁLISE LÉXICA DO MATERIAL

Para a análise léxica do *corpus* foram considerados os seguintes aspectos:

- a) a frequência e distribuição das variantes em todo o Estado e em cada ponto de *per si*;
- b) a estruturação das variantes em formas de lexias simples, compostas, complexas e como expressões completas;
- c) o uso de formas diminutivas com valor afetivo ou representativo;
- d) o uso de adjetivos qualificativos em lexias compostas e complexas;
- e) o número de variantes lexicais de cada Carta temática.

Após a análise de algumas das cartas léxicas, chegamos às seguintes conclusões:

- a) os temas analisados apresentam uma grande variação lexical;
- b) as variantes distribuem-se em toda a região de forma bastante irregular e dispersa, o que impede sejam traçadas isoléxicas de áreas definidas em cada uma das sub-regiões abrangidas pelo Atlas;
- c) a riqueza lexical encontrada na Paraíba e a dificuldade de se determinarem suas áreas lexicais indicam uma grande uniformidade e interpenetração das sub-regiões, inclusive com a disseminação de inovações e criações lexicais;
- d) muitas das variantes coexistem em um mesmo informante, em uma mesma sub-região e num mesmo ponto, não sendo, portanto, exclusivas, o que mostra a uniformidade na distribuição geográfica daquela forma para o mesmo conceito;
- e) um mesmo informante pode conhecer mais de uma forma, embora quando perguntado diga em primeira mão a forma mais consagrada pela região ou pelo Estado, complementando-a, a seguir, com outras formas de seu conhecimento;
- f) as variantes lexicais analisadas possuem várias estruturas que podem ser lexicais simples, compostas, complexas e expressões completas;
- g) coexistem no Estado tipos lexicais os mais variados, representativos de faixas etárias e níveis sócio-culturais diferentes, resultantes de influências sociais, econômicas, culturais e lingüísticas tanto regionais como de âmbito nacional.

ANÁLISE MORFO-SINTÁTICA

A partir de algumas análises morfo-sintáticas do material coletado podemos fazer algumas observações:

Quanto ao Nome

Gênero

a) Na indicação, quer do masculino, quer do feminino, há a tendência para a substituição da forma “e” [*i*] por “a” [*a*] e “o” [*u*], como nos exemplos:

“monte” > “monto” [*'mõtu*]
“tempestade” > “tempestada” [*tẽpɛʃ'tada*]

A ocorrência do fato acima referido parece-nos indicar, na língua falada da região paraibana, uma tendência de uniformização, por analogia, das terminações “o” para o masculino e “a” para o feminino.

b) Fenômeno inverso ocorre quando se substituem as formas “o” do masculino e “a” do feminino, por uma forma única “e” [*i*], como nos exemplos:

“presépio” > “presépe” [*prɛ'zɛpi*]
“mestra” > “mestre” [*'mɛʃtri*]

Número

a) Há uma tendência para a eliminação das marcas redundantes de plural, sendo o número indicado apenas pelo determinante, quer no substantivo, quer no adjetivo:

“as barreiras” > “as barreira” [*'ajs ba'fiɛra*]

b) Não é realizada a pluralização dos nomes em “-ão”:

“os pães” > “os pão” [*'ujɫs 'pãw*]

c) a palavra “povo” leva sempre o verbo para o plural:

“O povo vai todo para a casa dele” > “O povo vão tudo para a casa dele”

d) Supressão de “s” das palavras Jesus e Judas, uma vez que para as pessoas do povo o “s” é sempre marca de plural: “o Judas” > “o Juda”, “Jesus” > “Jesui”.

Grau

a) O gramema diminutivo “-inho” freqüentemente é reduzido para “-im”:

“pauzinho” > “pauzim” [paw'zĩ]

b) Há uma tendência generalizada do uso do diminutivo, não por tamanho mas por afetividade:

“rapaizinho” > rapaizim [rapaj'zĩ]

Muitos outros fatos morfo-sintáticos têm sido analisados, como o verbo, por exemplo, que será motivo de estudo em outro artigo.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo uma rápida caracterização do Atlas Lingüístico da Paraíba, através da metodologia utilizada para sua elaboração e de uma análise um tanto superficial dos principais fatos fonético-fonológicos, léxicos e morfo-sintáticos por ele registrados.

De acordo com o que dissemos anteriormente, a riqueza do material coletado poderá ser explorada e trabalhada durante muito tempo, até que se possa ter uma caracterização e descrição completa do falar paraibano, permitindo sua utilização por pesquisadores e professores que trabalham com a Língua Portuguesa em nosso país.

BIBLIOGRAFIA

- AGUILERA, V. de A. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- ARAGÃO, M. do S. S. de; BEZERRA DE MENEZES, C. P. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984. v. 1, 2.
- ARAGÃO, M. do S. S. de. Aspectos léxicos do atlas lingüístico da Paraíba. *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 5, p. 129-150. Salvador: UFBA, 1986.
- _____. Aspectos fonético-fonológicos do atlas lingüístico da Paraíba. Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes XVIII. *Actes*. Université de Trèves (Trier), 1986. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991, p. 549-560.
- _____. A despalatalização e iotização no atlas lingüístico da Paraíba. II *Encontro Nacional de Fonética e Fonologia*. Niterói: UFF, 1992.
- _____. Aspectos fonéticos do atlas lingüístico da Paraíba – As vogais pretônicas. IX Encontro Nacional da ANPOLL. *Anais*. João Pessoa: ANPOLL, 1995, v.2, Tomo I, p. 833-840.
- BRANDÃO, S. de F. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- FERREIRA, C. et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA – Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- _____. *Diversidade do português do Brasil* – estudos de dialetologia rural e outros. Salvador: UFBA, 1994.
- NASCENTES, A. *Bases para a elaboração de atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.
- _____. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares bahianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- SILVA NETO, S. *Guia para estudos dialetológicos*. Florianópolis: s. ed., 1955.
- ZÁGARI, M. R. L. et al. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

Sergipe

um estado
com dois atlas



Suzana Alice Marcelino Cardoso
(Universidade Federal da Bahia/CNPq)

O menor Estado brasileiro, Sergipe, torna-se o primeiro a contar com dois atlas que recobrem todo o seu território – o *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALS), 1987, e o *Atlas Lingüístico de Sergipe II* (ALS-II), 2002 –, o que vem a acontecer também, logo a seguir, com um outro Estado, o Paraná, com a publicação do *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS).

Neste capítulo, retomam-se algumas informações sobre o ALS, já tratado em *A geolingüística no Brasil. Caminhos e perspectivas* (1998), e examina-se detidamente o ALS-II.

UMA BREVE RETROSPECTIVA DA HISTÓRIA DE SERGIPE

Situado entre o Rio Real e o Rio São Francisco, Sergipe era parte integrante da capitania de Francisco Pereira Coutinho (ABREU, 1963, p. 63-70). Por morte deste e pela impossibilidade de o seu sucessor – o seu filho Manoel Pereira Coutinho – manter o domínio da terra em virtude da “insuficiência de recursos, além de causas de ordem geral” (FREIRE, 1998, p. 274), foi cedida a posse à Coroa, o que explica a denominação que passou a ter – Sergipe d’El-Rei.

A conquista de Sergipe vem assegurar a continuidade territorial, estabelecendo a ligação entre a Cidade da Bahia – centro do Governo colonial – e Recife, únicos pontos, no século XVI, de povoamento no Norte/Nordeste, e, como afirma Freire (1998, p. 274):

A conquista de Sergipe representa pois um papel importante na civilização do norte e através de seu território devia abrir-se, como abriu-se, a primeira estrada que comunicaria Bahia e Recife, aproximando, assim, estes dous centros de povoamento, por aquella estrada que se abriu.

Efetuada a conquista, Christóvão de Barros fundou um arraial a que deu o nome de Cidade de São Christóvão, “em honra do santo de seu nome” (FREIRE, 1998, p. 280), junto à foz do Rio Cotinguiba (antigamente Rio Sergipe), e, criada uma nova circunscrição política e administrativa, sob a jurisdição da Bahia, vem a se tornar dela o seu primeiro Capitão-mór.

O processo de colonização e povoamento da região se inicia pelas regiões dos Rios Piauí e Real a que se segue, com início em 1598, a do Vasa Barris. Começada poucos anos depois da colonização do Vasa Barris, deu-se a expansão através dos Rios Cotinguiba e Sergipe e seus respectivos afluentes. A expansão atinge a área de Simão Dias, já em 1607, e em toda essa zona desenvolve-se a criação de gado.

De 1606 em diante, tem início a expansão pelas regiões mais ao Norte, desenvolvendo-se pelas margens do Rio São Francisco. A invasão holandesa, durante esse século, interfere no processo de colonização da área, o qual volta a ser impulsionado a partir de 1655 (FREIRE, 1998, p. 294).

Do ponto de vista da sua organização administrativa, até o fim do século XVII estava a capitania dividida em cinco distritos: Rio Real, Lagarto, Itabaiana, Cotinguiba e Japaratuba. Com o curso do tempo, esses distritos foram sofrendo novas divisões e se estabelecendo novos limites.

Sergipe conta atualmente com 75 municípios, o que revela um crescimento de 20.9% em relação à situação na década de 60, época de realização dos inquéritos lingüísticos para o atlas de Sergipe, quando existiam 62 municípios.

Do ponto de vista da constituição demográfica, ao lado do elemento português e da passagem de franceses e holandeses, convém assinalar as populações indígenas, cuja distribuição vem registrada por Capistrano de Abreu (1963) em quadro apenso à página 192, assim identificadas com as respectivas áreas de localização: *Quiriris* (Lagarto), *Periás* (Pambu), *Urumas* (Vila Nova Real d’El-Rei), *Caxago* (Vila Nova Real d’El-Rei) e *Boimé* (Abadia).

Viveu Sergipe profundamente vinculado à Bahia até o século XIX, quando, por Decreto de 8 de julho de 1820, é elevado à categoria de Província, totalmente independente do Governo da Bahia, e, como afirma Freire (1998, p. 321): “O decreto rompia de todo os laços de dependencia em que Sergipe tinha vivido até então em relação a Bahia, e uma nova vida administrativa e economica ia prender a actividade dos seus filhos, isemptos da tutela, sob que tinham vivido”.

O Estado de Sergipe, pela sua localização e pelas relações administrativas que manteve, por longo período, com a Bahia, representa o caminho da integração Bahia-Pernambuco/Recife, o que poderá ter tido repercussão na formação lingüística da área.

RESPONDENDO A DUAS PERGUNTAS: POR QUE UM ATLAS LINGÜÍSTICO DE SERGIPE? POR QUE UM SEGUNDO ATLAS DE SERGIPE?

Em “Nota Preliminar” que se encontra no *Atlas Lingüístico de Sergipe* (1987, p. s/n) lê-se:

A decisão de estender nossas atividades a Sergipe e não a outra área geográfica, tanto quanto a de nos circunscrevermos a Sergipe, não nos parece exigir qualquer justificativa científica: continuamos convencidos do caráter essencialmente contextual não apenas da geografia lingüística *stricto sensu* mas da própria Dialectologia *lato sensu*.

Sergipe se apresentava, naquele então, como uma área possível de ser recoberta por uma investigação sistemática e de natureza geolingüística, com uma rede de pontos muito mais adensada do que a da Bahia, e se constitui, segundo a divisão de Nascentes (1953), numa das partes integrantes do que

ele classifica e define como “falar baiano”, o que iria ampliar o conhecimento empírico dessa área lingüística, permitindo, assim, um melhor entendimento do que afirmara Nascentes.

Mas lê-se, ainda na mesma página referida, uma outra razão:

Podemos limitar-nos, por ora, a dizer que, sem ser a única, nossa razão mais ponderável nesse caso foi a viabilidade: apesar das dificuldades que nunca faltam a trabalhos desta natureza, Sergipe se apresentava a nossos objetivos como de alto interesse e conveniência, sem nenhuma contra-indicação visível.

E aqui vale a indicação do dado histórico relativo à facilitação do trabalho em Sergipe: lá se encontra um ramo muito extenso – o lado materno – da família de uma das pesquisadoras – Carlota Ferreira –, pessoas que abriram, literalmente, as portas para acolher os pesquisadores, mas, também, abriram portas virtuais que permitiram o apoio do Estado e, especificamente, da Secretaria de Educação, para a realização do trabalho de campo, e, posteriormente, para a própria publicação do primeiro volume.

De ordem acadêmico-científica, destaca-se o interesse que se tinha – e por certo se tem – de examinar, com base em dados coletados *in loco*, a realidade de uma área mais ampla do país e, nesse caso, tomando-se por base a divisão de Nascentes (1953), examiná-la na perspectiva da realidade areal, tantos anos depois. Isso levou a que se caminhasse na direção de Sergipe e se tivesse pensado – os que da Equipe de Dialectologia da Bahia foram com Nelson Rossi para a implantação da Universidade de Brasília, em 1963 – em cobrir uma outra parte dos “falares baianos” (NASCENTES, 1953), investindo-se na realização do atlas lingüístico de Goiás (ainda um Estado não dividido). Com isso, dessa grande área ficaria de fora apenas Minas Gerais, cujo atlas lingüístico vem a ser, posteriormente, implementado e publicado o seu primeiro volume em 1977 (RIBEIRO et al.)

Sergipe caminhou não tão célere como desejavam os pesquisadores responsáveis: são as “dificuldades” que sempre se apresentam e de cuja dimensão/duração nunca se tem previsão. Os inquéritos definitivos foram feitos entre 1966 e 1967, precedidos de inquéritos experimentais que se realizaram nos anos anteriores, mas a publicação só pôde viabilizar-se em 1987, nada obstante os originais encontrarem-se preparados desde 1973, o que levou Carlota Ferreira, em momento de desabafo acadêmico, a assim se manifestar: “Sete anos de pastor Jacó serviu, e nós precisamos, tamanho o nosso amor [à Dialectologia], de catorze anos”.

Quanto ao atlas de Goiás, a história da Universidade de Brasília e a história do Brasil a partir de 1964 explicam a sua não realização, pelo menos no que toca ao desejo da Equipe chefiada por Nelson Rossi.

Partindo do questionário aplicado na Bahia, mas ampliado consideravelmente, o questionário de Sergipe compõe-se de um conjunto de perguntas numeradas de 1 a 674, o que leva à afirmação feita na já citada “Nota Preliminar”: “A superioridade inquestionável da nova documentação impôs uma seleção dos primeiros materiais a imprimir e um programa de trabalho para o futuro”.

Esse “programa de trabalho para o futuro” tem tido alguns desdobramentos. Os materiais inéditos, cerca de dois terços do que foi recolhido, devidamente arquivado e mantido sob controle no Arquivo Sonoro do Instituto de Letras da UFBA, não esteve em estado de hibernação por todo esse período. Desses materiais se têm ocupado: a própria equipe de pesquisadores na produção de artigos e comunicações a reuniões científicas, como se pode ilustrar, entre outros, com o trabalho de Carlota Ferreira e Judith Freitas, “Junho e julho em Sergipe” (1994); Maria Eline de Campos Mendes

na sua dissertação de Mestrado, *O cavalo em Sergipe: um estudo geolingüístico* (1992); e Maria Luísa Martins, que trabalhou com dados relativos à área semântica alimentação, mas que, tendo deixado a Cidade de Salvador, não concluiu a sua dissertação. A esses vem reunir-se, presentemente, o volume II do *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Está, assim, cumprido o vaticinado “trabalho para o futuro”.

Um segundo volume para Sergipe tem a sua justificativa na existência de um número considerável de dados ainda inéditos e da importância de tê-los analisados com resultados passíveis de comparação com os que se oferecem ou oferecerão para outras áreas. Se a organização de *corpora* de uma língua constitui-se em trabalho de importância para os estudos lingüísticos, importância da qual todo pesquisador tem consciência, a exploração de *corpora* organizados e ainda não trabalhados deve tornar-se, *ipso facto*, compromisso acadêmico e social. E nisso está a razão de um segundo atlas de Sergipe que explora materiais inéditos e integrantes do acervo constituído com a realização dos inquéritos lingüísticos em 1966 e 1967. A retomada de dados que integram o *corpus* de Sergipe, mais de três décadas depois da sua recolha, acena, assim, para dois aspectos.

Primeiramente, para a possibilidade de tratar-se de *corpus* organizado em momento distanciado daquele de sua análise, mostrando, assim, que concomitância entre coleta e análise não se constitui pressuposto do trabalho de investigação científica nem pré-requisito indispensável à sua execução. O espectro de possibilidades que um *corpus* pode vir a oferecer está vinculado, diretamente, à natureza da sua recolha, aos princípios metodológicos que informaram a sua constituição, à coerência na condução da apuração dos dados. No caso específico da documentação lingüística sobre Sergipe, a reunião dos dados, sobre parte dos quais se fundamenta o

Atlas Lingüístico de Sergipe-II, reflete um perfeito ajuste entre os princípios enunciados e os resultados alcançados, e isso reafirma a importância da constituição de *corpora*, independentemente de virem a ser analisados imediatamente após a sua recolha ou não.

Em segundo lugar, os elementos de natureza lingüístico-social, que esse acervo faculta, permitem análises nos campos fonético, léxico-semântico, morfossintático e lingüístico-antropológico, mostrando, assim, que a atualidade dos estudos dialetais mantém-se assegurada seja pela descrição dos fatos no momento após a sua recolha, seja em momentos a ela posteriores. Significa, por outro lado, dizer que há nos estudos dialetais uma constante que se traduz na relevância da observação de dados, independentemente do tempo de sua realização, da sincronia a que se reportem e da amplitude de que se revistam. Os estudos dialetais, por buscarem investigar as características imanescentes de uma língua na sua relação com os espaços geográficos e com as situações sociais *lato sensu*, afiguram-se, dessa forma, sempre atuais e, por que não dizer, necessários para o conhecimento efetivo de uma dada realidade lingüística.

ASPECTOS METODOLÓGICOS COMUNS AOS DOIS ATLAS

A fundamentação metodológica e o *corpus* constituem-se em fatores de identificação entre os dois atlas. Trilham ambos os mesmos caminhos, embora especificidades se registrem em cada um delas, como se pode ilustrar com três aspectos: no *ALS* há cartas que reúnem dados da Bahia e Sergipe, são as chamadas Cartas BA-SE ; o *ALS* contempla, no seu rol de cartas, todo o elenco de cartas do APFB, assim, para cada carta da Bahia há, nesse primeiro atlas, de Sergipe uma carta correspondente; no *ALS-II*, contempla-se a informação

diagenérica com a identificação cartográfica do gênero dos informantes e com a informação estatística, fornecida em gráfico que reúne a totalidade de dados registrados conjugados ao tipo de informante – mulher ou homem.

Apresentam-se, a seguir, aspectos da metodologia comuns aos dois atlas, destacando-se, quando necessário, as especificidades de cada um deles.

A REDE DE PONTOS

A seleção da rede de pontos para Sergipe partiu do princípio adotado para o *APFB*: o estudo sistemático e detalhado de cada um dos municípios que integram o Estado. Da análise de tais informações, conjugada ao exame de dados considerados relevantes – antigüidade da localidade, grau de isolamento, formação histórica, características culturais, posição no contexto dos municípios do Estado e referências de ordem lingüística, entre outros –, chegou-se à definição de uma rede de pontos constituída de 15 localidades. Esta rede apresenta-se muito mais densa do que a estabelecida para a Bahia. Se, na Bahia, para uma área de 561.026 km², foram estabelecidos 50 pontos, para Sergipe, numa área de 21.944 km² foram fixados 15 pontos.

Os quinze pontos recobrem as diferentes microrregiões homogêneas atualmente estabelecidas, à exceção do Agreste de Itabaiana – no tempo do seu estabelecimento, “zonas fisiográficas” e naquela ocasião todas elas representadas em pontos da rede –, configurando-se a seguinte distribuição:

Litoral Sul Sergipano	51 Santa Luzia
	53 Estância
	55 São Cristóvão
	56 Itaporanga d’Ajuda
Sertão do Rio Real	52 Tomar do Geru

Agreste de Lagarto	54 Pedrinhas
	58 Simão Dias
Cotinguiba	57 Laranajeiras
	59 Divina Pastora
Nossa Senhora das Dores	60 Ribeirópolis
Propriá	61 Brejo Grande
	62 Propriá
Sertão Sergipano do	63 Nossa Senhora da Glória
São Francisco	64 Gararu
	65 Curralinho

Todas essas localidades, à exceção do ponto 65, eram, àquela época, sede de município. Curralinho, único distrito representado, pertencia ao Município de Poço Redondo, localizando-se às margens do Rio São Francisco.

O principal meio de comunicação, responsável pela interligação entre as localidades, era o rodoviário. Dentre todas há, porém, de destacar-se a dificuldade de acesso a Curralinho, provido – convém que se repita, àquela época – apenas de uma estrada de natureza carroçável, permitindo trânsito de jipe ou caminhonete do tipo rural. Aos pontos situados à margem do Rio São Francisco – Brejo Grande (61), Propriá (62), Gararu (64) e Curralinho (65) – se acrescenta a comunicação fluvial, feita por barcos de maior ou menor velocidade, bastante utilizada pela população dessa área ribeirinha.

O QUESTIONÁRIO

O questionário, melhor dito, os questionários aplicados em Sergipe têm por base os questionários do *APFB* e refletem dois tipos de enfoque.

Primeiramente, um questionário geral, abrangente, com cerca de 3.700

perguntas distribuídas por quatro grandes áreas – TERRA, VEGETAIS, HOMEM e ANIMAIS –, que procura abarcar o universo de possibilidades de identificação de elementos do mundo biossocial em que se situam os habitantes da área. Organizado a partir do seu similar, aplicado na Bahia, contempla questões gerais e universais, incorpora tudo o que foi estabelecido para a Bahia e introduz subáreas semânticas que visam a atender às peculiaridades culturais de Sergipe. Esse questionário foi aplicado, com a participação de estudantes de graduação, em quatro localidades – Estância, Santa Luzia, Itaporanga e Laranjeiras. Analisados os resultados dessa aplicação, foram selecionados itens considerados relevantes e com eles composto um questionário mais reduzido, que viria a ser aplicado no momento da recolha definitiva dos dados. Esse questionário, no entanto, incorporou integralmente todas as questões constantes do questionário aplicado nos 50 pontos da Bahia.

O questionário assim configurado foi aplicado, em caráter experimental, em todos os pontos da rede, motivando novos ajustes que definiram, por fim, a versão final que vem a ser aplicada nos anos de 1966 e 1967.

Essa versão final contém 687 perguntas, numeradas de 1 a 674, às quais se acrescentam 13 outras que receberam um índice A, assim identificadas em virtude de a sua introdução ter-se dado quando as demais já se encontravam devidamente numeradas. Contempla quatro grandes áreas semânticas: TERRA – perguntas 1 a 62; VEGETAIS – perguntas 63 a 143; HOMEM – perguntas 144 a 381; e ANIMAIS – perguntas 382 a 674. Traz, em relação à Bahia, uma inovação metodológica: cada item se faz acompanhar de um breve texto em que se formula a pergunta referente ao que se quer investigar. Tal procedimento tinha como objetivo assegurar um mínimo de homogeneidade na forma de inquirição, eliminando, assim, possíveis ruídos na comunicação decorrentes de maneiras divergentes de perguntar por um mesmo objeto ou situação. Obviamente, se aquela maneira de perguntar não lograsse êxito, ficava o

inquiridor não só inteiramente à vontade, mas de certo modo obrigado a fazer uma nova formulação ou formulações substitutivas.

Como sucedeu com o questionário do *APFB*, algumas perguntas estão contempladas com o que se convencionou chamar “forma disponível”, ou seja, contêm, sotoposta à formulação do item, a indicação de formas que surgiram como resposta no momento da aplicação do questionário amplo experimental e que comparecem para serem submetidas ao denominado teste de identificação. Tais formas, não tendo ocorrido espontaneamente no curso do inquérito, deveriam ser diretamente apresentadas aos informantes, indagando-se-lhes se as conheciam e solicitando-lhes um mínimo de comentário explicativo sobre cada uma delas.

A aplicação do questionário definitivo foi integralmente gravada em fitas de rolo, em aparelhos portáteis com autonomia de corrente, com velocidade 1 7/8. Tal procedimento tem permitido, ao longo da consulta e análise dos materiais, um aproveitamento completo dos dados e uma caracterização ampla dos itens considerados.

OS INFORMANTES

A escolha de informantes pautou-se pelo que a tradição geolingüística estabelece como fundamental: pessoas de pouca ou nula escolaridade, com pouco ou nenhum hábito de deslocamento, filhos e moradores da região pesquisada, preferentemente de mais idade, com aparelho fonador sem defeitos visíveis e filhos de pais da mesma localidade.

Do ponto de vista da faixa etária, nada obstante a inexistência de um princípio que estabelecesse faixas ou agrupamentos por idade, observa-se que podem ser reunidos em três grandes grupos: o primeiro, com informantes dos

30 aos 39 anos – 11 informantes; o segundo, dos 40 aos 48 anos – 13 informantes; e o terceiro a partir dos 50 anos – 6 informantes.

A esses princípios que presidiram a escolha de informantes, acrescenta-se a deliberação de inquirir, em cada ponto da rede, sistematicamente, uma mulher e um homem que, na cartografia dos dados do *ALS*, estão identificados, respectivamente, pelos índices A e B, o que concede ao *ALS* (1987) a primazia de tratar, no Brasil e pela primeira vez de modo sistemático e explicitado nos cartogramas, uma variável social. Tal procedimento, que se reflete no controle da variável gênero, tem colocado esse atlas entre os primeiros atlas pluridimensionais da América Latina, como assinala Thun (2000, p. 375):

Les premiers représentants d'un atlas linguistique systématiquement pluridimensionnel sont l'*Atlas Lingüístico de Sergipe*, Bahia, 1987, de Carlota da Silveira Ferreira *et alii*, le microatlas aranéen contenu dans la monographie de Otto Winkelmann¹ (1989) e l'*Atlas Lingüístico do Paraná (ALP)*, Curitiba 1994, de Vanderci de Andrade Aguilera [...].²

OS INQUIRIDORES

Os inquiridores, pesquisadores do Grupo de Dialectologia da UFBA, participaram de todas as fases do projeto e tinham, dessa forma, um conhecimento profundo do questionário a aplicar-se.

Trabalharam aos pares, responsabilizando-se, sistematicamente, por um dos informantes em cada uma das localidades. Um princípio, muitas vezes e

¹Refere-se o autor ao trabalho de Otto Winkelmann, *Untersuchungen zur Sprachvariation des Gaskognischen im Val d'Aran (Zentralpyrenäen)*. Tübingen: Niemeyer, 1989 (Zeitschrift für romanische Philologie : Beihefte ; 224 – Hochschulschrift: Zugl.: Mannheim, Univ., Habil.-Schr., 1987), microatlas do Val d'Aran, zona situada nos Pireneus espanhóis onde se fala um dialeto gascão.

²Os primeiros representantes de um atlas lingüístico sistematicamente pluridimensional são o *Atlas Lingüístico de Sergipe*, Bahia, 1987, de Carlota Ferreira et al, o microatlas do Val d'Aran contido na monografia de Otto Winkelmann (1989) e o *Atlas Lingüístico do Paraná (ALP)*, Curitiba 1994, de Vanderci de Andrade Aguilera [...].

em outras experiências seguido, o de inquiridor e informante serem do mesmo gênero, não pôde, no entanto, ser observado, uma vez que o grupo de inquiridores se constituía de um homem e quatro mulheres.

O ATLAS LINGÜÍSTICO DE SERGIPE (1987)

Do *ALS* tratou Mota (1998), detidamente, e, em vista disso, retomam-se, apenas, alguns aspectos para consideração, dos quais destacam-se o caráter pluridimensional, o registro sistemático de informantes dos dois gêneros em cada um dos pontos da rede, a padronização na formulação da pergunta, a realização de inquéritos experimentais em toda a área e a correlação estreita entre esse atlas e o *APFB*.

O *ALS* introduz na Geolingüística brasileira o controle sistemático de gênero e transforma-o em informação cartográfica, exibida em todas as cartas. O tratamento dessa variável vem ao encontro de uma questão – a consideração de variáveis outras que não a diatópica – que, presente em toda a história da Dialectologia, não aparece, sempre, de forma explícita na apresentação dos resultados. A Geolingüística brasileira não contém esse tipo de controle nos atlas, até aquele então, publicados – Bahia, Minas Gerais, Paraíba –, nada obstante o *APFB* oferecer, mediante a consulta à “Introdução”, a possibilidade de identificarem-se os informantes de cada localidade e, assim, tê-los enquadrados nas variáveis – gênero, faixa etária, profissão, etc. – que se queira considerar.

Outro aspecto metodológico que propiciou alto rendimento na recolha das informações foi a padronização na formulação da pergunta. Se isso requereu mais tempo na preparação do questionário, findou por oferecer saldo positivo ao final da realização dos inquéritos. Não se quer dizer com isso que o inquiridor ficasse manietado diante de uma não-resposta do informante à primeira

formulação. Obviamente, nesses casos sempre cabia à inventiva do pesquisador retomar a questão, reformulando-a de maneira a criar condições de obtenção de resposta à pergunta feita.

A realização de inquéritos experimentais, possível graças à extensão da rede, permitiu testar, de forma exaustiva, o instrumento de trabalho e isso possibilitou um aperfeiçoamento do questionário: dirimiram-se dúvidas, aperfeiçoou-se a formulação, eliminaram-se referências que não esclareciam, pelo contrário, perturbavam o entendimento por parte do informante.

Por fim, a correlação estreita com o que se fez na Bahia tem permitido aprofundar o conhecimento da área e tem levado ao reconhecimento de subáreas dialetais que apontam a continuidade Bahia-Sergipe.

O ATLAS LINGÜÍSTICO DE SERGIPE-II (2002)

O segundo volume do *Atlas Lingüístico de Sergipe* representa uma retomada dos materiais de campo, ainda inéditos, em consonância com a política do Grupo de Pesquisa em Dialectologia da UFBA de manter-se fiel à exploração de cunho dialetal, a que se acrescenta o compromisso de tratar, à exaustão, esse *corpus* constituído. Essa retomada é movida por três razões básicas: (i) o interesse de explorar a potencialidade do material reunido há quase quatro décadas; (ii) o exame dos dados e a publicação de resultados numa perspectiva pluridimensional; e (iii) a possibilidade de efetuar comentários às cartas, facultados graças à riqueza dos materiais de campo e à forma como foram registrados, o que permite considerar este trabalho no rol dos que se tem convencionado chamar “atlas de segunda geração”, ou seja, aqueles que, extrapolando o registro em mapa geolingüístico, avançam na interpretação dos fenômenos anotados, vistos na perspectiva particular de cada um ou na sua inter-relação com outros documentados na área ou fora dela.

O RECORTE NO *CORPUS*

A questão que se põe, de início, diz respeito ao porquê do segmento escolhido para análise – a área semântica *HOMEM*.

O questionário aplicado em Sergipe contempla quatro grandes áreas semânticas cujos dados numéricos a seguir se apresentam, com a indicação de itens tratados no *ALS* (1987). Como exhibe o Quadro 1, o *ALS* (1987) selecionou questões das diversas áreas, exatamente porque devia fazer corresponder os seus resultados aos já cartografados no *APFB*. Como se observa, a área prioritariamente contemplada foi a de *VEGETAIS*, a que se seguiram as áreas *HOMEM* e *TERRA*, ambas na casa dos 60%, e, finalmente, aparece a área *ANIMAIS*, com 54.7%

Quadro 1. Questionário de Sergipe: dados cartografados no *ALS* (1987)

Áreas semânticas	Total de perguntas	Perguntas cartografadas	Perguntas inéditas Totais / Percentuais	
TERRA	63	24	39	61.9
VEGETAIS	87	18	69	79.3
HOMEM	241	80	161	66.8
ANIMAIS	296	134 ^(*)	162	54.7
Totais	687	256	431	62.7

(*) Número que incorpora as 94 perguntas que serviram de base à dissertação de Mestrado de Mendes (1992).

As razões, pois, que presidiram a seleção da área escolhida contemplam, por um lado, o número elevado de perguntas não tratadas pelo *ALS* (1987) e, por outro, a pluralidade e diversificação de itens que a constituem. Dessa forma,

foi escolhida a área semântica **HOMEM** por conter, no conjunto de perguntas que a caracterizam, duas subáreas assim identificadas: homem físico – anatomia, doenças, defeitos físicos – e homem social – qualidades morais, vestuário, atividades sociais. A esse critério, que se pode dizer quantitativo, adjunge-se um outro de natureza interpretativa: a diversidade de temas e a variedade na denominação do mundo que envolve o homem ofereciam um atrativo maior e uma considerável gama de variados interesses.

Examinado o conjunto de perguntas e transcritas as informações, verificou-se, no entanto, que nem todos os itens ofereciam respostas que justificassem um tratamento cartográfico. Assim, das 162 perguntas consideradas, 105 têm os seus resultados cartografados. Os critérios que presidiram a essa triagem referem-se (i) à frequência de uso das respostas consideradas, presença maior ou menor por localidade/informante, (ii) ao interesse de caráter histórico dos segmentos destacados, (iii) a aspectos etimológicos relevantes e (iv) ao caráter inovador ou conservador das lexias registradas, os quais foram considerados ora conjuntamente, ora com destaque para um deles.

Não há, pois – nem poderia haver —, uma medida única a reger a seleção de formas a cartografar. Na verdade, e no elastério do entendimento do que interessa, tudo importa e cada coisa é passível de ser registrada em mapa. Mas a ciência não se faz sem a materialização de seus resultados, e nesse aspecto entram a contagem do tempo, questões de economia e a relação custo/resultados da pesquisa, que acabam ditando, também, limites para todo e qualquer trabalho.

A TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

Os dados foram transcritos a partir da audição integral dos registros magnetofônicos na parte que diz respeito diretamente ao corte do *corpus*

selecionado, utilizando-se duas formas de representação: a fonética e a grafemática.

Encontram-se transcritas foneticamente as lexias interpretadas como formas de denominar a coisa perguntada, ou seja, o rol de dados onomasiológicos, e, nos comentários – as notas às cartas –, a referência a itens lexicais não identificados formalmente, não dicionarizados ou com uma particular realização pelo informante. Ilustra-se a introdução de transcrição fonética nas notas com o que se documenta na Carta 52, ponto 62, na transcrição da fala do informante, e com o que se registra na Carta 71, ponto 52, como comentário do transcritor :

62 (inf. B) – *Faz a tapioca, faz a [maka₇zadα], faz a repiana. Já aí, já não é de massa, já é de tapioca mesmo, do líquido da mandioca.*

52 (inf. B) – Respondeu [mɛ₁lẽdyα].

Para a transcrição de comentários, explicações e descrições, utilizou-se a transcrição grafemática tanto para o registro do que se constituía manifestação dos informantes como do que representava a fala dos documentadores ou comentários dos transcritores.

A forma de representar foneticamente um segmento, em qualquer língua, pode pautar-se por alfabetos os mais diferenciados, que oscilem entre um grau maior ou menor de pormenorização na transcrição dos fatos fonético-fonológicos considerados. Isso significa que não há um princípio universal nem uma regra única de comportamento que exija postura geral e uniforme por parte do investigador.

Para o *ALS-II*, seguem-se os princípios adotados para o *APFB* e o *ALS* com introdução de símbolos novos resultantes não da identificação de novas

variantes que tenham sido observadas, mas da necessidade de adequar-se ao sistema de sinais disponíveis nos programas de computador utilizados. Dessa forma, ocorre que, para as mesmas realizações, comparecem, no *ALS-II*, sinais distintos dos assumidos nos dois primeiros atlas – *APFB* e *ALS* –, como se pode observar, por exemplo, na transcrição da africada palatal sonora e da vibrante múltipla retroflexa sonora.

A transcrição fonética do *ALS-II* apresenta-se menos detalhada e o processo de simplificação se reflete: (i) na redução da gama de gradações para as vogais, evitando-se a marcação de traços do tipo « vogal média-aberta levemente fechada » ou « vogal média-fechada levemente aberta » e mantendo-se apenas a oposição aberta : fechada; (ii) na distinção entre realização plena e realização com menor nitidez, neste caso em posição elevada em relação à linha normal de anotações, sem, no entanto, assinalar graus – elevado simplesmente e elevado com zero sotoposto; e (iii) na omissão do dado de maior ou muito maior duração na emissão de sílabas ou de vogais, assinalados, nos citados atlas, com, respectivamente, um ponto e dois pontos, imediatamente após o segmento em causa.

No que concerne à transcrição grafemática, está pautada na ortografia oficial, observando-se, no entanto, a preservação de traços dialetais no que se refere: (i) à grafia dos segmentos *né* (“não é”), *tá*, *tava* (“está”, “estava”), *pra* (“para”); (ii) à omissão de /s/ quando marca morfológica ou inserido em morfemas gramaticais; (iii) às marcas morfossintáticas em geral; (iv) às pausas impressas à frase. Um caso, possivelmente único, de representação na transcrição grafemática de traço fonético está na fala transcrita do informante 58-A (Carta 44): *droba* (“dobra”). A manutenção desse item, assim posto, deve-se ao fato de considerar-se esse caso, como obviamente se apresenta, como de variação fonética mas, também, de uma possível variação lexical motivada por metátese, para cuja dimensão de uso faltam elementos para determinar.

A transcrição grafemática de dados, sobretudo rurais e de falantes reconhecidos como não de norma culta, traz muitas dúvidas que se refletem na dificuldade de encontrar um caminho “ideal” para a representação. Refletindo sobre essa questão, Cardoso (1994, p. 121-122) em artigo publicado na *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, assim se manifestou:

A transcrição de textos orais visa à perenização da informação e, de certo modo, de formas através das quais se concretiza a própria informação. Com isso quero dizer que o transcritor é tomado pela preocupação com a fidelidade ao conteúdo, à integridade das verdades enunciadas, mas também assalta-lhe, diante de certos tipos de manifestação, a dificuldade em definir o que e como incorporar os fatos da oralidade na fixação gráfica do texto. *Neste caso, o dilema se põe entre o que representar, para que de fato represente, e como representar sem transfigurar o texto originário* (grifo nosso).

Preliminarmente, é preciso não perder de vista que código escrito é **código escrito**, ou seja, é um novo processo de representação do que, na sua origem, já é um código – a língua que falamos. A seguir duas questões se põem como gerais: (i) aprende-se, no momento da alfabetização, um sistema ortográfico vinculado à realidade de uma determinada norma da língua e passa-se a usá-lo na transcrição das demais variedades de uso dessa mesma língua; (ii) a realidade do dia-a-dia traz, muitas vezes, a necessidade de transcrever não só usos formais ou supostamente formais, mas também manifestações regionais e elocuções distensas. Isso levou Cardoso (1994, p.122) a afirmar:

A clareza dos limites da representação escrita deve sempre presidir a iniciativa da transcrição de textos orais. Os sistemas ortográficos não podem dar conta das necessidades de indicação fonética que a realidade oral está a exigir. É preciso dosar-se o que deve ser representado no campo fonético para que não se venha a estigmatizar o dialeto transcrito com a admissão de supostos traços que, na realidade, já se configuram de forma mais generalizada e apenas deles o falante comum não se dá conta ou não tem consciência porque vive sob a pressão da língua escrita e do padrão formal adquirido na escola.

AS CARTAS LINGÜÍSTICAS

As cartas lingüísticas contemplam informações semântico-lexicais e fonético-fonológicas, com notas que reproduzem a fala de informantes, comentários dos documentadores ou resultados da interpretação no momento de transcrição e exegese dos materiais, a que se acrescenta o controle diagenérico. Os mapas em que se assentam as informações contêm dados referentes à distribuição geográfica dos pontos, à rede de ferrovias e rodovias e à bacia hidrográfica, com indicação dos pontos da rede.

Os dados vêm dispostos no reto e verso de cada folha. No reto, a carta geográfica com informações semântico-lexicais e, em alguns poucos casos, fonética, com controle de variáveis diatópicas e diagenéricas e apresentação de gráficos com indicação de percentuais de ocorrência por tipo de resposta e segundo o gênero do informante. Quando possível, são postas, nas cartas, ilustrações dos objetos considerados. No verso, a transcrição fonética de todas as respostas registradas, dispostas em colunas – a da esquerda com dados das informantes femininas e a da direita com informações dos informantes masculinos – acompanhadas das notas referentes a localidades/informantes, como se ilustra com as Cartas 48-PRIMEIRA, SEGUNDA E TERCEIRA REFEIÇÕES DO DIA e com a Carta 64-SACOLA DE PALHA COM DUAS ALÇAS.

Na cartografia dos dados, são utilizadas cartas do tipo a que Thun e Elizaincín (ADDU, 2000, p. 2-29) classificam de fenotípicas pluridimensionais. Prioriza-se, como não poderia ser de outra forma, o dado de caráter diatópico, dispondo-se as informações por cada um dos pontos da rede, observando-se a indicação de presença/ausência de dados e o controle da variável gênero.

Algumas questões podem, no entanto, ser levantadas no que diz respeito à apresentação cartográfica dos dados, a saber: (i) a ausência de cartas com

delimitação de áreas, seja pelo traçado de isoléxicas, seja pela delimitação de isófonas; (ii) a introdução de cartas fonéticas quando, sistematicamente, se apresenta o conjunto de transcrições no verso de cada uma delas; e, ainda, (iii) o fato de, dispondo-se do controle de idade, não se ter com ele ampliado o caráter pluridimensional, introduzindo a relação faixa-etária/dado cartografado e, conseqüentemente, apresentando resultados com a consideração da variável diageracional.

Para a primeira das questões levantadas, algumas considerações preliminares se fazem necessárias. A área geográfica do Estado de Sergipe, não tanto pela sua dimensão – a história tem exemplos da diversidade de usos em territórios de pequena extensão –, mas, principalmente, pelas suas características lingüísticas, não se apresenta, pelo menos a partir dos dados coletados através dos questionários aplicados, passível de muitos recortes areais. O que foi reconhecido como relevante, nesse campo, vem tratado nos “Comentários às cartas”, no volume de *Introdução* ao volume de cartas.

Quanto aos dados fonéticos, estão postos, na dimensão das informações disponíveis, no verso de cada folha e por informante/localidade. Há, no entanto, fatos de natureza fonética que apresentam interesse nas considerações dos registros de uma mesma lexia, como se pode observar em casos tais como *soluço/saluço* (Carta 37), *apelido/apelide* (Carta 84), cujo aspecto distribucional revela interesse. Tais casos justificaram a introdução de cartas fonéticas, quando se tem priorizado a informação de caráter semântico-lexical, como se ilustra com a Carta 37-SOLUÇO.

A última questão levantada diz respeito ao grupo de faixas etárias, dado que está mantido sob controle no acervo geral de informações e, dessa forma, disponível. Não se tendo configurado como relevante a relação idade/natureza das respostas transcritas, a variação diageracional deixou de ser tomada como um dos parâmetros a destacar-se cartograficamente.

Dessa forma, o conjunto de cartas: (i) apresenta a distribuição diatópica, assinalando a presença/ausência dos fatos considerados; (ii) indica para cada resposta cartografada o gênero do informante, o que se faz com a utilização de símbolos – círculo para as mulheres, quadrado para os homens – e pela definição da posição dos sinais utilizados em relação ao ponto considerado – mulheres à esquerda, homens à direita; e (iii) permite a visão quantitativa imediata da relação dado registrado/gênero do informante, que é fornecida pelos gráficos de controle percentual.

A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: COMENTÁRIOS ÀS CARTAS

Ao lado do caráter pluridimensional impresso nos mapas lingüísticos, o *ALS-II* traz comentários às cartas, nos quais se destacam aspectos diatópicos e sociolingüísticos, inserindo-se, assim, entre os chamados atlas “de segunda geração”, que se caracterizam pela introdução de análises de dados e interpretação de cartas.

Os comentários que vêm acompanhando os “atlas de segunda geração” destinam-se à análise de fatos e interpretação de dados, seja na perspectiva lingüística *stricto sensu*, seja numa visão mais ampla das relações com outros ramos do saber. Para uma breve ilustração, no volume *Commentaires* do *ALiR*, encontram-se, ao lado do capítulo “Les aboutissants de L+yod latin dans les parlers romans”, que analisa um fato de cunho fonológico, outros destinados ao estudo das designações românicas para diferentes itens como “lundi”, “berceau”, “miroir”, etc., vistos não apenas na perspectiva de suas realizações e/ou das diferentes bases lexicais que se apresentam, mas também na linha da história e da própria interpretação que os fatos exigem.

Os comentários introduzidos no volume segundo do *ALS* objetivam examinar os resultados cartografados não a partir do enfoque de cada conceito com que se identificam os mapas, mas tentando reunir, com base na temática comum, dados ocorrentes em diferentes cartas. Assim, são considerados aspectos lingüístico-antropológicos, implicações de variáveis sociais, aspectos do léxico e a constituição de subáreas lingüísticas.

A introdução de comentários às cartas atende à necessidade de proceder à análise de, pelo menos, alguns dos aspectos de que se revestem os dados cartografados. Dessa forma, o *ALS-II* traz considerações sobre (i) aspectos lingüístico-antropológicos, com a abordagem das denominações para as principais refeições do dia, ou da presença de zoomorfismo; (ii) implicações diagenéricas; (iii) a constituição do léxico, com destaque para criações neológicas e de ampliação de sentido, brasileirismos, relação som-sentido; (iv) arcaísmos; (v) e, como é de se esperar, estudos de natureza areal.

ÍNDICES

Os dados geolingüísticos dispostos em cartas fornecem, de imediato, a distribuição diatópica dos fatos considerados e, conforme a natureza das cartas, a variação fonética que apresentam as formas registradas. Se se pensa em cartas onomasiológicas, fica evidenciada a relação entre conceitos e as diferentes formas de nomear cada um deles. Se se consideram dados cartografados por um princípio semasiológico, prioriza-se a forma documentada e se vai ao encontro dos diferentes significados que recobrem. As cartas que constituem o *ALS –II* são todas elas cartas onomasiológicas e os dados neles registrados vêm reunidos em índices de duas naturezas : (i) “Índice das respostas transcritas” as quais figuram em transcrição fonética, com indicação da carta/

ponto em que ocorrem e (ii) “Índice onomasiológico”, que reúne em cada verbete, definido pela palavra que representa um determinado valor semântico ou pela descrição sumária do objeto/pessoa a que se refere, as formas emitidas pelos informantes para os referentes em causa, com a devida indicação do número da carta em que ocorrem. A vantagem desses dois índices reside, basicamente, no fato de poder propiciar ao leitor, com certa agilidade, uma visão da realidade descrita pelas cartas tanto na perspectiva semântico-lexical como fonético-fonológica, como se pode observar das ilustrações a seguir extraídas desses dois tipos de índices:

Índice das Respostas Transcritas

${}_1k\omega e^yru$	44	51
$k\omega eru, z\tilde{i}\tilde{\omega}$	44	58
$lab\iota, z\tilde{o}m\iota$	89	52, 55, 56, 58, 59, 65
$lab\iota, z\tilde{o}n\iota$	89	53, 54, 62, 63, 64, 65
$la, p\tilde{i}\alpha$	88	52, 61, 62
$la, p\tilde{i}\tilde{y}\alpha$	88	51
$la, r\iota\alpha$	70	60
$la, r\tilde{i}\mathcal{J}\alpha$	6	51, 58, 61, 62

Índice Onomasiológico

Homem maduro ou velho que não se casou (Carta 79)

BALZAQUIANO

DONZELÃO

DONZELO

MAJOR
RAPAZ VELHO
SOLTEIRÃO
SOLTEIRO
VARÃO
VITALINO

Tipos de candeeiro (Cartas 58, 59)

ALCOVITEIRO
CANDEEIRO
CANDEIA
FAROL
LÂMPADA
LAMPIÃO
LANTERNA
PLACA

CD

Uma amostra da realidade da área apresenta-se como instrumento complementar para o conhecimento da região, sobretudo no que diz respeito a aspectos prosódicos não contemplados, especificamente, nos dados cartografados e está contida em um *CD* com um pequeno exemplário de cada um dos pontos da rede. O estado de conservação do material magnetofônico, nada obstante o tempo transcorrido entre o momento das gravações e a retomada para o segundo volume de Sergipe – quase cinquenta anos –, permitiu a seleção de materiais que, se não se apresentam de excelente qualidade fônica, pelo menos permitem uma audição que faculta o conhecimento da área.

PARA UMA BREVE CONCLUSÃO

Os dois atlas de Sergipe caracterizam-se como pluridimensionais, mais propriamente, bidimensionais, porque enfocam duas variáveis – a diatópica e a diagenérica. Reunida na década de 60, a documentação foi submetida à análise em dois momentos distantes no tempo. Tal fato mostra que a distância entre a coleta de dados e o momento da análise não se constitui óbice ao trabalho científico nem se apresenta como novidade na história dos estudos dialetais, como se pode ilustrar com o que sucedeu ao *Atlas Lingüístico da Península Ibérica* (ALPI). A qualidade dos materiais e a natureza da conservação respondem pelo êxito de empreitadas que passam por cima do tempo.

No caso específico de Sergipe, a gravação em fitas magnetofônicas de todos os inquéritos, a rigorosa catalogação dos materiais de campo, a realização de cópias que permitiram poupar os originais e o esforço dos responsáveis pelo acervo para manter esse material arquivado em condições ambientais, se não as mais adequadas, pelo menos as melhores possíveis para cada momento, são razões que asseguraram, e por certo assegurarão por outro tempo, o acesso e o trabalho com esses dados. Os materiais de Sergipe, à exceção de uns poucos casos que refletem deficiência no próprio momento do registro do inquérito e, por isso, insanáveis presentemente, permitem uma razoável e, em alguns inquéritos, muito boa reprodução das gravações, possibilitando, assim, a análise acurada das informações registradas.

De referência aos materiais coletados em Sergipe, mister se faz salientar que um rol de variáveis sociais encontra-se mantido sob controle. Assim, a par da variável diastrática – informantes analfabetos ou com pouca escolaridade –, prefixada como norma pela tradição dialetal e, por isso, condição básica para a seleção de informantes, foram consideradas e controladas as variáveis gênero,

idade, profissão, estado civil, a que se somam dados complementares relativos a local de nascimento dos pais, viagens e domicílios fora da localidade em questão e, no caso de informantes masculinos, prestação de serviço militar.

A esses aspectos acrescenta-se um outro: levantamento de dados geolingüísticos, ainda que circunscritos a uma precisa sincronia, permite uma visão diacrônica da língua. Fatos fonéticos, que se registram, exibem a diacronia na sincronia. Assim, quando ao lado da realização de um [t] dento-alveolar, documentam-se, na mesma distribuição e no mesmo item lexical, realizações particularmente tensas desse mesmo fonema ou a presença de uma africada palatal surda, isso evidencia diferentes estágios por que passam ou vêm passando certos fonemas e estabelecem a sua cadeia de transformação no curso da história, como exibem os resultados cartografados de referência a esses e a outros fenômenos lingüísticos. De forma similar se pode ilustrar com o léxico: são formas que convivem numa mesma região e, do ponto de vista histórico, se caracterizam como sedimentadas no curso do tempo em épocas diferenciadas, como se vê documentado, por exemplo, na Carta 19, onde se registra *mouco* ao lado de *surdo*, ou na Carta 81, onde aparece *aleive* para “calúnia”. A Dialectologia fica, assim, a serviço da diacronia, permitindo que se visualizem, num mesmo momento, etapas da história que, no curso do tempo, tornarão evidentes a mudança operada e a “forma vitoriosa”.

Se a história se vê, assim, contemplada, a faceta social da língua também encontra guarida nos estudos dialetais. O tratamento dado aos materiais de Sergipe – e graças ao rigor metodológico da sua recolha – no *Atlas Lingüístico de Sergipe* II apresenta, sistematicamente, a relação espaço geográfico-gênero, apontando as relações entre essas variáveis nas indicações por ponto da rede e nos gráficos que acompanham cada carta, a que se somam observações específicas feitas nos “Comentários às cartas”. E os resultados mostram que se se observam preferências, em alguns itens, quando se assinala o uso

dominante ora pelos homens, ora pelas mulheres, não se pode concluir afirmando que a variável gênero determina a existência de dialetos perfeitamente demarcados.

Ao lado dos aspectos de cunho histórico e sociolingüístico, é importante destacar a visão antropolingüística da área, que se pode ter a partir da consideração dos dados submetidos à análise. A Dialectologia, pelo seu método, que não se contenta apenas em ouvir e anotar denominações para as “coisas” buscadas, mas procura explicações que caracterizem e descrevam os usos, faculta e estimula uma visão antropológica dos atos da língua, fornecendo dados que permitem o entendimento dos usos lingüísticos no contexto da sociedade que deles se beneficia. As incursões nessa área, consubstanciadas em observações nos “Comentários às cartas”, fornecem exemplos da importância da Dialectologia também nesse campo de consideração.

Tal conjunto de informações tem permitido imprimir aos resultados sobre Sergipe uma perspectiva pluridimensional que, explorada no tocante à variação diagenérica, pode ser examinada em outras dimensões.

Diante do que se vem de destacar, uma primeira conclusão se impõe: a importância dos estudos dialetais se evidencia não apenas no que diz respeito aos estudos lingüísticos *stricto sensu*, mas também no que se refere a outros campos do conhecimento com os quais mantém profunda relação e explícita interface. A essa se segue uma segunda conclusão que sintetiza, em quatro itens, os objetivos desse segundo atlas de Sergipe: (i) explorar parte inédita do *corpus* constituído há mais de três décadas; (ii) submeter os dados coletados a tratamento pautado pelas tendências atuais dos estudos dialetais, imprimindo aos resultados a feição de um “atlas de segunda geração” – porque acompanhado de comentários interpretativos dos dados – e também pluridimensional, mais propriamente bidimensional – porque ao enfoque

diatópico se acrescenta, sistematicamente e para cada ponto da rede, informação de cunho sociolinguístico, especificamente relativa ao gênero dos informantes; (iii) mostrar que a relação unidade linguística-diversidade de usos não se põe na dependência direta da extensão territorial considerada, podendo, assim, delinear-se subáreas dialetais independentemente da extensão territorial da região globalmente tomada para estudo; (iv) por fim, mas não em último lugar, dar destaque às interfaces da Dialectologia com outros ramos do conhecimento científico, pois é reconhecida a relevância da contribuição que esse ramo dos estudos da linguagem pode trazer à reconstituição da história, ao entendimento da organização demográfica, às questões de natureza antropológica, em geral, e ao próprio ensino da língua materna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

AGUILERA, V. de A. (org.). *Caminhos e perspectivas para a Dialectologia no Brasil*. Londrina: Editora da UEL, 1998

_____. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994. 2 v.

Atlas Lingüístico de la Península Ibérica. (ALPI). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962.

Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU). Dirigido por THUN, Harald; ELIZAINCÍN, Adolfo. Fasc. A.1. Kiel: Westensee, 2000.

Atlas Linguistique Roman (ALiR). Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato; Libreria dello Stato, v. I, 1996, v. II, 2002.

CARDOSO, S. A. M. da S. *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. 2002. 2 v. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERREIRA, C.; FREITAS, J.; MOTA, J.; ANDRADE, N.; CARDOSO, S.; ROLLEMBERG, V.; ROSSI, N. *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

FREIRE, F. *História territorial do Brasil. Bahia. Sergipe. Espírito Santo*. V. 1. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

KOCH, W.; KLASSMANN, M.; ALTENHOFEN, C. *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*. PortoAlegre/Florianópolis/Curitiba. Editora da UFRGS/ Editora da EFSC/Editora da UFPR, 2002. 2.v.

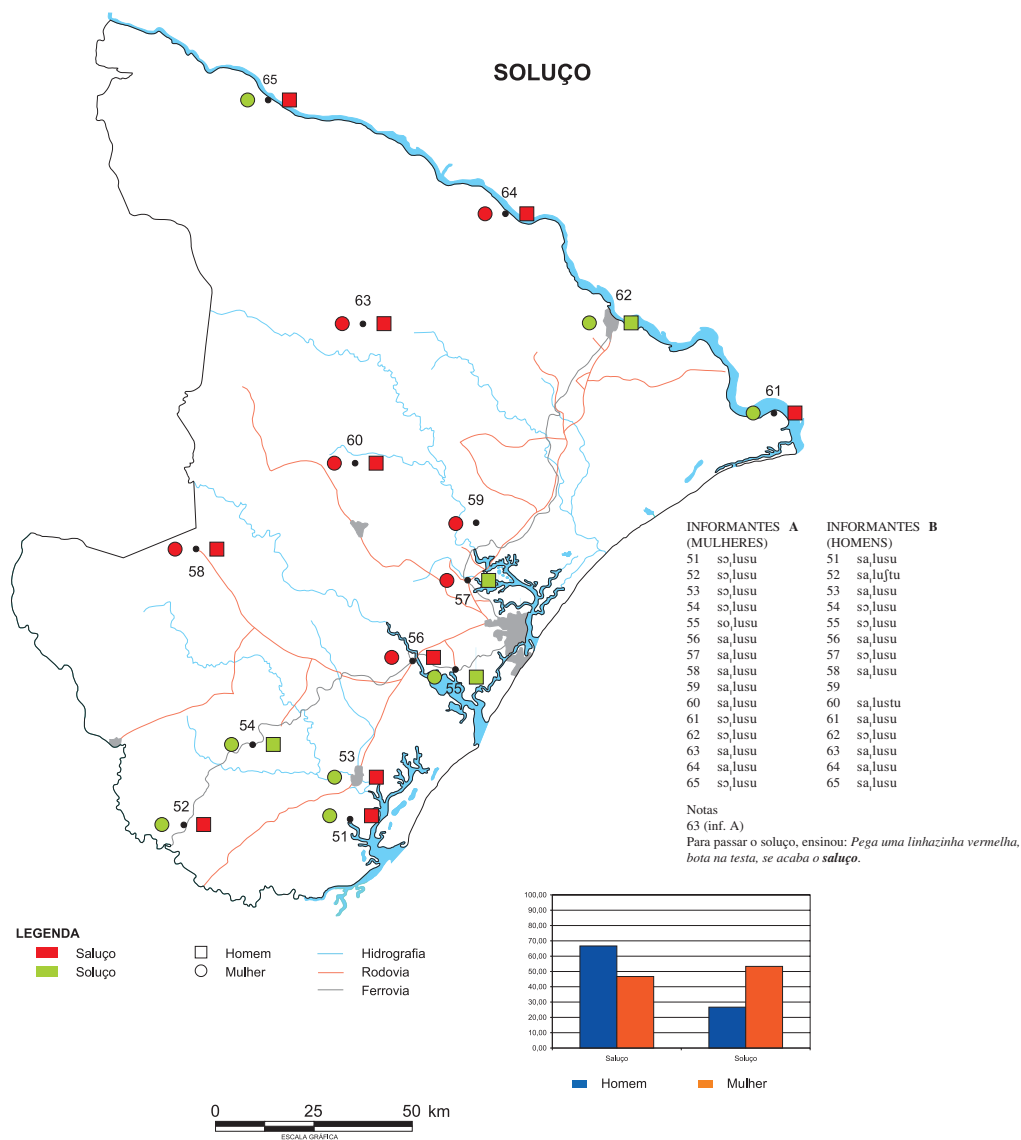
MENDES, M. E. de C. *O cavalo em Sergipe: um estudo geolingüístico*. 1992. 2 v. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística – Instituto de Letras), Universidade Federal da Bahia, Salvador.

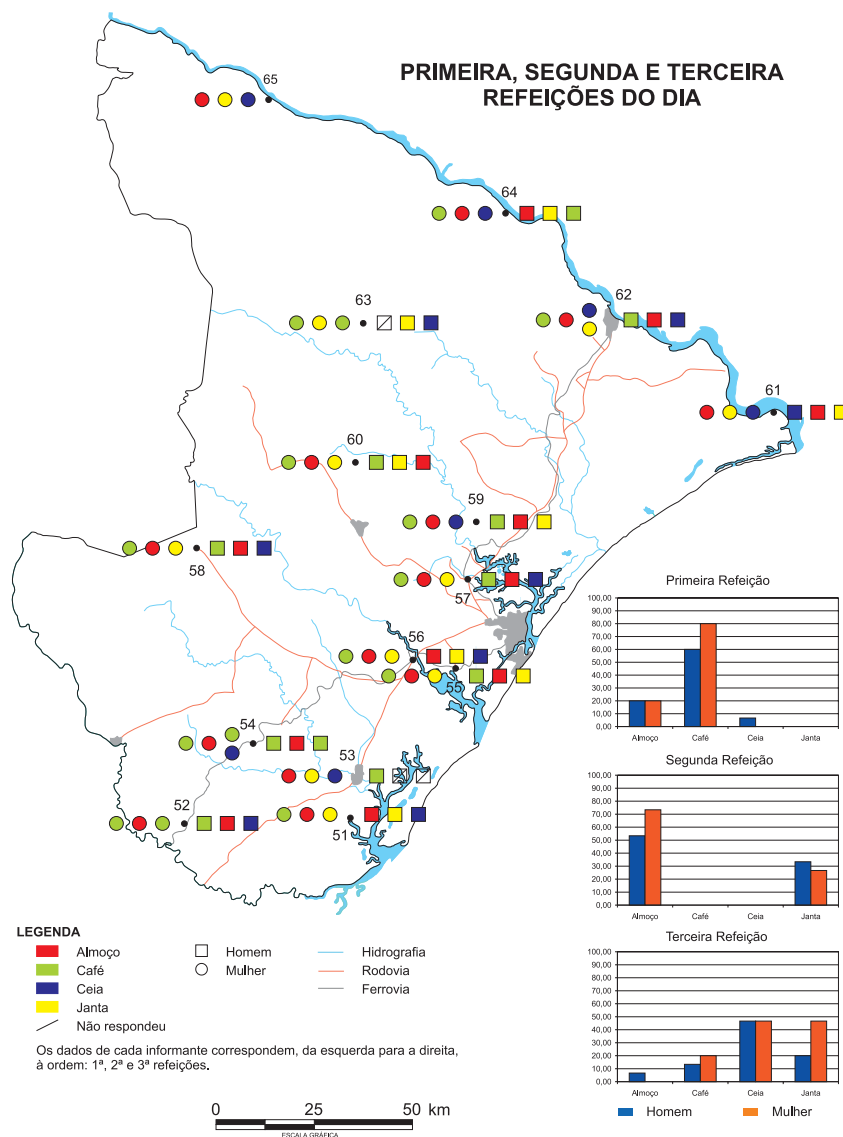
NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

RIBEIRO, J.; ZÁGARI, M. R. L.; PASSINI, J.; GAIO, A. P. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

ROSSI, N.; FERREIRA, C.; ISENSEE, D. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro:Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.

THUN, H. La géographie linguistique romane à la fin du XXe. siècle. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, 22. 1998, Bruxelas. *Actes...*, v. 3. *Vivacité et diversité de la variation linguistique*. Tübingen: Niemeyer, 2000. p. 367-388.





Notas
Retirei-se nesta carta as designações documentadas para cada uma das três refeições, identificadas no padrão da língua como *café da manhã*, *almoço* e *jantar*. Os dados, assim conjugados, permitem verse a forma de organização para cada um dos informantes. A informação da refeição que foi expressa ora pelo verbo ora pelo respectivo substantivo. Assim registaram-se:

café – tomar café
almoço – almoçar
janta – jantar
ceia – ceiar

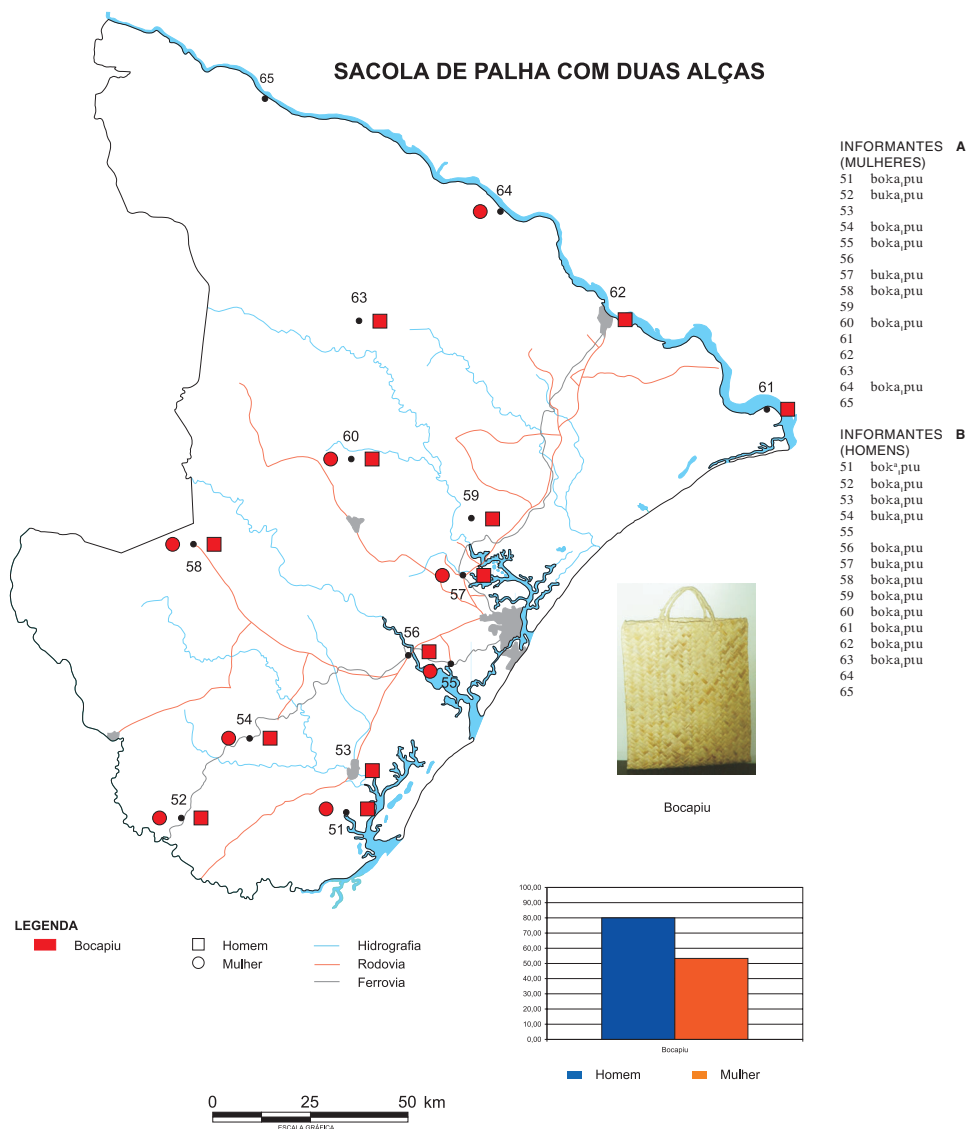
Primeira Refeição

61 (inf. A) – *Seis horas... quando vai trabalhar, depende a hora. A gente vai trabalhar bem cedinho, come em casa, come no serviço e saindo no horário come seis horas; farinha ou curupira ou peixe assado ou um pedaço de carne.*
62 (inf. B) – *As seis horas, as sete horas, não tem horário certo. Quem tem horário certo é quem tem empregado.*
64 (inf. B) – *A gente almoça arroz. O almoço é aqui sempre sete hora.*

Terceira Refeição

60 (inf. B) – *Aqui é almoço, mas daqui pra fora não é.*
61 (inf. A) – *Tem gente que chama a janta, chama ceia, né? Tem gente que ceia, de assim: 'Vamos almoçar'. Quando é meio-dia: 'Vamos jantar'. Quando é de noite: 'Vamos ceiar'. Eu, de primeiro, falava. Depois que fui em Juazeiro da Bahia, aprendi. Lá a janta diz que é de noite. Ai aprendi e pronto.*

Nos pontos 53 (inf. B) e 63 (inf. B), não foram aplicadas, respectivamente, as perguntas 259 e 257.



NOTAS

Como a formulação da pergunta levava à apuração de tipos de sacola de palha, em alguns pontos não ocorreu *bocapiu*, tendo sido registrados outros tipos, como sucedeu nos pontos: 53 (inf. A), 55 (inf. B) – cesta e sacola; 61 (inf. A), 65 (inf. A) – cesta e bolsa; 62 (inf. A) – cesta; 64 (inf. B) – cesta e cesta.

Esse faz um tipo de um *bocapiu* e outro de *alchibiu*, feito de *pindeba*.

Disse ser de *pindeba*.

É de palha, *bocapiu* completo e o pequeno.

Feito de palha de *pindeba*.

Descreveu como sendo de palha, com duas alças, uma de um lado, outra de outro, comprido e estreito.

É feito de *[paye]*, agora tem duas alças de segurar.

Lá na Bahia é muito comum chamar de *bocapiu*.

Disse ser feito de *pindeba*.

Na sequência: É uma *bocapiu*.

Trancê de *[paye]* é *bocapiu*. Agora, trancê de *[paye]* pra... tipo *quira* é cesta.

É a mesma cesta. Explicou ser redondo ou quadrado com um arco.

Atlas Linguístico do Paraná

gênese e princípios metodológicos



Vanderci de Andrade Aguilera
(Universidade Estadual de Londrina/UEL)

“— *Bom dia, comadre! Tá devarde hoje? Vamo entrá?*
— *Não, brigado, tô de vereda*”¹

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O Atlas Lingüístico do Paraná é o quinto na ordem cronológica de publicação dos atlas estaduais brasileiros, levado a efeito mais de trinta anos depois da peregrinação e pregação de Silva Neto (1957) Nascentes (1958 e 1961) por todos os quadrantes brasileiros em favor da realização do Atlas Lingüístico do Brasil.

Basta conhecer algumas localidades de cada região paranaense para sentir que o Paraná é um mosaico vivo de dezenas de povos e culturas diversificadas, e até historicamente antagônicas, convivendo lado a lado, assimilando mutuamente, em maior ou menor escala, seus costumes e hábitos, inclusive, e sobretudo, os lingüísticos.

Bastaria, também, a qualquer estudioso de língua portuguesa ter ouvido diálogo semelhante ao da epígrafe para se conscientizar da necessidade e urgência de fazer um levantamento e estudo crítico da diversidade lingüística no Estado. Apenas aquelas duas frases seriam, pois, suficientes para demonstrar que, embora convivendo em espaços geográficos próximos, a interação verbal pode não ocorrer, ou ocorrerá com dificuldade entre seus interlocutores.

A observação das diferenças lingüísticas, a origem rural, a convivência com falantes rurais e os estudos de pós-graduação em Letras foram as principais

* Versão revisada de Atlas Lingüístico do Paraná - veredas

¹ Diálogo, no interior do centro-sul paranaense, entre meu intermediário e uma moradora da localidade, em que o primeiro pergunta ao segundo se ele está de folga (debalde) e se quer entrar, e o segundo responde que está com pressa, apenas de passagem (de vereda).

motivações para a elaboração do *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)*, levado a efeito como tese de doutorado. Durante o curso de mestrado, mais precisamente no ano de 1985, os contatos com os três atlas estaduais brasileiros publicados (ROSSI, 1963; RIBEIRO, 1977; ARAGÃO & MENEZES, 1984), e com as obras de Dialetoлогия e de Geografia Lingüística, reforçaram o meu propósito de, embora mestranda, iniciar as primeiras investigações dialetológicas em algumas regiões paranaenses, aplicando um questionário piloto, baseado nas propostas contidas nas obras já citadas de Serafim da Silva Neto e Nascentes e, sobretudo, nas de Caruso² (1983) no Questionário do Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo.

Antes de dar início ao Projeto, considerei indispensável conhecer a realidade lingüística paranaense descrita por outros pesquisadores. Surgiu, então, o primeiro questionamento: havia pesquisas dialetológicas no Paraná? Depois de algum tempo de busca, verifiquei que obras completas publicadas eram raríssimas, assim como eram em número reduzido os artigos em revistas acadêmicas e os trabalhos científicos de mestrado e doutorado, a maioria dos quais voltada para pesquisas pontuais em determinadas localidades do sul, como Guaraqueçaba, Laranjeiras do Sul, Palmeiras, Ponta Grossa e Tibagi.

Começa, então, a fase de montagem do Projeto, quando é preciso, de início, determinar os objetivos e a metodologia.

² A elaboração do Atlas Lingüístico do Paraná, que se constituiu em minha tese de doutorado, apresentada em novembro de 1990, ao Instituto de Letras, História e Psicologia, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Assis, foi sugerida pelo prof. Dr. Pedro Caruso, da disciplina de Dialetoлогия, e orientada pelo prof. Dr. Rafael Eugênio Hoyos Andrade, ambos daquela Instituição, aos quais rendo meus agradecimentos.

OBJETIVOS

Nem sempre que se inicia uma pesquisa lingüística consegue-se definir com absoluta precisão todos os objetivos e as formas pelas quais eles serão alcançados, pois, à medida que o trabalho evolui, os dados vão apontando caminhos muitas vezes não previstos. O próprio Silva Neto (1957: 34) adverte:

É preciso lembrar, contudo, que as pesquisas de campo são a negação de todo e qualquer esquematismo. Cada região tem os seus problemas próprios, que muitas vezes não podem ser resolvidos senão no terreno.

No entanto, com base nos princípios da dialetologia tradicional, quatro pontos fundamentais nortearam a elaboração do ALPR:

DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DE VARIANTES LEXICAIS

O conhecimento intuitivo e impressionista que todos temos da diversidade lingüística e os dados levantados para o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina – EALLO* – (AGUILERA, 1987), nortearam o primeiro objetivo: registrar cartograficamente a variação lexical no dialeto rural paranaense.

Através da distribuição diatópica dos registros, as cartas buscam demonstrar a variedade na uniformidade, isto é, as variantes lexicais influenciadas pelas variáveis: sexo, idade, local de nascimento e grau de escolaridade, entre outras, que caracterizam a fala comum. Os conceitos a serem investigados deveriam servir de subsídios para estudos comparativos com os correspondentes dos demais atlas estaduais e regionais brasileiros, sobretudo o Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo.

DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DE VARIANTES FONÉTICAS

A população brasileira, demonstram as pesquisas, está em constante mobilização geográfica: ora são os moradores do campo buscando as cidades, ora os moradores das pequenas cidades que buscam os centros urbanos de maior porte. O Paraná não fugiria à regra e essa mobilização provoca entre os falantes nativos uma reação de estranhamento diante da fala diferente do recém-chegado. Para os norte-parananenses, a manutenção do / e / e / o / átonos finais dos sulistas é motivo de curiosidade, quando não de riso, materializado no xiboleto *leite quente*. Por sua vez, ‘doem’ nos ouvidos destes o nosso / r / retroflexo em trava ou final de sílaba, assim como o alçamento e fricativação em [ˈlejtʃiˈketʃi].

Dessa forma, a apreensão intuitiva de determinadas realizações fonéticas associada às constatações registradas no *EALLO* serviram de suporte para a proposta de documentação cartográfica da distribuição espacial das várias realizações fonéticas de um número significativo de vocábulos, previamente selecionado com o objetivo de traçar as linhas de isófonas no Paraná.

As cartas fonéticas elaboradas poderiam igualmente servir de elemento de comparação com as de outros atlas regionais brasileiros, sobretudo quanto à realização de determinados fonemas, tais como o / r / em trava de sílaba interna ou final de vocábulos; o / r / vibrante inicial ou intervocálico; o / s / em trava de sílaba interna ou final; o / e / e / o / átonos finais; e a postônica nas palavras proparoxítonas, entre outros.

BUSCA DE DELIMITAÇÃO DE ISOGLOSSAS

Faz parte dos objetivos da geolingüística a busca de delimitação de zonas isoglóssicas de determinados vocábulos e sons com a finalidade de descrever a circunscrição e a irradiação das formas lingüísticas.

A partir da análise das cartas lexicais e fonéticas foram elaboradas algumas cartas isolexicais e isofônicas para, numa síntese, retratar a abrangência diatópica das formas mais significativas estudadas. Tal procedimento possibilitaria, nos Atlas de São Paulo, de Minas Gerais, da Região Sul e no de alguns estados do nordeste – isto é, regiões de onde provieram os colonizadores do Paraná e demais migrantes – a verificação não só do(s) ponto(s) de irradiação de alguns vocábulos e formas fônicas em uso no Paraná, bem como a maior ou menor expansão ou resistência de tais formas lingüísticas na linguagem rural. Possibilitariam, igualmente, a verificação e estudo da distribuição diatópica dos tupinismos, dos arcaísmos e dos tabus lingüísticos, entre outros.

ORGANIZAÇÃO DE UM GLOSSÁRIO

Pode-se afirmar que é consensual entre os lingüistas a relevância do glossário, vocabulário ou dicionário regional, nos estudos de variação lingüística de uma região. Assim pensa Karl Jaberg, citado por Silva Neto (1957, p. 41):

Est-ce à dire que les dictionnaires, patois ou autres soient inutiles? Certainement non: on y trouve une multitude de renseignements qu'aucun atlas n'est capable de donner [...]

Os autores do *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* assim procederam, incluindo no final da obra (vol. I) um glossário com os vocábulos

regionais. Sílvia Elia, por sua vez, ao prefaciar o *Atlas Lingüístico da Paraíba*, dá especial destaque à apresentação do glossário, considerando a sua inclusão como “feliz idéia das autoras”.

Assim, usando a terminologia de Filin, citado por Montes (1987, p. 84), optei pelo léxico-dialetal, isto é, foram incluídas só as vozes que denotavam o caráter diferencial do dialeto em relação com o léxico ao que se comparava. No caso do *Atlas Lingüístico do Paraná*, na versão apresentada como tese de doutorado, registrei todo vocábulo cuja forma e/ou sentido não pertencia ao vocabulário ativo de um falante da norma padrão urbana, tomando por base o conhecimento lingüístico dos vários componentes da equipe. Tais vocábulos foram retirados das cartas e das notas explicativas, e seu uso contrastado com outros glossários já publicados no Paraná. No entanto, para a publicação, optamos por não incluir esse glossário, que deverá ser revisado e ampliado em estudos posteriores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

QUESTIONÁRIO

Como já mencionei, o questionário lingüístico adotado é basicamente o do *ALESP* quanto ao elenco de conceitos a serem pesquisados e ao modo de formulação das questões.

Trata-se de um questionário elaborado com base em dois campos semânticos: Terra e Homem, envolvendo as esferas semânticas, no primeiro: a) natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo; b) flora: árvores, frutos, etc.; c) plantas medicinais; d) fauna: aves, pássaros, outros animais; e no segundo: a) partes do corpo, funções, doenças, etc.; b) vestuário e calçados; c)

agricultura, instrumentos agrícolas, etc.; d) brinquedos e jogos infantis; e) lendas e superstições, num total de 325 questões.

As perguntas, em sua maioria, são formuladas de forma indireta, descrevendo-se o objeto a ser nomeado pelo informante. Por exemplo: “como se chama o inseto de asas coloridas que voa de flor em flor?”

Outras, devido a sua especificidade – as referentes a partes do corpo humano ou a peças do vestuário, por exemplo – são feitas diretamente, apontando-se o objeto: “o que é isto?”. Igualmente indaga-se, por meio de questionamento direto, sobre ‘*corisco*’, ‘*fases da lua*’, ‘*dias da semana*’, ‘*meses do ano*’, entre outras, e as seis perguntas referentes às crendices, que demandam uma descrição ou explanação por parte do informante. Como pergunta final, consta um relato de experiência pessoal.

Este questionário, que chamamos de questionário inicial, foi aplicado com o mesmo número de perguntas e com a mesma formulação do *ALESP* durante as primeiras entrevistas, realizadas de 1985 ao primeiro semestre de 1987.

A partir da minha dissertação de mestrado, passamos a aplicar o questionário definitivo, com supressões e acréscimos sugeridos pela própria evolução das pesquisas, tanto na anterior, para o *EALLO*, como para esta, a do *ALPR*.

Ao questionário inicial acrescentei sete perguntas:

- *pinguela*, questão 7, porque sempre que indagava por *ponte*, muitas vezes a primeira resposta era *pinguela*. Decidimos, então, incluir uma pergunta específica para este vocábulo, com o propósito de delimitar a área de abrangência de um e outro;
- *nascente de rio*, questão 8. No questionário inicial, formulava-se a pergunta 7; *o lugar onde o rio nasce, chama-se nascente, como se chama o lugar onde o rio termina ou em que ele desemboca?*, dando margem a que, por associação a *nascente*, a resposta fosse *poente* (AGUILERA, 1987, p. 23).

A fim de evitar a referida associação e de buscar as possíveis variantes lexicais, decidi desdobrar esta questão, inquirindo no questionário definitivo sobre *nascente de rio* (q. 8) e *foz de rio* (q. 9);

- *raiz mestra ou pião*, questão 66. Como nas primeiras entrevistas era muito freqüente o informante, interrogado pela *parte da árvore que fica dentro da terra*, responder apenas *pião*, omitindo o nome genérico *raiz*, resolvi incluir mais esta pergunta no questionário posterior;
- *fruta*, questão 71. Quando interrogava sobre as partes da árvore, verifiquei que a variante fonética *fruta* era bastante produtiva em informantes mais idosos, com menos escolaridade e moradores de regiões mais afastadas;
- *camomila*, questão 91. Nas primeiras entrevistas, chamou-me a atenção a ocorrência de *maçanilha*, variante lexical de camomila, na questão 88, quando indagava sobre chá para cólicas do bebê. Por esse motivo, concluí ser de grande interesse na delimitação das áreas isoglóssicas a pesquisa dessas variantes lexicais;
- *galinha sura*, questão 120. Apesar de, na primitiva questão 108, *espécies de galinha*, o informante ter oportunidade de referir-se a galinha naturalmente derrabada, nem sempre isso ocorria, estabelecendo-se uma confusão entre esta e o *animal do qual se cortava o rabo*, questão 114. Com o acréscimo de tal pergunta foi possível estabelecer a diferença entre os dois campos semânticos;
- *sobrancelhas*, questão 189. Sua inclusão baseia-se no interesse do registro das variantes fonéticas, sobretudo para comprovar cientificamente a constatação apriorística da alta freqüência da forma analógica *sombrancelha*;

Além dessas inclusões, outras questões foram desmembradas e outras excluídas. Dentre as exclusões está a questão 55, *contagem de um a vinte e dois*, que se revelou enfadonha e pouco produtiva nas primeiras entrevistas, além de provocar uma quebra na espontaneidade do informante.

Quanto à formulação das questões, conforme observei no *EALLO* (p. 21-28), a própria experiência possibilitou o aperfeiçoamento na maneira de interrogar, de tal modo que se pudesse ajustar o próprio código lingüístico ao do informante. Assim sendo, aproveitamos a sabedoria popular regional, local e individual para penetrarmos no mundo daquele saber lingüístico ao qual ainda não tínhamos tido acesso.

As notas explicativas, constantes do verso de cada carta, dão conta das adaptações que julguei necessárias para o sucesso da entrevista. Em outras questões, modifiquei a maneira de formular a pergunta, com resultados mais positivos. É o caso de:

- fases da lua: questão 25, em que passamos a questionar se a *lua era sempre igual e que nomes teria quando ‘demudava’*.
- dia(s) anterior(es), para ontem, questão 52: conforme sugestão verbal posterior do Prof. Pedro Caruso, autor do questionário, passamos a perguntar pelo dia da última refeição do informante. E para anteontem (questão 53) e trasanteontem (questão 54), indagamos *mais um dia pra trás* ou mencionamos o dia da semana correspondente.
- espécies de animais: para *galinha* (questão 112), *peixe* (questão 149), *cobra* (questão 132); e de plantas (frutos, cereais, grãos), questões 77, 82, 83, 277, 281, 289 e 293, inicialmente se indagava por *espécies ou tipos* – termos pouco freqüentes no vocabulário ativo do informante – normalmente com resultados pouco produtivos. Dessa forma, substituímos os termos *espécies e tipos* por *qualidade (colidade)* com respostas bem mais satisfatórias.
- plantas medicinais: *erva Santa Maria*, *hortelã*, *arruda*, *alecrim*, *rubim*, *guiné* (questões 90, 92, 98, 100, 101 e 102, respectivamente) que, por apresentarem um uso específico, regional ou local, diferente do proposto no primeiro questionário, foram adaptadas segundo os costumes locais, no decorrer da pesquisa.

- Sobre os tabus lingüísticos mantiveram-se as constatações do *EALLO* com relação a formas tabuizadas referentes a temas ligados à reprodução animal ou humana, partes do corpo, secreções, doenças, peças do vestuário, como *gala do ovo* (q. 117), *aborto* (q. 229), *útero* (q. 227), *seio* (q. 218), *ranho* (q. 196), *remela* (q. 190), *ceroto* (q. 197), *sutiã* (q. 219), *cueca* (q. 265) em que era notória a situação de constrangimento do interlocutor. A esses tabus lingüísticos acrescentam-se alguns fenômenos naturais como tempestade (q. 42), chuva de pedra (q. 37), além do termo *pinguela*, para ponte pequena, que sugeria o emprego chulo de *pinguelo* (órgão sexual masculino), a tal ponto de um informante comentar que ‘certas coisas não se dizem a uma mulher desconhecida’. Igualmente para as formas populares de *caga-fogo*, para vagalume (questão 135) e *rola-bosta*, para besouro (questão 136) ou a resposta era omitida ou expressa com reações de vergonha, de constrangimento.

LOCALIDADES

Para a definição da rede de pontos lingüísticos, adotamos inicialmente a sugestão de Nascentes (1958: 21), (anexo I) que estabelece vinte e quatro localidades a serem pesquisadas no Paraná: são os pontos de número 364 a 387, no rol dos seiscentos e seis municípios brasileiros a fazerem parte da rede de investigação para o Atlas Lingüístico do Brasil.

Naquela obra, há pequenos lapsos gráficos que corrigimos. Por exemplo: como os pontos 365 e 367 aparecem com o mesmo nome – Paranaguá – substituímos o último por Paranaíba; o ponto 372, *Campo do Mourão*, foi atualizado para Campo Mourão; o número 384, *Serro Azul*, foi corrigido para Cerro Azul e o 386, *Tibaji*, transcrito dentro da norma ortográfica, foi atualizado para Tibagi, como consta do registro em mapas, placas de trânsito, etc.. Finalmente o ponto 385, *Guaraqueçava* passou a Guaraqueçaba.

Considerando que tal proposta de Nascentes havia sido feita em 1958, época em que muitas cidades do oeste e sudoeste estavam nascendo, e por pretender um estreitamento da malha de pontos para um máximo de 60 km entre um e outro, estendemos para sessenta e cinco o número de localidades (anexo II), levando-se em conta fatores etno-geo-históricos de cada um, aí incluindo a data de fundação. Dessa forma, temos municípios com menos de cinquenta e com mais de trezentos anos.

Contemplamos, igualmente, pelo menos um ponto de cada uma das vinte e quatro microrregiões fisiográficas paranaenses: municípios de grande, pequena ou média extensão territorial, densamente habitados ou não, com grande ou pouca expressividade econômica e política, buscando espelhar ao máximo a realidade lingüística.

Esclarecemos, ainda, que a relativa proximidade de alguns pontos – menos de 30 km – como Cambará e Jacarezinho (pontos 5 e 6); Londrina e Jataizinho (pontos 11 e 12); Peabiru e Campo Mourão (23 e 29); Umuarama e Cruzeiro do Oeste (21 e 22) está relacionada com a marcação do ponto no mapa – baseada na sede do município – ou com fatores etno-geo-históricos, tais como a predominância de determinados grupos migratórios ou imigratórios, topografia do terreno, data de fundação, atividade econômica, por exemplo.

Os pontos foram marcados, conforme expusemos, com base na sede do município. No entanto, na maioria dos casos, as entrevistas foram realizadas em distritos ou comunidades rurais distantes do ponto marcado.

Os pontos lingüísticos estão numerados de 1 a 65, dispostos no sentido oeste-leste e do norte para o sul.

INFORMANTES

Na busca do informante, recorremos de início às Prefeituras, na pessoa do prefeito ou secretário geral. Entretanto, tal expediente nem sempre se revelou produtivo, devido à distância que permeava os objetivos e interesses da pesquisadora com os dos líderes administrativos. Enquanto nosso objetivo era encontrar o informante que preenchesse todos os requisitos pré-determinados, às vezes o do nosso intermediário era livrar-se do problema o mais rápido possível, apresentando-nos os informantes mais próximos.

Num segundo momento, passamos a solicitar a colaboração dos secretários ou diretores municipais de educação, agentes da extinta ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), diretores do antigo MOBREAL, secretários ou agentes municipais de saúde e bem estar social, com resultados mais satisfatórios, devido ao maior contato com os rurícolas.

Bastante eficaz foi a atuação dos professores de primeiro grau das zonas rural e periférica, entendendo de imediato, na maioria dos casos, o objetivo da pesquisadora e promovendo o encontro com o informante desejado, e muitas vezes presenciando o desenrolar da entrevista – o que nos pareceu importante para tranquilizar o informante e dar-lhe maior segurança.

Quando tais expedientes se mostravam ineficazes, recorríamos a amigos, parentes e ex-alunos, moradores da localidade, que, de uma forma ou de outra, tinham contato com trabalhadores rurais.

Para a seleção dos informantes, adotamos os critérios da dialetologia tradicional, apresentados por Nascentes (1958 e 1961), Silva Neto (1957) e Caruso (1983): ter idade entre 30 e 60 anos; ser analfabeto ou semi-alfabetizado; ter nascido na localidade ou aí ter vivido pelo menos três quartos de sua vida;

se casado, o cônjuge deveria ser também da localidade; ser filho de família ali radicada; não ter realizado viagens longas, nem ter feito o serviço militar; ser ou ter sido agricultor.

Seria muita pretensão ou ingenuidade esperar que no Paraná – devido à história da colonização, às constantes correntes migratórias e imigratórias, às sucessivas mudanças de atividades agrícolas, sobretudo no Norte Velho, Novo e Novíssimo – fôssemos deparar com cento e trinta informantes que preenchessem integralmente tais exigências. A realidade demonstrou que cada localidade tem sua própria história e que os critérios teriam que ser flexíveis, fazendo com que nos adequássemos às circunstâncias e ao meio ambiente, a fim de não inviabilizarmos a execução do projeto.

Para que chegássemos com êxito ao final do trabalho de busca e seleção de informantes, e de realização das entrevistas, muitas vezes tivemos que retornar duas ou três vezes à mesma localidade. Foi o caso, entre outros, de Paranaíba (ponto 8), Jaguapitã (ponto 10), Cianorte (ponto 15), Cruzeiro do Oeste (ponto 22), Ortigueira (ponto 25), Guaíra (ponto 27), Tibagi (ponto 31), Campina da Lagoa (ponto 34), Cascavel (ponto 39), Pitanga (ponto 41), Ponta Grossa (ponto 43), Dois Vizinhos (ponto 49), Guarapuava (ponto 51), Palmeira (ponto 53), Curitiba (ponto 54), São Mateus do Sul (ponto 62) e Lapa (ponto 63), em que, ora devido às condições climáticas; ora à dificuldade de permanecer mais tempo no local para buscar o informante adequado, uma vez que os indicados não preenchiam os requisitos básicos; ora por impossibilidade do informante; ora por defeitos na gravação magnetofônica, o trabalho teve que ser refeito, retardando o andamento da pesquisa e onerando sobremaneira o custo operacional, mas possibilitando resultados mais seguros, confiáveis e satisfatórios.

Fizemos oitenta e sete viagens, percorrendo cerca de 50.000 km, para concluirmos todas as entrevistas, inquirindo dois informantes em cada localidade, um masculino e outro feminino.

O primeiro contato com o informante sempre foi intermediado por uma pessoa da localidade, amiga ou conhecida do informante. Muitas vezes esse intermediário – professor, líder do bairro, motorista da prefeitura – mantinha algum relacionamento de parentesco ou de compadrio com o informante, facilitando nosso acesso a este último, e possibilitando um clima de confiança durante a entrevista.

Vencidos os percalços, que não foram poucos, o perfil dos informantes pode ser sintetizado nas tabelas apresentadas a seguir.

Tabela 1. Perfil dos Informantes por sexo e faixa etária

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total	%
27 - 30	4	2	6	4.60
31 - 40	25	21	46	35.40
41 - 50	22	28	50	38.50
51 - 62	14	14	28	21.50
TOTAL	65	65	130	100.00

Tabela 2. Perfil dos informantes por sexo e grau de escolaridade

Escolaridade	Masculino	Feminino	Total	%
Analfabeto	39	38	77	59.30
MOBRAL	7	6	13	10.00
Primário Incompleto	15	21	36	27.70
Primário Completo	4	-	4	3.00
TOTAL	65	65	130	100.00

Tabela 3. Perfil dos informantes por idade e grau de escolaridade

Idade	Analfabeto	MOBRAL	Primário Incompleto	Primário Completo	Total
27 - 30	2	2	2	Ø	6
31 - 40	26	5	14	1	46
41 - 50	33	2	12	3	50
51 - 62	16	4	8	Ø	28
TOTAL	77	13	36	4	130

Tabela 4. Perfil dos informantes por grau de escolaridade e local de nascimento

Escolaridade	Município/imediações	Outros pontos no estado	SP - interior	MG - interior	RS ou SC - interior	TOTAL
Analfabeto	51	9	8	3	6	77
MOBRAL	10	1	Ø	1	1	13
Primário Incompleto	27	2	4	Ø	3	36
Primário Completo	2	1	Ø	Ø	1	4
TOTAL	90	13	12	4	11	130

Tabela 5. Perfil dos informantes por idade e local de nascimento

Idade	Município/imediações	Outros pontos no estado	SP - interior	MG - interior	RS ou SC - interior	TOTAL
27 - 30	3	1	Ø	1	1	6
31 - 40	26	8	3	1	8	46
41 - 50	36	3	7	2	2	50
51 - 62	25	1	2	Ø	Ø	28
%	69.23	10.00	9.23	3.08	8.46	100.00

Fonte: Ficha dos informantes

Os dados dos informantes foram registrados em fichas individuais, cujo modelo segue o padrão adotado pelo ALESP, constando de:

- número e nome do município;
- identificação por sexo: A para feminino, B para masculino;
- abreviatura e nome completo;
- apelido;
- grau de escolaridade;
- local de nascimento;
- idade;
- tempo, em anos, de residência na localidade;
- profissão;
- estado civil;
- viagens realizadas;
- local de nascimento do cônjuge;
- local de nascimento dos pais;
- abreviatura do nome da(s) entrevistadora(s);
- data da entrevista.

A ausência de qualquer dos dados é representado por Ø.

INQUIRIDORES

Gilliéron, para o Atlas Linguistique de France, optou pelo trabalho de um único entrevistador, no caso, Edmond Edmont; posteriormente, outros pesquisadores passaram a defender a participação de vários investigadores na fase da coleta dos dados. No caso do *ALPR*, como se tratava de uma tese de doutorado, considerei indispensável realizar o trabalho de campo com um número reduzido de inquiridores para que a coleta fosse o mais homogênea

possível. Considerei muito relevante, também, ter selecionado pessoalmente todos os informantes e ter entrevistado pelo menos um de cada localidade, o que facilitou sobremaneira a transcrição fonética e grafemática das entrevistas.

Inicialmente pensei treinar uma equipe de quatro ou cinco inquiridores, escolhidos dentre os alunos de cada semestre, do 5º período (equivalente ao 3.º ano) do curso de Letras da UEL. Dessa fase aproveitei apenas oito entrevistas feitas pelos alunos, algumas das quais com a minha intervenção em alguma parte do questionário. Ainda na 1ª fase, isto é, de 1985 ao final de 1986, contei com a colaboração da professora Ivone Alves de Lima, em seis enquetes.

No entanto, a falta de verbas, a dificuldade de conciliar horário e época disponíveis para as viagens, e o desempenho pouco satisfatório de alguns alunos nas entrevistas realizadas, fizeram-me alterar a proposta inicial, compondo, então, uma equipe pequena e fixa: uma ex-aluna de Letras, graduada em jornalismo e mestranda na área de Língua Portuguesa, Rita de Cássia Paulino e a bolsista de IC Elaine Cristina Fabris. A primeira realizou 4 entrevistas e a segunda, 18.

Em 26 localidades, fui a única entrevistadora. Nos demais pontos apliquei pelo menos um questionário, num total de 94 entrevistas.

À equipe de entrevistadoras coube a tarefa da aplicação do questionário em informantes selecionados por mim ou o acompanhamento dessas aplicações. Com essa equipe também eram discutidos os problemas decorrentes de cada entrevista e as soluções para cada um deles.

PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTAS

Visitamos uma a uma cada localidade, selecionando os informantes e fazendo as entrevistas.

Uma vez em contato com o informante, decidíamos pelo local onde se proceder à entrevista. Na maioria dos casos, era o próprio domicílio do informante.

Quando a residência dele não oferecia condições adequadas à realização do trabalho, devido à presença de muitas pessoas, sobretudo de crianças; barulho de rádio, de panela de pressão, de televisão e de animais; ausência de mobiliário mínimo (mesa e dois bancos), escolhia-se outro local, por sugestão do intermediário ou do informante. Nesses casos a escolha recaía, quase sempre, na escola, na sala da Prefeitura, no Departamento de Educação, na casa do intermediário, do vizinho; ou mesmo ao ar livre, sentados num toco de árvore, ou no terreiro de café, no paiol e até mesmo dentro da condução que nos levava até aquele local.

Por mais que saibamos que as condições ambientais devam ser as melhores, a realidade demonstrou que isto nem sempre é possível. Como fazer com uma informante, mãe de nove filhos menores? Tirá-la de casa seria impossível, ‘expulsar’ as crianças, muito menos. Nestes casos funcionava a “chantagem” para com as crianças: doces, uns trocados, brinquedinhos...

Também foram muitos os ruídos, na concepção denotativa do termo, que dificultaram algumas gravações: raios, trovões, passarinhos presos em gaiolas, que teimavam em cantar prazerosamente e em boa tonalidade; galinhas d’angola que insistiam no interminável e forte ‘tô fraco’; bezerros desmamados em busca da mãe desnaturada, cachorros briguentos e inconvenientes, além de papagaios, marrecos e cabritos... e até um leitão que cismou em fugir com a bolsa da entrevistadora.

De modo geral, os informantes mostraram-se receptivos e dispostos a participar. No início, é claro, demonstraram certa apreensão normal diante do desconhecido. Entretanto, depois de esclarecermos que pretendíamos saber o

nome que as plantas, os objetos e os animais tinham naquela localidade, e que estávamos percorrendo o Paraná todo para conhecer esses nomes, pouco a pouco sentíamos um tom de descontração diante das perguntas e do gravador, de tal forma que se chegava à parte narrativa (crendices e fato pessoal) num clima de confiança e até de cumplicidade.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

DADOS TÉCNICOS DA GRAVAÇÃO

Para a gravação das entrevistas foram utilizados gravadores portáteis Sanyo (rádio-gravador) M-1660-F, e Panasonic, RQ 2234, de corrente alternada a pilha e eletricidade, e fitas cassete das marcas TDK, SCOTCH e BASF, de ferrite e dióxido de cromo, de 60' e 45'.

Para a audição e transcrição das fitas gravadas no campo foram usados fones de ouvido da marca DAM – miniphone.

Enquanto a verba permitiu, as fitas gravadas no campo foram reproduzidas para audição e transcrição no Laboratório de Línguas da UEL, com eliminador de ruídos, ficando as originais no arquivo da sala de pesquisas do Departamento de Letras da UEL. É nosso propósito reproduzir, paulatinamente, cada fita, evitando-se perdas insubstituíveis e garantindo-se a continuidade de outras pesquisas com o mesmo *corpus*.

Previmos inicialmente a utilização de uma única marca de fita cassete, sobretudo BASF, considerada de boa qualidade por muitos especialistas em pesquisas de campo. No entanto, como boa parte da pesquisa foi custeada com verbas da Universidade Estadual de Londrina e com recursos próprios da pesquisadora, tivemos que nos adaptar às condições da realidade. Assim sendo,

algumas gravações foram feitas com fitas SCOTCH e outras com TDK, que, à primeira análise, parecem não ter apresentado resultado diferente quanto à qualidade do som, isto é, obtivemos boas e más gravações tanto com uma como com outra.

Algumas gravações, felizmente poucas, ficaram prejudicadas em parte da entrevista, no momento da gravação, devido à estação chuvosa, condições ambientais pouco favoráveis devido a ruídos, ‘pane’ no gravador por razões desconhecidas, entre outros. É o caso das entrevistas dos informantes 9B (Maringá), 19B (Siqueira Campos), 20A (São José da Boa Vista), 32B (Marechal Cândido Rondon) e 38A (Adrianópolis), que não foram refeitas, uma vez que tínhamos a gravação de outro informante do sexo oposto em boas condições.

TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A transcrição grafemática, conforme já referido, era feita, quase sempre, ao término de cada viagem, pelas bolsistas de IC e revisadas por mim. Para essa etapa, adotamos as normas de transcrição de Marcuschi (1986) com algumas adaptações às exigências do trabalho. As entrevistas foram transcritas integralmente e compõem um acervo de 13 volumes com mais de 4.000 páginas, que se encontra inédito e depositado na sala de Projetos da UEL, servindo de objeto de estudo para monografias, dissertações e artigos científicos.

Quanto à transcrição fonética, realizada sem outros recursos que não fossem o ouvido humano e o fone de ouvido, optei por fazê-la sem a participação de colaboradores, uma vez que as entrevistas, em 73% dos casos, também haviam sido feitas por mim o que me dava mais segurança na identificação e notação dos sons. Nos casos de dúvidas, arbitravam os colegas especialistas.

Para a notação fonética, utilizei basicamente o Alfabeto Fonético Internacional (IPA), adaptado aos recursos mecanográficos da máquina de datilografia IBM. Até quanto permitiu a capacidade do ouvido humano, busquei a transcrição mais justa e fiel ao registro do informante. Entretanto, para a elaboração das cartas fonéticas sintético-analíticas, reduzimos alguns traços que, para tal, poderiam ser secundários, como a maior ou menor duração de determinados sons, o maior ou menor grau de sonorização de certas unidades fônicas, para reduzir o número de variantes.

De posse de algumas entrevistas já transcritas ortográfica e foneticamente, iniciamos as reflexões em torno dos dados coletados com vistas à seleção de vocábulos para a composição das cartas geolingüísticas, tanto as fonéticas como as lexicais.

Nessa fase, esboçamos alguns critérios para a cartografia das variantes coletadas, como: elenco de variantes com distribuição diatópica bem definida, formando zonas de isoglossas; conceitos com variantes múltiplas ou, no mínimo, duas variantes; vocabulário regional; elenco de arcaísmos; formas populares rurais, entre outros. Por não apresentarem nenhuma ou pouca variação, deixamos de elaborar cartas que remetiam a alguns conceitos, tais como: cabeça, testa, nuca, céu, lagoa, espinho, casca, etc.

Quanto às cartas fonéticas, estabelecemos critérios que permitissem verificar a distribuição diatópica das variantes com base nos registros das vogais, encontros vocálicos, consoantes e grupos consonantais nos vários contextos fônicos, por exemplo: / e / em *estrela*, *terça (feira)*, *anteontem*, *alecrim*, *remela*, *peteca*, *selim*, *cerração*, *ponte*, *indez*.

Com base nos critérios acima, a partir das 318 questões, (descontadas as sete últimas que eram propriamente narrativas), selecionamos as respostas de apenas setenta para o elenco das cartas lexicais e cinquenta e

seis³ para as cartas fonéticas. Restaram, portanto, cento e noventa e duas questões (mais de 60%) para serem exploradas. Esse material, até o momento, tem servido de objeto de estudo em monografias e artigos, mas poderá ser aproveitado em pesquisas futuras, talvez para o segundo volume do Atlas e o Vocabulário Paranaense.

Definidos os critérios de seleção para a composição das cartas, foram digitadas as respostas de todos os informantes de cada uma das questões escolhidas a fim de facilitar o levantamento estatístico dos registros, a escolha do tipo de carta a ser apresentado e a redação das notas explicativas.

EQUIPE TÉCNICO-CIENTÍFICA

Além da equipe de entrevistadoras, contamos com uma outra, nos bastidores, encarregada de auxiliar a autora em várias etapas da pesquisa, como:

- transcrição grafemática das entrevistas;
- tabulação dos dados para a elaboração das cartas preliminares;
- elaboração e revisão das cartas preliminares;
- levantamento dos dados etno-geo-históricos dos municípios;
- organização do glossário: seleção dos vocábulos, busca nos dicionários e nos glossários regionais;
- revisão do glossário; revisão das notas explicativas de cada carta;
- arte final e datilografia da frente e do verso das cartas e
- revisão geral.

³ Embora o número de cartas fonéticas do *ALPR* seja maior que o das questões exploradas, justifica-se pelo fato de uma única questão ter servido para a construção de mais de uma carta.

Como não dispúnhamos de microcomputador, todo o trabalho foi datilografado numa “moderna” máquina IBM, modelo 6746, e gravado na memória do editor de textos Editex, conectado à referida máquina.

CONFECÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS CARTAS

TIPOS DE CARTAS

Adotamos para este trabalho a nomenclatura apresentada por Montes (1987) com relação aos tipos de cartas geolingüísticas: literal analítico, sintético, e misto ou sintético-analítico. Carta literal analítica é aquela:

cuando en cada punto se transcriben las respuestas tal como ser recogieron sin otra elaboración que algunas notas necesarias o útiles para la mejor comprensión de los fenómenos, la correspondencia del concepto en otros idiomas, etc. (MONTES, p. 106).

É o tipo de carta apresentado, em sua maioria, nos atlas de Sergipe, Bahia e Paraíba.

Trata-se de uma carta sintética quando:

se realiza un análisis previo a la cartografía y se reúnen los fenómenos que se dan de modo igual o similar en ciertas regiones, formando zonas que se distinguen en el mapa por rayados o coloraciones diversos. (MONTES, idem).

É o tipo adotado nas cartas finais do *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* e em algumas cartas do *Atlas Lingüístico de Sergipe*.

Temos ainda o tipo misto, intermediário ou sintético-analítico, quando:

no se dá la respuesta literal pero sí se asigna un símbolo próprio a cada variante, es decir, que podemos ver la respuesta de cada localidad, pero no su forma fonética detallada. (MONTES, idem).

Deste tipo serviram-se os autores do *EALMG*, do *ALPB* e, em menor proporção, do *APFB* e *ALSE*.

Para o *Atlas Lingüístico do Paraná*, apresentamos os dados em cartas dos três tipos, conforme julgávamos ser a melhor forma de representar as variantes:

- Cartas analíticas, ou literal-analíticas. São as cartas fonéticas de variantes múltiplas e numerosas que exigiram um trabalho mais complexo e um esforço mais concentrado na notação fonética. Permitem aos iniciados em fonética captar os matizes dos sons registrados em cada informante e localidade. É o caso das cartas de pernilongo (anexo III), transanteontem, remela e enxurrada, entre outras.
- Cartas sintético-analíticas. São aquelas que, após o reagrupamento de formas comuns, permitem, através de símbolos gráficos (formas e cores), a visualização da distribuição diatópica. Ao leitor não iniciado em transcrição fonética são as cartas mais fáceis de ‘ler’. Nas cartas fonéticas desse tipo, os traços fônicos secundários foram eliminados para permitirem cartas mais homogêneas. Para as cartas lexicais sintético-analíticas, não se levam em conta as variações fonéticas, mesmo que o vocábulo tenha sofrido grandes transformações. Como exemplo temos as cartas de chuva passageira, banana dupla, boca-da-noite (anexo IV), cangalha, sovaco.
- Cartas sintéticas. São as indicadas para a delimitação de zonas de isoglossas de: urubu, estrela, mutuca/butuca, urupê (anexo V), fruta, por exemplo.

APRESENTAÇÃO DAS CARTAS

As cartas geolingüísticas em número de 191, compõem o volume do Atlas Lingüístico do Paraná – editado em 1994, pela Imprensa Oficial do Estado, com 411 páginas, que se inicia com seis cartas introdutórias: o Estado e sua localização no Brasil; as microrregiões do Estado; os pontos lingüísticos e municípios sugeridos por Nascentes (1958, p. 21); os pontos lingüísticos do *ALPR* com os nomes dos municípios; da população em 1960 e 1980; e das entrevistadoras. A seguir, vêm as cartas lexicais, em cores, numeradas de 1 a 92; as setenta cartas fonéticas, de 93 a 162 e, finalmente, as vinte e nove cartas isoglóssicas, ou sintéticas, de 163 a 191. Como anexos, constam ainda seis cartas com os núcleos do povoamento do território paranaense, baseadas em Cardoso & Westphalen (1986) (anexo VI).

As cartas lexicais foram organizadas por campo semântico na ordem do questionário. As cartas fonéticas obedecem ao critério já exposto, contemplando as realizações fonéticas de vogais (ou grupos vocálicos) e consoantes (ou grupos de consoantes) em vários contextos fônicos.

As cartas sintético-analíticas, lexicais e fonéticas, são compostas da seguinte forma:

- parte superior direita:
 - convenções e ocorrências lexicais ou fonéticas, em ordem decrescente.
- parte inferior direita:
 - tema da carta;
 - número da pergunta no questionário.
- rodapé:
 - à esquerda: título da obra;
 - à direita: número da carta.

Para a convenção, usam-se apenas os círculos: cheios, vazios e semi-cheios em várias posições, e nas cores vermelha e azul.

A disposição desses símbolos no interior da carta foi feita da esquerda para a direita, registrando-se na sequência a fala da informante feminina, seguida do registro masculino. Quando as formas não são coincidentes, são identificadas pelos sinais • para feminino e • para masculino. As formas coincidentes não são marcadas.

Nas cartas fonéticas analíticas, quando:

- a) as formas são coincidentes e únicas para ambos os informantes, registra-se simplesmente esta única realização;
- b) cada um apresenta uma única forma diferente, registram-se as duas realizações separadas por uma barra vertical;
- c) há uma forma coincidente para ambos e uma exclusiva para apenas um deles, registra-se em primeiro lugar a forma comum, separa-se por barra vertical e transcreve-se a forma exclusiva, identificada por A ou B, conforme seja da mulher ou do homem, respectivamente;
- d) há uma forma comum e uma, ou várias, para cada um dos informantes, a forma comum aparece em primeiro lugar, separa-se por barra vertical, transcreve(m)-se a(s) realização(ões) exclusiva(s) da informante feminina (A) separada(s) por ponto e vírgula, isola-se por outra barra, e finalmente, o(s) registro(s) do informante masculino (B), separado(s) por ponto e vírgula quando mais de um;
- e) há várias formas exclusivas de um só informante, registram-se as formas separadas por ponto e vírgula, indicando-se A ou B, segundo o caso;
- f) há várias formas exclusivas de cada informante, registram-se as formas da informante feminina, separadas por ponto e vírgula, isola-se por barra e transcrevem-se as formas do informante B, também separadas por ponto e vírgula entre si.

As variantes fonéticas foram distribuídas em cartas analíticas e sintético-analíticas e, para a sua elaboração, levamos em conta o fenômeno fonético abordado, o número de variantes fônicas e a complexidade dessas variantes. Por exemplo, independentemente da sequência da pergunta no questionário, as cartas de número 142 a 149 têm como objetivo apresentar a realização da palatal [λ] no interior dos vocábulos: *ilha, galho, folha, cangalha, silhão, piolho, piolho-de-cobra, milho*, permitindo a observação do comportamento da palatal em vários contextos fônicos e em vocábulos comuns a qualquer usuário da língua e específicos da zona rural. Quando as variantes eram em número inferior a 10, optou-se pela carta sintético-analítica, mas quando o material registrado era complexo, por exemplo as variantes de uma lexia composta, como no caso das cartas n.ºs 146 e 148, optamos pela carta analítica.

Para a elaboração das cartas sintéticas selecionamos alguns casos relevantes para a comprovação das hipóteses levantadas no início da pesquisa.

APRESENTAÇÃO DOS TEMAS NAS CARTAS LEXICAIS

Inicialmente, nas cartas lexicais preliminares, os dados de cada questão foram dispostos em uma única carta. Uma reflexão mais demorada levou-nos a reagrupar os dados de determinados temas em mais de uma carta, levando-se em conta fatores diversos e específicos para cada uma delas. Por exemplo: as cartas n.ºs 6 e 7 têm como tema as respostas da questão 9, para *foz de rio*. Como o registro *barra* era bastante significativo devido à produtividade e expansão para todas as regiões, demos destaque a esta forma na carta n.º 6 e registramos as demais ocorrências na subsequente.

As cartas com o mesmo tema trazem, nas notas explicativas da primeira carta da série, o objetivo específico de tal reagrupamento.

NOTAS EXPLICATIVAS

No verso de cada carta, registramos as notas da carta subsequente (anexo VII). Os objetivos da redação das notas são: apresentar o vocábulo-tema e suas variantes dentro dos contextos fônico e frasal no registro dos informantes; documentar fatos de interesse para a Etnolingüística, como as crendices, superstições, simpatias e outros costumes populares que ainda sobrevivem na memória de alguns; esclarecer dados omitidos e/ou dados registrados na carta; e sobretudo apresentar dados que possam suscitar interesse para estudos de natureza morfossintática, lexicográfica e folclórica, entre outros.

Para a elaboração das notas explicativas recorremos às respostas individuais de cada informante para a respectiva pergunta. Tais respostas foram listadas na ordem do questionário e dos pontos lingüísticos, facilitando sua análise e apresentação.

A PUBLICAÇÃO DO *ALPR*

Após o doutoramento, convoquei alguns alunos da equipe e dedicamos o ano de 1991 à revisão do trabalho com base nas observações da banca examinadora e, no ano seguinte, saí em busca de um editor. Depois de recorrer à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e à da Cultura, fui atendida pelo Secretário da Justiça e da Cidadania, Dr. José Tavares da Silva, que autorizou a impressão do volume das Cartas pela Imprensa Oficial do Estado em 1994. O segundo volume, o da Apresentação, foi publicado pela Editora da UEL em 1996 e contém um esboço da história da colonização paranaense, os pontos lingüísticos investigados, as características dos informantes, o questionário lingüístico, a notação fonética, a apresentação das cartas e as notas explicativas, num total de 167 páginas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto as cartas do *ALPR* como o material da entrevista, que se encontra digitado e encadernado em 13 volumes, foram colocados à disposição dos alunos e professores da graduação e da pós-graduação e têm servido de *corpus* para inúmeras pesquisas que se materializam em artigos para revistas, capítulos de livros, comunicações em Congressos nacionais e internacionais, temas para Seminários, Conferências, mesas-redonda, cursos, monografias, dissertações, etc. Dentre eles, citamos os seguintes estudos: *As polissilábicas e as proparoxítonas no Atlas Lingüístico do Paraná* (AGUILERA, 1995), *L'Atlas linguistique du Paraná* (AGUILERA, 1995); *Discurso rural: uma perspectiva ideológica* (ALMEIDA, 1996); *Atlas lingüístico do Paraná: percurso histórico-metodológico* (AGUILERA, 1996); *Atlas lingüístico do Paraná: considerações sobre os aspectos fonéticos e fonológicos e sua implicação sobre o binômio ensino-aprendizagem* (AGUILERA, 1997); *Les aires linguistiques au Paraná: une proposte de delimitation* (AGUILERA, 1997); *Atlas lingüístico do Paraná: áreas dialetais* (AGUILERA, 1997).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V. de A. *Aspectos lingüísticos da fala londrinense: esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina*. Londrina: CONCITEC/UEL/Prefeitura Municipal de Londrina, 1987.

_____. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

_____. *As polissilábicas e as proparoxítonas no Atlas Lingüístico do Paraná*. *Revista Boletim*. v. 01, n.º 28, p.88-98. Londrina: 1995.

_____. La géographie linguistique au Brésil et l'Atlas linguistique du Paraná. *Actes du XXe. Colloque International de Linguistique Fonctionnelle*. Louvain-la-Neuve, Belgique: 1995.

_____. Atlas lingüístico do Paraná: percurso histórico-metodológico. *Caderno do Seminário Nacional: Caminhos e perspectivas para a geolingüística no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 1996.

_____. *Atlas Lingüístico do Paraná: apresentação*. Londrina: Editora UEL, 1996.

_____. *Les aires linguistiques au Paraná: une proposition de delimitation*. Texto apresentado ao 2nd International Congress of Dialectologists & Geolinguists. Amsterdam: URJIE, 1997.

_____. Atlas lingüístico do Paraná: considerações sobre os aspectos fonéticos e fonológicos e sua implicação sobre o binômio ensino-aprendizagem. *Diversidade fonética no Brasil*. Londrina: EDUEL, 1997.

_____. Atlas lingüístico do Paraná: áreas dialetais. *Anais do X Congresso Nacional da ABRALIN*. Maceió: UFAL, 1997. (mesa-redonda).

ALMEIDA, J. E. de. *Discurso rural: uma perspectiva ideológica*. Londrina: UEL, 1996. (Dissertação de mestrado)

ARAGÃO, M. do S. S. de; MENEZES, C. P. B. de. *Atlas Lingüístico da Paraíba: cartas lexicais e fonéticas*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984. 2v.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. *Atlas histórico do Paraná*. 2.ed. (ver. ampl.) Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

CARUSO, P. *Atlas lingüístico do Estado de São Paulo: questionário*. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia/UNESP/Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

FERREIRA, C. da S. et al. *Atlas lingüístico de Sergipe: cartas I-XI e 1-156*. Salvador: UFBA/Sergipe: FUNDESC, 1987.

MONTES G., José Joaquín. *Dialectología general e hispano-americana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1987.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do Atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

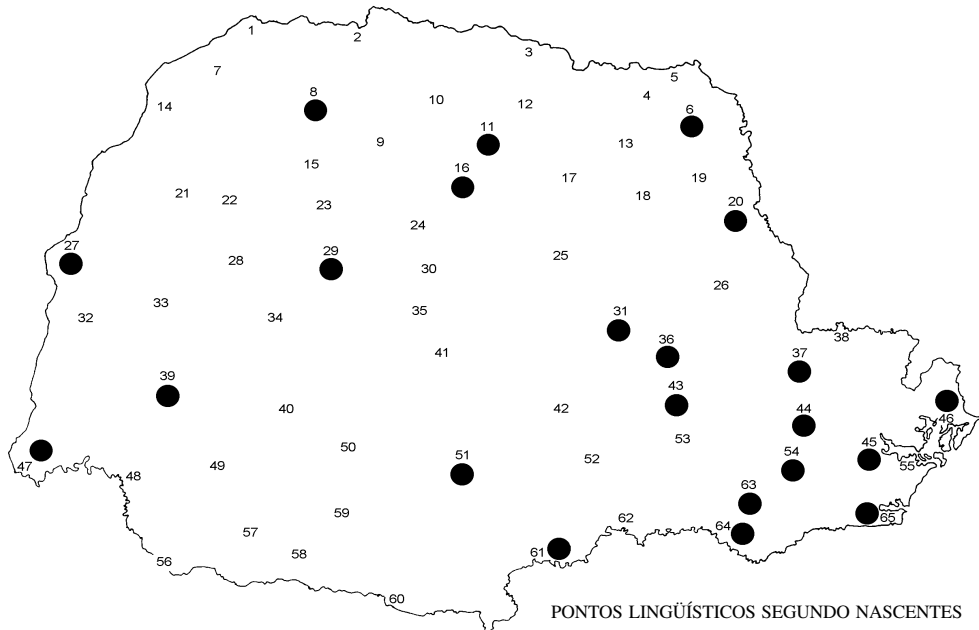
_____. *Bases para a elaboração do Atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1961.

RIBEIRO, J. et al. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa/UFJF, 1977. v.1.

ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos: introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1965.

SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. Belém: [s.ed.], 1957.

ANEXO I



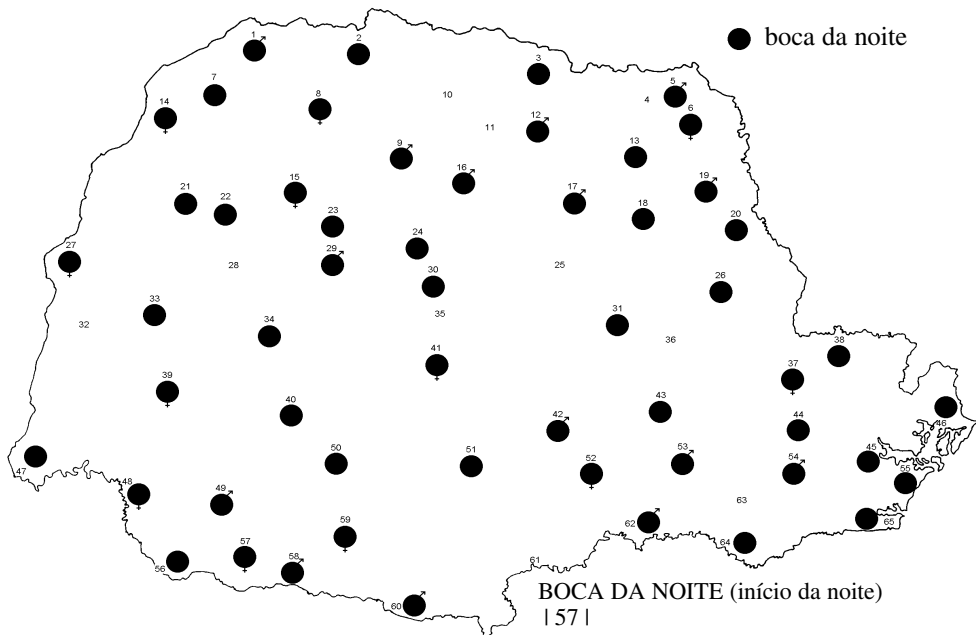
ANEXO II



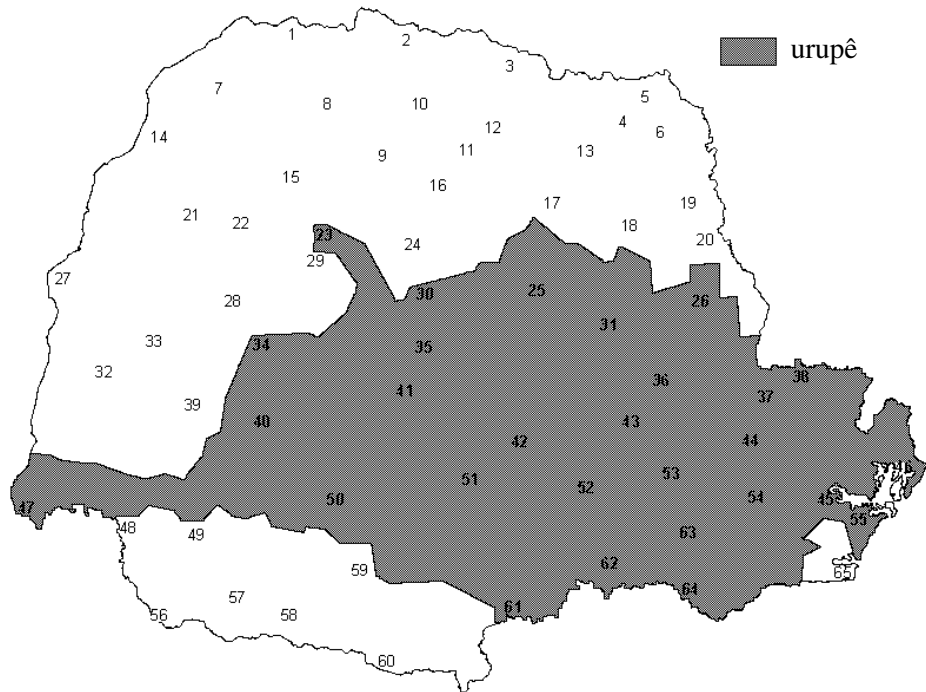
ANEXO III



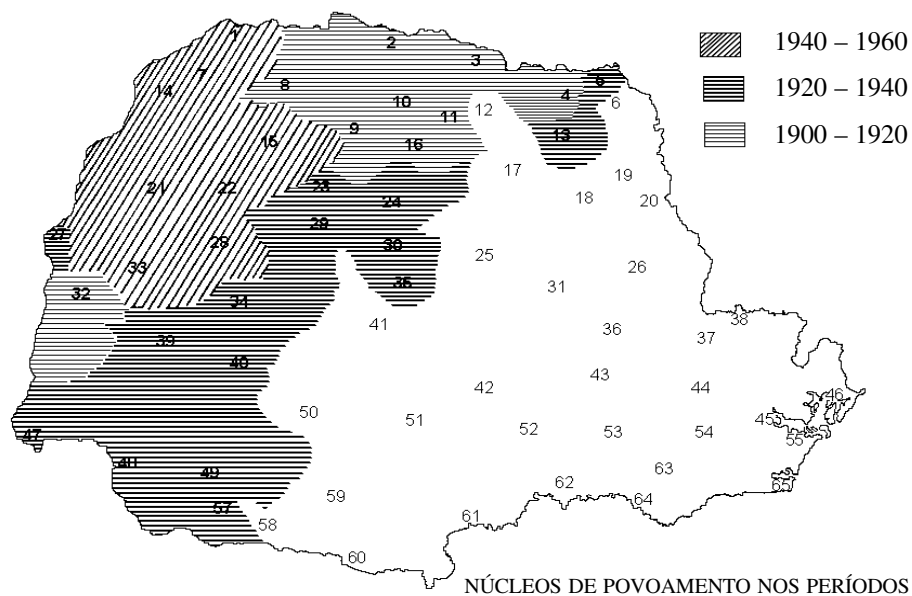
ANEXO IV



ANEXO V



ANEXO VI



ANEXO VII

NOTAS Carta 17

Nesta carta as demais designações da via láctea foram agrupadas da seguinte maneira: a) os nomes iniciados por 'caminho'; b) os nomes iniciados por **cova**, e d) os iniciados por **sepultura**.

01 (inf. B): "num é a **cova do Adam e Eva**?"

03 (inf. A): "eles alam é :: **caminho** [de] **Nosso Senhor**".

05 (inf. B): "**cova de Adão e Eva**".

06 (inf. B): Respondeu inicialmente: "(...) eu vô falá, num sei se é verdade, né; diz que aquela é a **cova da Eva**". Depois de reafirmar sua incerteza da verdade, comentou: "é :: as vez, né, aparecia (aquela mancha no céu assim, né; em dois, né; um diz que era a **cova de Eva**, oio [= outro] do **Adão**, né [...] agora num sei se é verdade ou num é, né".

07 (inf. A): Antes de decodificar a questão como a correspondente à via láctea, referiu-se à **choquinha**, provavelmente o nome popular de uma constelação, porque explicou: "que elas que fica só brilhando né; tem bastante junto (...) tem a grande, depois tem as piquininha em volta". Ao se reformular a questão, reforçando-se os semas 'cortar o céu de fora a fora', observou: "não, (a)quela lá é **estrada de Roma**".

(inf. B): "é o **caminho de**". Não completou a frase.

10 (inf. B): "em cada lugar tem um nome. Às vez, pode se **caminho** (...) eu vi esse negócio, mais (es) se af num ló intendendo esse negócio não".

11 (inf. A): Depois de afirmar que não se lembrava do nome, foram sugeridos alguns nomes: "**cova de Adão e Eva** já vi falá, né, diz q(u) é a mesma **cova de Adão e Eva**, né (...) eu vi nos tempo quando minha mãe falava, minha mãe, meu pai, né".

12 (inf. A): "(...) conheço mesmo por **caminho do céu**, né".

(inf. B): "(a)quilo lá é **caminho de Maria**, né..."

15 (inf. A): Na pergunta, explicou: "é **sepultura de Adão**, assim o povo fala, né".

(inf. B): "**caminho de Roma**".

16 (inf. A): "é **caminho**". Indagou-se que caminho era: "agora num lembro **caminho** do que..."

17 (inf. B): Vaciou o tempo todo até registrar: "nós fala o **caminho dos anjo**, mas(s) num sei né, num entendo, né". 18 (inf. A): "que é incurrido assim? Nós fala **estrada do céu**".

19 (inf. B): "Toma assim mais cruro, né, meio curvado, né, **cordão de São Francisco**, [o] pressuar chamava".

20 (inf. A): "pois é sinar de chuva... é **estrada de São Francisco**... aquela **rua do São Francisco** que diz, **estrada do São Francisco**, é, bem, parece até que tem até puerá [= poeira] (a)sim junto e travessa (a)sim vai longe assim". Completou: "(...) é sinar de bastante chuva".

23 (inf. A): "a gente fala o **caminho de Iêr pro céu**, né?"

24 (inf. B): "falava :: era **caminho de Adão**, parece que era uma coisa assim. Minha mãe falava que dava (aquê) ar assim de fora a fora (...) que era **caminho**... é **estrada de Adão**".

25 (inf. B): Afirmito inicialmente que se tratava do: "**radis**, até (q)uê ele pega e faz aquele **ramar** (...) vai pum lado assim, inão, d(o) oio lado é mais sariada as isrela, (a)quela lá é o **ramar**". Na pergunta ocorreu: "(...) diz q(u) era **caminho de São Pedro** e tal, que o povo mai antigo falava, né".

27 (inf. A): "siete calinga. Minha mãe chamava aquele, diz que aquele se chamava siete calinga... agora num sei se..."

28 (inf. B): "(a)quela lá é, diz que é o **caminho do céu**".

29 (inf. B): Na revisão final registrou: "**cova de Adão e Eva**".

34 (inf. B): Declarou inicialmente: "eu já reparei mas é que a gente num fala... num lembro". Oviu-se de uma circunstância e foi repellido pelo informante: "**cova de Jesus**".

39 (inf. A): "uns fala **caminho de Adão e Eva**, né".

(inf. B): Na pergunta: "**caxio de Adão e Eva, de Adão** parece... é o **caxio de Adão**, quando o tempo lá muito limpo, né (...)".

40 (inf. A): A única resposta foi: "acho que esse é o cruzero".

47 (inf. A): "diz que é **carreiro de São João Maria**".

52 (inf. A): Na revisão final registrou: "quilo era **pinheirinho de Natal**" e comentou ter aprendido com: "meus vizinho, ali na casa da minha vizinha".

53 (inf. A): Na pergunta ocorreu: "dizem que é o **caminho do céu**".

55 (inf. B): "nós intendo aquela quantidade de estrada quase juntilha, bem miudinha, nós intendo por **caminho de São Pedro**, né, cheio de estrela, aquela carreta..."

56 (inf. B): "ah, tem gente que diz que é :: quando vê (a)quela faxa de estrela, assim, diz que é **estrada que Deus cruza**, né [...] **estrada que Deus passa**, né".

58 (inf. B): "chama (o)strada de Roma".

59 (inf. A): "pois [= pois] é nós... foi a **sepultura de Jesus**". Oviu-se de uma circunstância: "**caminho de Santiago**".

Registrou-se ainda:

"**sepultura de pessoa que morre**" (40 B)

"**jardim de estrela**" (41 B)

"**rua de estrela**" (42 B)

"**rede de São Pedro**" (46 A)

"**onze mir virge**" (49 B)

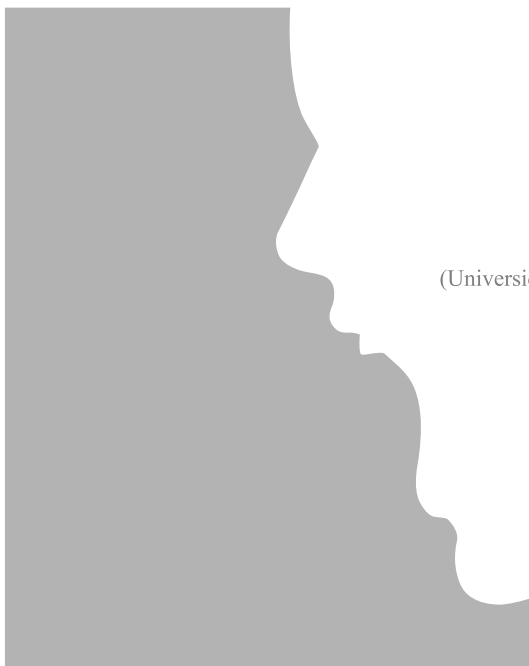
"**alegria das estrela**" (57 A)

"**cidade de Deus**" (60 A)

Mesmo no teste de identificação não se obteve a resposta de 18 B e 19 A.

Áreas Lingüísticas do Português Falado no Sul do Brasil

um balanço das fotografias geolingüísticas
do ALERS



Cléo Vilson Altenhofen
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul /UFRGS)

INTRODUÇÃO

Constitui o objetivo, a seguir, apresentar um conjunto de hipóteses acerca da delimitação de áreas lingüísticas significativas da variação diatópica do português falado na região sul do Brasil. Tais hipóteses, que prefiro chamar assim devido à falta de uma comprovação maior envolvendo uma base de mapas e fenômenos mais ampla, são uma tentativa de sintetizar os resultados de análises prévias dos mapas fonéticos e morfossintáticos produzidos até o momento pelo *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS)². Grande parte dessas áreas já foi preconizada por Koch (2000) e outros estudos restritos ao Paraná (MERCER, 1992; AGUILERA, 2000), Santa Catarina (FURLAN, 1986; 1989) e Rio Grande do Sul (BUNSE & KLASSMANN, 1969; KOCH, 1995). Para uma análise completa, no entanto, ainda resta por concluir toda uma série de mapas semântico-lexicais, em fase de elaboração.

A questão, na verdade, desperta o interesse de quem se dedica à descrição da variação do português mesmo sob outros prismas e enfoques que não o da macro-análise no eixo da arealidade, priorizado pelos geolingüistas, mas também no que concerne à socialidade, enfatizada por sociolingüistas das mais diversas tendências³. Neste sentido, uma descrição mais segura da variação diatópica teria no mínimo o efeito beneplácito de aplacar a sensação de vácuo que, muitas vezes, acompanha as descrições pontuais. Quer dizer, como se configura o contexto geográfico do uso de determinada variante e qual a sua

¹ Artigo publicado originariamente In: VANDRESEN, Paulino (org.). *Variação e mudança no português falado na Região Sul*. Pelotas : EDUCAT, 2002. p. 115-145.

² O ALERS conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

³ Cf. Bellmann (1996), *Arealität und Sozialität?*

amplitude ou “representatividade geográfica” e seu poder de difusão no espaço? Qual a sua relação com as outras áreas e pontos em contato? E quais unidades podemos abstrair da variação? Ou seja, a qual “variedade” se circunscreve o nosso objeto de estudo?

Não obstante, porém, essa perspectiva, sua implementação sob uma base empírica de dados representativos do português brasileiro, sistematicamente levantados e apresentados sob forma de um atlas lingüístico nacional, ainda permanece um *desideratum* difícil de alcançar. Um empreendimento dessa ordem esbarra, é certo, nas gigantescas dimensões do país (incluindo as fronteiras externas como o norte do Uruguai?)⁴, mas não somente nisso. Também as condições técnicas desiguais e as especificidades regionais (como o bilingüismo no sul do Brasil e a topodinâmica⁵ das migrações de falantes de diversas partes na região amazônica) contribuem para acentuar ainda mais a complexidade da situação.

De outro lado, a divisão do português brasileiro em áreas lingüísticas tem encontrado propostas de bom número de pesquisadores, especialmente na primeira metade do séc. XX, quando até decreto oficial houve para a elaboração de um “atlas lingüístico do Brasil”⁶. Entre as propostas de maior acolhida está a de um de seus pesquisadores mais ativos, na época, Antenor Nascentes, autor, dentre outros estudos, do(s) *Esboço(s) para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil I* (1958) e *II* (1961) e d’*O linguajar carioca* (1953), onde divide o “falar brasileiro em seis subfalares” que reúne em dois grupos a que chama “do norte e do sul” (ver mapa

⁴ Veja-se Thun (2000), *O português americano fora do Brasil*.

⁵ Para a qual chama a atenção Harald Thun (1996), que divide a diatopia em *topostática* e *topodinâmica*.

⁶ Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, cujo Art. 3.º assenta como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, instalada no Rio de Janeiro, a “elaboração do atlas lingüístico do Brasil”. Tal determinação foi regulamentada pela Portaria n.º 536, de 26 de maio de 1952 (ver Ferreira & Cardoso 1994: 44).

1 em anexo).⁷ Alguns estudos em áreas do centro-nordeste, como Cardoso (1986; 1996), têm enaltecido a forte coincidência de seus resultados de pesquisa com as linhas traçadas por Nascentes. O fato é que falta à proposta justamente a comprovação empírica através de dados representativos de **toda a extensão** do território, ou seja, falta o atlas.

Não é a intenção, aqui, avançar muito além da mera menção à divisão do falar brasileiro proposta por Nascentes, nem mesmo entrar na discussão teórica a respeito da terminologia (se falar, subfalar, linguajar, dialeto, subdialeto, regioleto), e o que constituiria cada termo, e sim, quando muito, deter-nos no assim chamado “falar sulista”, mais diretamente ligado à área de estudo do ALERS. Neste particular, a crítica que nos ocorre é a mesma de Renato Mendonça (*apud* NASCENTES 1953, p. 24), de que tal proposta “excusa certos equívocos como fazer entrar no subdialeto *sulista* regiões dialetologicamente diversas como São Paulo e Rio Grande do Sul”, às quais poderíamos acrescentar, sem exagero, Paraná e Santa Catarina. A resposta de Nascentes (*idem*) é categórica:

“Não tem razão Renato Mendonça.

O Rio Grande do Sul, com que Rodolfo Garcia quase constituiu uma zona à parte, é muito típico, por vários motivos, mas não a ponto de destacar-se das linhas fundamentais do subfalar sulista.

Por conseguinte, está muito bem junto com São Paulo.”

Como veremos na análise dos dados do ALERS, tal argumentação não se sustenta mais, em nenhuma hipótese, mesmo salvaguardados os critérios ou pré-requisitos mais abrangentes possíveis para a delimitação de uma variedade ou área distinta.

⁷ Na verdade, aprimorando esboços feitos em 1922.

A BASE DE DADOS DO ALERS

Para uma avaliação dos dados cartográficos que nos servem de base para as delimitações de áreas lingüísticas do português na região sul do Brasil, cabe fazer uma apreciação breve do ALERS e das condições em que se originou. De modo geral, analisando os percalços pelos quais passou a geolingüística nas últimas décadas, pode-se dizer que o ALERS reflete, em sua evolução, os efeitos da crise delineada por Radtke & Thun (1996), ao mesmo tempo que tenta superá-la, implementando as inovações possíveis no contexto de sua realização. Nesse jogo de forças entre o novo e o tradicional, há que considerar os seguintes aspectos na interpretação de seu material:

- a) Os dados do ALERS reproduzem, essencialmente, o português rural falado pela classe menos escolarizada (analfabeto ou semi-analfabeto até 4.^a série), com idade entre 28 e 58 anos. A ênfase no rural, não obstante os levantamentos para a dimensão diastrática, efetuados em 19 centros urbanos (6 no Paraná, 6 em Santa Catarina e 7 no Rio Grande do Sul), justifica-se pelo interesse dos autores originais pela fala mais conservadora que, justamente, possibilitaria um espelhamento melhor de áreas dialetais historicamente estabelecidas.
- b) Devido à significativa presença de elementos provenientes do adstrato de imigrantes europeus e asiáticos, incorporou-se ao banco de dados a fala dos informantes bilíngües, nos pontos onde estes justamente constituem a expressiva maioria dos falantes de português (ver mapa 2.2).⁸ Com isso, tem-se uma visão global que beneficia sobremaneira estudos mais

⁸ Uma apreciação geral do tratamento do bilingüismo pelo no ALERS encontra-se em Altenhofen (2000).

específicos como os de aquisição de segunda língua e de bilingüismo e línguas em contato.

- c) Se, de um lado, a base de informantes se concentra primordialmente na dimensão assinalada em a), de outro lado, se amplia a rede de pontos, bastante densa, perfazendo um total de 275 localidades (ver mapa 2.1).
- d) Contrariamente aos demais atlas brasileiros, que se limitam a um único estado federativo, o ALERS permite visualizar arealizações para além dos limites políticos intra-estaduais, englobando Paraná (que abrange 100 pontos), Santa Catarina (80 pontos) e Rio Grande do Sul (95 pontos). Este fato confere aos mapas lingüísticos uma visualização mais fidedigna e mais próxima da real amplitude do fenômeno enfocado e de sua representatividade geográfica no conjunto do português brasileiro.
- e) Os instrumentos de coleta dos dados tratam separadamente de fenômenos fonético-fonológicos (QFF, com 50 perguntas), morfossintáticos (QMS, com 75 perguntas) – estes tradicionalmente excluídos pelos atlas⁹ – e semântico-lexicais (QSL, 610 itens – cerca de 800 perguntas). Está concluída a cartografia dos dados coletados através do QFF e QMS (volumes II e III, no prelo).
- f) A cartografia dos dados busca clareza de apresentação, de tal modo a permitir uma identificação mais fácil (no sentido de opticamente melhor perceptível) de áreas de concentração das variantes no espaço. Utiliza, para tanto, mapas ponto-símbolo, acrescidos de gráficos de frequência das variantes em cada estado e na região. Além disso, são destacados (através de simples hachuramento) os símbolos referentes à variante mais freqüente na região.

⁹ A possibilidade de cartografar fenômenos morfossintáticos, ignorados pelos demais atlas brasileiros, tem sido analisada mais profundamente por Koch (2000), que destaca a sua grande relevância na determinação da variação diatópica do português brasileiro. Cf. também Thun (1992).

O tamanho em DIN A4 permite ao usuário do atlas uma maior flexibilidade e facilidade de manuseio.

- g) Por fim, acompanham os mapas lingüísticos “quadros de variantes” detalhando as realizações concretas das variantes e suas freqüências, a fim de fornecer ao usuário a possibilidade de complementações e conferências adicionais não previstas no mapa.

Os aspectos acima sugerem, portanto, que se trata de um atlas regional voltado, em primeira mão, à variação diatópica do português rural das classes menos escolarizadas, com idade girando em torno de 45-50 anos. Conseqüentemente, deve-se ler e interpretar cada mapa como sendo a cartografia de determinada variável lingüística **nesse recorte ou dimensão** de variação do português. Cada mapa equivale, assim, a uma fotografia geolingüística com a qual ampliamos a visão macro do uso do português pelo segmento da população pesquisado. Além disso, o ALERS busca registrar em cada ponto de inquérito a variante lingüística com maior probabilidade de ser a mais freqüente e mais representativa da localidade, não significando de modo algum que seja a única. Tal probabilidade é determinada, em termos metodológicos, 1) pelos critérios de escolha dos informantes, 2) pela ênfase na primeira resposta do informante como a mais espontânea e 3) pela arealização da variante, no sentido de que sua ocorrência em outros pontos (especialmente da vizinhança) reforça probabilisticamente essa mesma representatividade (representatividade geográfica). Pode-se dizer que 1) e 2) envolvem critérios qualitativos, ligados à perspectiva dos informantes e do uso da língua, enquanto 3) corresponde ao tratamento quantitativo dos dados, expresso tanto pelos gráficos de freqüência das variantes como pelos próprios mapas, na relação entre ponto e área. Entende-se por *área* a reunião de pontos

que compartilham entre si traços lingüísticos que a identificam como distinta de outras áreas. A *arealização* constitui, então, o procedimento de demarcação dessas áreas.

CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Ao delimitar áreas lingüísticas, está-se delimitando, hipoteticamente, também fatores extra-lingüísticos determinantes dessas áreas, em virtude da probabilidade de correlação existente entre “a variedade do português em estudo” e “os traços extra-lingüísticos do meio geográfico”, tais como origem e constituição étnica da população, atividades econômicas, densidade demográfica e redes de comunicação, migrações históricas, grau de isolamento e de urbanização, características do espaço em termos de relevo, vegetação e hidrografia, entre outros. Na região sul do Brasil, tem-se uma pluralidade social, cultural e geofísica rara que lhe confere um *status* particular no estudo do português brasileiro. Destacam-se, aqui, quatro fatores, assinalados por Koch (2000: 59) como “principais determinantes das variantes do português falado na região” (mapas 2.1 e 2.2):

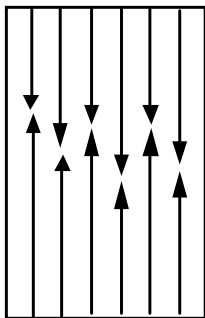
- a presença de açorianos, chamados para áreas específicas, como o leste de Santa Catarina;
- a existência de fronteiras políticas (historicamente oscilantes) com países de fala hispânica, no extremo sul, e o contato português-espanhol derivado dessa situação;
- o contato entre paulistas e gaúchos em dois fluxos migratórios opostos e o papel das rotas dos tropeiros paulistas, no comércio do gado;
- a existência de áreas bilíngües significativas, originadas do assentamento, nas (antigas) zonas de floresta, de imigrantes não-lusos a partir do séc. XIX.

Poderíamos acrescentar, ainda, a relevância das migrações internas no processo de ocupação da região, relativamente recente, se localizarmos o seu início, para as áreas ditas novas, na virada do séc. XIX com o XX. Dada a intensidade com que ocorrem ainda hoje, acentua-se cada vez mais a necessidade de considerar a topodinâmica da variação e mudança do português, a que aludimos anteriormente.

FOTOGRAFIAS GEOLINGÜÍSTICAS DO PORTUGUÊS NO SUL DO BRASIL

Delineadas as linhas gerais que definem a arealização dos dados do ALERS no espaço geográfico em questão, vejamos as hipóteses que vêm se evidenciando até o momento.

HIPÓTESE 1 – Uma das hipóteses mais significativas, senão a mais abrangente, é a que “divide a Região Sul claramente em duas grandes áreas



lingüísticas, a paranaense e a rio-grandense, identificando o Estado de Santa Catarina como área de transição” (Koch 2000: 57). Em função do seu traçado, que reúne “um feixe de isoglossas que percorre Santa Catarina sob forma de um leque com 150 km de largura a oeste e 500 a leste”, Koch denomina essa área de transição de *Leque Catarinense* (ver mapas 3.1 e 3.2).

Historicamente, essa divisão parece ser o reflexo de dois movimentos colonizadores em sentidos opostos: em direção sudoeste, partindo do “Paraná antigo”, e no sentido sul, aproveitando os Campos de

Lajes e Curitiba, temos a propensão de traços paulista-paranaenses; a oeste, como extensão do processo de colonização da região das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul, projeta-se a migração de populações rio-grandenses, em grande parte descendentes dos imigrantes alemães, italianos e poloneses, assentados há já mais tempo nas chamadas Colônias Velhas.

Entre as linhas isofônicas que separam, portanto, o norte e o sul dessa região, Koch (2000) cita as seguintes:

- alta incidência da lateral alveolar seguida de semivogal, no norte, *versus* lateral, no sul, como p. ex. no segmento *família*;
- preservação do ditongo [ej] em posição tônica, no norte, *versus* redução a [e], no sul, em *queixo* e *queijo*;
- alta frequência de ditongação de /a/ e /u/ diante de /s/, na área ao norte, como em *paz* e em *cruz*;
- alta frequência da abertura de /o/, em *homem*, na área paranaense;
- ocorrência maior de rotacismo de /l/, na área ao norte, como em *calção*, *clara* e *revólver*;
- presença significativa de vibrante retroflexa, na área paranaense.

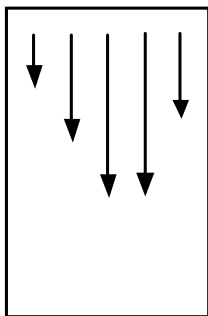
Vale, porém, acrescentar ainda mais dois exemplos:

- maior ocorrência da realização de [õw] em lugar de [õ], na área paranaense, como p. ex. em *bom*;
- elevação de /õ/ pré-tônico, em *compadre*, mais frequente no norte.

A pesquisa deverá constatar muito mais evidências dessa zona de transição, considerando outros planos de análise que não o meramente fonético. A cartografia dos fenômenos morfossintáticos, por exemplo, revela alguns comportamentos lingüísticos que poderíamos qualificar como próprios da situação intermediária de Santa Catarina, como área de transição de fato:

- Em primeiro lugar, é a área com o maior número de ocorrências de paráfrase no grau comparativo de superioridade, por exemplo, *mais grande*, *mais pequeno* e *mais bom*, respectivamente mapas 34 a 36 (volume 2, do ALERS);
- Em segundo lugar, é também a área com o maior índice de ocorrências de sujeito oculto, que aparece provavelmente como uma solução intermediária, mais neutra do que as formas socialmente mais marcadas *tu* e *você* (veja-se mapa 5).

HIPÓTESE 2 – A nosso ver, o chamado Leque Catarinense, que transforma



Santa Catarina em zona de transição entre duas grandes áreas lingüísticas, a paranaense e a rio-grandense, constitui-se, na verdade, de uma série de desdobramentos.¹⁰ O primeiro deles, talvez o mais perceptível e sistemático, é representado por um grupo de isoglossas que avançam, em forma de cunha, na direção sul, seguindo o Corredor de Lajes, por onde passavam as antigas rotas migratórias dos paulistas, no comércio de gado com o gaúcho rio-grandense. Em alguns

casos, essas isoglossas parecem seguir um caminho secundário, por Nonoai (RS), Chapecó (SC) e Palmas (PR), onde assumem o formato de uma cunha menor, porém com um traçado bastante variável entre norte e sul.

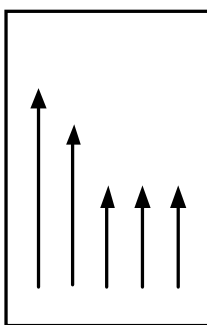
Seguem esse traçado cuneiforme pelo Corredor central as seguintes linhas isofônicas, em parte já citadas para o Leque Catarinense:

¹⁰ De certa forma, amplio a explicação de Koch (2000: 56), em virtude justamente da vinculação das isoglossas que constituiriam o Leque Catarinense com outros desdobramentos.

- rotacismo da lateral em *revólver*, *clara*, *calção*, já mencionado acima;
- grande incidência da vibrante retroflexa, em *gordura*, *corta*, *corda*, *ferendo*, *calor*, talvez a marca lingüística mais significativa dessa área;
- ocorrência da abertura de /o/ tônico, constatada em *homem* e *Santo Antônio*, na parte paranaense do Corredor;
- gênero masculino em *pá*, na área paranaense do Corredor;
- predomínio de *você*, que se projeta por esse Corredor em direção sul, tendendo para sujeito oculto na área de transição, Santa Catarina (ver mapa 5).

Embora nos falte uma visão mais clara que complemente os mapas do ALERS na área de São Paulo, parece evidente uma influência paulista nesse movimento, iniciado a partir das antigas rotas de tropeiros nos séculos XVII e XVIII. A orla nordeste do Paraná configura-se, deste modo, como núcleo dos avanços de traços dessa variedade na direção sul.

HIPÓTESE 3 – Outro desdobramento decorrente da hipótese 1 acima é o

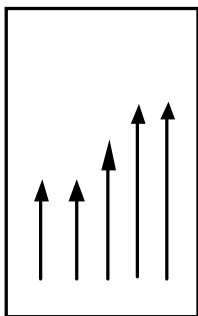


avanço, já mencionado, da área rio-grandense, sobretudo da subárea bilíngüe sob influência de línguas de imigrantes europeus, por um corredor lateral, através do oeste de Santa Catarina até o sudoeste do Paraná (ver coincidência com mapa 2.2), onde em virtude do povoamento bastante recente ainda se encontram nas gerações mais velhas falantes nascidos no Rio Grande do Sul. Neste sentido, o sudoeste do Paraná, distinguido como área específica, nas arealizações de Mercer (1992) e Aguilera (1994; 2000), pode ser visto como prolongamento do avanço rio-grandense que também atinge o oeste de Santa Catarina.

Isso, contudo, não se reduz à simples continuação ou reprodução de variantes presentes no Rio Grande do Sul, mas sim pode representar o resultado

do contato com novos elementos contrastantes, o que implica estudar a topodinâmica da variação do português, comparando a fala dos gaúchos da nova área com a da área de origem. Assim, por exemplo, a ocorrência de *você* no sudoeste do Paraná pode indicar continuidade ou mudança de comportamento lingüístico, conforme os falantes procedam de uma área com uso de *você* ou de *tu* (ver mapa 5). Trata-se, portanto, de áreas novas muito sujeitas a comportamentos distensos. Parecem seguir esse traçado as linhas que marcam a preservação de /l/, em final de sílaba, como lateral alveolar ou velarizada, p. ex. em *revólver*, além da isoglossa que marca o limite meridional da conservação de /ej/, como em *queijo* e *queixo* (vejam-se mapas 3.1 e 3.2).

HIPÓTESE 4 – Paralelo ao corredor oeste de projeção rio-grandense,



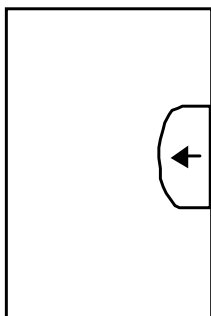
encontramos, no lado oposto, isoglossas que transpõem o Rio Grande do Sul até a orla leste de Santa Catarina, constituindo o que Koch (2000: 58) denomina de *Feixe Secundário Rio-Grandense* (ver mapa 4). Diferentemente, porém, do que ocorre naquela área, tem-se no leste catarinense, muitas vezes, mais que avanços provenientes do sul, apenas simples coincidências de traços que se desenvolveram independentemente, como é de se supor,

por exemplo, com relação à ocorrência, nessa área, de *tu* + verbo em 2.^a p. sg. (ver mapa 5). Há que considerar, para tanto, a origem comum açoriana e a unidade geofísica dos Campos de Cima da Serra e de Lajes, bem como a presença de populações bilíngües, na área.

Koch cita as seguintes linhas isofônicas como características desse corredor leste:

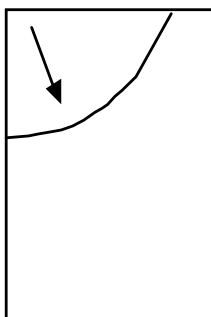
- alta frequência do alçamento de /e/ átono final e da palatalização de /t/, p. ex. nos mapas referentes a *sete*, *dezessete* e *vinte*;
- ocorrência da realização velar e uvular de /r/ em *carro*, *genro* e *revólver*;
- baixa frequência da ditongação de /e/ seguido de /s/ final, como em *três* e *dez*.

HIPÓTESE 5 – O sudeste de Santa Catarina apresenta uma área divergente específica, que Furlan (1986) designa como “falar açoriano-catarinense”, dada a forte influência açoriana que caracteriza essa área. Entre as marcas mais características, destacam-se:



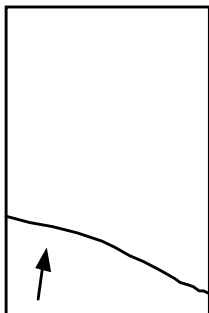
- ausência de palatalização de /t/, p.ex. em *mentira* e *tio*;
- palatalização de /s/ final, p.ex. em *paz*, *cruz*, *dois*, *três*, *seis* e *dez*;
- preservação da marca de 2.^a pessoa na conjugação dos verbos, p. ex. (*tu*) *fizeste*.

HIPÓTESE 6 – O norte/noroeste do Paraná, o chamado Paraná Moderno, de colonização recente, configura uma área à parte, que Koch (2000) chama de *Feixe Secundário Paranaense*, e que Mercer (1992) associa à forma de colonização (veja-se também Aguilera 2000).



Algumas variantes denunciam uma forte propensão a fenômenos inovadores, como no caso da vocalização da lateral /l/ em final de sílaba, p.ex. em *calção* e *revólver*, que nessa área atinge seus índices mais elevados. Outro exemplo é a alta incidência da vibrante velar [x], como em *revólver*. A concordância entre *você* e o possessivo *seu/sua* ocorre também com grande frequência.

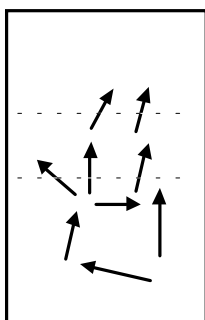
HIPÓTESE 7 – A fronteira sul do Rio Grande do Sul com o Uruguai guarda



traços de momentos históricos diversos de ocupação da área e oscilações das fronteiras históricas com o espanhol (ver mapa 2.1). Isso se observa mais nitidamente no léxico, como atestam Koch (1995), Bunse & Klassmann (1969) e Rodrigues (1998), os quais registram uma série de hispanismos antigos que poderíamos caracterizar como formas de relicto (*Reliktform*), por terem sobrevivido à dominação posterior pelo português.

São exemplos dessas formas de relicto *jugo* (=canga), *planchar* (=passar a ferro), *piola* (=barbante), *esquilar* (=tosar), dentre outros. Curiosamente, nos planos fonético e morfossintático, a maioria das isoglossas analisadas estende-se até o centro-norte do Estado, não se limitando apenas à zona lateral fronteira, como acontece no caso de /e/ e /ɛ/ diante de /s/ em final de sílaba, como em *três* e *dez*, que nessa zona oferecem maior resistência à ditongação.

HIPÓTESE 8 – O contato paulista-gaúcho anterior à chegada dos primeiros



imigrantes alemães (1824) e italianos (1875) no séc. XIX desencadeou uma série de migrações internas no Rio Grande do Sul, originando rotas “comerciais” bastante regulares (ver mapa 2.1). Essas rotas seguem, de um lado, o trajeto de fundação pelos lusos dos primeiros núcleos de povoamento e, de outro, as condições geofísicas do espaço, no sentido de aproveitar vias fluviais, como o rio Jacuí, ou contornar zonas de floresta e rios através dos caminhos de campo, por onde

era mais fácil conduzir gado e mercadorias. Vale salientar que, até a vinda dos imigrantes europeus, o contraste entre zona de floresta e zona de campo dava

a dimensão do povoamento no Rio Grande do Sul, já que apenas a última era de fato habitada e explorada pela população lusa.

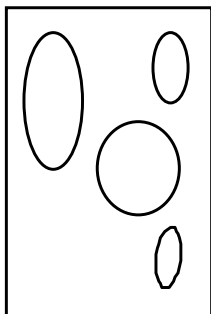
Do ponto de vista das fotografias geolingüísticas disponibilizadas pelo ALERS, verifica-se a hipótese de que algumas isoglossas do português rural do Rio Grande do Sul acompanham pelo menos parcialmente essas rotas mais antigas. Entre estas destaca-se sobretudo a linha que vem de Rio Grande e Pelotas, seguindo via Bagé em direção ao caminho da Coxilha Grande, que divide o Estado ao meio, como uma coluna vertebral que separa duas grandes bacias. Seu traçado orienta-se para o norte, passando por Santa Maria e Júlio de Castilhos até Cruz Alta, onde se bifurca em vários caminhos: a) no sentido de Santo Ângelo, nas Missões, b) no sentido norte, dos campos de Palmeira das Missões, ou c) na direção de Passo Fundo, a leste, de onde avança para os Campos de Lajes, em Santa Catarina.

Um exemplo que ilustra bem esse tipo de arealidade é dado pelo mapa lexical referente à variação diatópica de *chimia*, um empréstimo do Hunsrückisch *Schmier*¹¹ que se difundiu por todo o Rio Grande do Sul, designando de modo geral “a pasta de frutas para passar no pão” (ver mapa em Altenhofen [2000: 93]). Apesar do predomínio da variante *chimial/Schmier*, verifica-se, justamente nessas rotas de migração lusa mais antigas, a coexistência da variante concorrente *geléia*. O exemplo levanta, além disso, a hipótese de que esse tipo de arealidade aplica-se essencialmente ao léxico, uma vez que envolve acima de tudo mudanças sócio-culturais ao longo do tempo.¹²

¹¹ Da variedade dialetal de base francônio-renana e francônio-moselana falada pela maioria dos imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul (veja-se Altenhofen 1996, sobretudo mapa 09).

¹² Lembrando que a cartografia dos dados semântico-lexicais do ALERS está apenas iniciando. Projeta-se a conclusão dos volumes 4 e 5 para 2002/1.

HIPÓTESE 9 – Enquanto as áreas de campo e as antigas rotas de contato



paulista-gaúcho refletem o português dos lusos, no âmbito das áreas já habitadas no séc. XIX (hipótese 8), o que se apresenta nas áreas de floresta, até então despovoadas, é a presença de imigrantes estrangeiros, portanto inicialmente não-falantes de português que apenas lentamente – ou “diageracionalmente” – irão apoderar-se da língua do novo meio. Dado que a localização desses contingentes de adstrato atinge áreas específicas mais ou menos delineáveis,

equivalentes em grande parte às zonas de floresta originais,¹³ deduz-se que se apresenta também nessas áreas uma variedade distinta do português, devido justamente às especificidades lingüísticas de seus falantes e às condições de aprendizagem da língua oficial do Brasil. Convém frisar que a própria forma de colonização – assentamentos homogêneos em picadas abertas no meio do mato – e o isolamento advindo dessa situação desfavoreceram enormemente tal processo de aprendizagem, apesar da consciência dos membros das comunidades bilíngües da importância que o português assumia na integração ao novo meio.¹⁴

O fato é que o bilingüismo constitui uma das características mais marcantes, senão a mais significativa, da paisagem lingüística do sul do Brasil. Ao analisar o mapa 2.2 em anexo, que cartografa a segunda língua dos informantes do ALERS, tem-se uma visão global aproximada da área de abrangência do bilingüismo na região sul do Brasil e que na verdade pode ser bem maior, se considerarmos a mera presença de grupos de imigrantes

¹³ Roche (1966, p. 31).

¹⁴ Altenhofen (1990).

diversos¹⁵. A essa área circunscrevem-se diferentes situações e graus de bilingüismo, de modo que é preciso considerar, segundo Altenhofen (2000, p. 77), no mínimo três possibilidades mais amplas:¹⁶

- a) o português de falantes **bilíngües** que nasceram e se criaram em uma comunidade de maioria bilíngüe;
- b) o português de falantes **monolíngües** que nasceram e se criaram em uma comunidade de maioria bilíngüe (p. ex. dos informantes de pontos do ALERS situados dentro da área bilíngüe);
- c) o português de falantes **monolíngües sem contato** com uma comunidade bilíngüe (p. ex. de informantes de pontos do ALERS situados fora da área bilíngüe).

Não há como negar que o tratamento dado pelo ALERS está longe de dar conta de toda a complexidade do bilingüismo na área em estudo. Contudo, a variação lingüística entre a), b) e c), além do seu valor descritivo, nos fornece alguns subsídios valiosos acerca do comportamento adotado pelos bilíngües e monolíngües no contato e aprendizagem do português. Assim, por exemplo, constata-se nos mapas analisados até agora uma tendência maior dos pontos bilíngües para a adoção de traços [+padrão], como no caso de formas verbais e da pluralização dos substantivos e determinantes. A explicação que temos dado a esse fenômeno é de que ele reflete a forma de aprendizagem do português, que por muito tempo ficou restrita à escola e por conseqüência à língua escrita. Esta seria, aliás, também uma explicação para a ocorrência, em áreas bilíngües de alemão, no Rio Grande do Sul, de índices mais elevados de uso do pronome *você* em lugar de *tu*, predominante em quase todo o Estado

¹⁵ Ver mapa 01, em Altenhofen (2000, p. 89).

¹⁶ Dimensão dialingual, vista por Thun (2000) no ADDU.

(ver mapa 5). Além disso, é possível também que a ocorrência de variantes fonéticas mais próximas da forma escrita, como p. ex. a manutenção e não-vocalização da lateral /l/, em final de sílaba (p. ex. em *calça* e *revólver*) ou a ausência de vogal epentética, como em *advogado* (cf. também *Schmier* em oposição a *chimia*), sejam indicativos dessa mesma tendência.

Paralelo a esta hipótese da vinculação da variedade de contato com a forma de aprendizagem do português nas áreas bilíngües, não se pode perder de vista as transferências lingüísticas verificadas na fala dos bilíngües e que atingem especialmente o plano fonético. Neste particular, as variáveis mais salientes nos dados são as seguintes:

- uso do tepe em contextos onde o português utiliza a vibrante múltipla /r/ ou a fricativa velar /x/, p. ex. em *carro* e *revólver*;
- ausência de alçamento de /e/ átono final, p. ex. nos mapas referentes a *sete*, *dezessete* e *vinte*;
- ausência de palatalização de /t/ e /d/ diante de /i/, como em *mentira*, *dia*, *tio*;
- realização do ditongo nasal /õw/ como [õ], p. ex. em *procissão*, *ferrão*;
- dessonorização das consoantes sonoras, entre falantes de Hunsrückisch, como em *gordura*;
- transferências lexicais e semânticas como no exemplo já mencionado da *Schmier* ou no uso de *pedir* com o significado de ‘perguntar’, freqüente nas áreas bilíngües de italiano;
- variações de gênero, como em *a sabonete*, observado em pontos bilíngües de italiano;
- outros exemplos que ainda deverão ser levantados nos mapas semântico-lexicais e seus respectivos quadros de variantes.¹⁷

¹⁷ Felizmente, os quadros de variantes lexicais do ALERS apresentam as ocorrências concretas transcritas foneticamente, em IPA, permitindo ao usuário investigar adicionalmente a variação fonética e morfofonêmica do português.

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Sintetizando as hipóteses evidenciadas pelas fotografias geolingüísticas do ALERS disponíveis até o momento, chega-se ao mapa 6 em anexo, que delimita oito áreas lingüísticas principais na configuração diatópica do português falado na região sul do Brasil. Nessa delimitação, distinguem-se, além das áreas bilíngües e de transição, três “corredores de projeção de traços” e três “zonas laterais (poder-se-ia dizer de acomodação?)”, a saber:

- 1 - Área de transição (*Leque Catarinense*, postulado por Koch 2000);
- 2 - Corredor central de projeção paranaense;
- 3 - Corredor oeste de projeção rio-grandense;
- 4 - Corredor leste de projeção rio-grandense (*Feixe Rio-Grandense*, na interpretação de Koch 2000);
- 5 - Zona lateral açoriano-catarinense;
- 6 - Zona lateral do Paraná do norte (*Feixe Paranaense*, na interpretação de Koch 2000);
- 7 - Zona lateral da fronteira sul-riograndense;
- 8 - Áreas bilíngües de português de contato.

As isoglossas que acompanham as rotas de migração dos séc. XVII e XVIII (hipótese 8) não foram incorporadas a esse quadro, por se julgar serem mais restritas a determinados fenômenos do léxico e por se sobreporem às outras áreas, muito mais do que constituírem áreas específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V. de A. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba, Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1994. 411 p.

_____. *Atlas lingüístico do Paraná – Apresentação*. Londrina, Ed. da UEL, 1996. VII, 167 p.

_____. *Estudos dialetológicos no Paraná: caminhos e perspectivas*. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt a. M. : TFM, 2000. p. 95-119.

ALERS – *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* – v. 1: *Introdução*; v. 2: *Cartas Fonéticas*; v. 3: *Cartas Morfossintáticas*. Org. ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário Silfredo & KOCH, Walter. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis : Ed. da UFSC; Curitiba : Ed. da UFPR, 2001. [No prelo]

ALTENHOFEN, C. V. *A aprendizagem do português em uma comunidade bilíngüe do Rio Grande do Sul. Um estudo de redes de comunicação em Harmonia*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

_____. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart : Steiner, 1996. 444 p.

_____. *O estudo de línguas de imigrantes no Brasil. O exemplo do “Hunsrückisch” no Rio Grande do Sul*. In: Cadernos do Instituto de Letras, Porto Alegre, n. 18, p. 17-26, 1998.

_____. *O português em contato com as línguas de imigrantes no Sul do Brasil*. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt a. M. : TFM, 2000. p. 79-93.

BELLMANN, G. *Arealität und Sozialität? Avec un résumé en français*. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald (orgs.). *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel : Westensee-Verl., 1996. p. 50-77.

BUNSE, H.; KLASSMANN, M. S. *Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul (problemas, métodos, resultados)*. Porto Alegre : Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1969. 60 p.

CARDOSO, S. A. M. *Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil)*. In: Estudos Lingüísticos e Literários, Salvador, n. 5, p. 47-59, dez. 1986.

_____. *Para uma delimitação de áreas dialetais no Brasil*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA: conferências e mesas-redondas. (1. : Salvador : 1994). Atas... Salvador : ABRALIN; FINEP; UFBA, 1996. vol. 1, p. 181-186.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo : Contexto, 1994. 95 p. (Repensando a língua portuguesa.)

FURLAN, O. A. *O português dos catarinenses de ascendência luso-brasileira comparado com o português europeu*. In: Estudos Lingüísticos e Literários, n. 5, p. 227-253, dez. 1986.

_____. *Influência açoriana no português do Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1989. 241 p.

KOCH, W. *Contribuição do Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul ao estudo da fronteira lingüística entre o Brasil e o Uruguai*. In: PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO NAS FRONTEIRAS: TEMAS PARA O MERCOSUL. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS; Instituto Goethe/ICBA, 1995. p. 192-206.

_____. *O povoamento do território e a formação de áreas lingüísticas*. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Chistine; SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt a M. : TFM, 2000. p. 55-69

MERCER, J. L. da V. *Áreas fonéticas do Paraná*. (Tese para Professor Titular) Curitiba : Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas; Universidade Federal do Paraná, 1992. v. 1, 161 p.; v. 2, 45 cartas.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. completamente refundida. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953. 221 p.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil. [Questionário. Pontos de Inquérito.]* Rio de Janeiro : Casa de Cultura Rui Barbosa, 1958. 22 p.

_____. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil (II). [Elaboração do questionário geral]* Rio de Janeiro : Casa de Rui Barbosa; MEC, 1961. 40 p.

RADTKE, E.; THUN, H. (eds.). *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel : Westensee-Verl., 1996. 648 p. (Dialectologia Pluridimensionalis Romanica; 1.)

ROCHE, J. *As bases físicas da ocupação do solo no Rio Grande do Sul*. In: AB'SÁBER, Aziz Nacib & ROCHE, Jean (orgs.). *Três estudos rio-grandenses*. Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1966. p. 29-64

RODRIGUES, C. V. *Áreas lingüísticas no Rio Grande do Sul: conjunto de fatores determinantes*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOGOLOGIA DA AMÉRICA LATINA (9. : 1990 : Campinas). *Atas...* Campinas (SP) : UNICAMP, 1998. v. IV, p. 13-20

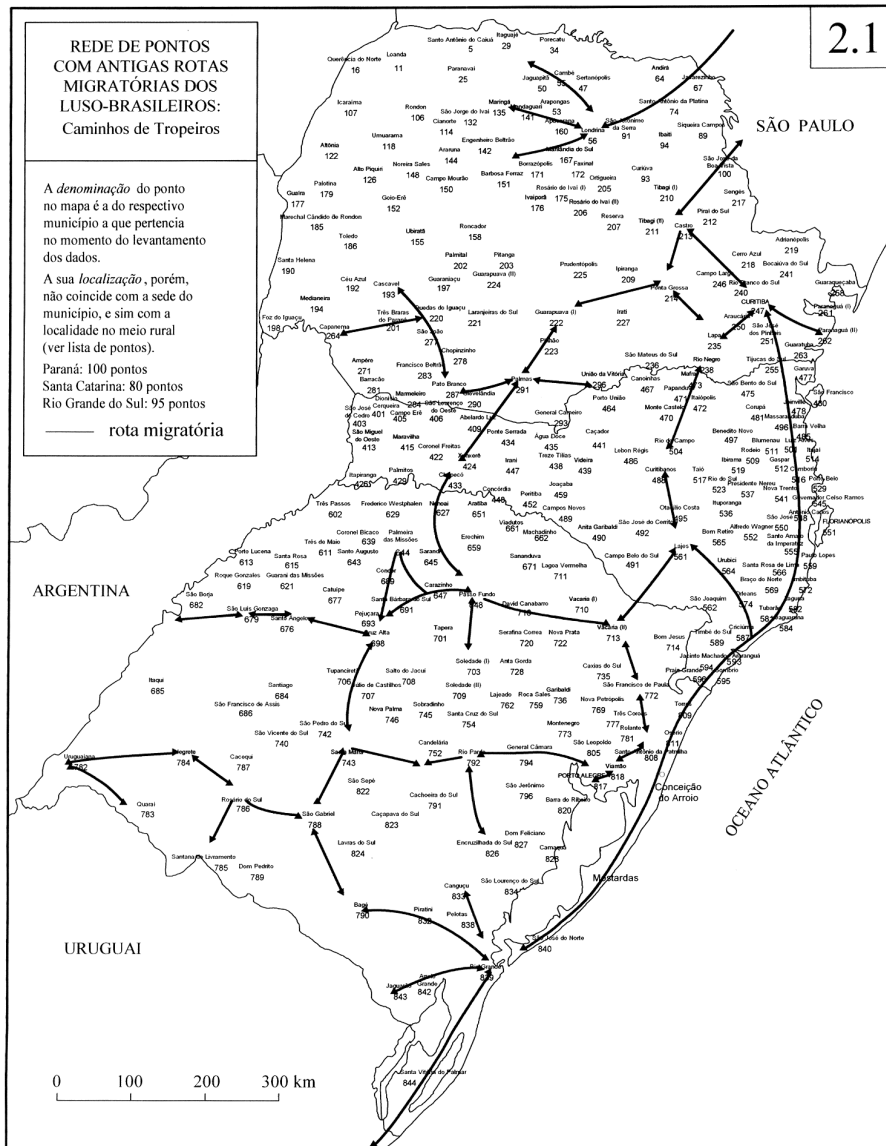
THUN, H. *Atlanti linguistici dell'America Latina*. In: RUFFINO, Giovanni (org.). *Atlanti linguistici italiani e romanzi: esperienze a confronto*. Palermo : Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, 1992. p. 231-273

_____. *Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidéanos en Rivera*. In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald (orgs.). *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel : Westensee-Verl., 1996. p. 210-269.

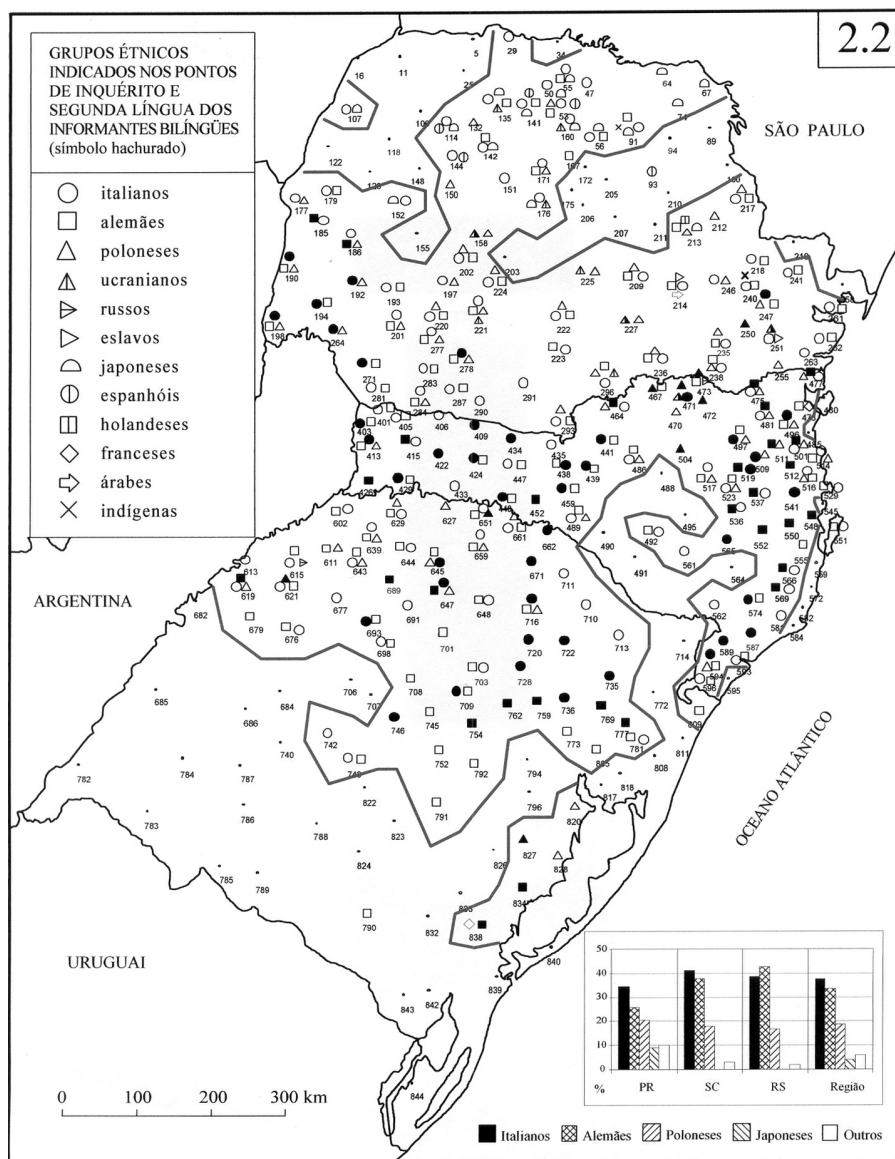
_____. *O português americano fora do Brasil*. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Chistine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt a M. : TFM, 2000. p. 185-227

ANEXOS

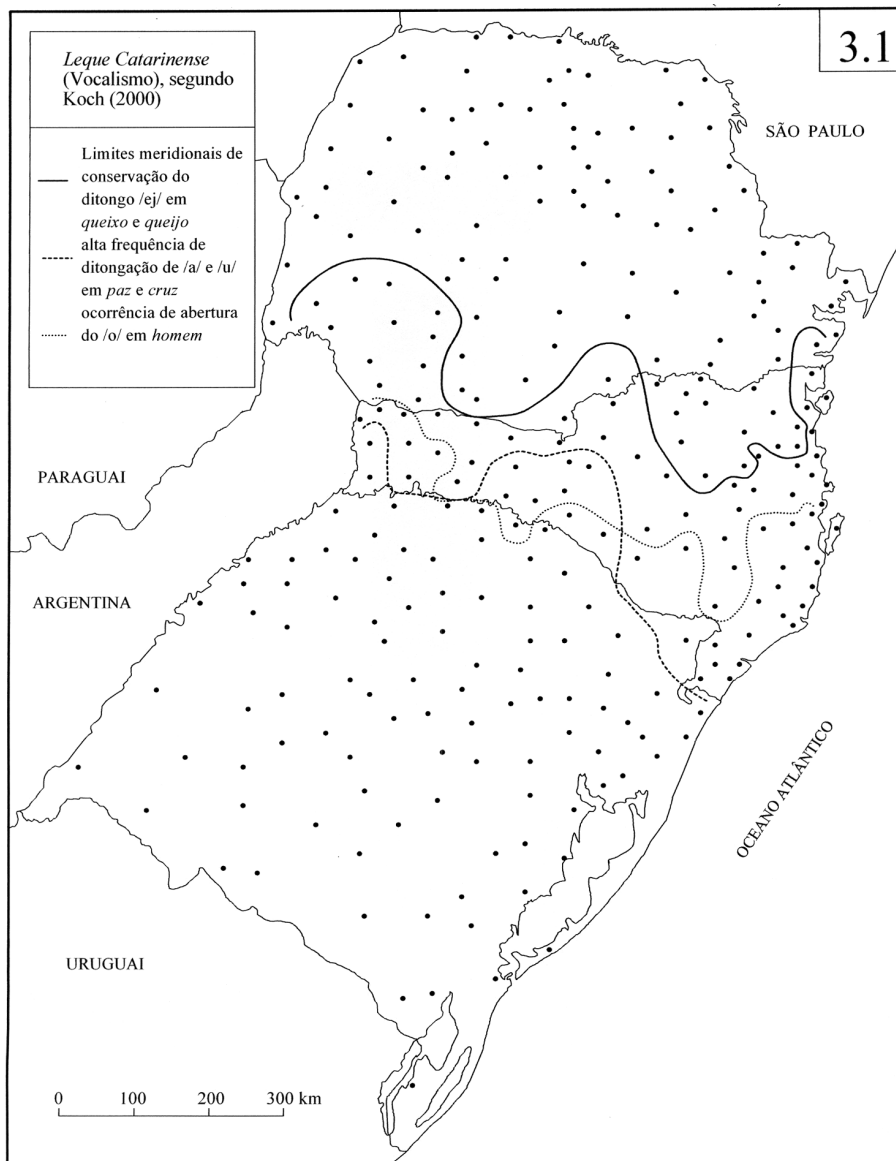




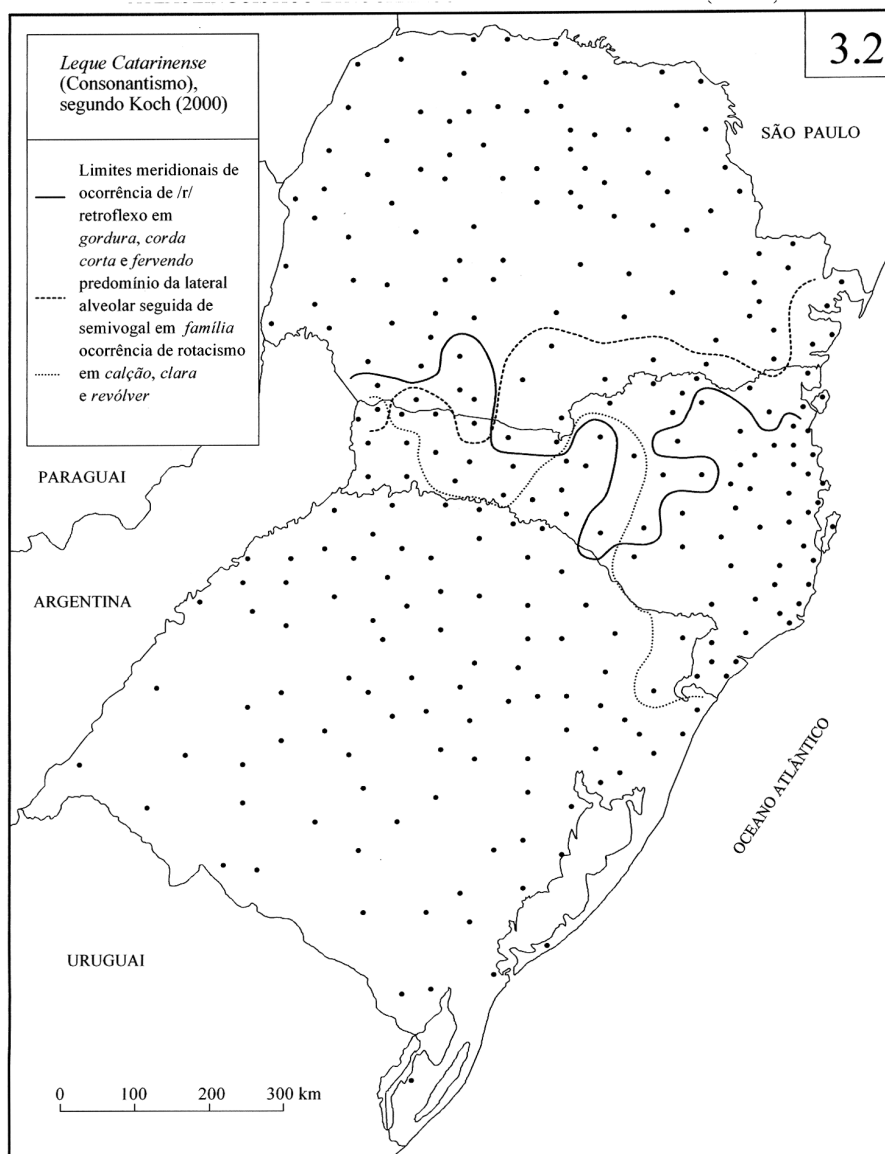
Mapa 2.1 – Rede de pontos do ALERS, situando antigas rotas de tropeiros e os limites dos tratados de fronteira no extremo sul



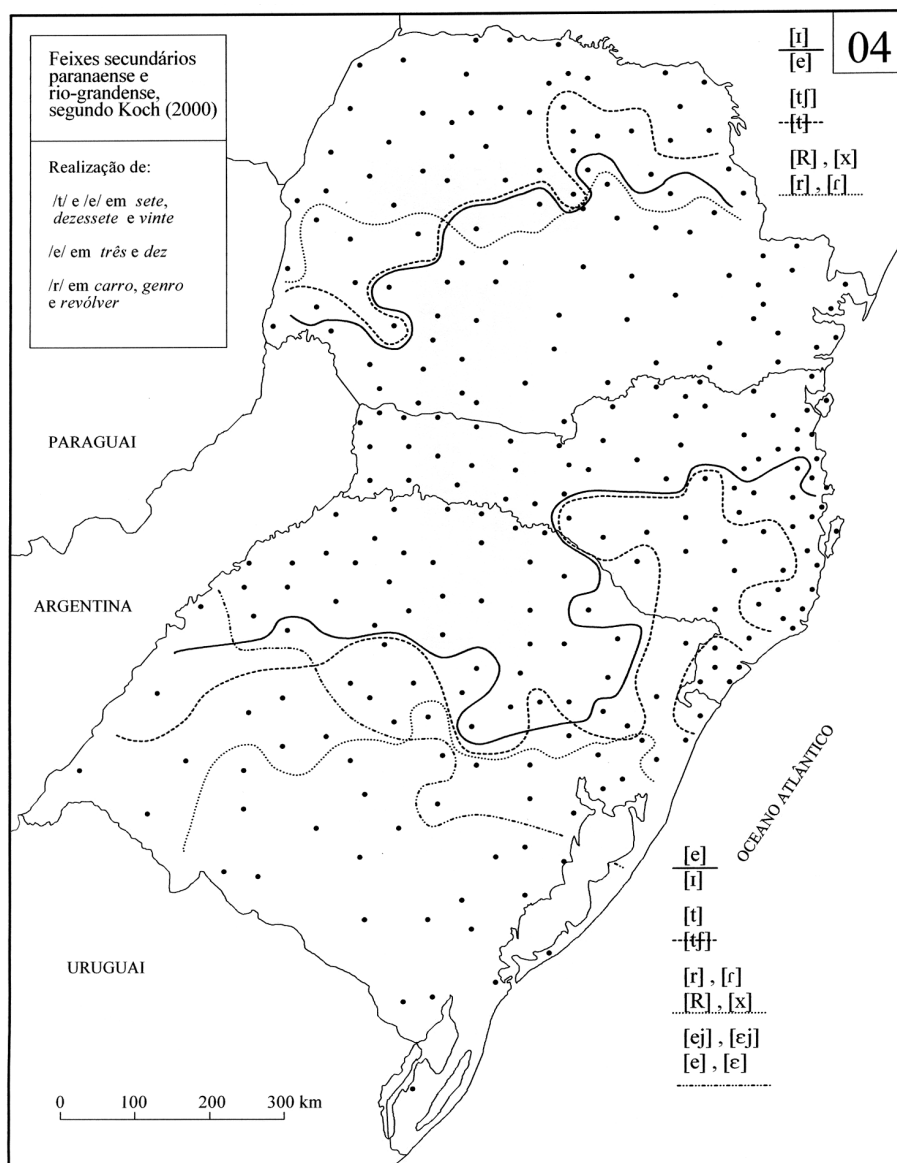
Mapa 2.2 – Áreas bilingües de acordo com os informantes do ALERS



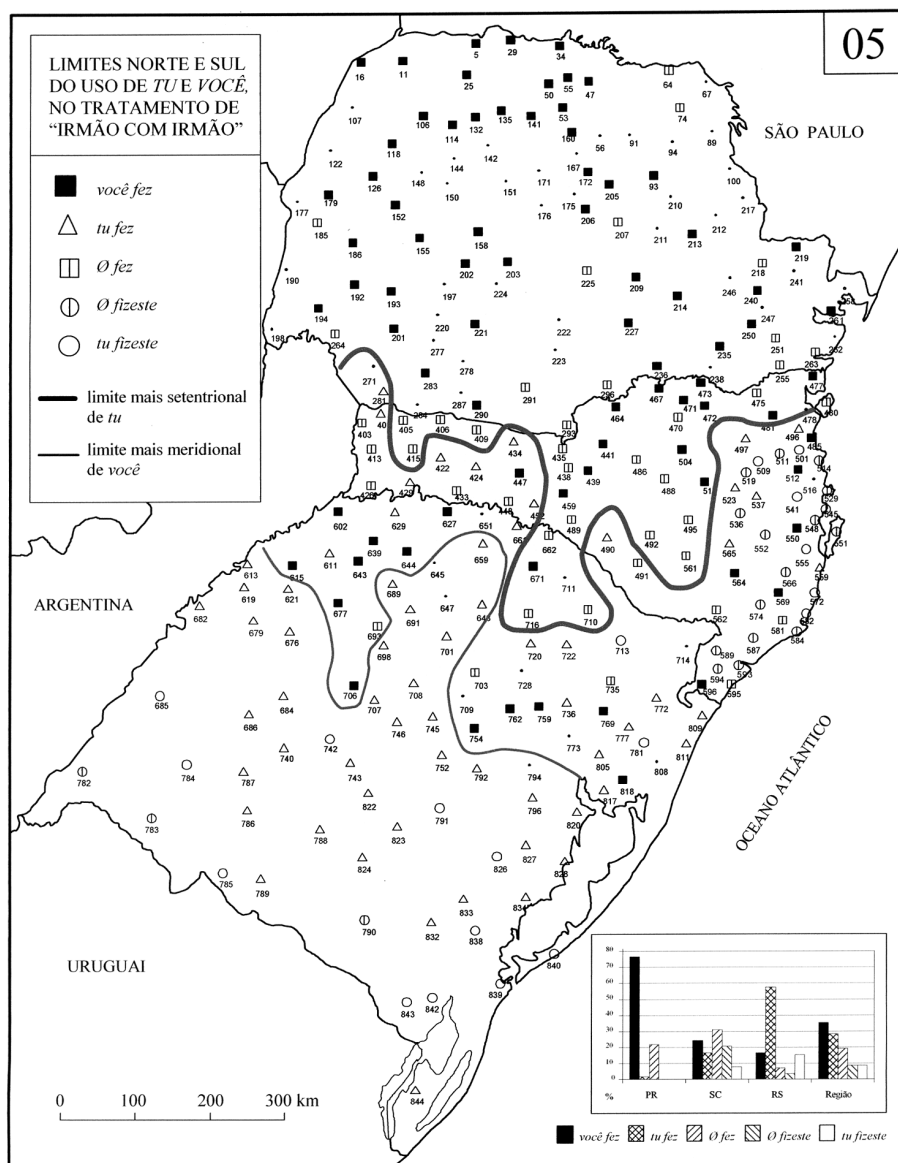
Mapa 3.1 – *Leque Catarinense* com isoglossas do vocalismo, segundo Koch (2000)



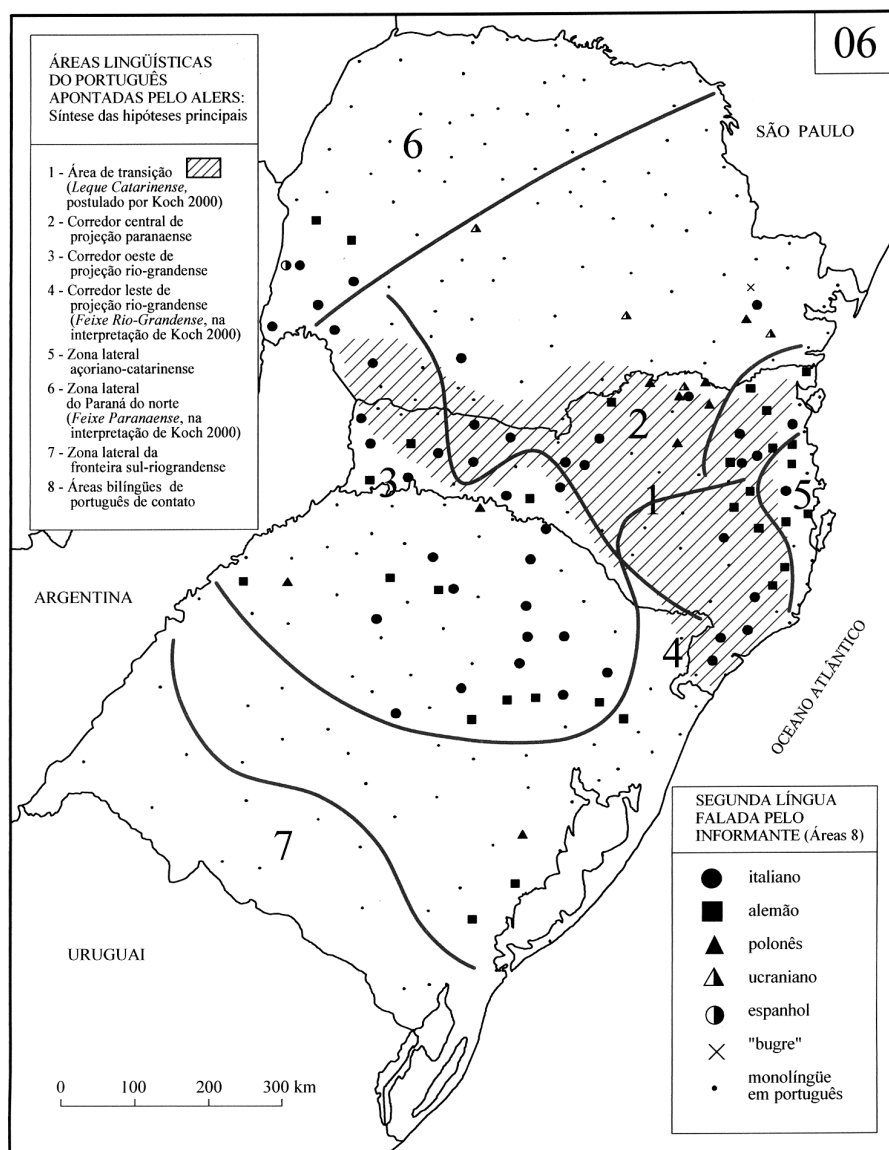
Mapa 3.2 – *Leque Catarinense* com isoglossas do consonantismo, segundo Koch (2000)



Mapa 4 – Feixes secundários paranaense e rio-grandense, segundo Koch (2000)



Mapa 5 – Limites norte e sul do uso de *tu* e *você* no tratamento de “irmão com irmão”



Mapa 6 – Áreas lingüísticas do português apontadas pelos dados do ALERS

Atlas Lingüístico Sonoro do Pará

uma **nova** perspectiva para a organização
de corpus **geolingüísticos**



Abdelhak Razky
(Universidade Federal do Pará)

A dialetologia e a geografia lingüística deram um avanço substancial a partir de 1922 no Brasil. A pesquisa de campo não oferecia, até então, uma imagem científica da variação fonética e lexical do país. Nascente (1953, p. 7) observava:

Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822.

Esse trecho citado por Cardoso (1998) mostra o quanto os estudiosos precisavam juntar esforços, montar equipes, formar pesquisadores, elaborar metodologias de trabalho de campo, estudar a realidade histórico-social do país para poder abordar questões tão importantes para a identidade cultural brasileira em seus diversos componentes, inclusive o lingüístico.

A situação hoje é diferente. A publicação de atlas regionais num primeiro momento serviu de base para a consolidação da geografia lingüística como uma área de pesquisa que constitui uma base incontornável para a pesquisa lingüística e sua implicação para a história da língua e para o ensino-aprendizagem do português. O Brasil conta hoje com oito atlas publicados: *Atlas Prévio dos Falares Baianos* – APFB (ROSSI, 1963); *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* – EALMG (ZAGARI, 1977); *Atlas Lingüístico da Paraíba* – ALPB (ARAGÃO, 1984); *Atlas Lingüístico de Sergipe* – ALS (FERREIRA et al., 1987); *Atlas Lingüístico do Paraná* – ALPR, (AGUILERA, 1994); *Atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil* – ALERS (KOCH, et al., 2002); *Atlas Lingüístico de Sergipe II. 2 v.* – ALS2 (CARDOSO, 2002); *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará* – ALiSPA 1.1 (RAZKY, 2004).

A realidade da variação lingüística revelada por meio desses atlas e dos estudos sociolingüísticos desenvolvidos no Brasil constituem hoje um acervo importante para diferentes áreas do conhecimento que tratam do homem, de seu meio e de sua fala.

De fato, não é por acaso que um comitê presidido por Suzana Cardoso, professora da Universidade Federal da Bahia, lançou uma pesquisa de porte nacional, em 1996, para a execução do maior projeto de pesquisa de campo no Brasil: o projeto Atlas *Lingüístico do Brasil*. A própria Presidente do projeto explica:

O quadro histórico-social do Brasil, hoje, e a necessidade do conhecimento sistemático e geral da realidade lingüística brasileira, necessário sobretudo à difusão de um ensino adequado ao caráter pluricultural do país (grifo nosso), estão a exigir, sem mais demora, um esforço coletivo na tentativa de concretizar estudos mais amplos que levem a esse conhecimento global. Essa pode e deve ser tarefa da Dialectologia brasileira nesse final de milênio, a se concretizar com a realização do Atlas lingüístico geral do Brasil.

ATLAS LINGÜÍSTICO SONORO DO PARÁ

Com base numa teoria do movimento, procedeu-se à observação de 10 (dez) cidades do Estado do Pará. O ponto de vista sociolingüístico é de máxima importância para determinar as condições e os contextos intra e extralingüísticos em que ocorrem a variação e a mudança lingüística. Englobar esses mecanismos sob o prisma interno e externo possui a dupla vantagem de possibilitar a abordagem do locutor tanto enquanto indivíduo social, dentro de uma área geográfica específica, como enquanto indivíduo estatístico, que em um mapa geográfico mostra flutuações de um subsistema lingüístico em interação com outros subsistemas. Os indivíduos em interação são criadores de subespaços de interlíngua. É, portanto, necessário prestar mais atenção aos métodos de observação desse movimento lingüístico controlando, no caso do Atlas

Lingüístico Sonoro do Pará, uma qualidade *optimal* de organização de dados em formato de texto e de áudio.

Esta pesquisa se ateve ao estudo da variação fonética. Inicialmente, buscaram-se informações sociais, de acordo com os parâmetros da pesquisa geo-sociolingüística, a partir de uma ficha de informantes da qual constam aspectos sociais de 42 (quarenta e dois) informantes, estratificados socialmente para a entrevista sociolingüística. Isso resultou numa fonoteca composta de 420 arquivos sonoros da fala paraense. Uma mostra de 40 informantes dessa fonoteca serviu para a confecção do Atlas Lingüístico Sonoro do Pará.

PESQUISA DE CAMPO

Seleção de pontos de inquérito

A seleção das localidades seguiu a tradição dialetológica. Foram escolhidas 10 (dez) cidades de acordo com critérios históricos, sociais e econômicos, referentes às cidades paraenses.

As 10 localidades que representam as 6 (seis) mesorregiões do Pará, e que fazem parte deste projeto, são:

1. Santarém (Mesorregião do Baixo Amazonas);
2. Breves (Mesorregião Marajó);
3. Belém (Mesorregião Metropolitana de Belém);
4. Bragança, Cametá e Abaetetuba (Mesorregião Nordeste Paraense);
5. Itaituba e Altamira (Mesorregião Sudoeste Paraense);
6. Marabá e Conceição do Araguaia (Mesorregião Sudeste Paraense).

Técnicas de coleta de dados e estratificação social dos informantes

a) Questionário fonético-fonológico (QFF)

Para a elaboração do atlas sonoro, adotou-se a primeira versão do questionário fonético-fonológico elaborado pelo comitê do projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB). O QFF é composto de 159 perguntas destinadas a verificar as variações fonéticas no espaço social e no tempo. O questionário foi aplicado em 2001 com a participação dos membros da minha equipe de pesquisa¹.

Em cada localidade, foram escolhidos 4 informantes para responder ao QFF. Os informantes são distribuídos como segue:

- **sexo:** 2 homens e 2 mulheres;
- **faixa etária:** 2 informantes entre 18 e 30 anos e 2 informantes entre 40 e 70 anos;
- **escolaridade:** até o primeiro grau completo.

b) Digitalização do banco de dados

O debate metodológico sobre a transcrição dos dados ainda não terminou. Essa tarefa deve ser constantemente reavaliada, buscando-se cada vez mais material de áudio confiável (Fossat, 1993). Um rigor científico desse tipo, combinado à integração de tecnologia de digitalização do som, produz resultados mais confiáveis.

Uma parte da digitalização do acervo ALiSPa foi feita na Universidade Federal do Pará. Como os instrumentos disponíveis não permitiram uma

¹ Alcides Lima (coordenador da zona urbana), Marilucia Oliveira (coordenadora da zona urbana), Raquel Lopes (coordenadora da zona urbana), Orlando Cassique (coordenador da zona rural), Arlon Martins (bolsista CNPq), Gracinete Antunes (bolsista PROINT), Damiana Oliveira (Bolsista Proint), além de vários outros voluntários.

digitalização com uma qualidade sonora aceitável, os dados foram tratados no Laboratório do Gril (Groupe de recherche en industrie de la langue – Universidade de Toulouse II – França). Os recursos do projeto só permitiram o uso de um gravador semi-profissional, com microfone multidirecional embutido. Os arquivos sonoros têm uma qualidade média. Um processo de limpeza, portanto, usando o programa CooleditPro, permitiu reduzir o ruído de uma maneira significativa em alguns arquivos, o que possibilitou uma melhoria na qualidade geral dos dados.

c) Informatização dos dados

Após a aplicação do questionário fonético-fonológico e a coleta de dados, procedeu-se à elaboração de um programa interativo por meio do software ToolBook 8.5. O programa apresenta um mapa das dez cidades estudadas. Um sistema informatizado permite ao usuário consultar de uma forma instantânea as variações fonéticas no Estado do Pará, ou seja, o usuário pode ver e ouvir como uma determinada variável é realizada em cada uma das cidades pesquisadas.

A vantagem deste programa é que a voz do informante, ou seja, o seu desempenho lingüístico real, vai chegar ao usuário sem intermediação da subjetividade do lingüista (fato tão comum nas transcrições fonéticas). Além disso, o não-especialista na área de fonética é capaz de identificar as variações ocorridas na fala dos entrevistados.

ASPECTOS FONÉTICOS CONTEMPLADOS NO ALiSPA

Através dos 159 vocábulos podemos analisar os seguintes segmentos fonéticos e suas variações:

Quadro 1. Variáveis fonéticas no ALiSPA

Consoantes em posição inicial -C-	Consoantes em posição interna final de sílaba CVC-	Consoante em posição final -C	Grupo de consoantes em contexto interno -CC-	contexto interno início de sílaba -C-
d , r , t , v , pl , pn , cl	s , r , l	l , r , s ,	dv , dm , nd , ft	Á , d , t , r , n , ʒ , v , l , z , b , z
Grupo de consoantes e vogais em contexto interno	Vogal em contexto CVC	Vogal em posição inicial V-	Vogal em contexto interno CV-	Vogal em contexto final -V
pad , bra , ad , com	e , ε , o , ø , a , u	α , ou , o , i , e , u	e , ε , ei , ou , o , ø , ai , i , a	i , o

Quadro 2. Exemplos do QFF

-C-	-C- (seguida)	Grupo	CVC
134- COLHER	105- SORRISO	78- LÂMPADA	15- DESVIO
126- TARDE	29- BANDEIRA	87- BRAGUILHA	27- PERNAMBUCANO
01- NOITE	32- SANTO ANTÔNIO	06- SÁBADO	28- SOLDADO
52- MULHER	47- BANHO	40- FÍGADO	65- CERTO
57- GENRO	66- VELHO	67- PRATELEIRA	46- CASPA
61- BOMTO	47- BANHO	56- COMPADRE	49- DESMAIO
74- BORRACHA	104- MORREU		75- PERFUME
89- SANDÁLIA	107- ASSOPIO		81- TORNEIRA
98- A GENTE	114- BARULHO		90- FÓSFORO
109- PERDIDO	121- MENTIRA		110- PERGUNTAR
154- ABELHA	134- COLHER		116- RASGAR
146- CAVALO	144- MANTEIGA		118- MESMO
156- CARNIÇA	156- CARNIÇA		136- FERVENDO
34- OLHO	148- FAZENDA		141- CASCA
53- FAMÍLIA	105- SORRISO		15- DESVIO
63- DÓIDO	29- BANDEIRA		79- LUZ
96- TRABALHAR	109- PERDIDO		109- PERDIDO
154- ABELHA	130- ARROZ		45- VOZ
			130- ARROZ

C-, CC-	CVC-	-C	Grupo -CC-
02- DIA	15- DESVIO	155- MEL	30- ADVOGADO
13- RUA	27- PERNAMBUCANO	83- ANEL	112- ADMIRAÇÃO
54- TIO	28- SOLDADO	04- SOL	106- SORRINDO
68- VIDRO	65- CERTO	07- CALOR	136- FERVENDO
158- RATO	46- CASPA	23- COLEGAS	151- AFTOSA
115- VARRER	49- DESMAIO	24- GIZ	94- ANDANDO
09- PLANTA	75- PERFUME	26- BRASIL	149- ADMINISTRADOR
20- CLUBE	81- TORNEIRA	45- VOZ	
69- PNEU	90- FÓSFORO	134- COLHER	
70- PLACA	110- PERGUNTAR	52- MULHER	
142- CLARA	116- RASGAR	135- BOTAR	
	118- MESMO	137- SAL	
	136- FERVENDO	122- AMAR	
	141- CASCA	79- LUZ	
	86- CALÇÃO	119- PAZ	
		130- ARROZ	

V-	CV-	CV- (seguida)	-V
03- ANO	12- REAL/REAIS	84- COROA	107- ASSOBIO
05- AMANHÃ	17- TÊRRENO	121- MENTIRA	20- CLUBE
36- ORELHA	21- PREFEITO	90- FÓSFORO	75- PERFUME
37- OUVIDO	25- HÓSPEDE	93- CANOA	126- TARDE
10- ESTRADA	33- PECADO	100- DEFESA	01- NOITE
60- ÚNICO	41- PEITO	103- BEIJAR	57- GENRO
62- INOCENTE	44- ROUCA	101- DEVE	107- ASSOBIO
64- ESQUERDO	38- DENTE	113- FECHA	120- OBRIGADO
80- ELÉTRICO	159- TEIA	91- FUMAÇA	21- PREFEITO
82- MÁ	61- BONITO	124- NÚMERO	33- PECADO
83- ANEL	71- TELEVISÃO	85- PRESENTE	41- PEITO
64- ESQUERDO	74- BORRACHA	133- PENEIRA	126- TARDE
97- EMPREGO	77- TRAVESSEIRO	88- MEIA	11- PASSAGEM
99- UNIÃO	92- PÓLVORA	139- CEBOLA	35- PESCOÇO
108- ENCONTRAR	95- SEGURO	143- GEMA	51- HOMEM
120- OBRIGADO	72- CAIXA	147- MONTAR	50- VÔMITO
122- AMAR	95- SEGURO	150- FERIDA	35- PESCOÇO
145- OVELHA	102- PEGO	157- PEIXE	08- ÁRVORE
152- ELEFANTE	105- SORRISO	144- MANTEIGA	
	50- VÔMITO	19- CINEMA	
	78- LÂMPADA	24- GIZ	
	131- GORDURA	35- PESCOÇO	
	129- RUIM	125- DEVAGAR	
	132- GRÊLHA	140- ABÓBORA	
	135- BOTAR	51- HOMEM	
	138- COMINHO	55- COMADRE	
	153- BORBOLETA	59- BAIXA	
	75- PERFUME	73- TESOURA	
	08- ÁRVORE	76- CAMINHA	
	14- POÇA	134- COLHER	
	18- CORREIO		
	23- COLEGAS		
	31- PROCISSÃO		
	39- CORAÇÃO		
	42- JOELHO		

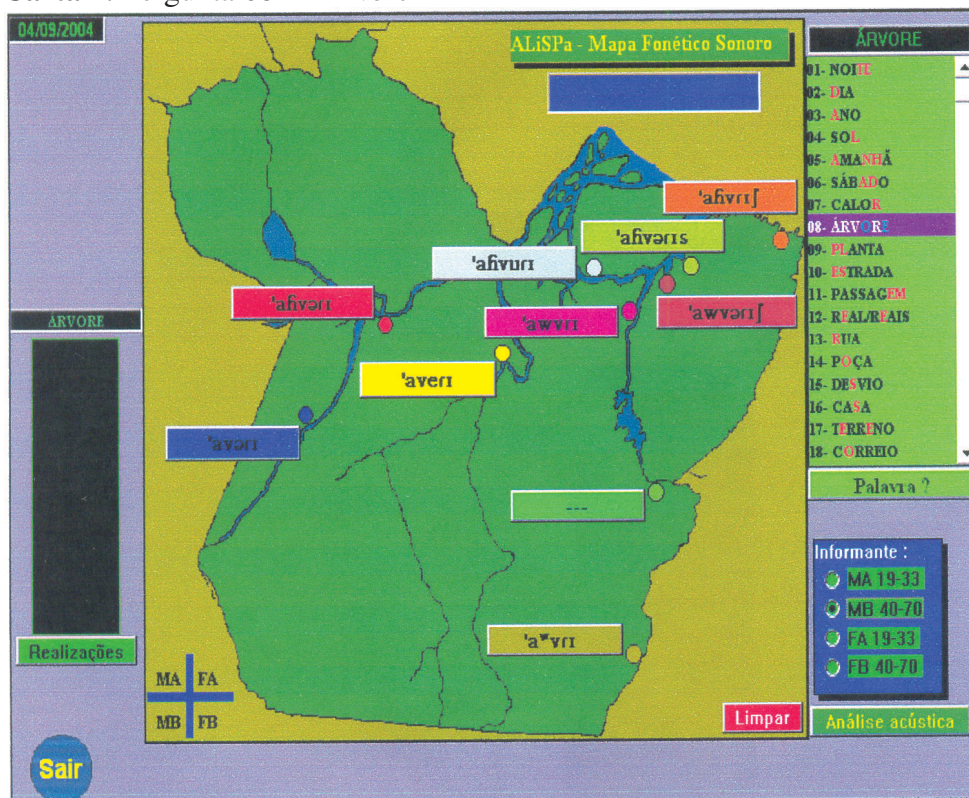
CARTAS FONÉTICAS COM ARQUIVOS SONOROS

O ALiSPA permite a visualização automática de 636 cartas fonéticas. Para mapear um fenômeno fonético, o usuário deve selecionar um vocábulo que exibe em cor vermelha o item fonético a ser observado. Em seguida, o usuário seleciona um grupo de falantes para poder observar o dez campos fonéticos que representam as dez cidades. Como exemplo de variação fonética, selecionamos a pergunta 13 (‘Árvore’).

Ao selecionar o grupo “MA 19-33” (Masculino entre 19 e 33 anos), aparecerá a transcrição fonética do vocábulo, e ao acionar cada um dos botões, o usuário ouvirá o próprio informante falando o vocábulo selecionado. Duas observações podem ser realizadas nas cartas :

a. Uma observação do contexto onde ocorre o fonema: a carta apresenta uma transcrição fonética do vocábulo, afim de verificar as possíveis influências do contexto seguinte ou precedente. A carta 1, por exemplo, mostra a realização do vocábulo ‘Arvore’. O objetivo de análise fonética aqui são as vogais /o / e / i / . A realização dessas vogais aparece então no contexto do vocábulo. Obviamente, uma análise mais profunda do contexto seguinte da vogal /i/ implica, metodologicamente, captar o vocábulo num contexto de um discurso livre e não através de um questionário fonético. No próprio Cd-Rom, incluímos seis dissertações de mestrado em formato ‘.PDA’, que abordam fatos fonéticos, em seis das dez cidades, a partir de uma amostra de 42 informantes, em cada cidade. Como suporte de coleta de dados, foi usada a gravação de um relato pessoal livre.

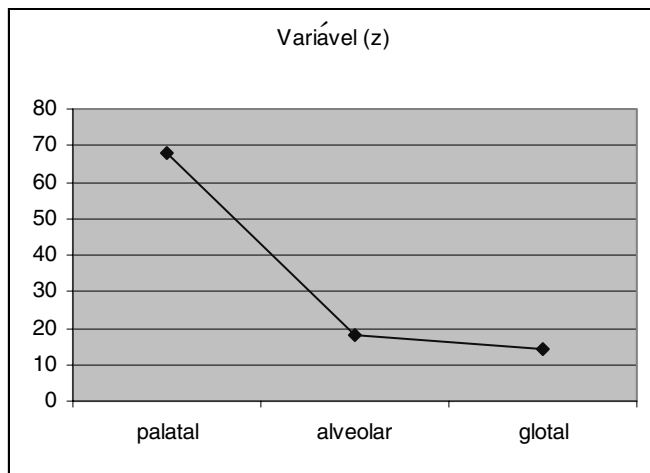
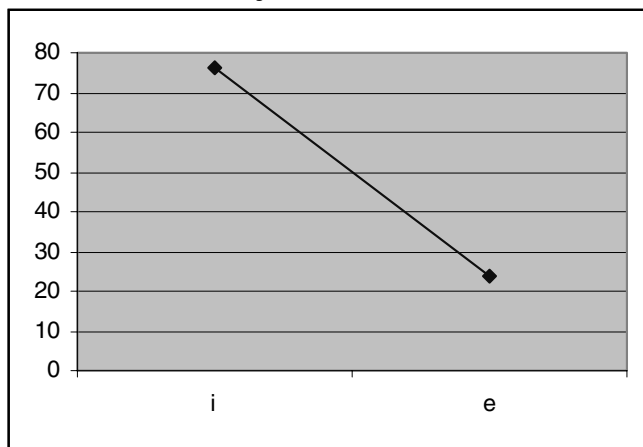
Carta 1. Pergunta 08 – “Arvore”



b. uma observação apenas da variação do fonema e um cálculo automático do número de variantes (carta 2): o mapa exibe uma cruz que representa os quatro informantes ao mesmo tempo (MA-19-33 ; MB-40-70 ; FA-40-70 ; FB-40-70) e as variantes do fenômeno a serem observadas. Neste caso é o grupo vogal e consoante (es) no contexto interno. O programa calcula automaticamente as variantes desse grupo e os mapeia na caixa “realizações”. O grupo (es) apresenta 7 variantes [i^h, ez, iɜ, eɜ, iz, ɪz , ɪɜ]. A variável (e) apresenta 3 variantes [i, e, ɪ] e a variável (s) 3 variantes [h, z, ɜ].

Dos 40 informantes do ALiSPA, 34 responderam a pergunta 49 do QFF, correspondente ao item lexical, “desmaio”. O mapa indica que a tendência no Pará é o uso das variantes [i,i] (76%) e a variante [ɜ] (68%) como mostram os gráficos a seguir :

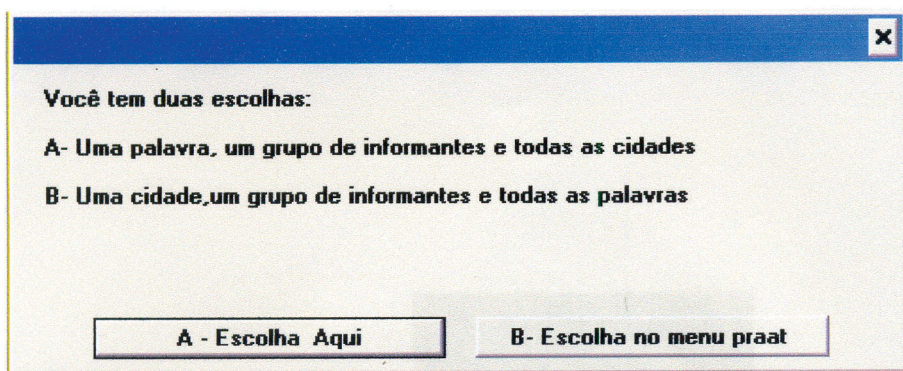
Gráfico 1: Realizações da variável (eh) em “desmaio”



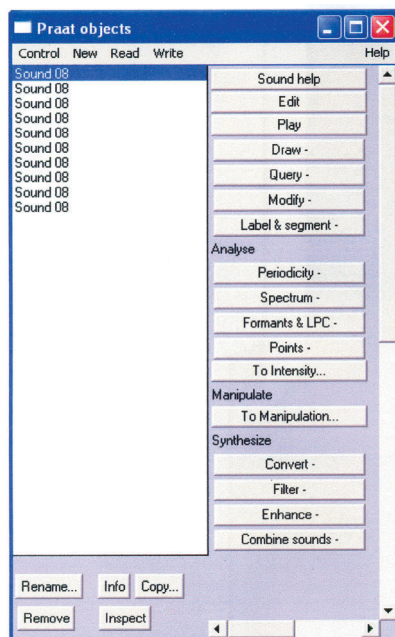
DA DESCRIÇÃO ARTICULATÓRIA À DESCRIÇÃO ACÚSTICA

O ALiSPA permite visualizar uma transcrição fonética que não deixa, como mencionamos anteriormente, problemas ligados ao crivo fonético de quem transcreve. A possibilidade de incluir a própria fala do informante assegura uma interação melhor entre o que existe (transcrição) e o que pode mudar (caso o usuário não concorde com uma dada transcrição). A descrição articulatória ganha mais rigor com essa interação, mas não deixa de lado uma certa subjetividade que só pode ser controlada através de uma descrição acústica. Neste sentido, o programa ALiSPA possibilita o tratamento dos dados das dez cidades do ponto de vista da fonética acústica. O software PRAAT – 4.0, de Boresma (1992-2002), que é do domínio público, foi integrado à interface interativa. O objetivo aqui é viabilizar a pesquisa acústica para que no futuro próximo seja possível pensar no mapeamento acústico dos segmentos fonéticos sujeitos à variação no Brasil – segmentos como as vogais médias pretônicas, os ditongos, os processos de nasalização, as consoantes palatais e as consoantes laterais.

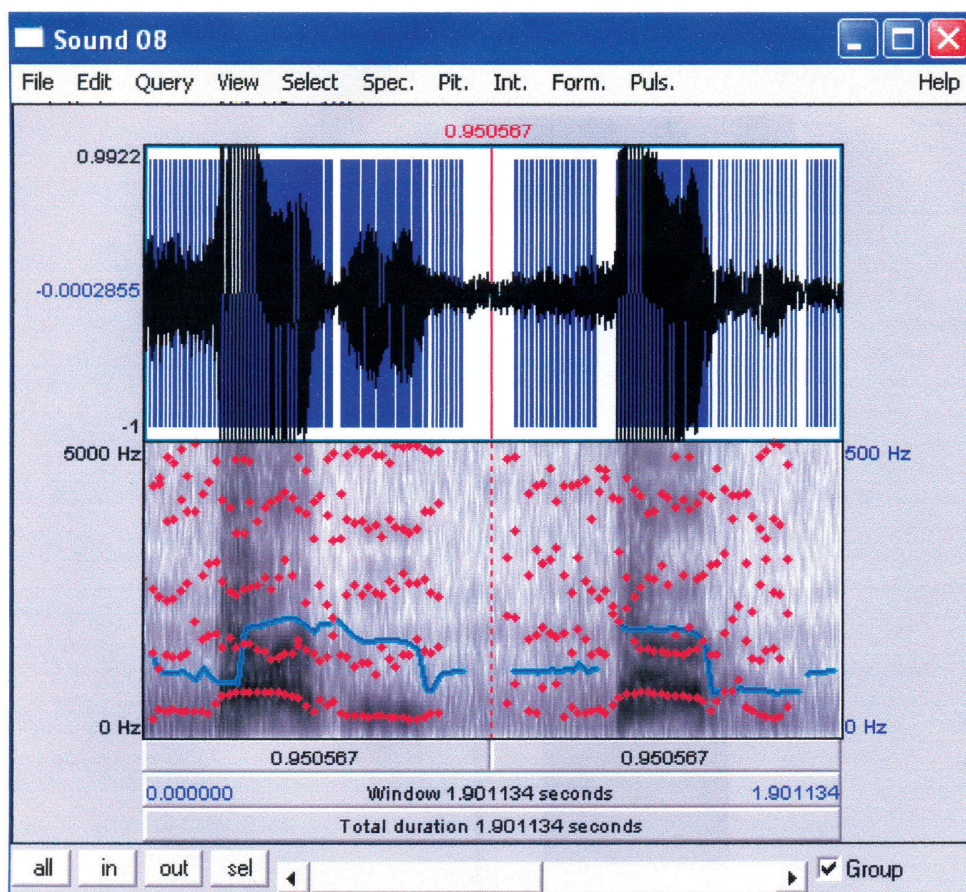
O usuário pode automaticamente acessar o PRAAT e os dados sonoros a serem comparados e analisados acusticamente. Esse fato é importante quando se pensa no avanço que a integração da transcrição fonética, de arquivos de áudio, e de um programa de análise acústica, pode trazer para fortalecer o rigor científico no tratamento de dados fonéticos. Por exemplo, um pesquisador poderá analisar acusticamente a variável (o) na pergunta 08 “arvore”. Neste caso, basta selecionar o botão “Análise acústica”. Aparecerá então uma mensagem:



Ao escolher a alternativa A, o usuário vai poder analisar o arquivo-áudio “árvore” de todos os homens que têm entre 40 e 70 anos, das 10 localidades (cf. carta 1), quando, automaticamente, aparecer a janela seguinte:



Basta selecionar o primeiro arquivo, por exemplo “Sound08”, e escolher um tipo de análise como “Edit” para visualizar a onda sonora e proceder a uma análise espectrográfica da variável (o) de um homem de 40 a 70 anos da cidade de Itaituba-PA.



AVANÇOS DO ALiSPA 1.1 E O ENSINO

A digitalização de dados e a elaboração de uma interface eletrônica facilitam o acesso a informações dialetais de forma interativa e instantânea, garantindo um nível de aproximação bem maior das realizações fonéticas do falante-informante do que o permitido pela transcrição fonética, além de assegurar a identificação das variações no tempo e no espaço físico-social. O programa ALiSPA pode ser instalado nos computadores de um Laboratório de Linguagem para que os alunos e professores de Letras que lidam com questões de variação fonética tenham a possibilidade de ouvir e ver, no mapa eletrônico do Pará, as variações fonéticas que ocorrem.

A relevância do ALiSPA para os cursos de graduação e pós-graduação consiste no fato de proporcionar aos alunos desses cursos o acesso rápido e seguro a informações sobre a variação lingüística existente no Estado do Pará. O corpus pode ser usado para objetivos relacionados a trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, nas áreas da Sociolingüística Variacionista, Língua Portuguesa, Lingüística e Lingüística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa, sobretudo nesta última, para o conhecimento – por parte dos futuros professores da língua vernácula – das diferentes normas fonéticas do português brasileiro e de como lidar com elas em sala de aula, tentando evitar o preconceito lingüístico e a estigmatização das variantes distintas do padrão considerado culto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, V. de A. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 1v., 1994.
- AMARAL, A. *O Dialeto Caipira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- ARAGÃO, M. do S. S.; MENEZES, C. P. B. de. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq. 2 v., 1984.
- BORESMA, P.; WEENINK, D. *Praat 4.0*: A system for doing phonetics by computer. 1992-2002. Disponível em : <<http://www.praat.org>>. Acesso em:[28 nov. 2000].
- CARDOSO, S. A. M. *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. 2 v. Tese (Doutorado em Letras). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (Brasil). *Atlas Lingüístico do Brasil: questionários 2001*; Ed. UEL, 2001. 47 p.; 29 cm.
- FERREIRA, C. et al.. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA – Fundesc, 1987.
- KOCH, W. et al. *Atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil*. Porto Alegre: co-edição UFRGS/UFSC/UFPR. 2 v., 2002.
- RAZKY, A. (org.). *Estudos geo-sociolingüísticos no Estado do Pará*. Belém: sled., 2003. ISBN 85-903190-1-6.
- _____. *Atlas Lingüístico sonoro do Estado do Pará (ALiSPA 1.1)*. Belém : s/ed. 2004 (Programa em CD-ROM). 85-904127-1-7
- ROSSI, N. et al. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL. 1 v., 1963.
- SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.
- _____. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. (melh. e ampl.). Belém: Conselho Nacional de Pesquisa/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

ZÁGARI, M. R. L. et al. *Esboço de um Atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

VIEIRA, H. G. Sistema de transcrição e elaboração de cartas lingüísticas. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. (org.). *Seminário Nacional: caminhos e perspectivas para a geolingüística no Brasil*. Salvador: UFBA/Instituto de Letras, 1996.

Atlas Lingüístico
de **Mato Grosso** do Sul
gênese e trajetória



Albana Xavier Nogueira
(UNIDERP)
Aparecida Negri Isquierdo
(UFMS)

*As palavras invadem esse ermo como ervas. Todas as coisas passam a ter desígnios.
Não há o que lhes ande por documentos (Manoel de Barros. O guardador de águas).*

PRELIMINARES

As palavras compõem as línguas que falamos e invadem muito mais do que os “ermos”, pois se insinuam em nossas vidas, formando redes de significações que nos possibilitam redimensionar o universo, essa totalidade constituída de partes que se diferenciam e se assemelham.

Em outro trabalho, Nogueira¹, reportando-se a Guimarães Rosa, registrava que ‘toda língua são rastros de velhos mistérios’. Hoje, depois de um maior aprofundamento de conhecimentos acerca do mosaico de formas e significados com que se depara o pesquisador da fala dos sul-mato-grossenses, acrescentamos que toda língua são pistas para novas descobertas, que se tecem no emaranhado tecido dos discursos que constroem e desconstroem o mundo e dão novos rumos para as identidades culturais e lingüísticas, que vão se redescobrimdo e se ressignificando no conturbado contexto da globalização econômica. Esse processo introduz os indivíduos numa nova dinâmica, em que “as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e a seu impacto global” (GIDDENS, 2002, p. 09).

Nova ordem social, política, cultural, econômica e lingüística instaura-se na era da modernidade, quando a globalização, resultante da informatização do mundo, configura-se como ameaça às diferenças, às minorias étnicas e

¹ Vide Nogueira, 1998, p. 143.

socioculturais, aos saberes locais e regionais, criando nova consciência a respeito da valorização das diferentes identidades lingüísticas e culturais, cujos saberes tradicionais e experiências precisam ser conhecidos e resgatados.

O saber constitui-se dentro de processos de significação que levam a marca da língua e da história, o que leva a reconhecer o relativismo cultural como uma condição individual dos processos de cognição e simbolização que estruturam as representações místicas e os sistemas dos elementos úteis ou recursos da natureza” (LEFF, 2002, p.281).

Os novos paradigmas do saber emergente, ao mesmo tempo em que apontam para a pluralidade cultural, lingüística, econômica, demonstram que, cada vez mais, se acentuam as preocupações com o regional, o local, o individual, categorias definidoras das identidades, que procuram, mais do que nunca, ser reconhecidas dentro desse cenário de disputa entre a unificação e a hibridação cultural.

Inserida nesses paradigmas, a Lingüística desfocaliza seu objeto da língua, vista como sistema abstrato, e focaliza-o na língua encarada como realização concreta, heterogênea e multifacetada, ou seja, na fala, que é a realização individual da língua pelo falante.

Ao se tecer essas considerações teve-se o intuito de provocar uma reflexão sobre a importância das pesquisas dialetológicas, que buscam “os rastros de velhos mistérios” e, concomitantemente, as pistas para novas descobertas, que revalorizam as minorias sociais, as peculiaridades regionais, o conhecimento local e as experiências individuais, manifestados por meio das palavras, ou seja, do léxico particular, utilizado pelos falantes da língua, para manifestarem suas diferentes formas de interação social.

Dentro desse universo plural, que reconhece e assume a diversidade como fator inerente ao homem, a cultura e a linguagem representam papel

fundamental, pelo fato de serem elementos que marcam as diferentes visões do mundo, os peculiares modos de ser e de falar dos indivíduos, condicionados a fatores espaciais e socioculturais, que podem determinar, inclusive, o grau de inovação ou de conservação lingüística, que se relaciona, muitas vezes, às próprias condições ambientais do usuário da variedade lingüística.

Ilustrando o exposto, vale registrar que Nogueira, quando realizava inquéritos lingüísticos nos pantanais de Mato Grosso do Sul, na década de 80², época em que os caçadores clandestinos de jacarés invadiam os campos das fazendas para caçarem esses animais e retirarem-lhes o couro, que tinha alto valor comercial, e que fora criada a palavra *coureiro*, para designar esse tipo de caçador, constatou que os pantaneiros, que conviviam diariamente com a situação, inventaram palavras e/ou expressões como *jacarezzeiro*, *lobozeiro*, *coleteiro*, *tirador de colete*, para designar o mesmo referente, demonstrando que a riqueza sinonímica não depende de uma cultura elitista e que a relação das palavras com os falantes e o ambiente social é dinâmica e utilitária, já que, resolvido o problema, desapareceram os *coureiros*, e, com eles, as palavras inovadoras que os designavam. A mesma pesquisadora, voltando outras vezes aos mesmos pantanais, foi percebendo que só aqueles que conviveram com o fato ainda se lembravam dessas palavras haja vista que o problema que motivara o seu surgimento não faz mais parte do cotidiano do grupo.

É por isso que a diversidade lingüística precisa ser encarada como fator inseparável das línguas, quer esta diversidade seja inerente, histórica, geográfica, estilística ou social (VERMES; BOUTET, 1989).

² Vide Nogueira, 1989.

O PROJETO DO ATLAS LINGÜÍSTICO DE MATO GROSSO DO SUL (ALMS): A SUA GÊNESE

Os Atlas Lingüísticos propõem-se a investigar e a inventariar a diversidade à medida que reconhecem a heterogeneidade lingüística e elegem o espaço sociogeográfico, representado pelas localidades selecionadas, por meio de critérios bem definidos, como os locais que fornecem a matéria-prima para resgate da língua e da cultura de cada região, valorizando as suas especificidades, os seus conhecimentos tradicionais, enfim, a variedade de traços lingüístico-culturais que marcam as particulares regionais, inseridas na totalidade nacional.

As ponderações até agora levadas a efeito neste contexto incitam-nos a pensar que disciplinas como a Etnologia, a Dialetologia, a Antropologia Cultural são facetas do conhecimento científico que se revigoram e se fortalecem à luz dos novos paradigmas epistemológicos da modernidade, que se propõem a revalorizar as diferenças, para minimizar as desigualdades sociais, tal como vem fazendo não só a Sociolingüística, como também tantas outras ciências afins.

Seguindo essa mesma tendência, o projeto do Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul investiga as variedades lingüísticas e culturais de 33 (trinta e três) localidades do Estado, a fim de resgatar, sistematizar e estudar as diferentes formas de atualização da língua, privilegiando as variedades e as mudanças regionais.

A idéia de elaboração do projeto do ALMS surgiu das conversas que instigam orientador e orientando, durante o percurso dos trabalhos científicos. O Dr. Pedro Caruso, na época, professor de Pós-Graduação na UNESP de

Assis/SP, um dos grandes dialectólogos do Brasil, além de exímio filólogo, mentor do projeto do Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo (ALESP), infelizmente ainda em fase de execução, foi a figura-chave para o surgimento do projeto do Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul, ao estimular a ampliação das pesquisas da Prof^a. Albana Xavier Nogueira, que à época já investigava a linguagem do homem pantaneiro, ou melhor, da gente que habita os pantanais de Mato Grosso do Sul.

O Dr. Pedro Caruso salientava, inclusive, a importância desse trabalho para o próprio Atlas do estado de São Paulo, já que, desde os primeiros séculos do descobrimento, portugueses e espanhóis disputaram as terras que faziam fronteira com a República do Paraguai e da Bolívia, elegendo-as como atalho para chegarem às lendárias minas de prata do Peru. Mais tarde foram os mamelucos paulistas que se aventuraram, enlouquecidos pela febre do ouro e pela caça aos índios, comercializados na metrópole, intensificando, com estas expedições, a garantia dos traçados das fronteiras, cujos limites os paraguaios sonhavam em transgredir. Além disso, havia o fascínio pelo modo de ser pantaneiro, pelas variações lingüísticas que ocorrem nos diversos pantanais.

Estes são alguns dos “rastros de velhos mistérios” que possivelmente serão, pelo menos em parte, desvendados, para que se possa conhecer um pouco mais da riqueza lingüística e cultural dos sul-mato-grossenses, que muitas vezes sabem pouco sobre a República dos Guaranis, o mar de Xaraiés, as ruínas de Xerez, os massacres dos índios, a Guerra do Paraguai, a reconstrução das fazendas pantaneiras.

O projeto de Atlas tão curtido foi-se concretizando lentamente na década de 1990³ com a inclusão de pesquisadores da Universidade Federal de Mato

³ O Projeto iniciou-se , sob a coordenação da Profa Albana, em abril de 1994.

Grosso do Sul que, a convite da Professora Albana, passaram a fazer parte da equipe, tais como os professores Aparecida Negri Isquerdo, Maria José de Toledo e Ana Maria Pinto Pires de Oliveira e Dercir Pedro de Oliveira, além de outros pesquisadores que não continuaram na equipe, por motivos particulares. A partir de fevereiro de 1996, a coordenação do Projeto ficou a cargo do Prof. Dercir Pedro de Oliveira, por indicação da sua idealizadora, a Professora Albana, também sua então coordenadora⁴.

ALGUNS DADOS SOBRE MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul, cuja extensão territorial pertencia ao antigo Mato Grosso, desde sua emancipação política, passou a figurar como novo Estado da Federação, que apresenta feições históricas e socioeconômicas bem diversas das apresentadas pela região Norte, visto que seu processo de ocupação só se consolidou a partir da fundação do Forte Coimbra, em 1775, fato que assegurou maior tranquilidade aos novos ocupantes da região, incentivados pelas perspectivas da pecuária de corte, beneficiada, economicamente, pela proximidade dos frigoríficos de São Paulo, pela navegação fluvial, pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Tudo isto, somado aos imensos campos nativos, principalmente na complexa região dos Pantanaís, contribuiu para atrair migrantes de outras localidades menos favorecidas, bem como de regiões as mais diversas. Desse modo chegaram os paulistas, os gaúchos, os mineiros, os nordestinos, os paranaenses ali fixados, graças às condições propiciadas pela expansão

⁴ Atualmente, em razão de afastamentos de membros da equipe por questão de aposentadoria (Albana e Maria José) e de falecimento (Ana Maria), os pesquisadores que mais diretamente atuam no projeto têm sido o coordenador, Prof. Dercir Pedro de Oliveira, a Profa Aparecida Negri Isquerdo e o Prof. Auri Claudionei Matos Frubel, que contam com uma equipe de alunos de Iniciação Científica para auxiliá-los nas pesquisas.

agropastoril, principalmente após a guerra do Paraguai, quando houve a reconstrução dos ambientes destruídos pelos paraguaios invasores.

A dinâmica das migrações foi sendo enriquecida, ao longo dos anos, pela chegada de imigrantes de outras nacionalidades, como portugueses, árabes, paraguaios, espanhóis, italianos, libaneses e muitos outros, contribuindo para uma interessante mesclagem cultural, que se evidencia na linguagem, principalmente no léxico.

A identidade sul-mato-grossense expressa-se por meio da heterogeneidade étnica que marca seu processo de formação, como a cultura indígena, o regionalismo e o bilingüismo da região de fronteira (OLIVEIRA; ISQUERDO, 2003, p. 52-53).

Atualmente, a integração do Estado na economia global, a efervescência da atividade turística, a atuação no Mercosul, as rodovias asfaltadas, a invasão da tecnologia, beneficiando em especial o universo da comunicação eletrônica, bem como a inclusão dos diálogos de diferentes saberes, que procuram ressignificar os valores locais, inseridos em discussões mais amplas, trazem novas perspectivas para a compreensão da cultura e da linguagem, que têm papel importante como elementos formadores de identidades compromissadas com a valorização e o reconhecimento das diversidades étnicas e socioculturais que caracterizam os seres humanos. Nesta perspectiva, tomamos aqui identidade dentro das prerrogativas de Leff (2002, p. 278), para quem “a identidade se reconhece e reproduz como o idêntico, mas sempre em contraste com o diferente, com o outro, num processo de ressignificação e reconstituição de sua singularidade e sua especificidade”.

Não se pode esquecer de que Mato Grosso do Sul possui condições *sui generis* para a formação de identidades, no mínimo, interessantes, no que se refere à linguagem e à cultura, basta que se considerem as faixas de fronteira,

em que a convivência é exercida em clima de amizade e de trocas sociais e comerciais, e a realidade pantaneira, presidida pela pecuária e sujeita aos ciclos das cheias e dos estios, onde convivem fazendeiros, vaqueiros, boiadeiros, pescadores, isqueiros, e, atualmente, peões que se transmudam em guias turísticos, o que os obriga a decorar algumas palavras e/ou expressões em outras línguas, como inglês, italiano, espanhol.

Por tudo isto, a língua também é encarada no projeto do ALMS como pistas para novas descobertas, em contraponto com os “rastros de velhos mistérios”.

OBJETIVOS DO PROJETO ALMS

O projeto do Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul, por orientar-se pelos fundamentos da Dialetoлогия e da Geolingüística contemporâneas, centra-se no estudo da variação diatópica, sem descuidar-se da dimensão social e cultural da linguagem, como também, das possíveis contribuições que a descrição da realidade lingüística do Estado poderá fornecer para o ensino da língua materna. Considerando essa perspectiva, foram estabelecidos os seguintes objetivos para o projeto:

- a) conhecer os diferentes traços lingüísticos da linguagem falada de Mato Grosso do Sul, de modo a traçar as isoglossas que marcam as diversas regiões lingüísticas do Estado;
- b) proceder ao levantamento do perfil cultural da realidade sul-mato-grossense, juntamente com o conhecimento dos fatos fundamentais da linguagem falada;
- c) contribuir para a implantação de práticas metodológicas condizentes com a situação lingüística do educando de Mato Grosso do Sul, no que diz respeito ao ensino/aprendizagem da norma culta, nas escolas;

- d) fornecer subsídios para o estabelecimento de uma rede de pesquisas lingüísticas, tanto do ponto de vista dialectológico quanto sociolingüístico.

ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O projeto Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul, dada a motivação do seu surgimento, inspirou-se fundamentalmente nas orientações metodológicas do projeto ALESP, inovando em alguns aspectos, como será demonstrado na seqüência deste estudo.

Adotando princípios da Dialectologia contemporânea, que em muito tem se beneficiado das contribuições da Sociolingüística, o projeto ALMS configura-se como de natureza pluridimensional à medida que contempla, além da dimensão diatópica, a diageracional e a diassexual. Assim, além da variável espacial (estabelecimento de uma rede de pontos), considera as seguintes variáveis sociais: faixa etária, sexo, escolaridade, naturalidade, profissão.

A pesquisa está sendo realizada *in loco* pelos pesquisadores que integram a equipe do projeto, auxiliados por bolsistas de Iniciação Científica e por mestrandos vinculados ao Programa de Mestrado em Letras da UFMS. A coleta dos dados lingüísticos é efetivada tanto pelo método direto, por meio da aplicação do *Questionário Lingüístico*, quanto pelo método indireto, à medida que o informante é solicitado a narrar um acontecimento marcante de sua infância e lendas, superstições, simpatias comuns na sua localidade. Para a seleção dos informantes, conta-se sempre com alguém da comunidade que exerce o papel de intermediário, identificando possíveis informantes e sobretudo funcionando como elo de aproximação entre eles e a equipe de pesquisa. Os inquéritos são gravados em fitas cassete e copiados em CD, com vistas a garantir uma melhor qualidade no armazenamento dos dados. Depois

de transcritos, os dados são inseridos na base de dados do projeto com auxílio do software *Sistema de Processamento de Dados Geolingüísticos* (SPDGL)⁵, programa que, depois de alimentado, fornecerá relatórios gerais e específicos, acerca dos fatos de linguagem documentados, além de facilitar a elaboração futura das cartas fonéticas, lexicais e morfossintáticas que comporão o Atlas.

O questionário lingüístico

A elaboração do Questionário Lingüístico do projeto ALMS pautou-se, sobretudo, no *Questionário Lingüístico do projeto do Atlas do Estado de São Paulo* (1983), para a seleção das perguntas. Além disso, foram consideradas as orientações contidas na obra *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, de Antenor Nascentes (1958, 1961), e consultados outros questionários lingüísticos, dentre eles, o *Questionário Lingüístico do projeto do Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*, (1974) e o *Questionário do Atlas Lingüístico do Estado do Ceará* (1982).

A primeira versão do questionário foi testada com informantes de diferentes regiões do Estado, atividade que também contribuiu para a preparação da equipe de inquiridores. Com base nos relatórios dos inquéritos experimentais e após inúmeras reformulações resultantes de discussões promovidas entre os membros da equipe, definiu-se a última versão do questionário (1998), que apresenta a seguinte estrutura: o *Questionário Lexical* (QL), de natureza onomasiológica, que reúne 506 perguntas, destinadas a apurar

⁵ O Programa de computação SPDGL foi disponibilizado para o Projeto pela Profa Hilda Gomes Vieira, da UFSC que, além de treinar a equipe do ALMS para a operacionalização do programa, a assessora nas dificuldades encontradas durante a alimentação dos dados. Trata-se de um software voltado especificamente para a organização de dados geolingüísticos (Vide maiores informações sobre o programa em VIEIRA, 1998, p. 207-221).

a variação diatópica no âmbito do léxico. As perguntas estão agrupadas em dois campos léxico-semânticos: a *Natureza* e o *Homem*. O primeiro campo reúne os seguintes subcampos: *Acidentes geográficos*, *Fenômenos atmosféricos*, *Tempo*, *Flora* e *Fauna*. Já o segundo campo contempla os subcampos *Corpo humano*, *Doenças mais comuns*, *Funções do corpo humano*, *Características físicas do homem*, *Cultura e convívio*, *Ciclos da vida*, *Religião e crenças*, *Alimentação e utensílios*, *Vestuário e objetos de uso pessoal*, *Habitação*, *Trabalho e atividades agropastoris*, *Brinquedos e diversões*, *Sistema de pesos e medidas*. Além disso, o Questionário contém quatro perguntas sobre superstições, simpatias e lendas e uma narrativa – relato de uma experiência pessoal da infância. Os dados registrados por meio dessas últimas modalidades de perguntas fornecerão também dados de natureza morfossintática que subsidiarão a elaboração das cartas relativas a esses fatos lingüísticos. Já o *Questionário Fonético-fonológico* (QFF) contém 42 perguntas que objetivam documentar variações de pronúncia nas diferentes regiões do Estado.

Na seleção das perguntas do *Questionário Lexical* (QL) procurou-se valorizar a realidade regional. Daí a inclusão, dentre outras, das seguintes perguntas no campo léxico *Natureza*:

- *vau*, questão 11, nome atribuído ao “lugar onde se pode atravessar um rio a pé ou a cavalo”, referente significativo na região pantaneira;
- *baía*, questão 15, porque no Pantanal faz-se diferença entre *lagoa* e *baía*, haja vista que a primeira seca na época da seca enquanto a segunda – extensão de água de forma arredondada, que nunca seca e que pode ter uma parte enorme recoberta por vegetação bem verde – permanece com água durante todo o ano;
- *cordilheira*, questão 17, designação que, na região pantaneira, nomeia a “mata ciliar que se forma ao longo do barranco dos rios”;

- *bagual*, questão 112, unidade lexical que nomeia, no falar do sul-mato-grossense, “aquele animal que nasceu e se criou no mato, sem nunca vir ao mangueiro”.

Ao campo léxico *Homem*, subcampo *Alimentação e utensílios*, foram incluídas, dentre outras, as perguntas a seguir, que contemplam aspectos da cultura local:

- *caribéu*, questão 340, designação comum de um alimento feito de “carne e mandioca picadinhos e com muito caldo”, mais comum no Pantanal; nas demais regiões do Estado, é mais conhecido como *guisado*;
- *arroz carreteiro*, questão 342, expressão que nomeia um prato campesino que já se banalizou no meio urbano em todo o estado de Mato Grosso do Sul: “comida feita de carne seca, cortada em pedacinhos, com arroz”;
- *sopa paraguaia*, questão 343, uma iguaria herdada da cultura paraguaia, muito consumida na região de fronteira, sobretudo na Semana Santa: “bolo feito de fubá, com queijo ralado, cebola e óleo, que se costuma comer na Sexta-feira Santa”;
- *tereré*, questão 352, designação de um tipo de “bebida refrescante, feita com erva-mate e água gelada”, consumida em todo o Estado por pessoas das várias gerações, de modo especial pelos jovens e por algumas categorias de trabalhadores (peões, pedreiros...), nas conhecidas “rodas de tereré”.

Por fim, vale registrar que, apesar da realização de inquéritos experimentais e das várias reformulações, no momento de aplicação do questionário percebe-se a necessidade de ajustes na formulação de algumas perguntas de maneira a torná-las mais claras para o informante, sobretudo os da faixa etária I (18 a 30 anos) que desconhecem muitos dos referentes do mundo rural, eleitos como objeto de perguntas.

Escolha das localidades

No projeto de um atlas lingüístico, a escolha da rede de localidades onde se realizam os inquéritos reveste-se de grande responsabilidade para os investigadores, pois, da seleção adequada dos pontos de inquéritos dependerá boa parte do êxito dos resultados a serem alcançados.

Para a definição dos pontos de coleta do material lingüístico necessário para a elaboração das cartas lingüísticas, optamos pela utilização dos critérios extralingüísticos mais usados e que apresentassem sintonia com os objetivos do projeto: a. *histórico*, que valoriza dados de ocupação e povoamento; b. *geométrico*, que visa a preencher as lacunas, as distâncias entre um e outro ponto do inquérito; c. *fronteiriço*, que considera as localidades que se situam na fronteira propriamente dita ou nas faixas de fronteira, principalmente com a Bolívia e o Paraguai. Dada a importância do Pantanal na cultura e na economia do estado de Mato Grosso do Sul, além das localidades urbanas, foram incluídos pontos da área rural, situados no complexo do Pantanal: Nhecolândia, Paiaguás, Nabileque, Rio Negro, “localidades de uma região onde as pessoas, ou melhor, os vaqueiros migram de um Pantanal para outro com muita facilidade e os rios não se comportam como limites, mas como liames entre um ponto e outro” (NOGUEIRA, 1998, p. 149).

Assim, a rede de pontos do ALMS contempla trinta e três localidades, tendo sido considerados apenas os municípios criados até a década de 80 (séc. XX). Para fins de operacionalização do projeto e levando-se em conta o caráter *multicampi* da UFMS e a conseqüente unidade de lotação dos pesquisadores, inicialmente, quando a equipe contava com cinco docentes atuando no projeto, o Estado foi dividido em 05 setores – Três Lagoas (Setor I), Campo Grande (Setor II), Aquidauana (Setor III), Corumbá (Setor IV) e Dourados (Setor V) –

, cada um contemplando mais de uma microrregião do Estado, ficando a pesquisa nas localidades vinculadas a cada um desses setores, sob a responsabilidade de um docente pesquisador⁶.

Perfil do informante

Estabelecer critérios extralingüísticos que possam gerar os resultados esperados é outra tarefa intrigante para o pesquisador. Tomando-se por parâmetro as orientações teóricas da Geolingüística contemporânea e da Sociolingüística e, após orientações recebidas do Prof. Dr. Pedro Caruso, várias trocas de experiências com outros colegas que fizeram atlas⁷, consulta aos atlas brasileiros publicados e muita discussão entre os membros da equipe, foram fixadas as variáveis que vêm presidindo a escolha dos informantes: *idade*, *sexo*, *grau de instrução*, *naturalidade* – pessoa nascida na localidade ou nela residindo desde os 7 anos de idade, preferencialmente filhos de pais também nascidos na região pesquisada –, e *profissão* – aquelas que não exigem do profissional constantes deslocamentos para outras localidades. O Quadro I, a seguir, visualiza algumas dessas variáveis:

⁶ O Quadro II - Balanço da realização dos inquéritos projeto ALMS –, apresentado na seqüência deste trabalho, visualiza as localidades distribuídas, segundo os setores. Na atualidade, em virtude da redução da equipe, os pesquisadores ainda vinculados mais diretamente ao projeto estão concluindo os inquéritos nos cinco setores, desprezando-se a divisão inicial do trabalho.

⁷ Em 1997, por ocasião da realização do “I Encontro de Dialetologia de Mato Grosso do Sul”, no Campus de Dourados/UFMS, a equipe de pesquisa do projeto ALMS teve a oportunidade de discutir a metodologia do projeto, à época em fase de definição, também com as dialetólogas brasileiras Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA) e Vanderci de Andrade Aguilera (UEL).

Quadro I. Perfil dos informantes do projeto ALMS

Faixa etária	Gênero		Escolaridade
Faixa etária I 18 a 30 anos	01 homem	01 mulher	Analfabeto ou até 4ª série do Ensino Fundamental
Faixa etária II 45 a 70 anos	01 homem	01 mulher	Analfabeto ou até 4ª série do Ensino Fundamental
Total de informante por localidade		04	

Importante registrar que a localização de informantes com esse perfil tem sido um dos entraves para a equipe de pesquisadores, particularmente em duas situações: nos municípios criados a partir da década de quarenta (séc. XX), a dificuldade recai na identificação de informantes da Faixa II, que preencham o critério da *naturalidade*, e nas demais localidades, tem sido muito difícil localizar os informantes da Faixa I que preencham o critério estabelecido quanto ao nível de *escolaridade*.

ESTÁGIO ATUAL DO PROJETO E PERSPECTIVAS FUTURAS

A despeito das vicissitudes enfrentadas pela equipe do projeto ALMS, ele tem caminhado, embora não no ritmo desejado pelos seus idealizadores. O Quadro II apresenta a situação atual do projeto em termos de realização dos inquéritos.

Quadro II. Balanço da realização dos inquéritos projeto ALMS⁸

SETOR	PONTO/ LOCALIDADE	SITUAÇÃO	PONTO/ LOCALIDADE	SITUAÇÃO
I	1. Três Lagoas	SIM	4. Inocência	SIM
	2. Paranaíba	SIM	5. Água Clara	SIM
	3. Cassilândia	SIM	6. Bataguassu	SIM
II	7. Campo Grande	SIM	10. Camapuã	SIM
	8. Bandeirantes	SIM	11. Coxim	SIM
	9. Rochedo	SIM	12. Pedro Gomes	SIM
III	13. Aquidauana	SIM	16. Miranda	SIM
	14. Rio Negro	SIM	17. Bonito	NÃO
	15. Nioaque	NÃO	18. Porto Murtinho	SIM
IV	19. Corumbá	SIM	22. Nabileque	SIM
	20. Nhecolândia	SIM	23. Paiaguás	SIM
	21. Porto Esperança	SIM		
V	24. Dourados	SIM	29. Sete Quedas	SIM
	25. Fátima do Sul	SIM	30. Amambai	SIM
	26. Naviraí	SIM	31. Ponta Porã	SIM
	27. Iguatemi	SIM	32. Rio Brillhante	SIM
	28. Eldorado	SIM	33. Bela Vista	SIM

De forma paralela à realização dos inquéritos vêm sendo realizadas as transcrições grafemáticas do *Questionário Lexical* e das questões que objetivam a coleta de opiniões e de relatos pessoais, e a transcrição fonética das respostas obtidas por meio do *Questionário Fonético-fonológico*. Além disso, os dados estão sendo armazenados no *Sistema de Processamento de Dados Geolingüísticos* (SPDGL), programa que permitirá a organização do banco de

⁸ Dados recolhidos em abril de 2005.

dados do projeto. Já está concluída a alimentação dos dados relativos às seis localidades vinculadas ao Setor I, Três Lagoas, o que já nos fornece um panorama da distribuição espacial de fatos lingüísticos documentados na região do Bolsão sul-mato-grossense.

O projeto tem recebido financiamento da FUNDECT – Fundação de Apoio e Desenvolvimento de Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – e apoio financeiro da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFMS. A partir de 2004 o Projeto foi contemplado com recursos previstos no Edital MCT/CNPq/PADCT/CR-Infra⁹, destinado a apoio a grupos de pesquisa localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, associados a Programas de Pós-graduação não consolidados, projeto em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, fato que, com certeza, dará novo impulso ao projeto, particularmente quanto à possibilidade de intercâmbio com pesquisadores da UFRJ e no que diz respeito ao apoio financeiro, que permitirá o avanço quanto ao cumprimento das etapas do projeto ainda não atingidas – conclusão dos inquéritos, transcrição e armazenamento dos dados, elaboração das cartas previstas como produto final do projeto, o Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul. A partir daí o desafio recairá na batalha por recursos para a editoração e a publicação do ALMS.

⁹ O Projeto ALMS recebeu financiamento via esse Edital para o período de março de 2004 a março de 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão temos que sublinhar que fatores vários têm justificado o lento caminhar do Projeto ALMS, a maioria deles de natureza conjuntural, relacionados à própria equipe de pesquisa, dentre outros: a redução do número de pesquisadores sem a conseqüente renovação da equipe, a transitoriedade que marca a permanência dos bolsistas do PIBIC no Projeto, o acúmulo de compromissos administrativos assumidos por membros da equipe. Todavia, em contrapartida, o projeto tem gerado produtos significativos, dentre eles, mais de duas dezenas de relatórios de Iniciação Científica, boa parte deles tendo resultado em publicação de artigos; uma dissertação de mestrado e a publicação de cerca de uma dezena de artigos científicos em periódicos da área e de alguns capítulos de livros que divulgam resultados parciais do Projeto, todos produzidos pelos pesquisadores a ele vinculados. Significativo percentual desses trabalhos focaliza o nível lexical da língua e examina a influência de fatores socioculturais na configuração do léxico local, destacando, por exemplo, a questão da presença de hispanismos e americanismos no vocabulário dos habitantes de diferentes regiões do Estado, particularmente as fronteiras com países hispano-americanos, além da influência das diferentes ondas migratórias que marcaram a colonização e o povoamento do Estado no léxico da variante sul-mato-grossense da língua portuguesa (ISQUERDO, 2000, p. 206).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, M. de. *O guardador de águas*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BESSA, J. R. F. et al. *Questionário do Atlas Lingüístico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1982.
- CARUSO, P. *Atlas lingüístico de São Paulo*, questionário. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia/UNESP, 1983.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*, Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ISQUERDO, A. N. Influências hispano-americanas no léxico do português da fronteira Brasil/Paraguai. In: ENGLEBERT, A. et al. (Orgs.) *Vivacité et diversité de la variation linguistique*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2000, p.201-207.
- PUBLICAÇÕES DO ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DE PORTUGAL E DA GALIZA. *Questionário lingüístico*. I.1, I.2 e I.3. Lisboa: Instituto de Lingüística. Impresso nas Oficinas Gráficas de A Planeta, 1974.
- NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. I, II. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958, 1961.
- NOGUEIRA, A. X. Notícias de um atlas em andamento: Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul. In: AGUILERA, V. de A. (org.) *A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*, Londrina: Ed. UEL, 1998, p.143-154.
- _____. *A linguagem do homem pantaneiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Mackenzie, 1989.
- OLIVEIRA, D. P. de.; ISQUERDO, A. N.; A nova dialetologia: investigações e resultados. In: RONCARATI, C; ABRAÇADO, J.(Orgs.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p.50-54.
- LEFF, E. *Saber Ambiental; sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DE MATO GROSSO DO SUL. *Questionário lingüístico*. 1998 (mimeografado).

VERMES, G; BOUTET, J. (Orgs.) *Multilinguismo*. Campinas: Ed da UNICAMP, 1989.

VIEIRA, H. G. Fundamentos para organizar, implementar e mantere um banco de dados geolingüísticos. In: AGUILERA, V. de A. (org.) *A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*, Londrina: Ed. UEL, 1998, p.207-221.

O Atlas Lingüístico do Maranhão

os caminhos do português falado
no Maranhão



Conceição de Maria de Araújo Ramos
José de Ribamar Mendes Bezerra
Maria de Fátima Sopas Rocha
Mácia Manir Miguel Feitosa
Manuela Maria Cyrino Viana
Teresinha de Jesus Baldez e Silva
Antônio Cordeiro Feitosa
(Universidade Federal do Maranhão)

POR QUE UM ATLAS LINGÜÍSTICO PARA O MARANHÃO

Há mais de um século, ao outro lado do Atlântico, a Dialetoлогия – com *seu braço metodológico*, a Geografia Lingüística – apresentava seus primeiros frutos com os trabalhos pioneiros de Ascoli, Gaston de Paris e Gilliéron. Do lado de cá do oceano, no Brasil, os primeiros estudos sistemáticos sobre o processo de dialetação do português no Brasil aparecem na década de vinte do século passado, com a publicação dos trabalhos de Amadeu Amaral (*O dialeto caipira*, 1920) e de Antenor Nascentes (*O linguajar carioca*, 1922). Desses estudos à proposta de elaboração de um atlas lingüístico do Brasil, transcorreram mais de três décadas, ao longo das quais foram realizados estudos de caráter regional que enfocaram fenômenos particulares de uma região. Entre eles destacam-se: *A língua do Nordeste*, de Mário Marroquim (1934), e *O falar mineiro*, de José Aparecido Teixeira (1938).

Da proposição oficial do Atlas Lingüístico do Brasil – em março de 1952, pelo Decreto 30.643, Artigo 3º, proposição esta sustentada e materializada, na medida do possível, pelos trabalhos de Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes, Celso Cunha e Nelson Rossi – ao lançamento do Projeto ALiB, em novembro de 1996, transcorreu quase meio século, e o Atlas Lingüístico do Brasil enquanto projeto conjunto ainda não se concretizou: é um projeto em desenvolvimento. Entretanto, apesar do atraso em relação aos países d'além mar, o anelo daqueles que sonharam com essa fotografia lingüístico-cultural do Brasil ganha concretude com o esforço de diversas naturezas – busca de financiamento para a pesquisa, preparação de pesquisadores, incentivo à realização de estudos no âmbito da Dialetoлогия e da Geolingüística no país – dos pesquisadores que constituem o Comitê Nacional do Atlas Lingüístico do Brasil, responsáveis pelos atlas estaduais e regionais já concluídos.

Nos últimos oito anos, o fluir dos estudos dialetológicos, no país, vem ganhando mais impulso, e a geografia lingüística brasileira vai, pouco a pouco, cobrindo-se de atlas estaduais e (alguns) regionais, respondendo, desse modo, ao trabalho de motivação desenvolvido pelo Comitê Nacional do ALiB e, conseqüentemente, à antiga exortação de Serafim da Silva Neto (SILVA NETO, 1950, aqui citado pela edição de 1963, p.12.):

Para o conhecimento da dialectologia brasileira precisamos de muitas monografias regionais – investigações de **microscopia** – a fim de que, expurgando o joio do trigo, possamos apresentar um panorama geral – trabalho de **macroscopia** [...] Além disso é imprescindível organizar excursões lingüístico-etnográficas para devassar o interior brasileiro e recolher amplos materiais (grifos originais).

Buscando participar do trabalho de tessitura no âmbito dos estudos dialetológicos e geolingüísticos, que ora se vêm desenvolvendo no país, para que não “*se percam de vez os fios que se foram soltando ao longo destes 500 anos*” (AGUILERA, 2002, p. 89), pesquisadores maranhenses da Universidade Federal do Maranhão assumiram o compromisso imprescindível e inadiável de *devassar* o Estado e *recolher amplos materiais* com vista a elaborar o atlas lingüístico estadual.

Com esse empreendimento, poderemos, por um lado, preencher as inúmeras lacunas relativas aos estudos sobre o português falado no Maranhão e dar continuidade ao caminho traçado no Estado por estudiosos no século passado, contribuindo ora para desconstruir idéias cristalizadas e equívocos sobre o falar maranhense, ora para confirmar suposições feitas sobre esse falar, uma vez que a recolha de dados empíricos, resultado de pesquisa *in loco*, permitirá fazer afirmações com bases científicas sobre esse falar. Por outro lado, com a participação do Maranhão no Projeto ALiB, contribuiremos para a macrodescrição do português brasileiro.

DOIS DEDOS DE PROSA: DOS REGISTROS DA *PORANDUBA MARANHENSE* AOS BREVES ESTUDOS SISTEMÁTICOS DOS ANOS SETENTA E OITENTA DO SÉCULO XX

Se entendemos cultura como uma dimensão da sociedade e de sua história, e a língua como parte (autônoma) da cultura (cf. CÂMARA JÚNIOR, 1972, p. 265-273) e meio pelo qual esta opera, necessitamos conhecer algo sobre a formação histórica e cultural de uma determinada comunidade, para podermos apreender sua conformação dialetológica, pois, como afirma Alvar (1969, p. 19),

[...] cómo por muy cerrada que sea la estructura de una lengua siempre hay elementos o procesos íntegros que sólo se pueden explicar desde la historia o desde los otros integrantes culturales, a los que no se debe renunciar si no queremos mutilar nuestro propio conocimiento.

Por isso, antes de seguirmos o percurso histórico das contribuições que deram os estudiosos para o conhecimento da realidade lingüístico-cultural maranhense, retrocederemos à primeira metade do século XVII, quando ocorre a colonização e o povoamento do Maranhão¹ pelos portugueses, por volta de

¹ Em relação às condições da formação histórico-social e política do Maranhão convém ressaltar, segundo Meireles (2001, p. 64-180), os seguintes fatos:

- o Estado Colonial do Maranhão – que compreendia mais ou menos as regiões que hoje constituem os Estados federados do Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará – foi criado em 1621, estando sujeito diretamente à metrópole;
- em 1652, a configuração geopolítica do Estado é alterada, sendo estabelecidas em seu lugar duas capitanias gerais – São Luís e Grão-Pará;
- em 1654, essa configuração é novamente alterada, constituindo-se, então, dois Estados – o do Maranhão e o do Grão-Pará;
- em 1753, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em quatro Estados – Maranhão, Grão-Pará, São José do Rio Negro e São José do Piauí;
- com a transferência da família real para o Brasil (1808), com a autonomia do Piauí (1811) e com a elevação da América Portuguesa a Reino Unido ao de Portugal e Algarves (1815), o Maranhão perde qualquer hegemonia ou jurisdição sobre a larga extensão territorial que abrangera quando fora o Estado do Maranhão e Grão Pará, perde a autonomia que mantivera, passando, assim, da condição de Estado Colonial à de Província, subordinada à Corte estabelecida no Rio de Janeiro.

1615, após a expulsão dos franceses. Até então, isto é, durante todo o século XVI, período em que esteve fora da história política de Portugal, o Maranhão havia sido “*pasto de flibusteiros europeus, notadamente ingleses, franceses e holandeses*” (MEIRELES, 2001, p. 49).

A história e o processo de colonização do Maranhão envolvem, evidentemente, elementos culturais configurados no próprio processo de colonização do Brasil. Assim formou-se, também aqui, uma sociedade mista composta por índios, brancos e negros.

Segundo Meireles (2001, p. 35), quando os franceses, no final do século XVI,

chegaram a Upaon-Açu, a hoje chamada ilha de São Luís, [...] encontram-na habitada pelos maraňaguaras [...] tupinambás chegados do sul, fugindo à ocupação portuguesa do Brasil [...] Estavam distribuídos [...] por 27 aldeias, num total de mais de dez mil indivíduos.

Após ocuparem primitivamente a faixa costeira de onde foram sendo progressivamente empurrados para o interior, por não se adaptarem à lógica do trabalho agrícola que lhes era imposto, os índios se encontram, no início do século XIX, de acordo com relato de um oficial da Coroa portuguesa na Província do Maranhão, na zona interiorana:

Tapuias, Tapinambás, Guajajaras, Timbiras, Manajós, Crequitigi, Opuquetigi, Chevanti, Cherenti, Choca Micá, Caraon e Criquiti [...] estes todos divididos e espalhados pelos distritos do Miarim, Viana, Monção, Codó, Caxias e Pastos Bons” (LAGO, 2001, p. 41-54).

Sobre a presença do branco, representado maciçamente pelo português, informa-nos Meireles (2001, p. 63) que, nos anos de 1620 a 1621, chegaram ao Maranhão 200 casais de açorianos, “*para a melhor e mais pronta*

colonização da terra”, uma vez que eram tidos como ótimos lavradores. A imigração açoriana se prolongou, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, tanto para o Maranhão como para Santa Catarina.

À forte presença indígena no Maranhão se superpôs, por sua vez, o negro africano, para cá trazido em grande número, depois de 1661, para substituir o índio no trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, arroz e algodão e nas atividades domésticas.

No período compreendido entre a existência da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756-1777) – responsável pela transformação econômica por que passara o Maranhão, devido aos investimentos feitos principalmente na lavoura do algodão – e o final do século XVIII, a população do Maranhão foi estimada em 78.860 habitantes dos quais 40,28% eram negros, 23,53% eram identificados como mestiços, e apenas 36,19% eram brancos (MEIRELES, 2001).

É a cultura algodoeira, portanto, que mudará não só a economia do Estado Colonial do Maranhão, mas também a constituição da massa populacional deste. Segundo Prado Júnior (1957, p. 144),

Com o algodão vieram os escravos africanos – ou vice-versa, preferivelmente –; modifica-se a feição étnica da região, até então composta na sua quase totalidade, salvo a minoria de colonos brancos, de índios e seus derivados mestiços. O algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão.

No final do século XIX, chegam os sírios e os libaneses que, diferentemente dos imigrantes italianos, espanhóis e japoneses, não se faziam acompanhar pela família, uma vez que a vida “solitária” facilitaria seu incessante ir e vir como comerciantes. Exímios mascates, carregavam em suas maletinhas, entre outras bugigangas, perfumes, fitas para o cabelo, pílulas

purgativas e, assim, “*distribuíam ilusões nas regiões inhospitas e quase desertas do Brasil começando a acordar.*” (Aboud, apud Viveiros, 1964, p. 157, aqui citado pela edição de 1992).²

Esse breve exame da formação histórico-social do Maranhão busca, entre outros objetivos, apontar a possível presença dos resultados dessa formação na história externa e interna do português falado no Maranhão.

Nessa perspectiva, convém destacar uma das primeiras observações, de que temos conhecimento, sobre a realidade lingüística maranhense. Essa observação data do século XIX, quando o Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão registra, em sua obra *Poranduba maranhense* (1819/1820, aqui citada pela edição de 1946), o seguinte:

Prezentemente a língua corrente no paiz é a portugueza, os instruidos a falam muito bem; porém entre os rusticos ainda corre um certo dialecto, que emquanto a mim, é o resultado da mistura de linguas das diversas nações, que tem abitado no Maranhão; elles a falam com um certo metal de voz, que o faz muito agradável ao ouvido.” (MARANHÃO, 1946, p. 148).

Esse *certo dialecto, mistura de linguas*, mencionado pelo Frei Francisco, ratifica a posição do Maranhão como um dos centros brasileiros de maior densidade de falares indígenas no século XVII (cf. Elia, 1979), contribuindo, portanto, para o uso corrente da língua geral, na Província, até meados do século XVIII.

O delineamento da conformação dialetológica do Maranhão é já um antigo desiderato de estudiosos que, enquanto fotógrafos da língua, trabalharam em diferentes perspectivas. Num primeiro momento, prioritariamente, registraram

² Fragmento do romance *Galhos de cedro*, de Maria da Conceição Neves Aboud, citado por Viveiros, ao comentar a vinda de sírios e libaneses para o Maranhão. Do romance, sabemos apenas que foi publicado no Rio de Janeiro.

as diferenças léxico-semânticas, como o fizeram Mota (1928, aqui citado pela edição de 1976), Abreu (1931) e Vieira Filho (1953, aqui citado pela edição de 1979).

As exíguas informações sobre a linguagem do Maranhão dadas por Mota (1928) aparecem no apêndice “Linguagem Popular” do livro *Sertão alegre*, obra que reúne (via reedição) os trabalhos mais conhecidos do autor: *Cantadores, Violeiros do Norte e Sertão alegre*.

Mota buscou registrar a literatura oral dos *cantadores* do sertão nordestino, trovadores populares à moda dos menestréis, e, a partir do material coletado, elaborou um pequeno vocabulário em que apresenta palavras e expressões da linguagem popular dos Estados do Nordeste brasileiro. O autor não só explica e exemplifica os vocábulos e as expressões compiladas, mas também faz alusão, quando o caso requer, à presença destes em outras regiões do país, apresentando, inclusive, suas variantes ou seu outro significado.

O trabalho de Abreu, *Na terra das palmeiras*, é um estudo da história, da geografia, dos recursos naturais e da fauna do Maranhão e dos tipos e costumes dos habitantes desse Estado. Entretanto, por acreditar o autor que “*A língua é um dos elementos que contribuem para a caracterização dum povo, [e que] por isso nunca deve ser desprezada por quem se preocupa com observações demológicas.*” (ABREU, 1931, p. 229), ele dedicou parte dessa obra ao estudo da língua: registrou a língua dos Guajajara e a dos Canela, além de compilar expressões populares do Maranhão. Diz, ainda, Abreu (1931, p. 229-230):

no Maranhão fui encontrar vários termos que nunca tinha ouvido, noutros Estados, com a significação dada ali. Colhi alguns que me pareceram dignos de registros [...] São exemplos: **praga**, **toá**, **pira**, **tresidella** [...] **frito**, **gorgolô** ou **mingongo**, **pipóca**, **terecô**, etc.

Sobre os vocábulos e expressões compiladas, Abreu faz observações de ordem fonética, como a alteração de Carolina para *Carolinda*, e comenta duas dezenas de vocábulos, alguns dos quais, segundo o autor, exclusivos da região, como *tresidella* (núcleo povoado que está ao outro lado do rio, bairro de gente de menos recurso, sem importância comercial) e *tiquira* (cachaça de mandioca), e outros que pertencem não só à linguagem maranhense, mas também à linguagem de outras regiões brasileiras, como *fracateia* (fraqueja, não resiste) usado também no Piauí, e *quitanda* (armazém, venda) usado no sul para designar o estabelecimento que vende legumes e aves.

Distanciando-se das contribuições de Mota e de Abreu – breves comentários sobre a linguagem maranhense, inseridos em obras de cunho literário e histórico-geográfico, respectivamente –, o trabalho de Vieira Filho, intitulado *A linguagem popular do Maranhão* (1953), com mais de mil e cem vocábulos, representa o primeiro registro sistemático da linguagem do Maranhão. Trata-se de uma compilação, sob forma de vocabulário, de vasto material coletado sobre a língua falada no dia-a-dia no Maranhão. Segundo o próprio autor,

Muitos dos termos arrolados neste vocabulário estão, hoje, nos dicionários, com as honras de cidadania na língua portuguesa do Brasil. Muitos há, entretanto, que só têm curso aqui e de tal modo se acham integrados no linguajar corrente que não há como evitá-los ou substituí-los por outros de feição mais erudita. É o caso de bregueço, [...] voz que no Maranhão significa quinquilharia, traste, coisa sem préstimo. [...] na Bahia, com o mesmo sentido conhecem abregueces, o que pode ser uma variante. (VIEIRA FILHO, 1979, p. 9-10).

Vieira Filho dá, ainda, outras importantes contribuições aos estudos dialetológicos no Maranhão. Em artigos breves, publicados na década de setenta, em jornais locais (cf. *O Imparcial*, de 22 nov./1973, e *Jornal do Dia*,

de 18 jun./1972), ele apresenta compilações de vocábulos e expressões referentes à cachaça e à chuva e, seguindo os passos de João Ribeiro (em *Frases feitas*, de 1908) e de Antenor Nascentes (em *Tesouro da fraseologia brasileira*, de 1945), coleta e publica frases feitas correntes no país ou ouvidas no Maranhão, tendo o cuidado de esclarecer que consignará apenas as mais características e que não constam dos citados trabalhos de seus predecessores (cf. *Jornal do Dia*, de 1º jan./1972).

O segundo momento do percurso histórico dos estudos sobre os falares maranhenses, por sua vez, se caracteriza pela realização de estudos acadêmicos sistemáticos e por investimento na análise das diferenças e coincidências fonético-fonológicas, morfo-sintáticas e prosódicas desses falares, sem descuidar do aspecto analisado no primeiro momento – as diferenças léxico-semânticas.

É, pois, somente nos anos setenta e oitenta do século passado que estudos acadêmicos sistemáticos dos falares maranhenses são impulsionados, principalmente, por Ramiro Corrêa Azevedo, professor da Universidade Federal do Maranhão. Seus trabalhos, pioneiros na área da dialetologia no Maranhão e frutos de seu esforço pessoal, foram escritos para revistas universitárias, razão por que, como ressalta o próprio autor, se caracterizam “por uma certa concisão expositiva, rapidez científica e objetividade didática.” (MELO, VIEIRA, AZEVEDO, 1986, p. 61).

Num primeiro momento, o professor Ramiro Azevedo elege como objeto de investigação o falar de São Luís, capital do Estado, buscando enfocar as características fonêmico-fonéticas predominantes e significativas que possam levá-lo a identificar um falar são-luisense que, segundo ele, “segue a tendência nordestina” (AZEVEDO, 1973, p. 273).

Nesse trabalho, intitulado *O falar são-luisense* (1973), Azevedo divide o Maranhão em áreas lingüísticas, assim distribuídas: I - Zona da ilha de São

Luís: II – Zona da Baixada; III – Zona Litorânea; IV – Zona dos Cocais; V – Zona dos Planaltos Meridionais; e VI – Zona limítrofe com o Pará. No apêndice a esse trabalho, o autor – após chamar atenção para o fato de o falar são-luisense ter mantido, há décadas, “*notável força centrípeta [por ser] uma comunidade pequena e fortemente lusitana [e por seu] isolamento ‘sui-generis’ com alto padrão literário.*” (Azevedo, 1973, p. 276) – enumera as principais características do dialetalismo da Ilha, resultado, entre outros fatores, da expansão da cidade, do aumento da população, da não-escolaridade, da penetração maciça de camponeses na cidade e da entrada de nordestinos oriundos, principalmente, de Pernambuco e do Ceará. Segundo Azevedo (1973, p. 276-278), são estas as características desse dialetalismo: dissimilação insólita de fonemas vocálicos; apagamento do /s/ pós-vocálico morfema de plural; despalatalização do /λ/ seguida de iotização; síncope; suarabácti, uso do pronome *ele* como acusativo.

Em seu segundo trabalho, *Áreas lingüísticas do Maranhão* (1976), Azevedo reexamina a divisão que propôs em seu estudo (Azevedo, 1973), apoiando-se nas pesquisas do antropólogo Olavo Correia Lima e do professor José Ribeiro de Sá Vale. Com esse reexame, as áreas ficam assim distribuídas: 1- Área de São Luís; 2- Área Litorânea; 3- Área da Baixada; 4- Área dos Cocais; 5- Área do Baixo-Sertão; e 6- Área Gurupiana.

Partindo dessa divisão, Azevedo identifica as características do falar de cada uma delas, assinalando o seguinte: o Litoral ocidental recebe influência paraense; o oriental, influência piauiense; os Cocais e o Baixo-Sertão são áreas nordestinas; e a zona Gurupiana recebe influência paraense.

Com a colaboração das pesquisadoras Elenice Bezerra Melo e Maria do Socorro Monteiro Vieira, Azevedo realiza uma pesquisa antropolingüística na Raposa, comunidade situada, aproximadamente, a 37 km do centro de São Luís. A comunidade, como mostraram os pesquisadores, é um espaço de

diversidades tanto lingüísticas como culturais, uma vez que abrigava (e ainda abriga) uma população bastante heterogênea, composta, na época da realização da pesquisa, de migrantes cearenses, piauienses e maranhenses, principalmente, de Tutóia e de Barreirinhas (AZEVEDO et. al., 1980).

Resultado, também, da investigação desses três pesquisadores é *O falar da zona dos Cocais* (1986), um trabalho de dialetologia rural que buscou examinar como os falantes dessa zona utilizam a língua portuguesa em suas atividades comunitárias. A pesquisa revelou que a zona apresenta “*um falar caracteristicamente nordestino sob influência de grupos humanos provindos do Piauí e Ceará, principalmente. Outrossim, essa fala nordestina mostra surpreendentes estruturas lingüísticas mais ligadas a uma língua arcaica.*” (MELO et al., 1986, p. 53).

Ainda no âmbito da dialetologia rural, Azevedo desenvolveu quatro pesquisas com bases antropolingüísticas – *Isolados negros no Maranhão* (trabalho em parceria com Olavo Correia Lima, 1980); *Antropolingüística: Bom Jesus* (1981); *Uma experiência em comunidades negras rurais* (1982); e *Etnografia de uma fala rural negra: Itapecuru* (1984) – que tiveram como foco os falares de comunidades negras maranhenses, originárias de antigas fazendas de escravos.

Segundo o autor, os falares dessas comunidades são marcadamente nordestinos, com presença de fraseologia e léxico *algo recuado no tempo*. O universo semântico desses falares mantém estreito vínculo com o cosmos da região.

Além desses estudos pioneiros de Domingos Vieira Filho e de Ramiro Corrêa Azevedo, registram-se ainda contribuições ao conhecimento da realidade lingüística maranhense, apresentadas sob forma de vocabulário. São elas: *Vocabulário de quatro dialetos indígenas do Maranhão: guajajara*,

canela, urubu e guajá, de Olímpio Cruz (1972); *Bumba-meu-boi no Maranhão*, de Américo Azevedo Neto (1997), que contém um pequeno dicionário com cerca de cento e oitenta vocábulos do universo semântico dessa manifestação folclórica amplamente difundida no Estado; e *Pequeno vocabulário popular do Maranhão*, em dois volumes, de José Raimundo Gonçalves (s/d).

Esses primeiros trabalhos, como se pôde observar, deram uma contribuição significativa para o conhecimento da realidade lingüístico-cultural do Maranhão. Entretanto, ainda não alcançaram o objetivo mais amplo – um aprofundar do conhecimento acerca dos falares maranhenses, que permita oferecer não só respostas mais precisas, mas também encontrar o traçado lingüístico de que carece nossa língua. Conseqüentemente, urge que se elabore o Atlas Lingüístico do Estado.

O ATLAS LINGÜÍSTICO DO MARANHÃO: UM PROJETO/DESIDERATO EM DESENVOLVIMENTO

O Atlas Lingüístico do Maranhão – ALiMA, enquanto projeto, nasceu em 2000, do desejo de um grupo interdisciplinar de pesquisadores, composto inicialmente por lingüistas e geógrafos, motivados não só pelo empenho do Comitê Nacional do ALiB em concretizar o sonho de Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes, Celso Cunha e Nelson Rossi e elaborar o atlas do Brasil, como também pelo anelo do velho mestre Ramiro Azevedo de ver fotografada a língua falada no Maranhão.

Dispostos a realizar a empreitada, os pesquisadores iniciaram os trabalhos antes mesmo da aprovação do Projeto ALiMA, em abril de 2002, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMA, e da assinatura do convênio

celebrado entre a UFBA e a UFMA, em dezembro de 2001, ato que oficializou o ingresso do Maranhão e, conseqüentemente, do ALiMA, na *família ALiB*.

Com o projeto montado e aprovado, a equipe vem buscando estabelecer parcerias que possam dar suporte financeiro ao projeto. Nesse sentido, tem contado, entre seus parceiros, com a Escola Crescimento, instituição de ensino fundamental e médio, e com a Assembléia Legislativa do Maranhão.

OBJETIVOS

- Elaborar o Atlas Lingüístico do Maranhão.
- Descrever a realidade do Português do Maranhão para identificar fenômenos fonéticos, morfossintáticos, lexicais, semânticos e prosódicos que caracterizam diferenciações ou definem a unidade lingüística no Estado.
- Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outras áreas de conhecimento com vistas a fundamentar posições teóricas sobre a natureza e o desenvolvimento da língua portuguesa no Maranhão.
- Organizar um banco de dados que possa oferecer a professores, lexicógrafos, gramáticos e autores de livros didáticos dados que lhes permitam adequar a produção de material didático e paradidático à realidade lingüístico-cultural do Maranhão, ou ainda, no caso dos professores, propor metodologias de ensino da língua materna mais coerentes com a realidade nacional e mais adequadas aos hábitos lingüístico-culturais do Estado.

VERTENTES

Por entender que o contexto sócio-histórico e cultural do país exige o conhecimento sistemático e geral da realidade lingüístico-cultural brasileira

e, sobretudo, o levantamento e a análise de dados que apontem características da variedade do português falado em cada estado, com suas especificidades locais, costumes e hábitos lingüístico-culturais, e por entender ainda que, dada a extensão do país e as dificuldades de financiamento para a pesquisa, este deve ser um trabalho parcelado, realizado por múltiplas mãos, o Projeto ALiMA decidiu ampliar suas áreas de pesquisa e, para tanto, selecionou vertentes que, projetos dentro de um projeto maior, somam-se, multiplicam-se, possibilitando a preservação da memória histórica, do universo cultural e das infinitas possibilidades que a língua oferece.

Desse modo, ao buscar retratar as peculiaridades de usos, traços, formas e estruturas lingüísticas do Maranhão, o Projeto ALiMA enveredou pelos seguintes universos que compõem as vertentes objeto da investigação. Para cada uma dessas vertentes, foi elaborado um questionário específico semântico-léxico-cultural que nos possibilitará, por um lado, registrar, muitas vezes, a originalidade de elementos de um determinado vocabulário que ganham sentido ao aparecerem unidos à herança cultural popular de uma comunidade; por outro lado, identificar, na língua falada no Estado, a presença e o vigor de elementos desse vocabulário.

Os questionários específicos de cada vertente não serão aplicados em todas as localidades que compõem a rede de pontos lingüísticos, uma vez que, dada sua natureza, faz-se necessário observar as peculiaridades de cada município que tenham relação com o objeto do questionário.

- *Bumba-meu-boi*

O Maranhão é reconhecido pela riqueza de suas festas populares e tradicionais. Entre as mais difundidas, destacam-se o Bumba-meu-boi, e a Festa do Divino. No que concerne ao Bumba-meu-boi, o mais importante

evento folclórico do Estado, vale ressaltar que ele se insere perfeitamente no quadro da formação histórico-social do Maranhão. Isto é, a *brincadeira*, o *auto* ou a *dança dramatizada*, o *folguedo*, como quer que o definamos, apresenta em seu processo de formação e desenvolvimento traços dos três grupos étnicos e culturais presentes na formação do maranhense, como evidencia Lima (1971, p.2): “*Há quem pretenda filiá-lo ao boi Apis. Conversa, o bumba é nosso. É aqui do Norte. Síntese bonita das três raças tristes (pseudamente tristes): a indumentária do branco, o atabaque negro, a coreografia indígena*”.

Para Azevedo Neto (1997), a herança cultural – negra, branca e indígena – é tão evidente que qualquer assistente poderá observá-la. É essa herança que leva o pesquisador a classificar os bois em três grandes grupos – o grupo africano, o grupo indígena e o grupo branco – que, embora apresentando cada um deles influências das três raças, se distinguem pelo ritmo, pelo guarda-roupa e pelo *baiado* (a dança, a coreografia dos brincantes do boi).

Com expressiva representatividade no âmbito das manifestações culturais maranhenses – existem, segundo dados da Fundação de Cultura do Estado do Maranhão, mais de cem *bois* no Estado – não poderíamos deixar de incluir, no ALiMA, o estudo da linguagem do Bumba-meu-boi, uma vez que um registro mais amplo e uma pesquisa mais acurada do vocabulário utilizado pelos *boieiros* (brincantes do boi) para nomear instrumentos musicais, peças do vestuário, personagens e suas ações, músicas, espaços e momentos da *brincadeira* nos permitirão examinar a linguagem oral/popular desse grupo, a qual evidencia a estreita relação que se estabelece entre léxico/sociedade/cultura.

• *Culinária*

Segundo Orico (1972, p.3), culinária “*é cultura: misto de etnologia, história, sociologia, folclore, pesquisa social, cruzamento de caminhos na*

perseguição de um fim”. No que concerne à culinária maranhense, acrescentamos: cruzamento de valores, hábitos alimentares, sabores, paladares, aromas de três raças distintas – o índio, o branco e o negro – de quem herdamos as iguarias e pratos que compõem nossa culinária. Assim, em uma saudável *orgia* de aromas, sabores e cores, juntam-se, por exemplo, na mesa maranhense, a *juçara com farinha d’água*, o *esparregado*, o *bobó* e o *cuxá*, em um diálogo que diz muito não só sobre a gastronomia local, mas também, e principalmente, sobre a diversidade lingüística do Maranhão.

Vale acrescentar que a esse diálogo acrescenta-se, mais recentemente, uma outra voz, a da cultura árabe, presente na mesa maranhense com quibes, esfihas e outros pratos.

O registro do vocabulário da culinária maranhense abarca os seguintes campos semânticos: alimentos e bebidas (tipos e preparo) e utensílios.

• *Línguas indígenas*

Considerando que o espaço geopolítico que hoje constitui o Estado do Maranhão integrava, no século XVII, um dos centros brasileiros de maior densidade de falares indígenas, e que, atualmente, existem no Estado povos indígenas que ainda falam sua língua materna, o que faz do Maranhão um Estado plurilíngüe, o projeto de mapeamento dos falares maranhenses não pode prescindir de examinar a presença das línguas indígenas no português falado no Maranhão e de pôr como uma de suas questões o exame da possível influência/contribuição mútua, nessa convivência de aproximadamente quatrocentos anos, entre a língua portuguesa e as línguas indígenas.³

³ Vale ressaltar que não estamos desconsiderando o desaparecimento de muitas línguas indígenas anteriormente faladas no Brasil, ou ainda a luta de muitos grupos indígenas pela preservação de sua língua materna.

- *Manifestações culturais de raízes africanas no Maranhão*

Descrever a realidade lingüística, em um Estado como o Maranhão, significa levar em conta a presença marcante, quantitativa e qualitativamente, de afro-descendentes, presença essa que se faz evidente nas inúmeras manifestações culturais e religiosas que ocorrem em todo o Estado.

Não é surpreendente que essas manifestações freqüentes e regulares – durante as quais muitas vezes se impõe o uso único de línguas africanas, assim reconhecidas por estudiosos e falantes dessas línguas – tenham ultrapassado as fronteiras espaciais em que são realizadas, deixando marcas no cotidiano do maranhense. Essas marcas, evidentes na culinária, na música, na dança, estão com certeza presentes no falar do povo.

É o que se pode esperar de uma cidade como São Luís, *cidade negra*, no dizer do professor de História Flávio dos Santos Gomes, no prefácio do livro *Pajelança do Maranhão no século XIX: o processo de Amélia Rosa* (FERRETTI, 2004, p. 11-12):

Em 1872, havia no município de São Luís cinco freguesias, com os escravos representando 22,2%. Os cativos estavam concentrados nas duas principais freguesias urbanas: Nossa Senhora da Vitória e Nossa Senhora da Conceição, com 64%. Já os africanos, 75% (entre livres e escravos) ocupavam a área mais central da cidade. No geral, pardos e pretos constituíam 51,5% de toda a população livre do município de São Luís. Era uma cidade negra.

Em que pese a maciça presença negro-africana, não só no Maranhão, mas também em outras regiões do país,

[...] o avanço do componente negro-africano na modelação do perfil da cultura e da língua características do Brasil [...] continua sendo subliminar, graças ao verniz

eurocêntrico que lhe é imposto pela sociedade brasileira, a partir das camadas economicamente favorecidas que detêm o poder de mando político sobre a coletividade através dos órgãos constituídos, entre os quais, aqueles responsáveis pelas diretrizes da educação formal no país (CASTRO, 2001, p.64).

Tendo em vista as questões ora postas, o ALiMA, ao coletar subsídios que permitam caracterizar com amplitude as variedades dialetológicas da língua portuguesa no Maranhão, está fazendo um levantamento das lexias de raízes africanas, a partir de questionário específico elaborado em projeto que contou com bolsa do PIBIC/CNPq. O questionário está dirigido a informantes ligados a manifestações culturais que promovem o entrosamento entre religião e folclore, como Tambor de Crioula, Bumba-meu-boi, Festa do Divino Espírito Santo, ou ainda como Tambor de Mina e Terecô, ou àqueles descendentes de escravos africanos que residem em áreas remanescentes de quilombos, cujo isolamento necessário à sua defesa e proteção levou, frequentemente, à manutenção de hábitos culturais e lingüísticos mais fortemente marcados pela tradição africana.

Nesta pesquisa, algumas surpresas já nos têm sido reveladas. É o caso da lexia *pajé* (aquele que exerce a *pajelança*). Segundo Ferretti (2004, p. 28),

Apesar de atualmente em muitos terreiros maranhenses a pajelança ser apresentada como de origem ameríndia e de pais-de-santo que têm linha de cura/pajelança fazerem uso de técnicas terapêuticas usadas por pajés indígenas, a pajelança de negro do século XIX, como a de Amélia Rosa, parece independe da pajelança indígena.

Acrescenta, ainda, a pesquisadora que a etnolingüista Yêda Pessoa de Castro mostrou ter a lexia *pajé* etimologia africana. Então, alguns *mistérios* nos desafiam, como o da relação existente, por exemplo, entre a língua de Toba que teria sido falada por Amélia Rosa, citada em processo-crime de 1877-

1878 (cf. Ferretti, 2004, p. 67) como a rainha de Toba, e o emprego, ainda corrente atualmente, de *toba* para designar alguém especialmente forte.

- *Produtos agroextrativistas*

Foi por meio da agricultura que o Maranhão, na segunda metade do século XVIII, teve, como afirma Prado Júnior (1957, p. 144), “*seu lugar no grande cenário da economia brasileira*”. Àquela época, foi o algodão que deu vida ao Estado e o transformou. O arroz, por sua vez, também contribuiu, ainda que em uma posição mais modesta, para esse lugar de destaque que ocupou o Maranhão no Brasil Colônia.

Hoje, a agricultura, baseada no extrativismo e no cultivo vegetal, continua sendo uma das principais atividades econômicas do Estado. Extraem-se da natureza vários produtos; entre eles, o babaçu, que tem importância relevante na cultura e no léxico regional. Além do babaçu, cultivam-se o arroz e a mandioca, igualmente importantes.

Considerando, por um lado, o valor desses produtos para a economia e a cultura maranhenses e, por outro lado, o entendimento de que o léxico é “*um instrumento de produção da cultura e, ao mesmo tempo, seu reflexo*.” (PAIS, 1994, p. 1331), elegemos também como objeto de nossa investigação o universo lexical desses produtos, concernente aos seguintes campos semânticos: *colheita, comercialização e aplicação* dos produtos. Com relação ao arroz e à mandioca, acrescentamos o campo *cultivo*, nele incluindo a preparação da terra para o plantio. Para a elaboração do questionário da mandioca, foram utilizadas algumas questões do questionário da professora Maria do Socorro Silva de Aragão, responsável pelo Atlas Lingüístico da Paraíba.

Examinar o léxico, enquanto *espaço privilegiado* do processo de transformação dos sistemas de valores, visão de mundo e práticas sociais e

culturais de um grupo humano, significa investigar a língua em sua relação com a história e a cultura, levando em conta que sobre o desenvolvimento da língua atuam fatores extralingüísticos, que nos oferecem subsídios para uma compreensão mais ampla da realidade da língua.

- *Reggae*

O *reggae*, como sabemos, não é uma manifestação cultural genuinamente maranhense, mas é, sem sombra de dúvida, uma manifestação autêntica do Maranhão. Segundo Silva (1995, p. 116), “*tanto na incorporação desse ritmo pela cultura jamaicana atual, inspirada também em tradições africanas, como na expansão para outras partes do mundo, inclusive para o Maranhão, foram-lhe acrescidos outros conteúdos, outra dimensão*”.

Aqui no Maranhão, em contato com outras manifestações culturais com as quais seu ritmo se identificou, como por exemplo, o Bumba-meu-boi e o Tambor de Crioula, o *reggae* adquiriu características peculiares que lhe deram uma dimensão marcadamente maranhense, quer seja no modo de dançar e de vestir do regueiro, quer seja na sua linguagem.

No que concerne à língua(gem) do *reggae*, vale ressaltar que ela apresenta um vocabulário próprio e, muitas vezes, bastante específico, espécie de código que identifica e legitima o regueiro como membro de um grupo que adota o *reggae* como *instrumento de lazer* e, por meio dele, desenvolve um movimento de construção da identidade étnica. São exemplos dessa linguagem o trabalho de criação e/ou re-significação de lexias, como por exemplo: *radiola* (equipamentos de som que dão vida às festas); *pedra manhosa* (*reggae* romântico); *pedra de resposta*, *pedrada* (*reggae* muito bom); *pedra exclusiva* (*reggae* exclusivo de uma determinada radiola); *pedra do passado*, *fundo do*

baú (*reggae* antigo). Como podemos observar, toda essa nuance e *especialização* do vocabulário reflete quão intensamente o interesse social determina a natureza do léxico (cf. Sapir, 1961) e como a linguagem faz parte do trabalho de construção das fronteiras da identidade de um grupo bastante significativo da população maranhense. Por essa razão, seria inadmissível não incluir o *reggae* no campo de pesquisa do ALiMA.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

LOCALIDADES

A definição da rede de pontos lingüísticos levou em consideração dois critérios:

- A manutenção dos nove pontos selecionados pelo Comitê Nacional do ALiB para composição do Atlas Lingüístico do Brasil, a saber: Alto Parnaíba, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Brejo, Imperatriz, São João dos Patos, São Luís e Turiaçu.
- A necessidade de ampliação da rede de pontos proposta pelo Comitê Nacional, considerando a extensão territorial do Estado e sua diversidade regional, uma vez que objetivamos uma abordagem mais detalhada das organizações espaciais e das relações do homem com o meio natural.

Para a ampliação da rede de pontos lingüísticos, examinamos a sugestão de Antenor Nascentes em *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958, p. 19) que estabelece dezenove localidades a serem pesquisadas no Maranhão (os pontos de número 46 a 64). Dessas localidades, sete foram mantidas pelo Comitê Nacional do ALiB, com a atualização do ponto 53 –

Santo Antônio de Balsas para *Balsas* e do ponto 54 – *Pastos Bons* para *São João dos Patos*. Outras três localidades foram mantidas pela Coordenação do ALiMA para composição do Atlas Lingüístico do Maranhão. São elas: ponto 52 – Carolina, ponto 56 – Caxias e ponto 57 – Codó.

Considerando que a proposta de Antenor Nascentes data de 1958 e que a configuração geopolítica do Estado sofreu algumas alterações, como por exemplo, com a criação de novos municípios, e por se pretender contemplar pelo menos uma localidade de cada uma das microrregiões maranhenses, selecionamos, com base em fatores etno-geo-históricos, seis outras localidades: Araiões, Carutapera, Maracaçumé, Pinheiro, Santa Luzia e Raposa.

Assim, a rede de pontos lingüísticos do Maranhão, que se encontra em mapa anexo, ficou com o total de dezoito unidades amostrais (Quadro 1), distribuídas espacialmente de acordo com a divisão regional do Estado do Maranhão, adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Quadro I. Distribuição regional da rede de pontos

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Norte	Aglomeração Urbana de São Luís	MA1 - São Luís	867.690
		MA2 - Raposa	16.790
	Baixada Maranhense	MA3 - Pinheiro	67.888
Centro	Médio Mearim	MA16 - Bacabal	91.737
	Alto Mearim e Grajaú	MA18 - Barra do Corda	77.750
	Itapecuru	MA17 - Codó	104.825
Oeste	Gurupi	MA5 - Carutapera	18.594
		MA6 - Maracaçumé	14.842
		MA4 - Turiaçu	31.289
	Pindaré	MA15 - Santa Luzia	72.410
	Imperatriz	MA7 - Imperatriz	230.450
Leste	Chapadinha	MA13 - Brejo	27.510
	Caxias	MA12 - Caxias	139.551
	Chapadas do Alto Itapecuru	MA11 - São João dos Patos	23.131
	Baixo Parnaíba Maranhense	MA14 - Araisões	34.906
Sul	Porto Franco	MA8 - Carolina	23.937
	Gerais de Balsas	MA10 - Alto Parnaíba	10.177
		MA9 - Balsas	60.155

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000.

Após a fixação da rede de pontos, foi feito um levantamento de dados geográficos, históricos e sócio-econômico-culturais de cada um dos municípios integrantes da rede.

INFORMANTES

Tendo em vista que estamos trabalhando, simultaneamente, na elaboração do Atlas Lingüístico do Maranhão e na coleta de dados do Maranhão que subsidiarão o Atlas Lingüístico do Brasil, decidimos adotar os mesmos critérios propostos pelo ALiB para seleção dos informantes, ainda que estes não sejam os mesmos para os dois atlas. São estes os critérios extralingüísticos que definem o perfil de nossos informantes.

- Sexo – os informantes distribuem-se pelos dois sexos. Em cada localidade serão inquiridos quatro informantes, dois homens e duas mulheres. Apenas em São Luís, capital do Estado, foram selecionados oito informantes, quatro

homens e quatro mulheres. Dessa forma, o ALiMA contará com um total de setenta e seis informantes.

- Faixa etária – os informantes situam-se em duas faixas etárias: faixa I, entre 18 e 30 anos, e faixa II, entre 50 e 65 anos.
- Nível de escolaridade – optamos por informantes alfabetizados que tenham cursado, no máximo, até a sexta série do Ensino Fundamental. Apenas em São Luís, incluímos quatro informantes com grau de escolaridade universitária.
- Naturalidade – os informantes devem ser naturais da localidade pesquisada, devendo não ter daí saído por mais de um terço de suas vidas. Devem ser filhos de pais também nascidos na localidade.
- Profissão ou ocupação principal – os informantes podem ter profissões variadas, uma vez que o questionário é geral. Apenas no caso dos questionários específicos, concernentes às seis vertentes do projeto, os informantes devem, necessariamente, ter um vínculo com o objeto da pesquisa ou desenvolver atividades com ele relacionadas.

QUESTIONÁRIO

Para elaboração do questionário assumimos a proposta de Alvar (1969) que defende a idéia de que os atlas regionais e estaduais devem manter em seus questionários um número significativo de questões que já figuram em outros atlas regionais e também no atlas nacional, uma vez que a realidade lingüística de uma região, de um estado é apenas uma pequena realidade que se insere em outra muito maior. Nessa perspectiva, é essa conexão entre os atlas que nos possibilita saber como a lingüística microcós mica da região, do estado se entrelaça com a macrocós mica do país.

Seguindo essa idéia, decidimos tomar como referência o material do ALiB e aplicar três tipos de questionários que nos possibilitam examinar a língua em seus diferentes níveis de análise: fonético-fonológico, semântico-lexical e morfossintático.

Convém ressaltar que a aplicação experimental dos questionários do ALiB, durante a fase de treinamento de inquiridores do Projeto ALiMA para o ALiB, nos possibilitou testar o material que tomamos como ponto de apoio, levando em conta nossa realidade lingüística microcósmica, e avaliar a pertinência ou não das questões, o que resultou em supressões e acréscimos, como veremos a seguir.

Com relação ao Questionário Fonético-Fonológico (QFF), decidimos manter a versão 2001 do questionário do ALiB, uma vez que ele contempla os principais aspectos fonético-fonológicos que caracterizam os falares brasileiros.

No que concerne ao Questionário Semântico-Lexical (QSL), optamos, por um lado, por eliminar várias questões ou por tratar-se de elemento do universo agropastoril próprio de determinadas regiões, portanto ausente de outras, como por exemplo, *bolsa, bruaca*; ou por se apresentarem muito pouco produtivas, como por exemplo, *mudar/correr uma estrela, nascer (do sol), alvorada, perda da cria* entre outras. Por outro lado, fizemos vários acréscimos ou por apresentar o item interesse do ponto de vista de seu polimorfismo lexical ou fonético, no interior da área pesquisada, como por exemplo, as lexias que designam o *órgão sexual feminino*, o *homossexual* e *bazugál/bajugá*, respectivamente; ou por ser o item lexical comum, mas veicular significados ignorados em outras regiões, como por exemplo, *cruzeta* (= peça de madeira com um gancho no meio para pendurar roupas dentro de armário).

No Questionário Morfossintático (QMS) também acrescentamos e suprimimos questões. Incluímos, por exemplo, uma questão que nos possibilita

apurar o uso de *tu/ti*, visto que o emprego do pronome *tu* ainda é freqüente no Maranhão. Quanto às supressões, a aplicação dos questionários experimentais evidenciou um número significativo de respostas que não corresponde às variantes visadas/esperadas pela pergunta. Neste caso, encontram-se as perguntas que objetivam averiguar formas flexionais de alguns verbos, tais como *caber*, *pôr* e *ouvir* (substituídos estes dois últimos pelos informantes quase sempre por *colocar* e *escutar*, respectivamente).

Por último, as *questões de prosódia* e de *pragmática*, os *temas para discursos semidirigidos* e as *perguntas metalingüísticas* também foram alvo das modificações que realizamos.

Como os questionários experimentais nos mostraram que o objetivo das questões de prosódia não está sendo inteiramente alcançado, pelas razões, até certo ponto, já previstas, isto é, pela gama de possibilidades que a língua oferece a seu usuário para fazer uma pergunta ou uma afirmação e para emitir uma ordem, optamos por eliminar essas questões específicas e apurar as diferenças prosódicas em respostas dadas a outras questões do próprio QFF e dos demais questionários, bem como no discurso semidirigido.

A produtividade das questões de pragmática levou-nos a ampliar, no interior da mesma situação proposta – um objeto cai do bolso de alguém, um rapaz jovem observa e chama a atenção de quem deixou cair o objeto (um outro rapaz jovem, um homem idoso, uma mulher jovem e uma mulher idosa) – a possibilidade de apurar as formas utilizadas por outros observadores da situação, como por exemplo, mulheres jovens e idosas.

Durante a realização experimental dos questionários do ALiB, no momento da exploração dos temas para registro de discursos semidirigidos, vários informantes mostraram-se um pouco surpresos quando lhes apresentamos o tema 2 – *De que programa de televisão você / o(a) senhor(a) gosta mais? Por*

quê?, e o tema 3 – *Você / o(a) senhor(a) trabalha em quê? Fale um pouco sobre seu trabalho.*, por, segundo eles, voltarem a falar sobre algo de que já haviam falado, no momento inicial de nosso encontro, quando, de forma descontraída, buscávamos preencher a Ficha do Informante. Essa experiência levou-nos a substituir os dois temas em questão.

Com relação às questões metalingüísticas, optamos por eliminá-las, uma vez que se apresentaram muito pouco produtivas entre os informantes com nível de escolaridade mais baixo, que representam a quase totalidade do universo de informantes. Em geral, esses informantes não se mostram motivados para responder às questões e afirmam simplesmente que não sabem. Vale ressaltar, contudo, que temos plena consciência de que essas pessoas, como usuários de sua língua materna, percebem, intuitivamente, a variação lingüística, porém não se sentem aptas para verbalizar essa percepção.

EQUIPE TÉCNICO-CIENTÍFICA

Atualmente, o Projeto AliMA é formado por uma equipe de sete professores pesquisadores – cinco lingüistas, um geógrafo e uma fonoaudióloga – e por nove auxiliares de pesquisa – alunos e ex-alunos dos cursos de Letras, História, Ciências Sociais e Geografia. Conta, ainda, com a assessoria de quatro pesquisadores – dois lingüistas, um etnolingüista e um antropólogo.

UM BALANÇO DAS ATIVIDADES DO ALiMA: O QUE PODE/DEVE UM ATLAS LINGÜÍSTICO

Ao longo de seus quatro anos de existência, o Projeto ALiMA tem conseguido contribuir para mudar um pouco a *cara* do curso de Letras da UFMA. Um rápido exame das monografias de conclusão de curso e dos trabalhos em sala de aula revela o interesse que conseguimos despertar pelo estudo e conhecimento da Língua Portuguesa em termos regionais. Os estudos e as publicações sobre o português falado no Maranhão, antes tão escassos, começam a multiplicar-se. Entre eles destacam-se:

A comunidade de Raposa revisitada; Estudo léxico-semântico da cultura do arroz: um confronto entre o português do Brasil e o português de Portugal; A diversidade léxico-semântica na culinária maranhense; Culinária da Casa das Minas: uma leitura no campo lexical; A língua oral das toadas do Bumba-meu-boi e sua contribuição para o ensino de Língua Portuguesa; Topônimos de origem indígena em São Luís do Maranhão; A linguagem do reggae: um espaço de estereótipos e preconceitos lingüísticos; Variações fonéticas no ALiMA; Variações léxicas no ALiMA.

A realização de palestra, minicursos, seminários – sobre temas como *Variação e ensino de língua materna*, *A presença africana no português brasileiro*; *Iniciação à pesquisa dialetológica* – no âmbito da UFMA e fora dela, a criação do Curso de Especialização em Lingüística, com a oferta da disciplina *Introdução aos Estudos Dialetológicos e Geolinguísticos* e a motivação para reelaboração de propostas pedagógicas em que a língua é entendida como uma forma de interação e como instrumento de comunicação diversificado, possuidor de uma pluralidade de normas de uso, porém dotado de uma unidade sistêmica como é o caso da proposta da Educação de Jovens e Adultos, recentemente reformulado por uma das Auxiliares de Pesquisa do

ALiMA, são mais alguns exemplos do espaço que conquistamos para levantamento e estudo da realidade lingüístico-cultural maranhense.

Assim, acreditamos que a semente plantada pelos grandes idealizadores do Atlas Lingüístico do Brasil está dando frutos. De fato, eles nos motivaram sugerindo um sonho imprescindível à descoberta de nossa identidade – a descrição de nossa realidade lingüístico-cultural. Como diz-nos Bachelard, em *O direito de sonhar*, “na ordem da filosofia [e nós acrescentamos, da lingüística também] não se persuade senão sugerindo sonhos fundamentais, senão restituindo aos pensamentos suas avenidas de sonhos.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. F. *Na terra das palmeiras*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931.

AGUILERA, V. de A. Os caminhos da dialetologia: os atlas lingüísticos do Brasil. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. (Org.) *Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentido*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 77-92.

ALVAR, M. *Estructuralismo, geografía lingüística y dialectología actual*. Madrid: Gredos, 1969.

AZEVEDO NETO, A. Bumba-meu-boi no Maranhão. 2. ed. São Luís: Alumar, 1997.

AZEVEDO, R. C.; VIEIRA, M. do S. M.; MELO, E. B. *Antropolingüística*: Raposa. São Luís: SIOGE, 1980.

AZEVEDO, R. C. Antropolingüística: Bom Jesus. São Paulo, *Ciência e cultura*, n. 33, v. 12. p. 1612-1615, dez. 1981.

_____. Áreas lingüísticas do Maranhão. *Littera*. Rio de Janeiro, p. 103-112. jan/jun., 1976.

_____. Etnografia de uma fala negra rural: Itapecuru. São Paulo, *Ciência e cultura*, n. 36, v. 5. p. 806-814, mai. 1994.

_____. O falar São-Luisense. *Construtura*. São Paulo, n. 3, p. 269-278, 1973.

_____. *Uma experiência em comunidades negras rurais*. São Luís: Gráfica São Luís, 1982.

CÂMARA JR., J. M. *Dispersos*. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CASTRO, Y. P. de. Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.

CRUZ, O. *Vocabulário de quatro dialetos indígenas do Maranhão*: Guajajara, Canela, Urubu e Guajá. São Luís: Secretaria de Educação e Cultura, 1972.

ELIA, S. E. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FERRETTI, M. M. R. (Org.). *Pajelança do Maranhão no século XIX*: o processo de Amélia Rosa. São Luís: CMF; FAPEMA, 2004.

GONÇALVES, J. R. *Pequeno vocabulário popular do Maranhão*. v. I, II. São Luís: Gráfica e Editora Renovação.

LAGO, A. B. P. do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

LIMA, C. de. *Bumba-meu-boi*. São Luís: SUDEMA, FURINTUR, 1971.

LIMA, O. C.; AZEVEDO, R. C. *Isolados negros no Maranhão*. São Luís: Gráfica São José, 1980.

MARANHÃO, F. de N. S. dos P. Poranduba maranhense. São Luís: *Revista de Geografia e História*. n. 1. dez.1946. Separata.

MEIRELES, M. M. *História do Maranhão*. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELO, E. B.; VIEIRA, M. do S.; AZEVEDO, R. C. O falar da zona dos cocaís. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, n.2, v.2, p. 53-85, jul./dez. 1986.

- MOTA, L. *Sertão alegre*. 4. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.
- NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, v. I, 1958.
- ORICO, O. *Cozinha amazônica*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1972.
- PAIS, C. T. Da semântica cognitiva à semiótica das culturas. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL. 1994, Caxambu. *Anais...* João Pessoa: ANPOLL, 1995. p. 1325-1336.
- PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- SAPIR, E. *Lingüística como ciência: ensaios*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.
- SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1963.
- SILVA, C. B. R.da. *Da terra das primaveras à ilha do amor: reggae e identidade cultural*. São Luís: EDUFMA, 1995.
- VIEIRA FILHO, D. *A linguagem popular do Maranhão*. 3. ed. São Luís: Olímpica, 1979.
- VIVEIROS, J. de. *História do comércio do Maranhão: 1896-1934*. São Luís: Lithograf, 1992. v.3.



Atlas Lingüístico do Rio **Grande** do Norte

um projeto em desenvolvimento



Maria do Socorro Silva de Aragão
(UFC/UFPB)
Maria das Neves Pereira
(UNP)

INTRODUÇÃO

Os estudos dialetais no Brasil, apesar das dificuldades iniciais para sua implantação, especialmente pela pouca quantidade de pessoal qualificado, a falta de interesse das instituições e a conseqüente falta de recursos, continuam a expandir-se, não só quantitativamente, mas qualitativamente.

Isto só tem sido possível, graças ao esforço de um grupo de abnegados pesquisadores que fizeram da Dialetoлогия e especialmente da Geolingüística, o objetivo maior de seus estudos.

O resultado dessas pesquisas é a publicação, até o momento, de oito Atlas Lingüísticos Regionais: o Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963), o Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (1977), o Atlas Lingüístico da Paraíba (1984), o Atlas Lingüístico de Sergipe I (1987), o Atlas Lingüístico do Paraná (1994), o Atlas Lingüístico de Sergipe II (2002), o Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul (2002) e o Atlas Lingüístico Sonoro do Pará (2004).

Outros tantos Atlas encontram-se em fase avançada ou inicial de elaboração, como o Atlas Lingüístico do Ceará, o Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, o Atlas Lingüístico de São Paulo, o Atlas Lingüístico do Acre, o Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul, o Atlas Lingüístico do Mato Grosso, o Atlas Geo-Sociolingüístico do Pará, o Atlas Lingüístico do Maranhão e o Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte.

Contudo, permanecem, ainda, muito atuais as palavras de Mário Marroquim (1946) ao dizer que o estudo do dialeto brasileiro ainda não tinha sido feito, afirmação que nos parece, em pleno século vinte e um, estar perfeitamente atualizada. Diz ele:

Não está ainda feito o estudo do dialeto brasileiro. A enorme extensão geográfica em que o português é falado no Brasil dá a cada região peculiaridade e modismos desconhecidos nas outras, e exige, antes da obra integral que fixe e defina nossa diferenciação dialetal, trabalhos parcelados, feitos com critério e honestidade, sobre cada zona do país.

RIO GRANDE DO NORTE: REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

O Estado do Rio Grande do Norte é um dos menores da Federação, com uma extensão territorial de 53.306,8 km², uma população de 2.648.712 habitantes e uma densidade demográfica de 50,36 hab/km².

Segundo Câmara Cascudo (1984):

A Capitania do Rio Grande do Norte, com cem léguas, foi doada a João de Barros, feitor das Casas de Minas e da Índia, a qual foi aglutinada com cinquenta léguas doadas a Aires da Cunha e setenta e cinco léguas doadas a Fernão Álvares de Andrade, perfazendo um total de duzentas e vinte e cinco léguas de terras, cujos limites não são muito claros, em função do desaparecimento da Carta de Doação.

O Estado tem uma área litorânea bastante extensa, o que historicamente facilitou os primeiros contatos com a colonização européia trazendo conseqüências para sua povoação, que foi feita a partir da mistura do índio, o branco e o negro.

De acordo com Maia (1998):

A sociedade norte-rio-grandense após a conquista pelos portugueses, era composta basicamente por três grupos étnicos, os aborígenes, servindo como escravos, aldeados ou revoltados embrenhados no mato, os invasores brancos divididos em homens livres proprietários e homens livres não proprietários e os escravos negros oriundos da África. E por imposição da própria conquista era uma sociedade agrária, na qual, em torno de homens livres proprietários, gravitavam todas as determinações do local.

Por ter sido uma das maiores capitanias do período colonial, além de ter tido a extração do petróleo e do sal como principais fontes naturais de recursos, e pela emigração conseqüente dos constantes períodos de estiagem, a chamada “Seca do Nordeste”, acredita-se poder encontrar, nesse estado, variações dialetais e sociolingüísticas marcantes para a língua portuguesa.

O Estado não tinha, até o momento, uma tradição em estudos dialetais e geolingüísticos, a não ser alguns trabalhos esporádicos, sob a forma de dissertações de Mestrado e artigos em periódicos da área, explorando, especialmente, o campo do léxico como os de Cruz, (1982), Pereira (1990 – 1998), Nonato (1980); e no campo da fonética-fonologia, como os de Maia (1986), Pessoa (1986) e Santa Rosa (1979).

Outro ponto de destaque nos estudos lingüísticos do falar do Rio Grande do Norte, refere-se aos trabalhos de Câmara Cascudo que, antropólogo de profissão, revelou-se um lingüista dos mais competentes e profícuos. Seus trabalhos podem ser situados nos campos da dialetologia e da sociolingüística, com enfoques lexicográficos, que retratam, de forma muito objetiva, o falar, as crenças, tradições e modos de viver e fazer do povo potiguar.

Com o início das pesquisas para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil, um grupo de professores e alunos da Universidade Potiguar – UNP, de Natal, engajou-se na equipe e, a partir daí, formou uma equipe que, concomitantemente com as pesquisas do ALiB, iniciou os trabalhos para a elaboração do Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte – ALIRN.

Assim, o projeto que ora se inicia pretende oferecer dados reais para o conhecimento das variantes populares do português falado no Rio Grande do Norte, oferecendo, ao mesmo tempo, subsídios para trabalhos dialetológicos e sociolingüísticos e para a organização do Atlas Lingüístico do Brasil.

O conhecimento da linguagem falada no Rio Grande do Norte trará, paralelamente, o conhecimento das formas de viver e fazer, do povo norte-riograndense pois, como bem disse Baylon (1991, p.50) “a língua pode revelar os modos de vida e os valores culturais de uma sociedade...”

METODOLOGIA

O ALIRN seguirá, em linhas gerais, a mesma metodologia do Atlas Lingüístico do Brasil, com pequenas adaptações, especialmente quanto ao número de localidades, de informantes e quanto ao acréscimo de questionários específicos sobre culturas agrícolas e sobre manifestações da cultura popular do Rio Grande do Norte.

ESCOLHA DAS LOCALIDADES

As localidades selecionadas para o ALiB foram: Natal, Angicos, Caicó, Mossoró e Pau dos Ferros. Para o ALIRN foram acrescentados mais cinco municípios a partir das regiões do Estado: Região Litorânea: Natal, Macau, Touros, Canguaretama. Região do Seridó: Caicó, Santa Cruz, Angicos. Região Serrana: Mossoró, Caraúbas e Pau dos Ferros, num total de dez municípios a serem pesquisados. Todos os municípios estão dentro dos parâmetros indicados pela metodologia do ALiB, ou seja, têm uma população de mais de 10.000 habitantes e cobrem, geograficamente, todo o Estado.

ESCOLHA DOS INFORMANTES

Os informantes serão selecionados com os mesmos critérios do ALiB: duas faixas etárias: de 18 a 30 e de 45 a 60 anos. Homens e mulheres, nascidos

nas localidades, sem terem se afastado por mais de um terço da vida da localidade. De pais nascidos na localidade e de escolaridade até o Ensino Fundamental não concluído, no interior. Na Capital, além dos informantes do primeiro nível de escolaridade, acrescentam-se informantes de Ensino Superior. O número de informantes será de oito para a Capital e quatro nas localidades do interior.

QUESTIONÁRIOS

Os questionários a serem utilizados serão os mesmos do ALiB: Semântico-lexical, Fonético e Fonológico e Morfossintático. Além desses serão elaborados questionários específicos sobre culturas agrícolas do Estado, bem como para as manifestações da cultura popular do povo potiguar.

Já foram realizados inquéritos experimentais em todas as localidades e, a partir deles, corrigidos rumos, métodos e técnicas de aplicação dos questionários, está sendo iniciada a aplicação dos inquéritos definitivos, que já foram realizados em toda a região litorânea.

INQUIRIDORES

A equipe de pesquisa do ALIRN é constituída pelas Professoras Maria do Socorro Silva de Aragão (UFC/UFPB), doutora em lingüística e diretora científica do projeto; Maria das Neves Pereira (UNP), mestre em Lingüística e coordenadora do Projeto; Silvana Moura da Costa (UNP/UFRN), mestre em Lingüística; Jomária Mata de Lima Alloufa (UNP), Núbia de Fátima Rodrigues Cavalcante (UNP) e dos estudantes: Luciana França Lopes, Cleber Leite de Lima e João Evangelista Mendes; Maria Joselma de Lima Gomes, Priscilla

dos Santos Lima Pontes, Jaciara Oliveira dos Passos, Gleide Iácones Rangel Souto Meira, Ilane Ferreira Cavalcante, Adriana Assis de Aquino, parte deles treinados pela equipe central do ALiB e pela diretora científica, em Workshops, mini-cursos e treinamento em campo, realizados para este fim.

TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

A transcrição dos dados será feita de três formas: transcrição grafemática, transcrição fonética e transcrição ortográfica. A inclusão da transcrição ortográfica, não prevista no ALiB, justifica-se pela importância de se ter um *corpus* que possa ser utilizado não apenas para pesquisas dialetais e sociolingüísticas, como, também, para pesquisas com enfoques teóricos diversos, sob os diferentes aspectos fonético-fonológicos, léxicos, morfossintáticos, semânticos e pragmáticos da língua falada no Rio Grande do Norte.

ANÁLISE DOS DADOS

Após a pesquisa de campo, do arquivo técnico do material e da transcrição dos dados, as primeiras análises serão feitas do ponto de vista fonético-fonológico e léxico, para a posterior elaboração das cartas do ALIRN. Concluídas essas análises preliminares, outras análises poderão ser feitas, através de monografias, dissertações, teses e trabalhos outros a serem produzidos pela equipe e por pessoas interessadas no assunto, uma vez que o material ficará disponível para outros pesquisadores.

ELABORAÇÃO DAS CARTAS

A proposta inicial do projeto é a elaboração do Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte, com uma parte introdutória que historiará todos os passos da pesquisa, com a metodologia utilizada: localidades, características dos informantes, tipo de análises feitas, o plano da publicação, as cartas fonéticas e léxicas, com comentários e gráficos dos dados, além de um glossário dos itens lexicais regionais do Rio Grande do Norte, surgidos na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração dos Atlas Lingüísticos Regionais, a exemplo do que está sendo feito no Estado do Rio Grande do Norte, é um passo importantíssimo para o conhecimento, registro e análise das variantes regionais e sociais do Português do Brasil, além da organização de *corpora* da Língua Portuguesa, colhidos com todas as normas e técnicas da pesquisa científica.

Esse material, devidamente preparado e analisado certamente servirá de suporte para a elaboração de material didático e para-didático para o Ensino Fundamental e Médio que tenham a preocupação de utilizar as diferentes maneiras de falar do povo norte-rio-grandense e, por extensão, do povo nordestino. Neste sentido, concordamos com Tarallo (1985:70), quando diz:

O Atlas lingüístico de uma comunidade pode, por exemplo, fornecer dados valiosíssimos para o estudo de variação fonológica ou mesmo lexical. Além do Atlas, textos escritos em prosa que potencialmente reflitam o vernáculo de um certo período de tempo.

As formas preconceituosas e muitas vezes humorísticas como a linguagem regional popular é retratada pelos meios de comunicação de massa, em

abrangência nacional, especialmente na televisão, poderão sofrer reformulações na medida em que se mostre que falar com características regionais e com registros populares, não deve ser visto como errado ou deficiente, mas como algo diferente que confirma o espírito de independência, de auto-afirmação e de orgulho do povo nordestino.

Se isto for conseguido com os projetos em realização e, neste caso, com a publicação do ALIRN, todos nós estudiosos e pesquisadores nordestinos nos sentiremos perfeitamente recompensados pelo trabalho realizado.

O Projeto está sendo previsto para ser terminado nos próximos três anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V. de A. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1994.

_____. *Atlas lingüístico do Paraná. Apresentação*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1996.

ARAGÃO, M. do S. S. de; MENEZES, C. P.B. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Cartas léxicas e fonéticas. Brasília: CNPq/UFPB, 1984.

_____. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Análise das formas e estruturas lingüísticas encontradas. Brasília: CNPq/UFPB, 1984.

ARAGÃO, M. do S. S. de. La situation de la géographie linguistique au Brésil. In: *Geolinguistique*, vol. III. Grenoble: Université Stendhall – Grenoble III, 1987.

_____. *Bibliografia dialetal brasileira*. João Pessoa: UFPB, 1988.

_____. A situação da geografia lingüística no Brasil. In: GÄRTNER, E. (org.) *Pesquisas lingüísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 1997, p.79-97.

_____. Atlas lingüístico da Paraíba. In: AGUILERA, V. de A. (org.). *A geolingüística no Brasil*. – caminhos e perspectivas. Londrina: UEL, 1998, p. 55-77.

BAYLON, C. *Sociolinguistique: société, langue et discours*. Paris: Nathan, 1991.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. & MORAES, J. A. Geolingüística no Brasil: Resultados e perspectivas. In: *A Terceira Margem*, 3. Faculdade de Letras da UFRJ, 1995.

_____. Considerações sobre metodologias e técnicas na elaboração de Atlas Lingüísticos e sua utilização no Brasil. Congresso Internacional da ALFAL, XI. Universidade de Las Palmas de Gran Canária/ALFAL. Las Palmas de Gran Canária, Espanha, 22-27 de jul. 1996.

CARDOSO, S. A. M. *Atlas lingüístico do Brasil – ALiB – Projeto*. Salvador: UFBA, 1998.

_____. A geolingüística no Brasil: meio século de contribuição à ciência da linguagem e ao ensino da língua materna. *Boletim da ABRALIN*, nº 23, maio de 1999, p. 18-34.

_____. La dialectologie au Brésil – Aperçue historique et bilan actuel. *Geolinguistique* Hors série nº 2. La géolinguistique em Amérique latine. Grenoble: Université Stendahal, Centre de Dialectologie, 2001-2002, p. 197-229.

_____. *Atlas lingüístico de Sergipe II*. Rio de Janeiro: 2002. Tese (doutorado) – UFRJ.

CASCUDO, L. C. *A rede-de-dormir: uma perspectiva etnográfica*. Rio de Janeiro: MEC, 1959.

_____. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamê; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CASTILHO, A. T. de. Projeto Rio Grande do Norte: aspectos lingüísticos. Natal: UFRN, 1980 (mimeo.)

- COSTA, G. *Dicionário papa-jerimum – apelidos & afins*. Natal: Argos, 2001.
- CRUZ, A. M. D. de. *Achegas para o estudo da língua popular do Rio Grande do Norte*. Niterói, 1982. Dissertação (Mestrado) – UFF.
- ELIA, S. E. *A unidade lingüística do Brasil – condicionamentos geo-econômicos*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- FERREIRA, C. da S. et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: Instituto de Letras/ Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- _____. *Diversidade do português do Brasil: estudos de dialetologia rural e outros*. Salvador: UFBA, 1988.
- FERREIRA, C. da S.; CARDOSO, S. A. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1994.
- KOCH, W.; KLASSMANN, M.S.; ALTENHOFEN, C. V. (orgs.) *Atlas lingüístico-etnográfico da região Sul do Brasil*. Porto Alegre / Florianópolis / Curitiba: Ed.UFRGS/Ed.UFSC/Ed.UFPR, 2002. v. 1 e 2.
- MAIA, G. (1998). *A Capitania do Rio Grande do Norte*. História do RN.n@WEB [on-line] Available from world wide web:<URL:www.seol.com.br/rnnaweb/>
- MAIA, V.L.M. Vogais pretônicas médias na fala de Natal. *Estudos Lingüísticos e Literários*. (5): 209-226. Salvador, UFBA, 1986.
- MARROQUIM, M. *A língua do nordeste – Alagoas e Pernambuco*. São Paulo: Nacional, 1946.
- MELO, Gladstone Chaves de. Dialetos brasileiros. In: *Revista do SEPRO*. Lisboa, (23): 41-43, 1964.
- _____. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- MOTA, R.C. da. *Preservando o matutês: letras da universidade do roçado*. Natal: Fundação Vingt-Um Rosado, 2001.
- NASCENTES, A. *Bases para a elaboração de um atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol.II, 1961.
- _____. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

NONATO, R. *Calepino potiguar – gíria do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1980.

PEREIRA, M. das Neves. *O léxico da carnaubeira no Vale do Açu*. Rio de Janeiro, Dissertação (mestrado) – PUC/RJ.

_____. Campos semânticos da rede de dormir em “Rede de dormir” de Câmara Cascudo. *Revista Paradigma. Edição Especial*. Natal, UNP, 2000.

_____. *O falar de Pitangui – Extremoz – RN*. Monografia. Natal: UNP, 1998.

PESSOA, M. A. Os pós-vocálicos na fala de Natal. Comunicação apresentada no Simpósio sobre diversidade lingüística no Brasil, I. Salvador: UFBA, 1986.

RAZKY, A. O Atlas geo-lingüístico do Pará: Uma abordagem metodológica. In: AGUILERA, V. DE A. (org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998, p. 155-164.

RAZKY, A. (Org.) *Atlas lingüístico sonoro do Pará*. Belém: UFPA/CAPES/UTM, 2004. CDRoom.

RIBEIRO, J.; ZÁGARI, M. R. L.; PASSINI, J.; GAIO, A. P. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*; questionário. s.n.t.

_____. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

ROSSI, N.; FERREIRA, C.; ISENSEE, D. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.

_____. *Atlas prévio dos falares baianos*; introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas. Rio de Janeiro: INL, 1965.

SANTA ROSA, J. N. A linguagem do seridoense – a influência do português arcaico e do clássico. *Tempo Universitário*. Natal, UFRN, (1)2, 109-127, 1979.

SILVA NETO, S. *Guia para estudos dialetológicos*. Florianópolis: s. ed., 1955.

_____. *Guia para estudos dialetológicos*. Belém: INPA, 1958.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.

Um Estudo **Contrastivo** sobre as
Vogais Médias Pretônicas em Falares
do **Amazonas** e do **Pará** com base em
dados do **ALAM** e do **ALISPA**



Silvia Figueiredo Brandão
(UFRJ)
Maria Luiza de Carvalho Cruz
(UFAM)

INTRODUÇÃO

Neste estudo, focalizam-se as vogais médias pretônicas em falares dos Estados do Amazonas e do Pará, com base nos dados registrados em cartas fonéticas do *Atlas Lingüístico do Amazonas (ALAM)* e do *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará (ALiSPA)*, ambos divulgados em 2004, o primeiro, em forma de tese de Doutorado, o último, por meio de CD-ROM. Tem como ponto de partida o capítulo 5 do volume 1 da tese de Cruz (2004), em que se tecem considerações sobre os falares do Amazonas e no qual o tópico aqui em análise recebe relevo especial.

A descrição a ser apresentada fundamenta-se apenas em índices percentuais e tem meramente caráter comparativo, cabendo, ainda, ressaltar (a) que os resultados serão expostos e comentados com apoio no que já se conhece sobre os fatores que normalmente condicionam as diferentes variantes e (b) que só pesquisas posteriores, com *corpora* alargados e preferencialmente desenvolvidas numa linha sociolingüística variacionista, poderão determinar, com acuidade, as suas motivações estruturais e extralingüísticas.

Caracteriza os dois atlas o fato de, em ambos, terem sido controladas, de forma sistemática, as variáveis *gênero* e *faixa etária*, o que torna possível aferir a distribuição das variantes tanto no eixo diatópico quanto no diastrático.

O *ALAM* conta com nove pontos de inquérito, cada um deles representativo de cada uma das nove microrregiões que constituem o Estado¹: (1) Barcelos, (2) Tefé, (3) Benjamin Constant, (4) Eirunepé, (5) Lábrea, (6) Humaitá, (7) Manacapuru, (8) Itacoatiara, (9) Parintins. Inquiriram-se seis informantes por localidade, distribuídos por gênero e três faixas etárias (18-35 anos/ 36-55

¹ Os números entre parênteses correspondem à numeração das localidades nas cartas do ALAM.

anos/ 56 anos em diante), analfabetos ou escolarizados até, no máximo, a quarta série do Ensino Fundamental

O *ALiSPA* conta com 10 pontos de inquérito: Itaituba, Santarém, Altamira, Breves, Cametá, Abaetetuba, Belém, Bragança, Marabá e Conceição do Araguaia. Entrevistaram-se quatro informantes por localidade, também distribuídos por gênero e duas faixas etárias (19-33 anos/40-70 anos), todos escolarizados até, no máximo, a quarta série do Ensino Fundamental. (RASKY, 2003, p. 178).

Como observou Cruz (2004, v.1, p. 121-122):

Entre as variáveis mais importantes para a delimitação das áreas lingüísticas brasileiras, encontram-se as vogais médias em contexto pretônico, que vêm sendo objeto de inúmeros trabalhos, seja num enfoque mais propriamente fonológico (CAMARA JR, 1977, entre outros), seja nas perspectivas da Dialectologia e da Sociolingüística Variacionista (BISOL, 1981; CALLOU & LEITE, 1986; CALLOU et al 1991; SILVA, 1991, 1992; CARDOSO, 1986, 1999; MAIA, 1986; SCHWINDT, 2002, por exemplo). Nascentes (1953), ao propor uma divisão do país em áreas dialetais, apontou o comportamento das pretônicas como o elemento primordial para distinguir os falares do Norte dos do Sul, os primeiros caracterizados pela concretização aberta das pretônicas, os últimos por sua realização fechada.

Assim, parte-se da hipótese de que, embora com menores índices de frequência do que os registrados em outros dialetos, nos falares tanto amazonenses quanto paraenses, isto é, em grande parte do que Nascentes caracterizou como *Subfalar Amazonense* – uma das duas subdivisões do grupo Norte – se pode observar “a **existência**² de vogais médias pretônicas abertas [ɛ] e [ɔ]” (NASCENTES, 1953).

² O grifo é nosso.

Sobre o falar de um dos pontos de inquérito do *ALiSPA* – Bragança – há um estudo de cunho sociolingüístico variacionista sobre as pretônicas médias, desenvolvido como dissertação de mestrado e sintetizado em FREITAS (2003, p. 126), em que a autora apresenta as seguintes conclusões:

destaca-se a predominância das variantes médias no dialeto estudado em detrimento das baixas e altas; estas últimas se apresentaram com menos freqüência. Este quadro assemelha-se, em linhas gerais, às conclusões de Nina (1991) sobre a variedade de Belém, e aos indícios apontados por Vieira (1983) no seu glossário sobre as variedades do Médio Amazonas e no Tapajós, compondo junto a esses trabalhos, mais um elemento para as razões que levaram Silva (1989, p. 75) a supor que o Pará, em relação aos falares do norte, constitui uma ilha dialetal”

CORPUS E METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, selecionaram-se todas as cartas fonéticas do *ALAM* e do *ALiSPA* que apresentam vogais médias em situação pretônica e que estão discriminadas no Quadro 1.

Nos itens 3 e 4, procede-se à descrição do que se observa no *ALiSPA* de acordo com a metodologia seguida por Cruz (2004, vol 1, cap. 5), utilizando-se tabelas e observações por ela apresentadas em relação aos falares do Amazonas (p.123-128).

Tendo em vista o número de informantes por ponto de inquérito, o número máximo de ocorrências de cada vocábulo e, conseqüentemente, de cada vogal pretônica considerada é de 54 no *ALAM* e 40 no *ALiSPA*.

Quadro 1. Cartas relativas às vogais pretônicas médias no *ALAM* e no *ALiSPA*.
(As cartas comuns vêm indicadas em **negrito**).

Vogais Médias Pretônicas							
<i>Atlas Lingüístico do Amazonas (ALAM)</i>				<i>Atlas Lingüístico Sonoro do Pará (ALiSPA)</i>			
Média anterior		Média posterior		Média anterior		Média posterior	
Carta Fon. Nº	Vocábulo	Carta Fon Nº	Vocábulo	Carta Fon. Nº	Vocábulo	Carta Fon Nº	Vocábulo
7	d(e)pois	5	t(o)mate	10	(e)strada	18	c(o)rreio
6	b(e)bida	28	c(o)lheita	12	r(e)al/r(e)ais	23	c(o)legas
8	(e)ducação	31	leil(o)eiro	15	d(e)svio	28	s(o)ldado
9	m(en)tira	40	n(o)tícia	17	t(e)rreno	30	adv(o)gado
14	(e)stragada	41	(o)brigado	21	pr(e)feito	31	pr(o)ciissão
15	(e)sgoto	42	af(o)gar	22	(e)scola	36	(o)relha
16	(e)spinha	43	c(on)versando	27	p(e)rnambucano	39	c(o)ração
17	p(e)scoço	44	c(o)nheço	33	p(e)cado	42	j(o)elho
18	t(e)soura	46	m(o)squito	35	p(e)scoço	55	c(o)madre
19	pr(e)sente	45	c(o)mer	49	d(e)smaio	56	c(om)padre
20	m(e)lancia	47	des(o)var	64	(e)squerdo	61	b(o)nito
21	m(e)lhor	48	tr(o)vão	67	prat(e)leira	62	in(o)cente
22	p(e)rfume	49	in(o)cente	71	t(e)l(e)visão	74	b(o)rracha
23	p(e)rdido	50	p(o)lvilho	73	t(e)soura	81	t(o)rneira
32	r(e)al	51	ch(o)rão	75	p(e)rfume	84	c(o)roa
33	r(e)ais	52	m(o)rreu	77	trav(e)sseiro	104	m(o)rreu
47	d(e)sovar	53	ass(o)alho	80	(e)létrico	105	s(o)rriso
66	dir(e)tora	54	c(o)ador	85	pr(e)sente	106	s(o)rrindo
82	r(e)sultado	55	g(o)iaaba	95	s(e)guro	107	ass(o)bio
101	d(e)vagar	56	pr(o)ibido	97	(em)prego	108	enc(on)trar
103	r(e)médio	57	(o)itenta	100	d(e)fesa	120	(o)brigado
105	m(e)dicina	58	magoado	108	(en)contrar	131	g(o)rdura
		75	(o)relha	109	p(e)rdido	134	c(o)lher
		76	c(o)ração	110	p(e)rguntar	135	b(o)tar
		77	j(o)elho	121	m(em)tira	138	c(o)minho
		78	c(o)madre	125	d(e)vagar	145	(o)velha
		79	b(o)nito	133	p(e)neira	153	b(o)rb(o)leta
		87	ass(o)bio	136	f(e)rvendo		
		90	s(o)ldado	139	c(e)bola		
		98	adv(o)gado	150	f(e)rida		
				152	(e)l(e)fante		

VOGAL MÉDIA ANTERIOR

Em situação pretônica, computando-se os dados gerais, verifica-se o predomínio da média fechada (46%) na fala do Amazonas e da média aberta (36%), na do Pará, embora, neste último caso, a variante concorra com a média fechada (35%), tendo em vista que a diferença que as separa é de apenas um ponto percentual. Os índices de alteamento, em ambas as áreas, mantêm-se nos patamares daqueles registrados em outros falares³.

Tabela 1

Índices percentuais gerais referentes à concretização da vogal média anterior em contexto pretônico nos dialetos do Amazonas e do Pará com base em dados de dois atlas lingüísticos					
ALAM			ALiSPA		
[e] / [ẽ]	[ɛ]	[i]	[e] / [ẽ]	[ɛ]	[i]
46%	28,50%	25,50	35%	36%	29%

Nos itens a seguir, pode-se observar o comportamento da variável em cada um dos vocábulos que compõem o *corpus* e melhor compreender os índices acima expostos.

³ As variantes nasalizadas apontadas na tabela 1 correspondem a casos de assimilação da nasalidade de consoante no ataque de sílaba subsequente. As vogais pretônicas com nasalidade funcional são tratadas à parte, nos itens 3vii e 4vii.

(i) Em vocábulos⁴ que apresentam *vogal tônica aberta*, observa-se tendência ao abaixamento da pretônica – [ɛ] – em ambas as áreas. Na Tabela 2, os vocábulos comuns aos dois atlas – *real/reais* e *devagar* – têm comportamento bastante assemelhado, os primeiros com abaixamento categórico ou quase categórico, respectivamente no Amazonas (100%) e no Pará (97,5%), e o último com predomínio de alteamento, o que parece ser a tônica em vocábulos que se iniciam com a seqüência *de(s)* – *desovar*, *desmaio*, *devagar* –, quer seja ela um prefixo ou não. Trabalhos variacionistas (CALLOU et al, 1995) têm indicado a presença da média anterior no prefixo *des-* como um dos fatores condicionantes da elevação da vogal.

Tabela 2

Percentuais referentes às concretizações da vogal média anterior em contexto pretônico em vocábulos com vogal tônica aberta em cartas do ALAM e do ALiSPA									
ALAM					ALiSPA				
Carta nº	Vocábulos	[e] / [ẽ] ⁵	[ɛ]	[i]	Carta nº	Vocábulos	[e]	[ɛ]	[i]
21	melhor		68%	32%	12	real/reais	2,50%	97,50%	
32	real		100%		33	pecado	5%	95%	
33	reais		100%		49	desmaio	23,50%		76,50%
47	desovar	24%		76%	80	elétrico		100%	
82	resultado	92%	8%		110	perguntar	40%	57%	3%
101	devagar	31%		69%	125	devagar	17,50%		82,50%
103	remédio	63%	37%						
Percentuais gerais		30%	44,72%	25,28	Percentuais gerais		14,75%	58,25%	27%

⁴ Nas tabelas, destacam-se, por meio de negrito, as cartas comuns aos dois atlas.

⁵ A variante nasalizada ocorre no vocábulo *remédio*, por assimilação do traço [+nas] da consoante subsequente. Dos 63% apontados no gráfico, apenas 11% correspondem à variante oral.

(ii) Em vocábulos cuja *vogal tônica é fechada*, predomina, majoritariamente a pretônica média fechada, que chega a ser categórica em alguns casos, como se indica na tabela 3. Mais uma vez, as pretônicas dos vocábulos comuns aos dois atlas apresentam comportamento similar: *pescoço*, com 100% de [e] tanto no Amazonas quanto no Pará e *tesoura*, respectivamente, com 68% e 87%.

Dos 11 diferentes itens lexicais com tônica fechada que compõem os *corpora*, oito apresentam índices superiores a 87% em favor da variante média fechada, à exceção de *tesoura*, na fala do Pará (com apenas 68%), o que demonstra estar atuando um processo de harmonização vocálica.

Tabela 3

Percentuais referentes às concretizações da vogal média anterior em contexto pretônico em vocábulos com vogal tônica fechada em cartas do ALAM e do ALiSPA									
ALAM					ALiSPA				
Carta n°	Vocábulos	[e]	[ɛ]	[i]	Carta n°	Vocábulos	[e] / [ẽ]	[ɛ]	[i]
7	depois	93%		7%	17	terreno	5%	95%	
17	pescoço	100%			21	prefeito	95%	5%	
18	tesoura	68%		32%	35	pescoço	100%		
66	diretora	100%			67	prateleira	18%		82%
					73	tesoura	87%	2,50%	10,50%
					77	travesseiro	7,70%		92,30%
					100	defesa	100%		
					133	peneira ⁶	97,50%	2,50%	
					139	cebola	92,50%	5%	2,50%
Percentuais gerais		90,25		9,75	Percentuais gerais		67%	13%	20%

⁶ Dos 97,50% de ocorrências de média fechada, 90% correspondem à variante nasalizada.

(iii) Nos vocábulos que apresentam *vogal tônica alta*, que, em outros falares, normalmente, atua como um forte condicionante do alteamento, o que se verifica, em ambas as áreas, é o predomínio da vogal média fechada.

A observação da tabela 4 demonstra, a princípio, que a variante em concorrência com a média fechada é, no Amazonas, a média aberta (mesmo no vocábulo *medicina* em que a primeira pretônica também é alta). No Pará, é a vogal alta, exceto no vocábulo *perfume*, em que com [e] alterna a média aberta.

Nos falares do Pará, portanto, a presença de tônica alta no vocábulo parece ter maior atuação para o alteamento da pretônica do que nos do Amazonas.

Tabela 4

Percentuais referentes às concretizações da vogal média anterior em contexto pretônico <i>em vocábulos com vogal tônica alta</i> em cartas do <i>ALAM</i> e do <i>ALiSPA</i>									
<i>ALAM</i>					<i>ALiSPA</i>				
Carta N°	Vocábulos	[e]	[ɛ]	[i]	Carta N°	Vocábulos	[e]	[ɛ]	[i]
6	bebida	81%		19%	15	desvio	42%		58%
20	melancia	8%	82%		75	perfume	62%	38%	
22	perfume	70%	30%		95	seguro	30%		70%
23	perdido	45%	55%		109	perdido	80%		20%
105	medicina	57%	43%		150	ferida	37%		63%
Percentuais gerais		53%	42%	5%	Percentuais gerais		50,20%	7,60%	42,20%

(iv) Quando a *média inicia sílaba e antecede –S em coda silábica*, quer este se concretize como [s z] ou [ʃ ʒ], a norma é o alteamento, que tem praticamente o mesmo índice de ocorrência no *ALAM* (86%) e no *ALiSPA* (88%), a exemplo do que ocorre em outros falares brasileiros.

Tabela 5

Percentuais referentes às concretizações da vogal média anterior em contexto pretônico <i>inicial de vocábulo seguida de /S/</i> em cartas do ALAM e do ALiSPA									
ALAM					ALiSPA				
Carta nº	Vocábulos	[e]	[ɛ]	[i]	Carta nº	Vocábulos	[e]	[ɛ]	[i]
14	estragada	3%		97%	10	estrada	10,50%		89,50%
15	esgoto	13%		87%	22	escola	14%	3%	83%
16	espinha	26%		74%	64	esquerdo	8%		92%
Percentuais gerais		14%		86%	Percentuais gerais		11%	1%	88%

(v) Nos vocábulos que apresentam *vogal tônica com nasalidade de natureza fonológica*, predomina a variante aberta em ambos os falares. Observe-se que, nos vocábulos em que há mais de uma pretônica da mesma natureza – *televisão, elefante* –, a tendência é a de harmonizá-las, isto é, produzi-las só como fechadas ou só como abertas, como deixam transparecer os índices percentuais.

Note-se, ainda, o vocábulo *presente*, comum aos dois atlas, cuja vogal pretônica ocorre com índices bem próximos de abaixamento.

Tabela 6

Percentuais referentes às concretizações da vogal média anterior em contexto pretônico em vocábulos <i>com vogal tônica</i> <i>com nasalidade fonológica</i> em cartas do ALAM e do ALiSPA									
ALAM					ALiSPA				
Carta nº	Vocábulos	[e]	[ɛ]	[i]	Carta nº	Vocábulos	[e]	[ɛ]	[i]
8	educação	68%	29%	3%	71	t(e)levisão	72%	28%	
19	presente	17%	83%		71	tel(e)visão	72%	28%	
					85	presente	10%	90%	
					136	fervendo	12,50%	87,50%	
					152	(e)lefante	23%	77%	
					152	el(e)fante	25%	75%	
Percentuais gerais		42,50%	56%	1,50%	Percentuais gerais		35,75%	64,25%	

(vi) Na Carta nº 27 do *ALiSPA* – *pernambucano* – em que a vogal tônica é nasalizada por assimilação da nasalidade de [n] e a segunda pretônica é funcionalmente nasal, a média concretiza-se como [ɛ] em 77% dos dados e como [e] em 23% deles, o que corrobora a tendência exposta na tabela 6.

(vii) Os dados referentes ao Pará demonstram que, independentemente do tipo de vogal tônica, nos vocábulos em que a *vogal pretônica apresenta nasalidade de natureza fonológica*, há, como se verifica em outros falares, maior probabilidade de alteamento. Deve-se, no entanto, atentar para a pretônica do vocábulo *mentira*, que, nos dois atlas, ocorre com índices idênticos em favor da média fechada, corroborando, assim, o que se observou no item (iii).

Tabela 7

Percentuais referentes às concretizações da vogal média anterior com nasalidade fonológica em contexto pretônico em cartas do <i>ALAM</i> e do <i>ALiSPA</i>							
<i>ALAM</i>				<i>ALiSPA</i>			
Carta nº	Vocábulos	[ẽ]	[ĩ]	Carta nº	Vocábulos	[ẽ]	[ĩ]
9	mentira	57%	43%	97	emprego ⁷	18%	82%
				108	encontrar ⁸	42,50%	57,50%
				121	mentira	57%	43%
Percentuais gerais		57%	47%	Percentuais gerais		39%	61%

⁷ Do percentual relativo à variante média, 13% correspondem à vogal seguida de iode.

⁸ Do percentual relativo à variante média, 22,50% correspondem à vogal seguida de iode

VOGAL MÉDIA POSTERIOR

Os índices gerais demonstram a tendência à implementação da variante média fechada tanto na fala do Amazonas (45,65%) quanto na do Pará (40,65%). Nesta última área, a exemplo do que ocorre com relação à pretônica média anterior (cf. 3.i), é também a variante alta (38,25%) que com ela concorre.

Tabela 8

Índices percentuais gerais referentes à concretização da vogal média posterior em contexto pretônico nos dialetos do Amazonas e do Pará com base em dados de dois atlas lingüísticos							
ALAM				ALiSPA			
[o] / [õ]	[ɔ]	[u] [ũ]	Entre [o] e [ɔ]	[o] / [õ]	[ɔ]	[u] [ũ]	
45,65%	18,35%	35,20%	0.80%	40,65%	21,10%	38,25%	

Os possíveis fatores condicionadores das diferentes variantes poderão ser aquilatados nos itens a seguir.

(i) Em vocábulos que apresentam *vogal tônica aberta*, predomina a média aberta, com diferenças percentuais pouco significativas entre os dois falares. Nas cartas comuns ao *ALAM* e ao *ALiSPA*, a pretônica só apresenta comportamento diferenciado no vocábulo *obrigado*, que na fala do Amazonas se concretiza predominantemente como [ɔ] (72%) e na do Pará como [o] (62%)

Tabela 9

Percentuais referentes às concretizações da vogal média posterior em contexto pretônico em vocábulos com vogal tônica aberta em cartas do ALAM e do ALiSPA									
ALAM					ALiSPA				
Carta N°	Vocábulos	[o] / [õ] ⁹	[ɔ]	[u] / [ũ]	Carta N°	Vocábulos	[o] / [õ] ¹⁰	[ɔ]	[u] / [ũ]
5	tomate	64%	8%	28%	23	colegas	8%	92%	
41	obrigado	23%	72%	5%	28	soldado ¹¹	5,50%	94,50%	
42	afogar		100%		30	advogado		100%	
47	desovar	3%	97%		55	comadre	32,50%		67,50%
55	goiaba	70%	30%		74	borracha	42%	13%	45%
78	comadre	30%	10%	60%	120	obrigado	62%	38%	
90	soldado	23%	77%		134	colher	36%	5%	59%
98	advogado		100%		135	botar	11%	70%	19%
Percentuais gerais		26,60%	61,70%	11,70%	Percentuais gerais		24,50%	51,50%	24%

(iii) Quando a *vogal tônica é fechada*, como se pode verificar pela tabela 10, a norma, na fala tanto do Pará quanto do Amazonas, é a concretização da pretônica como fechada, com altos índices de frequência. Pelo que demonstram alguns estudos variacionistas, a presença de consoante labial ou velar em contexto precedente funciona como um forte condicionador do alteamento da média posterior, o que, talvez, justifique o fato de [u] apresentar maior frequência que [ɔ], apesar dos índices pouco significativos.

⁹ As variantes [õ] e [u] ocorreram no vocábulo *comadre*, respectivamente, com 15% e 41% de frequência.

¹⁰ As variantes [õ] e [u] ocorreram no vocábulo *comadre*, respectivamente, com 25% e 65% de frequência.

¹¹ Entre as ocorrências, computou-se um caso de monotongação [ɔ], mas não se levou em conta a ocorrência s[aw]dado.

Tabela 10

Percentuais referentes às concretizações da vogal média posterior em contexto pretônico em vocábulos <i>com vogal tônica fechada</i> em cartas do ALAM e do ALiSPA									
ALAM					ALiSPA				
Carta Nº	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u].	Carta Nº	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u].
28	colheita	91%		9%	18	correio	95%	5%	
44	conheço	75%	6%	19%	36	orelha	95%		5%
45	comer	68%		32%	81	torneira	100%		
52	morreu	100%			84	coroa	100%		
75	orelha	90%		10%	104	morreu	95%	5%	
					145	ovelha	100%		
					153	b(o)rboleta ¹²	77%	23%	
					153	borb(o)leta	35%		65%
Percentuais gerais		84,80	1,20%	14,00%	Percentuais gerais		87%	4%	9%

(iv) Nos vocábulos que apresentam *vogal tônica alta*, verifica-se o predomínio do alteamento na fala amazonense (54,20%) e uma forte concorrência entre [o] e [u] na fala do Pará (respectivamente 48% e 49%).

Observe-se que cinco dos oito diferentes itens lexicais em que ocorre a vogal alta apresentam consoante labial ou velar no contexto antecedente, considerado, como já se disse, um forte fator condicionador desse processo.

O vocábulo *polvilho*, merece ser considerado à parte, pois, na sílaba pretônica, ora ocorre ditongo – [ow] ou [ɔw] – por conta da vocalização de /l/, que é categórica nos falares amazonenses, ora monotongo – [o] ou [ɔ], isto é, redução do ditongo, o que parece justificar a não ocorrência da variante alta.

¹² Não se computou uma ocorrência de b[a]rboleta.

Tabela 11

Percentuais referentes às concretizações da vogal média posterior em contexto pretônico <i>em vocábulos com vogal tônica alta</i> em cartas do <i>ALAM</i> e do <i>ALiSPA</i>										
<i>ALAM</i>						<i>ALiSPA</i>				
Carta Nº	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u]	Entre [o] e [ɔ]	Carta Nº	Vocábulos	[o] / [õ]	[ɔ]	[u] / [ũ]
40	notícia	46%		54%		61	bonito ¹³	38,50%		61,50%
46	mosquito	30%		64%	6%	105	sorriso	85%	15%	
50	polvilho	75%	25%			107	assobio	26%		74%
79	bonito	18%		82%		131	gordura	72%		28%
87	assobio	27%		71%	2%	138	cominho ¹⁴	19%		81%
Percentuais gerais		39,20%	5%	54,20%	1,60%	Percentuais gerais		48%	3%	49%

(v) Quando a média posterior se encontra em contexto de hiato, a norma é o alteamento, quer mantendo o hiato, quer propiciando a ditongação, processo que prevalece nos dados referentes à fala do Amazonas, como se demonstra na Tabela 12. O único caso que, no *ALiSPA*, representa esse contexto corrobora a tendência observada nos falares amazonenses.

Tabela 12

Percentuais referentes às concretizações da vogal pretônica média posterior <i>em contexto de hiato</i> em cartas do <i>ALAM</i> e do <i>ALiSPA</i>									
<i>ALAM</i>					<i>ALiSPA</i>				
Carta	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u] / [w]	Entre [o] e [ɔ]	Carta	Vocábulos	[o]	[u] / [w]
31	leiloeiro	36%		64%		42	joelho	2,50%	97,50%
53	assoalho	24%	5%	71%					
54	coador	14%	6%	74%	6%				
56	proibido	72%	22%	3%	3%				
58	magoado	16%		84%					
77	joelho	31%		69%					
Percentuais gerais		32%	5,50%	61%	1,50%	Percentuais gerais		2,50%	97,50%

¹³ Dos índices referentes à média e à alta, 20,50% e 41% correspondem, respectivamente, às variantes nasalizadas

¹⁴ Dos índices referentes à média e à alta, 8% e 62% correspondem, respectivamente, às variantes nasalizadas.

(vi) Nos vocábulos com vogal tônica fonologicamente nasal, a pretônica média posterior tende a ser produzida, tanto no Amazonas quanto no Pará, como aberta (respectivamente 43,50% e 47%), embora a média fechada atinja índices bem próximos a esses (35,70% e 41,25%).

Tabela 13

Percentuais referentes às concretizações da vogal pretônica média posterior <i>em vocábulos com vogal tônica nasal, em cartas do ALAM e do ALiSPA</i>										
Carta Nº	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u]	Entre [o] e [ɔ]	Carta Nº	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u]
48	trovão	39%	2%	57%	2%	31	procissão	58%	32%	10%
49	inocente	27,50%	27,50%	45%		39	coração	5%	95%	
51	chorão	12%	88%			62	inocente	17%	49%	34%
57	oitenta	100%				106	sorrindo	85%	12%	3%
76	coração		100%							
Percentuais gerais		35,70%	43,50%	20,40%	0,40%	Percentuais gerais		41,25%	47%	11,75%

(vii) Quando a vogal média posterior apresenta nasalidade de cunho fonológico, mantém-se a média fechada. As pesquisas mostram que há maior probabilidade de a média anterior nasalizada sofrer alteamento do que a posterior, o que se pôde observar no item (3.vii).

Tabela 14

Percentuais referentes às concretizações da vogal pretônica média posterior <i>com nasalidade fonológica</i> em cartas do <i>ALAM</i> e do <i>ALiSPA</i>								
Carta Nº	Vocábulos	[õ]	[ũ]		Carta Nº	Vocábulos	[õ]	[ũ]
43	conversando	100%			56	compadre	47,50%	52,50%
					108	enc(o)ntrar	100%	
Percentuais gerais		100%			Percentuais gerais		73,75%	26,25%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas selecionadas do *ALAM* e do *ALiSPA* confirmam a existência, na fala amazonense e na paraense, de vogais abertas em situação pretônica, como sugerira Nascentes na sua proposta de divisão do Brasil em áreas lingüísticas. No entanto, guardadas as devidas diferenças quanto à constituição das amostras, ao número de dados e ao enfoque teórico-metodológico, os índices percentuais registrados nos *corpora* referentes aos dois atlas em relação a [ɛ] (28,50%, no *ALAM*; 36%, no *ALiSPA*) e a [ɔ] (18,35%, no *ALAM*; 21,10%, no *ALiSPA*) diferem, significativamente, daqueles obtidos, por exemplo, em pesquisas sobre falares em que essas variantes também se mostram produtivas, como o de SILVA (1991), sobre a fala de Salvador, em que os segmentos incidem, respectivamente, em 60,30% e 57,80% dos dados.

Como a breve análise comparativa aqui empreendida se fundamentou em *corpora* limitados, compostos de um reduzido número de itens lexicais, que, entre outros aspectos, não permitiram verificar, devidamente, o comportamento das vogais médias nas diferentes posições pretônicas em que podem ocorrer ou a atuação dos diversos segmentos que a elas podem estar adjacentes, as observações aqui expostas constituem apenas uma contribuição para a formulação de hipóteses que possam subsidiar estudos aprofundados sobre o tema nas duas áreas em foco, ainda pouco exploradas do ponto de vista lingüístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISOL, L. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Lingüística. 1981.

_____. (org.) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1996.

CALLOU, D.; LEITE, Y. As vogais pretônicas no falar carioca. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, 5: 151-162. 1986.

CÂMARA JR., J. M. Para o estudo da fonêmica portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão. 1977.

CARDOSO, S. Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil). *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, 5: 47-57. 1986.

_____. As vogais pretônicas no Brasil: uma visão diatópica. In: AGUILERA, V. de A. (org.) *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: Editora da UEL. p. 93- 124. 1999.

CRUZ, M. L. de C. *Atlas Lingüístico do Amazonas (ALAM)*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. 2 v. Vol 1:159 p. Vol 2, tomo 1: Introdução; tomo 2: Cartas fonéticas e Cartas semântico-lexicais.

FREITAS, S. As vogais médias pretônicas /e/ e /o/ num falar do Norte do Brasil In: RAZKY, A. (org.) *Estudos geo-lingüísticos no Estado do Pará*. Belém: Gráfica e Editora Grafia. p. 112-126. 2003.

_____. LEITE, Y.; MORAES, J. Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no Rio de Janeiro. *Organon*, Porto Alegre, 18: 71-78. 1991.

_____. Um problema na fonologia do português: variação das vogais pretônicas. In: PEREIRA, C.; PEREIRA, P. R. D. *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 59-70. 1995.

MAIA, V. L. M. Vogais pretônicas médias na fala de Natal. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, 5: 209-226. 1986.

- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro: Simões. 1953.
- SCHWINDT, L. C. A regra variável de harmonização vocálica no RS. In: BISOL, L.; CINI, C. (org.) *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2001.
- RAZKY, A. Construção de atlas sonoros: procedimentos metodológicos para o ALiSPA. In: _____, org. *Estudos geo-lingüísticos no Estado do Pará*. Belém: Gráfica e Editora Grafia. p. 173-183. 2003.
- _____. *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará – ALiSPA 1.1*. CD-ROM. Windows. 2004.
- SILVA, M. B. da Um traço regional na fala culta de Salvador. *Organon*, Porto Alegre, 18: 79-89. 1991.
- _____. Breve notícia sobre as vogais pretônicas na variedade culta de Salvador. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, 14: 69-77. 1992.

Atlas Prévio do Espírito Santo (APES) primeiras notícias



Catarina Vaz Rodrigues
(Universidade Federal do Espírito Santo / UFES)

APRESENTAÇÃO

O Espírito Santo tem uma área de apenas 46.184km², mas abriga uma população caracterizada por uma significativa diversidade étnica e cultural. Os colonizadores portugueses, quando aqui chegaram em 1535, entraram em contato com os grupos indígenas existentes na região ao tentar utilizá-los como mão de obra e catequizá-los (PERRONE E MOREIRA, 2003, p16-23). Ainda no século XVI começaram a chegar escravos vindos de outros Estados ou diretamente da África para atuar como força de trabalho ao lado dos índios (OSÓRIO et al., 1999, p.23-42). Mesclam-se assim, logo no início da colonização, em maior ou menor grau, três diferentes grupos étnicos.

O século XIX marca o início da imigração européia não-lusa, a qual se caracterizou pelo trabalho familiar em pequenas propriedades. Vieram alemães, italianos e pomeranos, os quais deram origem a comunidades com traços semelhantes àqueles de onde eles provinham em termos da manutenção dos dialetos, usos e costumes. O Espírito Santo recebeu também, entre outros, holandeses, tirolese e suíços, bem como imigrantes de outras regiões, tais como libaneses, árabes e gregos (SOUZA, 1993). Além desses grupos, instalaram-se nas terras capixabas imigrantes nacionais, principalmente mineiros e fluminenses (ALMADA, 1993: p.90).

Os dados delineados levaram à construção de um Estado com características étnicas, culturais e econômicas específicas, do que se deduz a existência de áreas lingüísticas próprias¹. Contudo, é comum ouvir afirmações tais como: “o Espírito Santo não tem características lingüísticas próprias”,

¹ Embora outros Estados do Sudeste apresentem composição étnica semelhante, o tipo de ocupação aqui efetuado foi diferenciado, mostrando maior similaridade com, por exemplo, a ocupação do Rio Grande do Sul.

“aqui se fala como em Minas”, o que aponta para uma aparente falta de identidade, inconcebível em um Estado culturalmente consolidado. O sentimento de falta de identidade lingüística não é um fato isolado; Saletto (1996, p.11), ao estudar a história do Estado, diz estar *empenhada na busca do que poderia constituir a identidade dos capixabas, tão ofuscados pelo brilho de Minas e, sobretudo, do Rio de Janeiro*.

Acreditando, como Saletto, que o ES apresenta características lingüísticas próprias, estabeleceu-se como objetivo descrever suas principais variantes diatópicas seguindo os parâmetros da Geografia Lingüística. Para tanto, organizou-se uma equipe interdisciplinar de professores com o intuito de planejar e implantar o APES. A equipe é constituída pelas professoras Valéria Cristina Barbosa Gabriel, Valdeciliana da Silva Ramos Andrade (Faculdades Vitória) e Catarina Vaz Rodrigues, coordenadora (UFES). Conta ainda com a participação de acadêmicos de ambas as universidades e pós-graduandos da UFES. A professora Vanderci de Andrade Aguilera (UEL) participa como consultora na área de Lingüística e o professor Sebastião (UFES) como consultor na área de História.

RELEVÂNCIA DA ELABORAÇÃO DO APES

O Espírito Santo, conforme destacou-se acima, ainda não teve suas variantes diatópicas descritas. Até o momento foram efetuados alguns estudos monográficos, mas nenhum estudo mais abrangente foi desenvolvido. A área a ser estudada caracteriza-se pela heterogeneidade lingüística não só em relação ao português como também em relação aos dialetos não-lusos, fato que levou a equipe a planejar um questionário específico para essas regiões bilingües.

As características históricas e étnicas da ocupação apontam para um amálgama lingüístico resultante do convívio. Ou seja, quer os grupos de origem lusa quanto os demais, ‘ganharam’ e ‘perderam’ marcas lingüísticas ao interagir nas novas comunidades, aparando assim as divergências. Os fatores de fragmentação dialetal sistemáticos, presentes em todas as comunidades lingüísticas, certamente deixaram suas marcas no Estado, as quais, somadas a fatores extrassistemáticos tais como a instalação de comunidades com predomínio étnico não-luso, apontam para a presença de áreas lingüísticas diferenciadas.

Contemporaneamente, os movimentos migratórios, os meios de comunicação e a escolaridade obrigatória estão conduzindo a um apagamento das marcas lingüísticas locais e regionais. Assim, urge o desenvolvimento de uma pesquisa dialetológica que registre as áreas lingüísticas que se inserem no espaço estadual. Somente após essa etapa, poder-se-á identificar a ocorrência de isoglossas e conseqüentemente o alcance de cada área dialetal, pois

En la medida en que la finalidad consiste en un estudio comparado y analítico, no simplemente descriptivo, la base no debe ser la información monográfica del ‘dialecto’ de determinado país o región, sino la fijación, una por una, de gran número de isoglossas consideradas como las más características. Así se podrán aislar áreas lingüísticas definidas por la coincidencia de isoglossas, y solamente cuando esto se haya hecho podremos hablar propiamente de ‘dialectos’ (RONA, 1958, p.20).

Em relação ao processo de ensino-aprendizagem, dispor de dados lingüísticos referentes ao Estado, permitirá aos docentes habilitar os educandos a *mudar de um dialeto para outro segundo a ocasião o exigir*, processo que deve ser a meta a visada pela escola (LEMLE, 1978, p.62).

O conhecimento das variantes geo-sócio-lingüísticas, permite desfazer o histórico preconceito que as acompanha ao mostrar que fazem parte da história e evolução de nossa língua. Como Lemle destaca (id.ib.),

A missão do professor é, portanto, a de guiar os educandos na direção da aquisição da flexibilidade lingüística necessária para o desempenho adequado nos atos lingüísticos diversos que deverá estar preparado a realizar. Saber mudar de um dialeto para o outro segundo a ocasião o exija, essa é a meta do educando. O papel do professor é o de tomar consciência das regras tácitas do jogo, e transmiti-las ao educando.

Contudo, para efetuar-se, tal processo educativo necessita apoiar-se em dados precisos e suficientes. Em termos diatópicos, a Geografia Lingüística mostra-se o método de descrição mais adequado, visto permitir apresentar, de forma clara, a distribuição tanto das variantes fônicas quanto das léxicas e morfossintáticas. Isso é possível porque um atlas

É um grande vocabulário dialetal que visa a apresentar, de maneira científica e viva, sobre cada carta, as diferentes variantes de uma palavra ou de uma pequena frase tem território mais ou menos vasto. Como as palavras e frases objetos da pesquisa são escolhidas previamente, depois de apurado estudo das formas culturais de uma comunidade – de que a língua é a expressão –, o inventário, embora incompleto, torna possível ampla visão dos traços essenciais do vocabulário, sua repartição geográfica, sua vitalidade, história dos termos, viagens de palavras, evolução de formas gramaticais, diferenças de pronúncia, relações dos dialetos e falares com a língua culta. E, como a palavra está estreitamente ligada à coisa que designa, o Atlas permite também o aferimento da vivência de formas e complexos culturais. (CUNHA, 1964, p.41)

O rigor metodológico proporciona, a todos os que querem utilizar os dados coletados, segurança tanto na reformulação / elaboração de gramáticas, livros didáticos, dicionários, etc.. Isso implica descrever todas as variantes e não apenas uma. Como lembra Perini (1985, p.6)

A gramática deverá, primeiro, colocar em seu devido lugar as afirmações de cunho normativo: não necessariamente suprimindo-as, mas apresentando o dialeto padrão como uma das possíveis variedades da língua [...]. Depois, a gramática deverá descrever pelo menos as principais variantes (regionais, sociais e situacionais) do *português*

brasileiro, abandonando a ficção, cara a alguns, de que o português do Brasil é uma entidade simples e homogênea.

Somente uma compreensão clara dos fenômenos de heterogeneidade diatópicos e diastráticos, por parte dos educadores, pode conduzir a um melhor aproveitamento por parte dos alunos. Isso significa uma concepção de língua como diassistema. Alcançar tal compreensão requer duas etapas:

A primeira, teórica, é a compreensão dos fatores que determinam a variação dentro de uma mesma língua; a segunda é o conhecimento dos fatores específicos dessa variação na área em que o professor atua (LEMLE, 1978, p. 60).

Em suma, o APES registrará as variantes em uso, permitirá identificar as áreas lingüísticas que caracterizam o Estado e propiciará a pesquisadores, educadores, gramáticos, autores de livros texto, lexicógrafos e demais interessados nos estudos lingüísticos um material amplo, coletado segundo critérios metodológicos precisos.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A pesquisa segue os pressupostos da Geografia Lingüística que, em seu sentido técnico, é uma

Geografia “interna” de las lenguas: no se ocupa de las fronteras entre “lenguas” (comunidades lingüísticas), sino de la extensión y distribución espacial de fenómenos lingüísticos particulares (fonemas, palabras, construcciones), dentro de una o más “lenguas”, y de los límites entre las áreas ocupadas por tales fenómenos, que sólo em casos especiales pueden coincidir con los límites de la lengua o de las lenguas estudiadas. (COSERIU, 1965, p. p.10)

Seu método implica :

- a) a seleção dos pontos (localidades) que serão investigadas;
- b) preparo dos questionários;
- c) realização dos inquéritos em todos os pontos, tendo como base os questionários previamente elaborados;
- d) registro dos dados coletados em cartas, as quais reunidas vão formar o atlas;
- e) estudo e interpretação das cartas. (id.ib.12)

Os dialetos são freqüentemente objeto de estudos monográficos com vistas à descrição de fatos fonéticos-fonológicos, lexicais, etc. Contudo, a Geografia Lingüística, ao seguir critérios rigorosos na definição dos pontos, elaboração dos questionários, seleção do informante e, finalmente, transcrição dos dados seguindo parâmetros comuns previamente estabelecidos, mostra-se vantajosa em termos de método e resultados, pois:

- a) opera com unidade técnica na coleta e organização dos dados;
- b) apresenta o conjunto de falares, oferecendo para cada fenômeno uma visão espacial que permite induções de ordem histórica, geral e comparativa. (id.ib.p.23).
- c) mostra a distribuição de cada fenômeno, áreas de inovação, formas em desaparecimento, etc..

FASES

O APES será desenvolvido em duas etapas. A primeira, em andamento, compreende:

a) Definição das localidades que serão investigadas

A seleção das localidades, ora em andamento, leva em consideração a rede de pontos proposta por Antenor Nascentes (231 Vitória, 232 Conceição da Barra, 233 São Mateus 234 Linhares, 235 Regência, 236 Santa Cruz, 237 Serra, 238 Guarapari, 239 Anchieta, 240 Itapemirim, 241 Mantena, 242 Colatina, 243 Porto de Sousa, 244 Sta. Teresa, 245 Porto do Cachoeiro, 246 Sta. Isabel, 247 Cachoeiro do Itapemirim, 248 Muniz Freire, 249 Afonso Cláudio, 250 São José do Calçado, 251 São Pedro de Itabapuaana, 252 Ponte de Itabapuaana, 253 Alfredo Chaves) e os pontos propostos no Atlas Lingüístico do Brasil (188 Barra de São Francisco, 189 São Mateus, 190 Vitória, 191 Santa Teresa, 192 Guaçuí). Estes pontos serão reavaliados, uma vez que os pontos adequados para o atlas brasileiro podem não ser os mais representativos para o atlas estadual.

A seleção dos pontos está sendo feita a partir do estudo das microrregiões. A análise de cada município leva em conta aspectos tais como: a equidistância entre os pontos, com vistas a cobrir todas as microrregiões; a importância histórico-cultural das localidades, o tipo de ocupação, o grau de isolamento e a atividade econômica, a população urbana e rural.

b) Caracterização do tipo de informante que será inquirido

Em relação ao informante, alguns critérios são praticamente fixos, e estão presentes no planejamento de todos os atlas. A idade, contudo, é um critério variável, que oferece diferenças conforme os objetivos visados. Pretende-se investigar adultos com idade entre 30 e 58 anos. Os demais critérios que serão considerados na escolha dos informantes são:

- serem nascidos no local ou terem ali chegado ainda pequenos;
- serem os pais e o cônjuge preferencialmente da mesma localidade;
- serem analfabetos ou terem no máximo 4ª série;

- não serem muito viajados;
- não terem vivido muito tempo fora da localidade;
- terem aparelho fonador em boas condições.

Seguindo-se os princípios canônicos da geolingüística, a viabilidade financeira e a disponibilidade de tempo, estão previstos dois informantes por ponto.

c) Preparo dos questionários

Ao elaborar os questionários levar-se-á em conta as questões já formuladas em outros atlas, inclusive no ALiB, garantindo-se assim um balizamento do alcance das variantes. A essas questões serão acrescidas aquelas que são específicas para o Estado e incluídos temas para discursos semidirigidos.

O questionário fonético-fonológico apresentará uma parte geral e uma específica quando os inquéritos se efetuarem em áreas com colonização não-lusa. Garante-se assim que todas as variações fônicas serão identificadas.

O questionário lexical organizar-se-á em torno de campos semânticos constituídos por questões semasiológicas e onomasiológicas. Nesta etapa, serão discutidos quantos e quais campos semânticos vão ser investigados, bem como quantas e quais questões serão aplicadas. Tentar-se-á, contudo, manter os parâmetros de comparabilidade com as obras já publicadas ou em andamento.

O questionário morfossintático averiguará, entre outros itens, questões referentes a formas de tratamento, flexão, concordância nominal e verbal.

Os levantamentos para a elaboração do APES permitirão também avaliar a atual vitalidade dos dialetos não-lusos no Estado. Será elaborado um questionário com questões referentes ao uso desses dialetos averiguando fatos tais como: seu uso com membros da família e da comunidade, na escrita, etc. O estudo das áreas de colonização estrangeira implicará um planejamento específico, pois o projeto prevê discursos semidirigidos no dialeto do

informante com vistas ao desenvolvimento de futuras pesquisas. A descrição dos dialetos não-lusos é fundamental para que se conheçam efetivamente as características lingüísticas do Estado.

d) Aplicação dos questionários para verificar sua eficiência

Todos os questionários deverão ser aplicados antes do início dos inquéritos definitivos para que se possa verificar sua adequação e eficiência na coleta de dados. Sempre que necessário, as questões deverão ser reformuladas ou substituídas.

e) Revisão dos instrumentos aplicados

A fase de implantação do projeto implica uma constante revisão de todos os instrumentos para que as fases seguintes se efetuem com sucesso. Convém destacar que todo o planejamento acima delineado implica um conhecimento prévio profundo de toda a região que será investigada, ou seja, de todo o Estado: sua ocupação, história, atividades econômicas, etc. É nesta etapa que a presença de historiadores e geógrafos mostra-se particularmente importante, pois podem fornecer subsídios principalmente para a elaboração da rede de pontos. Professores de línguas estrangeiras também podem colaborar, contribuindo assim para a precisão e eficiência, por exemplo, do questionário fonético-fonológico a ser aplicado nas áreas de colonização não-lusa.

Essa primeira fase, fundamental para o sucesso da pesquisa, permitirá que se instaure a segunda, que é a fase de coleta, transcrição dos dados e elaboração das cartas.

A segunda fase vai da aplicação dos questionários nos pontos selecionados para inquérito até a elaboração do atlas. Nessa fase será definida a cartografia, far-se-á a análise dos resultados obtidos e serão traçadas as principais isoglossas

com vistas à identificação das áreas lingüísticas do Estado.

A segunda fase tem como objetivos:

- a) elaborar um banco de dados disponível a todos aqueles que necessitam de informações sobre a língua em uso no ES;
- b) apresentar, sob a forma de atlas lingüístico, as principais variantes lexicais, fônicas e morfossintáticas do ES;
- c) apresentar dados cartográficos precisos a lexicógrafos, professores, lingüísticas, gramáticos e autores de livros didáticos, contribuindo assim para uma adequação do processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Dialetologia

AGUILERA, V. *Atlas do Paraná*. Curitiba, Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1994.

BORTONI-RICARDO. Problemas de comunicação interdialetoal. *Tempo brasileiro*, n.78-79. Rio de Janeiro, 1984.

CHAMBERS J.K.; TRUDGILL, P. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge U.Press, 1980.

CINTRA, L.F.L. *Estudos de dialectologia portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1995.

CUNHA, C. Língua portuguesa e realidade brasileira. *Tempo brasileiro*, n. 13. Rio de Janeiro, 1984. 10ª ed.

COSERIU, E. *La geografia lingüística*. 4.ed. Montevideo: Universidad de la Republica, 1965. Cuaderno no. 11.

- FERREIRA, C. et al. *Diversidade do português do Brasil: estudos de dialetologia rural e outros*. Salvador: UFBA, 1988.
- FERREIRA, C.; CARDOSO, S. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- GÄRTNER, E. *Pesquisas linguísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt : Vervuert, 1977.
- HUTTERER, C. *La geografía lingüística y la dialectología*. Montevideo : Universidad de la Republica, 1965.
- KOCH, K.; ALTENHOFEN (orgs.). *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul*. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: UFRGS/UFSC/UFPR, 2002. Vols I e II.
- LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa.. *Lingüística e ensino do vernáculo. Tempo brasileiro*, n.53-54. Rio de Janeiro, 1978. p.60-94
- POP, S. *La dialectologie*. Louvain : J.Duculot, 1950.
- RODRIGUES, A. N.. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo : Ática, 1974.
- RODRIGUES, C. *Variação Lingüística e Diacronia*. Anais do II EDIP. Araraquara, UNESP, 2002. p. 255-262.
- _____. *Áreas lingüísticas no Rio Grande do Sul: conjunto de fatores determinantes. Atas do XI Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina*. Campinas, IEL-UNICAMP, 1988. P.13-20.
- RONA, J. P. *Aspectos metodológicos de la dialectología hispanoamericana*. Montevideo: Universidad de la Republica, 1958.
- ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos*. [s.l.] Instituto Nacional do Livro/MEC, 1965.
- SANTOS, I. Considerações sobre um atlas lingüístico da cidade de São Paulo. In: AGUILERA, V. *Diversidade fonética no Brasil*. Londrina, UEL, 1977.

História e Geografia do Espírito Santo

ALMADA, V. F. de. Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo. Vitória, SPDC/UFES, 1993.

BORG, I.; ROCHA L.; PACHECO, R. *Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento*. Vitória, EDUFES: 1996.

MORAES, N. *Espírito Santo: história de suas lutas e conquistas*. Vitória, Artgraf: 2002.

OSÓRIO, C. et al. *Negros do Espírito Santo*. São Paulo: Escrituras, 1999.

PERRONE, A.; MOREIRA, T. H.L. *História e Geografia do Espírito Santo*. Vitória, 2003.

ROSS, J. L. S. (org.) *Geografia do Brasil*. São Paulo: USP, 2003.

SALETT, N. Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo. Vitória, EDUFES; 1996.

_____. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória : EDUFES, 1996.

SIQUEIRA, M. da P. S. *Industrialização e empobrecimento urbano*. Vitória, EDUFES : 2001

SOUZA, S. *Buscando a tradição de um povo*. Vitória, s.n. 1993

Atlas Regionais em Andamento no Brasil

perspectivas metodológicas



Aparecida Negri Isquendo
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/UFMS)

PRELIMINARES

Do legado deixado por Gilliéron (séc. XIX) aos estudos vindos a lume no início deste terceiro milênio (séc. XXI), o constructo epistemológico gerado pela Dialectologia evidencia que essa área de investigação deixou de configurar-se como um ramo dos estudos da linguagem que se ocupava tão somente da variação espacial, para alçar esferas mais amplas em termos de objeto de estudo, incorporando em suas pesquisas outras dimensões da variação lingüística. Assim, a Dialectologia que centralizava seu interesse no estudo da variação diatópica e que tradicionalmente se ocupava da interpretação de fatos lingüísticos em áreas predominantemente rurais, tem se beneficiado dos avanços da Lingüística moderna e também das contribuições das ciências sociais, razão por que na contemporaneidade entende-se que a dimensão social da língua é tão importante quanto a espacial. Em face disso, a par dos dialetos rurais, os estudos dialetológicos ocupam-se também dos dialetos sociais e urbanos, o que dá origem à dimensão pluridimensional da Dialectologia à medida que contempla, além da dimensão diatópica, a diastrática, a diassexual, a diageracional. Este novo tipo de orientação metodológica adotada nas pesquisas dialetais confirma a interface manifesta entre a Dialectologia e a Sociolingüística.

Em se tratando do Brasil, Ferreira e Cardoso (1994) dividem a história dos estudos dialetais em três grandes fases: a primeira, que compreende o período de 1826 a 1920, reúne trabalhos relacionados ao estudo de especificidades lexicais do português do Brasil, o que deu origem a muitos dicionários e vocabulários; a segunda fase tem início com a publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1920) e contempla, sobretudo, pesquisas de natureza gramatical, a despeito de ainda os estudos lexicais continuarem atraindo a atenção dos pesquisadores;

enquadram-se também nesta fase trabalhos como *O linguajar carioca em 1922*, de Antenor Nascentes; *O vocabulário pernambucano*, de Pereira da Costa (1937); *A língua do Brasil*, de Gladstone Chaves de Melo, e *A língua do Nordeste*, de Mário Marroquim (1934), dentre outros; a terceira fase, por sua vez, é marcada pelo surgimento de trabalhos de Geografia Lingüística, época em que o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952 que, no seu Art. 3º, institui como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a “elaboração do Atlas lingüístico do Brasil”. Nesta fase destacam-se os trabalhos pioneiros de estudiosos comprometidos com a pesquisa dialetal no Brasil, como Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi. Antenor Nascentes, por exemplo, já vislumbrava a necessidade de se descrever a língua falada em todo o Brasil, como condição para o conhecimento da variante brasileira da língua portuguesa. Publicou as *Bases para a elaboração do Atlas lingüístico do Brasil* (1958; 1961), documento que até nos dias atuais é referência obrigatória para orientações de pesquisas dialetológicas e geolingüísticas no Brasil, em nível regional e nacional. À época, Nascentes recomendava que inicialmente fossem confeccionados os Atlas regionais, dada a impossibilidade de feitura de um Atlas nacional no Brasil daquela época, sobretudo em decorrência das dificuldades de locomoção pelas grandes distâncias de um “país continental”, em termos de extensão territorial. Serafim da Silva Neto, por sua vez, defendia a necessidade de se criar, entre os pesquisadores brasileiros, uma “mentalidade dialectológica” como condição para a pesquisa de campo. Preocupado com essa questão, publicou, em 1957, o *Guia para estudos dialetológicos*, documento também de consulta indispensável na atualidade, pois propõe as tarefas, consideradas pelo autor como urgentes, para a consolidação das pesquisas dialetológicas em território brasileiro. Já Celso Cunha, além de dedicar-se ao aprofundamento em termos de conhecimento da língua, ratifica a necessidade da execução do *Atlas lingüístico do Brasil*. A

exemplo de Nascentes, aconselhava e incentivava a execução inicial dos atlas regionais por também reconhecer a então impraticabilidade de construção de um Atlas nacional, em face da amplitude territorial do Brasil.

OS PRIMEIROS ATLAS REGIONAIS DO BRASIL

A orientação dos primeiros dialectólogos brasileiros, no que se refere à priorização de confecção de Atlas regionais, encontrou eco, em primeiro lugar, no trabalho de Nelson Rossi, pesquisador que teve grandes méritos como dialetólogo, dentre eles, o fato de ter construído uma equipe sólida de trabalho, inicialmente formada com alunos da Universidade Federal da Bahia e, posteriormente, com a participação de colegas docentes e de ex-alunos, o que lhe garantiu o privilégio de ter sido o autor do primeiro atlas lingüístico confeccionado em território brasileiro, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB* (1963), que conta com Dinah Maria Isensee e Carlota Ferreira como co-autoras. O pioneirismo dos trabalhos liderados por Rossi, somado à continuidade das pesquisas levadas a efeito por seus discípulos, resultou, no âmbito do Brasil, ao que se pode chamar de “escola dialetológica da Bahia”, cujos frutos em muito contribuíram para a construção da história dos estudos dialetológicos e geolingüísticos no Brasil. A lição do mestre mantém viva a “mentalidade dialetológica” em toda uma leva de pesquisadoras baianas. Prova disso, é o fato de a Universidade Federal da Bahia estar sediando o Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB), a partir da segunda metade do ano de 1996.

Seguindo de perto a esteira do APFB, outros atlas regionais foram publicados: *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais – EALMG* (1977), o *Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB* (1984), o *Atlas Lingüístico do Sergipe – ALS* (1987), o *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR* (1994), o *Atlas*

Lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS (2002)¹. Também em 2002 foi concluído por Suzana Alice Marcelino Cardoso, como tese de doutorado, o *Atlas Lingüístico do Sergipe II*, que foi construído a partir do *corpus* não explorado no primeiro volume (1987). Esse Atlas centrou-se na área semântica HOMEM, buscando também explorar a variável lingüística diagenérica, não contemplada no ALS-I. Além disso,

o ALS-II também apresenta comentários às cartas, segundo uma perspectiva sócio-antropológico-lingüística, sobre aspectos salientados pelas informações cartografadas, o que permite classificar esse volume segundo do *Atlas Lingüístico de Sergipe* entre aqueles chamados *atlas de segunda geração*, ou seja, aqueles que não só apresentam os dados, mas intentam, já, uma interpretação (<http://www.alib.kit.net/atlas-publicados.htm>).

Já no ano de 2004 registra a conclusão de dois atlas: *Atlas lingüístico sonoro do Pará* (ALISPA) e o *Atlas lingüístico do Amazonas* (ALAM). O ALISPA, que é parte de um projeto mais amplo, o do *Atlas geo-sociolingüístico do Pará*, iniciado em 1996², configura-se como o primeiro atlas sonoro sobre a variante brasileira da língua portuguesa e teve como objetivo principal “a construção de uma fonoteca [arquivo sonoro de grupos de falantes] dos falares paraenses a partir de amostras feitas em 10 cidades do Estado”, dados coletados por meio de aplicação de questionário e de entrevistas (RAZKY, 2003, p. 176). O ALAM, por sua vez, foi resultado da tese de doutoramento de Maria Luíza de Carvalho Cruz, defendida em 2004, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ O projeto do ALERS prevê a publicação dos dados em vários volumes. Em 2002 foram lançados os volumes 1 e 2, contemplando, respectivamente, a Introdução e as Cartas Fonéticas e Morfossintáticas. Os volumes destinados ao léxico encontram-se em fase de elaboração.

² O ALISPA 1.1, como subprojeto do ALIPA, abrangeu as 10 cidades correspondentes à área urbana do ALIPA – Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, breves, Cametá, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá, Santarém. Para o ALISPA foi aplicado o QFF a quatro informantes, de duas faixas etárias – 19 a 33 e 40 a 70 anos, dois masculinos e dois femininos de cada faixa – na área urbana dessas 10 cidades. O projeto prevê também o lançamento de um CD com um programa interativo contendo as narrativas recolhidas na pesquisa urbana, o que servirá de suporte para a descrição dos resultados apresentados no ALISPA (dados fornecidos via e-mail pelo Prof. Alcides Fernandes Lima, pesquisador do Projeto, em 17/09/2004).

O livro *A Geolingüística no Brasil: Caminhos e Perspectivas*, organizado por Aguilera (1998), apresenta mostras das trilhas seguidas e das perspectivas vislumbradas pelos estudos geolingüísticos no Brasil. A obra foi estruturada a partir de três eixos: atlas lingüísticos já publicados, atlas lingüísticos em andamento e trabalhos que discutem questões de natureza dialectológica. Dentre outros aspectos, são destacados os princípios teórico-metodológicos adotados pelos diferentes projetos de atlas regionais já concluídos e em andamento até a data da publicação do livro. A importância dessa publicação para a Dialectologia no Brasil é assim sintetizada por Aguilera (2004, p. 885):

a idéia dessa obra, nascida das discussões acadêmicas durante o GT *Estudos geolingüísticos no Brasil: caminhos e perspectivas*, reunido no XLVI Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos e Literários do Estado de São Paulo – GEL, na UNICAMP, acredito ter sido o impulso que faltava para despertar ou reavivar, nos pesquisadores das IES do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o interesse pela Dialectologia em geral e pela Geolingüística em particular.

Acresce-se ainda que o Brasil assistiu, na última década, a uma significativa expansão nas pesquisas dialectológicas e geolingüísticas, o que pode ser constatado pela existência dos inúmeros projetos de atlas lingüísticos regionais em andamento em diferentes regiões brasileiras. Nesse cenário da geolingüística brasileira, o surgimento do projeto do *Atlas Lingüístico do Brasil – Projeto ALiB* –, após cinquenta anos de ter sido matéria de lei, representa um divisor de águas na pesquisa geolingüística e dialectológica no Brasil. A concretização de um projeto nacional e interinstitucional³, que se propõe a

³ O Projeto ALiB é coordenado por um Comitê Nacional que reúne pesquisadores de seis universidades federais (UFBA, UFC, UFJF, UFRGS, UFMS, UFPA) e de uma estadual (UEL). Cada membro do Comitê formou sua equipe de pesquisa, algumas delas, congregando pesquisadores de diversas Instituições brasileiras, a saber: Universidade Federal do Maranhão, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Potiguar, União Metropolitana de Educação e Cultura, Centro de Ensino Atenas Maranhense, Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e Fundação Casa de José Américo.

descrever a variante brasileira da língua portuguesa e mapeá-la em um Atlas nacional, veio trazer novos rumos para pesquisas na área.

OS ATLAS REGIONAIS EM ANDAMENTO⁴

Muitos projetos de atlas regionais já em andamento⁵ ganharam novo impulso ao mesmo tempo em que novos projetos surgiram, motivados pela concretização do Projeto ALiB, inclusive orientados pela metodologia adotada pelo tão almejado atlas nacional. Estão em fase de finalização, desenvolvimento e/ou de implantação os projetos do Atlas lingüístico do Ceará (ALCE), de São Paulo (ALESP), do Acre (ALAC), do Pará (ALIPA), do Espírito Santo (ALES), de Mato Grosso do Sul (ALMS), de Mato Grosso (ALiMAT), do Maranhão (ALIMA), do Rio Grande do Norte, o Atlas Etnolingüístico dos pescadores do estado do Rio de Janeiro (APERJ). Esses projetos, em sua grande maioria, pautam-se nos princípios emanados da Dialectologia contemporânea, que se preocupa com o estudo da variação espacial aliada à variação social. Neste estudo, centramos a nossa discussão nos parâmetros metodológicos que orientam os atlas regionais brasileiros em andamento, a cujos dados tivemos acesso.

⁴ Uma primeira versão deste trabalho foi publicada no formato “resumo expandido”, nos *Anais da 55ª Reunião Anual da SBPC* (2003), com o título: *Perspectivas metodológicas dos atlas em curso*.

⁵ Não inserimos neste quadro o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* e o *Atlas Lingüístico da Paraíba*, ainda não integralmente publicados, porque, além de os dados já terem sido todos documentados, já foram publicados um volume do primeiro e dois do segundo projeto. O projeto do EALMG previu a publicação de IV volumes, destinados ao registro do “inventário (volumes I, II e III) e da sistematização e interpretação (volume IV) das variantes lingüísticas do português de Minas Gerais, por parte do falante de camadas menos cultas. Exame da norma de uso da região na fonética, fonologia, lexicologia e morfossintaxe” (RIBEIRO et al., 1977, p. 18). O Vol. I foi publicado em 1977 e os demais estão em fase final de elaboração. Já o *Atlas Lingüístico da Paraíba*, publicado em 1984, “compõe-se de dois volumes, compreendendo o primeiro as cartas léxicas e fonéticas relativas ao questionário geral e o segundo, a metodologia, a análise fonético-fonológica, a análise morfossintática e o glossário relativo ao questionário geral. Um terceiro volume aparecerá, posteriormente, com as cartas léxicas e as cartas fonéticas do questionário específico” (ARAGÃO; MENEZES, 1984, p. 09).

Em sua maioria, apesar de inspirados na metodologia dos atlas publicados, esses projetos incorporam também diferentes concepções dos estudos dialetológicos, das mais tradicionais às contemporâneas. Uma análise comparativa da metodologia adotada por alguns desses projetos demonstra os avanços evidenciados nos estudos geolingüísticos no Brasil que, por sua vez, estão em sintonia com as tendências desses estudos nos continentes europeu e americano.

Os Quadros I e II, apresentados na seqüência deste trabalho, sintetizam aspectos da metodologia que orienta projetos em diferentes fases de desenvolvimento e corroboram o exposto, no que tange aos procedimentos metodológicos. Passemos ao Quadro I.

Observando-se os dados registrados no Quadro I, percebe-se que os projetos, concebidos em épocas diferentes, refletem, sobretudo na definição do número de informantes e na estrutura do instrumento de coleta de dados, tendências distintas quanto aos fundamentos teórico-metodológicos da Dialectologia. Embora, em sua maioria, partam das orientações de Nascentes (1958; 1961) e dos Atlas já publicados, cada projeto procura adequar-se à realidade regional da área coberta, tanto no que se refere à definição do número de pontos como na incorporação de elementos de natureza regional na elaboração do Questionário Lingüístico.

Quadro I. Rede de pontos, número de informantes e instrumentos de coleta de dados.

PROJETO	NÚMERO DE PONTOS	NÚMERO DE INFORMANTES	QUESTIONÁRIOS
Atlas Lingüístico do Ceará* – ALECE	69	268	O questionário semântico-lexical (QSL) contém 306 questões, compreendendo 583 itens..
Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo** – ALESP	100	200 (02 por ponto)	O Questionário (QSL) reúne 310 questões, 06 perguntas sobre lendas e superstições e 1 relato de experiência pessoal
Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul** – ALMS	33	132 (04 por ponto de inquérito)	O questionário lingüístico contempla o QSL, com 506 perguntas, e o QFF, com 46 perguntas, além de 04 perguntas sobre lendas, superstições e simpatias e 01 narrativa – relato de experiência pessoal
Atlas etnolingüístico dos pescadores do estado do Rio de Janeiro** – APERJ	49	294 (06 por ponto de inquérito)	Aplicação de <i>guia-questionário</i> (QUE) com 422 itens sobre a atividade pesqueira, contemplando três áreas conceituais: meio físico; meio biótico e meio antrópico, e elocuições livres (diálogos entre informantes e documentadores).
Atlas Geo-sociolingüístico do Pará*** – ALIPA	10 (pesquisa urbana) 51 (pesquisa rural)	420 (área urbana) 204 (área rural)	O QFF (1ª versão do projeto ALiB, com algumas adaptações) com 159 perguntas foi aplicado somente a informantes das 10 cidades selecionadas para a pesquisa urbana (Projeto ALiSPA); o QSL contém 257 perguntas e é destinado apenas à pesquisa nas áreas rurais, próximas às cidades selecionadas para a pesquisa urbana. Nas 10 cidades da pesquisa urbana foram coletadas narrativas de experiência pessoal (média de 30 minutos de fala contínua).
Atlas Lingüístico de Mato Grosso**** – ALiMAT	22	92 (04 por ponto de inquérito do interior e 08 na capital).	O questionário foi elaborado, segundo os parâmetros do Projeto ALiB e está assim estruturado: QSL: 256 perguntas; QFF: 159 perguntas; questionário morfossintático (QMS): 124 perguntas, além de um discurso livre com 03 perguntas.
Atlas Lingüístico do Maranhão**** – ALiMA	18	76 (04 por ponto de inquérito do interior e 08 na capital).	O projeto adota o Questionário do Projeto ALiB (QSL; QFF; QMS), com acréscimo de 50 questões, e questionários específicos voltados para a realidade regional maranhense.
Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte**** – ALiRN	10	44 (04 por ponto de inquérito do interior e 08 na capital).	O projeto adota o Questionário do Projeto ALiB (QSL, QFF e QMS) e acrescenta os específicos (áreas ainda em definição).

* Atlas concluído, aguardando publicação.

** Projeto em andamento.

*** Projeto em andamento, mas com o primeiro volume já publicado: *Atlas lingüístico sonoro do Pará* – ALiSPA (2004). O QFF foi aplicado a 40 informantes apenas para a recolha dos dados fonéticos para o ALiSPA.

**** Projeto em elaboração, em fase de implantação.

Os projetos visualizados no Quadro I poderiam ser agregados, em termos metodológicos, em quatro categorias. Os projetos do ALECE⁷ e do ALESP, por exemplo, embora se encontrando em fases diferenciadas de confecção e também adotando variáveis de caráter diastrático, estariam mais próximos aos parâmetros da Dialectologia tradicional, como ilustram o número de informantes por localidade e a estrutura do questionário lingüístico, motivos pelos quais foram aqui incluídos na primeira categoria de projetos.

O ALECE, além de registrar o falar cearense, teve a preocupação de ser “um instrumento capaz de fornecer dados para a reformulação do ensino de língua portuguesa, sobretudo no que se refere ao primeiro segmento do primeiro grau...” (BRANDÃO, 1991, p. 64). Na visão de Bessa, um dos membros da equipe de pesquisa do projeto,

O *Atlas Lingüístico do Estado do Ceará* diferirá, portanto, dos atlas de concepção tradicional devido à preocupação de seus pesquisadores com a questão de sua relevância social. Essa preocupação se reflete claramente nos objetivos, na metodologia e nas 250 e tantas cartas lingüísticas que compõem o segundo volume do atlas. Por isso mesmo, o *Atlas Lingüístico do Estado do Ceará* não terá uma terminalidade puramente lingüística (apud BRANDÃO, 1991, p. 64).

O projeto ALESP, por seu turno, embora já conte com a etapa da realização dos inquéritos concluída, desde 1988⁸, por questões diversas, relacionadas, sobretudo, a vicissitudes ligadas à equipe de pesquisa, ainda não está concluído. Merece registro aqui a importância do trabalho do idealizador desse projeto, o

⁷ Atlas já concluído que contém 223 cartas – 75 lexicais e 148 fonéticas, aguardando publicação. Deverá ser publicado em três volumes: “no primeiro, haverá uma introdução com os antecedentes, a orientação teórica, os objetivos, a metodologia do trabalho e uma bibliografia dialetal cearense. O segundo volume trará as cartas léxicas e fonéticas e o terceiro, um glossário e um apêndice com o registro das formas ou expressões encontradas e que não se enquadram em itens lexicais predeterminados pela pesquisa” (AGUILERA, 1998, p. 198).

⁸ Cf. nota número 11, em Brandão (1991, p. 69).

Professor Pedro Caruso (UNESP/Assis), para a Dialetologia brasileira, particularmente pelo seu mérito de incentivador de outros projetos de Atlas, alguns já há anos concluídos e publicados – *Aspectos lingüísticos da fala londrinense: esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina* (1987) e *Atlas lingüístico do Paraná* (1994), de Vanderci de Andrade Aguilera, respectivamente, dissertação de mestrado e tese de doutorado –, ou ainda em andamento – *Atlas lingüístico de Mato Grosso do Sul*.

Como ilustra o Quadro I, o projeto documentou dados lingüísticos em 100 localidades do estado de São Paulo, entrevistando dois informantes por localidade e valendo-se do questionário lingüístico com 317 questões. Esse questionário foi publicado em 1982 e tem servido de parâmetro para a elaboração de questionários de outros projetos, nomeadamente o do ALPR e o do projeto do ALMS. A não conclusão do projeto ALESP representa uma lacuna nos estudos dialetológicos brasileiros, dada a importância do estado de São Paulo na história social da colonização e do povoamento de diferentes estados da Federação, dentre outros, o Paraná, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. O cruzamento dos dados do ALESP com os documentados nesses Estados poderia contribuir para a definição de isoglossas a respeito de traços fonéticos ou lexicais que, por sua vez, poderiam refletir diferentes momentos da história do Brasil, como por exemplo, o movimento de entradas e bandeiras (séc. XVI e XVII), e as demais levas migratórias que marcaram a colonização e o povoamento dos Estados brasileiros em questão.

Segundo a divisão aqui proposta, integra a segunda categoria o projeto do Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul, por situar-se, no que tange à esfera metodológica, numa posição intermediária entre os da primeira categoria, que reuniu projetos considerados como mais próximos às orientações emanadas da Dialetologia tradicional, e os da terceira categoria, aqueles projetos que, no

âmbito dos Atlas regionais em curso, mais incorporaram em sua metodologia as contribuições da Sociolingüística (ALIPA e APERJ), como ainda será demonstrado neste trabalho.

Embora partindo também das orientações de Nascentes (1958; 1961) e de outros Atlas publicados, o projeto do ALMS segue, fundamentalmente, as orientações do projeto ALESP, sobretudo para a definição do questionário, já que foi proposto, incentivado e orientado em sua elaboração pelo Professor Pedro Caruso⁹. Acresce-se ainda que o projeto tem se beneficiado das orientações teórico-metodológicas do Projeto ALiB, já que dentre os pesquisadores do projeto ALMS, alguns são também membros da equipe do ALiB, que têm participado das discussões sobre questões metodológicas dos dois projetos. Em decorrência disso, houve a inserção do Questionário Fonético-fonológico no Questionário Lingüístico – uma inovação comparando-se aos projetos já mencionados – ALECE, ALESP – e a redefinição da faixa etária dos informantes – 18-30 e 45-70 anos –, além de prever a realização de inquéritos com quatro informantes por localidade. Comparando-se, pois, a metodologia deste projeto com a do ALECE e a do ALESP, nota-se que o projeto do ALMS foi elaborado, segundo as orientações teóricas fornecidas pela Dialectologia e pela Sociolingüística, conciliando princípios tradicionais e contemporâneos que orientam o estudo da variação espacial da língua. Um paralelo entre os projetos de atlas em curso, no que se refere aos fundamentos teórico-metodológicos, demonstra que o ALMS, apesar de basicamente alicerçar-se em princípios da Dialectologia tradicional, considera variáveis sociolingüísticas como sexo, faixa etária, escolaridade, o que o configuram

⁹ A idéia do projeto ALMS surgiu dos contatos acadêmicos (orientador/orientando) do Professor Caruso com a Professora Albana Xavier Nogueira que, à época, pesquisava a linguagem do homem pantaneiro, como objeto de tese de doutoramento. O projeto ALMS foi idealizado e coordenado, até o ano de 1996, pela Professora Albana.

como um projeto de natureza pluridimensional. (FRUBEL, 2004, p. 399-404).

Já à terceira categoria, reunimos os projetos ALIPA e APERJ, tendo em vista a acentuada dimensão sociolingüística refletida na metodologia de ambos os projetos.

Em se tratando do número de pontos, merece ser assinalada a opção do projeto ALIPA que se diferencia dos demais, por contemplar pontos de inquéritos na área rural e na área urbana. Essa conduta metodológica, por seu turno, resultou na adoção de variáveis distintas para a definição do perfil do informante para as duas realidades geográficas e de procedimentos também diferenciados quanto ao instrumento de recolha de dados. Enquanto na área rural foram inquiridos quatro informantes por localidade, em cada uma das dez cidades selecionadas para a amostra da pesquisa foram entrevistados 42 informantes. O instrumento de coleta de dados, por sua vez, contém, além de dois questionários gerais (QFF e QSL), uma narrativa de em média 30 minutos de fala contínua, esta última apenas para a pesquisa na área urbana. O QFF foi aplicado a informantes das dez cidades selecionadas para a pesquisa urbana e se destinou apenas ao ALiSPA. Já o QSL foi utilizado apenas para a coleta de dados das áreas rurais, para o ALIPA. Trata-se, pois, de um projeto que, embora orientado pela Dialetoлогия em alguns aspectos metodológicos, contém um forte viés sociolingüístico, pois a proposta é a construção de um atlas geo-sociolingüístico do estado do Pará¹⁰.

Um projeto de Atlas regional com características bastante diferenciadas dos demais é o do APERJ, sobretudo quanto ao recorte lingüístico eleito como

¹⁰ O Projeto ALIPA objetiva a construção de dois atlas lingüísticos: o *Atlas geo-sociolingüístico do Pará* e o *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará*, este último já publicado em 2004. Dados obtidos por meio de consulta ao site do Projeto (<http://www.ufpa.br/alipa/>) e ao trabalho de Razky (1998), além de informações fornecidas, via correio eletrônico, pelos pesquisadores do Projeto, ALIPA Abdelhak Razky e Alcides Fernandes de Lima (UFPA), em setembro de 2004.

objeto de estudo. Diferentemente dos demais, esse projeto tem como foco principal a documentação das variações lexicais de uma atividade econômica específica – pesca – em quatro regiões do estado do Rio de Janeiro – Região Norte-Nordeste; Região das Baixadas Litorâneas; Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Região Sul. Dadas às características do projeto, o instrumento de coleta contém questões relacionadas a áreas semânticas da atividade pesqueira e elocuições livres (DID – Diálogos entre Informantes e Documentadores), haja vista que o projeto APERJ “objetiva fixar não só a linguagem, mas também a cultura do pescador fluminense” (BRANDÃO, 1991, p. 71). Ainda discorrendo sobre os objetivos do APERJ, Sílvia Brandão, uma das pesquisadoras do projeto, esclarece que,

apesar de se tratar de um estudo sobre uma língua especial, deve-se lembrar que esta se encontra inserida numa realidade maior, a das comunidades onde vivem os pescadores, o que pressupõe o levantamento e arquivamento, por meio de gravações magnetofônicas, de traços fonéticos, morfológicos e sintáticos, característicos dos falares de, até o momento, 45 localidades, quer litorâneas quer interioranas, do Estado do Rio de Janeiro (1991, p. 71).

Nota-se que, apesar de estar voltado para uma atividade específica, o APERJ, projeto que documentará o falar fluminense em diferentes níveis, é orientado também por princípios da Sociolingüística e segue uma linha de pesquisa dialectológica que, segundo Brandão (1991, p. 73), retoma a linha histórico-cultural de tradição luso-brasileira, acrescentando-lhe um caráter social, uma vez que, secundariamente, tem por objetivo contribuir para a solução dos numerosos e diversificados problemas com que se deparam os pescadores de água doce e os de água salgada, e que, a todo instante, são denunciados por seu discurso.

O projeto APERJ, a exemplo de outros já mencionados, encontra-se ainda em fase de execução.

A quarta e última categoria de projetos de Atlas em curso, aqui examinados, reúne os três que surgiram motivados pelo Projeto ALiB e que seguem os parâmetros definidos pelo projeto nacional, com pequenas adaptações. Além disso, configuram-se como projetos ainda em processo de implantação, alguns deles, inclusive, ainda definindo as áreas a serem cobertas pelos questionários específicos, instrumentos também em fase elaboração. São eles, os projetos ALiMAT¹¹, ALIMA¹² e ALiRN¹³. Nota-se, pois, que a inclusão do questionário específico nos dois últimos é o que, praticamente, os diferencia do Projeto ALiB, em termos metodológicos, conforme o demonstrado no Quadro I.

A análise comparativa dos dados registrados no Quadro II – Perfil dos Informantes – também corrobora o exposto anteriormente quanto aos princípios metodológicos que orientam os projetos regionais em questão.

¹¹ Informações fornecidas pelo Professor José Leonildo Lima (UNEMAT), membro da equipe do projeto, via correio eletrônico, em 1º/05/2003.

¹² Os dados acerca do projeto ALIMA foram disponibilizados pela equipe do Projeto, via correio eletrônico, em 07/05/2003, pela auxiliar de pesquisa Elisabeth, e por meio de conversa informal, em junho de 2004, por José de Ribamar Mendes Bezerra (UFMA), pesquisador do Projeto.

¹³ As informações acerca do projeto ALiRN foram obtidas informalmente junto à coordenadora do Projeto, Profa Maria das Neves Pereira (UnP), em junho de 2004.

Quadro II. Perfil dos informantes

PROJETO	IDADE	SEXO	GRAU DE INSTRUÇÃO	RENDA
Atlas Lingüístico do Ceará – ALECE	30 a 60 anos	M e F	Analfabeto ou até a 4ª série do Ensino Fundamental.	-
Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo – ALESP	Adultos sem distinção de faixa etária	01 M e 01 F	Analfabeto ou até 4ª série do Ensino Fundamental	-
Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul – ALMS	18 a 30 e 45 a 70	02 M e 02 F de cada faixa etária	Analfabeto ou até a 4ª série do Ensino Fundamental.	-
Atlas etnolingüístico dos pescadores do estado do Rio de Janeiro – APERJ*	18 a 35; 36 a 55; 56 a 70	06 M – dois de cada faixa etária	analfabetos ou semi-alfabetizados	-
Atlas Geo-sociolingüístico do Pará – ALIPA	18 a 30 e 40 a 70 (pesquisa rural) 15 a 25; 26 a 45 e mais de 46 anos (pesquisa urbana)	02 M e 02 F de cada faixa etária (pesquisa rural) 21 M e 21 F – 07 M e 07 F de cada faixa etária (2 analfabetos; 3 com 1º grau e 2 com 2º/3º grau de cada sexo) (pesquisa urbana)	Escolaridade até a 4ª série (pesquisa rural) Analfabetos, 1º Grau e 2º/3º Grau (pesquisa urbana)	Média/alta e baixa (pesquisa urbana)
Atlas Lingüístico de Mato Grosso – ALiMAT	18 a 30 e 50 a 65	02 M e 02 F (interior) 04 M e 04 F (capital)	1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (interior)** 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e Formação Universitária (capital).	-
Atlas Lingüístico do Maranhão – ALiMA	18 a 30 e 50 a 65	02 M e 02 F (interior) 04 M e 04 F (capital)	1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (interior). 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e Formação Universitária (capital).	-
Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte – ALiRN	18 a 30 e 50 a 65	02 M e 02 F (interior) 04 M e 04 F (capital)	1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (interior). 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e Formação Universitária (capital).	-

* Dados extraídos dos registros de Aguilera (1998: 202-203), que foram pautados em Brandão (1996).

** Em virtude das dificuldades encontradas pela equipe do ALiB para a localização de informantes da primeira faixa etária, haja vista que a maioria dos indivíduos dessa faixa etária tem o curso fundamental completo, o Comitê do ALiB decidiu que, havendo dificuldade de se encontrar informante que tenha cursado apenas até a 4ª. série, nessas áreas, mantida a preferência por informante que tenha cursado apenas até a 4ª. série, podem ser admitidos indivíduos da 1ª. faixa etária com mais de 4 anos de escolaridade, desde que não tenham ainda completado o fundamental ou o curso supletivo. Como os projetos ALiMAT, ALiMA E ALiRN adotaram a metodologia do Projeto ALiB, é provável que também acolham essa orientação do Comitê do ALiB, neste particular, uma vez que a dificuldade de se encontrar informantes com esse perfil tem sido recorrente em todos os estados brasileiros (ATA DA XI REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL, Londrina, 11-15/novembro/2002).

Observando-se os dados visualizados no Quadro II, observa-se que as características dos informantes a serem inquiridos, em cada projeto, também revelam tendências distintas em termos teóricos. Algumas variáveis aproximam os critérios para seleção dos informantes em todos os projetos: a naturalidade do informante – todos devem ser nascidos e criados na zona lingüística pesquisada ou terem se mudado para o local no início da infância; exercerem profissão definida e não terem realizado muitas viagens para outras localidades. Passemos aos critérios que individualizam e diferenciam os projetos. O ALECE e o ALESP, por exemplo, consideram apenas uma faixa etária para a variável idade – 30 a 60 e informantes adultos, respectivamente; o ALMS, o ALiMAT, o ALIMA e o ALiRN definiram duas faixas para essa mesma variável – 18 a 30 e 45 a 70, o primeiro, e 18 a 30 e 50 a 65, os demais. Já o ALIPA e o APERJ estabelecem três faixas para a variável idade, em decorrência do objetivo mais amplo dos projetos de valorizar a variação social a par da espacial. O ALIPA fixou as faixas etárias de 18 a 30 e 40 a 70, dois do sexo masculino e dois do feminino em cada faixa, para a pesquisa rural, e 19 a 33 e 40 a 70 para a pesquisa urbana no nível fonético, que resultou no ALiSPA (já publicado), e 15 a 25, 26 a 45 e mais de 46 anos, para a pesquisa urbana: vinte e um masculinos e vinte e um femininos – 07 de cada sexo por faixa etária (02 analfabetos; 03 com 1º Grau e 2 com 2º/3º Grau de cada sexo). Já o APERJ investiga apenas informantes masculinos, seis por ponto de inquérito, distribuídos equitativamente, segundo as três faixas etárias: 18 a 35; 36 a 55 e 56 a 70.

Registre-se, ainda, que duas variáveis diferenciam o projeto ALIPA dos demais – documentar a fala urbana e rural e considerar a renda (média/alta e baixa) para a seleção dos informantes da área urbana – e uma individualiza o projeto APERJ – centrar a pesquisa numa língua especial, a dos pescadores de quatro regiões do estado do Rio de Janeiro.

Em se tratando do número de informantes por localidade (Quadro I) e a sua respectiva distribuição, segundo a idade e o sexo (Quadro II), os projetos também apresentam características que os aproxima e os diferenciam. Os dados a que tivemos acesso sobre o projeto ALECE, por exemplo, não especificam como foi efetivado o controle das variáveis idade (30 a 60), sexo (masculino e feminino) e grau de instrução (analfabeto ou até 4ª série do Ensino Fundamental)¹⁴.

Já o projeto ALESP não estabeleceu faixas distintas para a variável idade (informantes adultos sem distinção de faixa etária), entrevistou dois informantes por ponto, um masculino e um feminino, analfabetos ou com grau de instrução até a 4ª série do antigo primário. Como o projeto não está concluído e não tivemos acesso a dados mais completos sobre o seu estágio atual de execução, não pudemos constatar a existência ou não de controle dessas variáveis¹⁵.

O projeto do ALMS, por sua vez, contempla quatro informantes por ponto lingüístico, dois masculinos e dois femininos, de duas faixas etárias, 18 a 30 anos e 45 a 70 anos, analfabetos ou com escolaridade até 4ª série do Ensino Fundamental. Os demais projetos – ALiMAT, ALIMA E ALiRN – adotam, na íntegra, a metodologia do Projeto ALiB, no que diz respeito ao perfil dos informantes. Assim, entrevistarão 04 informantes nas cidades do interior e 08 nas capitais, respectivamente, 02 e 04 informantes do sexo feminino e 02 e 04 do sexo masculino. Excluem o informante analfabeto e estabelecem o nível de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental para as localidades do interior e nas capitais. Nestas, serão entrevistados também 04 informantes com formação universitária.

¹⁴ Referimo-nos aos trabalhos de Aguilera (1998) e de Brandão (1991).

¹⁵ Considerando que o projeto ALESP, atualmente, encontra-se semiparalizado por razões não passíveis de registro neste trabalho, as informações aqui registradas foram-nos fornecidas, informalmente, via correio eletrônico, por uma das pesquisadoras do Projeto, a Profa Vandersi Santana Castro (UNICAMP), em 16/07/2003.

Também, neste caso, os informantes são distribuídos de forma equivalente, segundo o grau de escolaridade, o sexo e a idade.

Importante pontuar aqui alguns dados acerca de um outro projeto de atlas regional em curso, o do *Atlas Etnolingüístico do Acre* – ALAC¹⁶, vinculado a um projeto mais amplo, o do Centro de Estudos Dialetológicos do Acre – CEDAC, projeto guarda-chuva que reúne, além do ALAC (1991), os projetos *Norma Urbana Culta de Rio Branco* – NUC (1990), *Estudo Etnolingüístico do povo Arara* – ARARA (1992) e *O homem e o meio ambiente acreano: a linguagem como expressão de cultura* – HOMO (1996) (LESSA, 1998, p. 138).

Ainda segundo Lessa (1998, p. 139), até 1998, o projeto do ALAC contava com

- 176 horas de gravações com o Questionário Geral, referentes à oralidade do Vale do Acre, do Vale do Juruá e do Vale do Purus, *corpus* que serve ao Projeto ALAC, na elaboração de Cartas Léxicas e Fonéticas, e ao Projeto HOMO, no estudo da linguagem como expressão da cultura regional;
- 324 horas de gravações com o Questionário Específico, destinadas à feitura do Atlas Etnolingüístico do Acre (ALAC), especialmente às Cartas Léxicas.

Acresce-se ainda que os resultados das pesquisas dos projetos vinculados ao CEDAC foram disponibilizados aos pesquisadores interessados por meio da publicação de *Cadernos* específicos para cada área investigada, dentre outros: *A linguagem falada no Vale do Acre* – Materiais para estudo – Vol. I e II (LESSA, 1998, p. 139).

¹⁶ Esclarecemos que o Projeto ALAC não foi inserido nos Quadros I e II, em virtude de não dispormos de dados suficientes sobre a metodologia do projeto para o preenchimento dos itens que compuseram os quadros. As informações aqui registradas foram obtidas por meio de consulta à fonte a respeito do ALAC a que tivemos acesso (LESSA, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou discutir os parâmetros metodológicos que orientam pesquisas geolingüísticas em curso no Brasil, voltadas para a confecção de atlas regionais. O paralelo estabelecido entre os diferentes projetos permitiu-nos confirmar que as opções metodológicas feitas pelas diferentes equipes de pesquisa refletem as tendências contemporâneas da Dialectologia. Partindo das orientações dos clássicos, os projetos incorporam também perspectivas metodológicas distintas, consoante os objetivos estabelecidos.

Além disso, evidenciam aspectos da história dos estudos dialetológicos e geolingüísticos no Brasil, marcando momentos distintos e até inaugurando uma nova fase desses estudos no Brasil. Verificamos, por exemplo, a importância do projeto ALiB nesse contexto, à medida que ele estabelece uma metodologia atual para orientações de pesquisas na área,. A partir da reflexão sobre as lições dos mestres do passado, da análise dos produtos de pesquisas realizadas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros que se dedicam a essas áreas de conhecimento e voltando o olhar sobre a contemporaneidade das teorias lingüísticas acerca do estudo da variação, a equipe de pesquisa do Projeto ALiB definiu parâmetros e instrumentos para a documentação da variante brasileira da língua portuguesa em todo o território nacional. Como toda opção metodológica, essa também tende a conter lacunas, equívocos, mas está tendo o mérito de oferecer um norte para as pesquisas dialetológicas e geolingüísticas no Brasil, uniformizando princípios teórico-metodológicos para a área. É também por essa razão que ratificamos a posição defendida em outro trabalho (ISQUERDO, 2004, p. 391), a de que o projeto ALiB, por trazer novo e significativo impulso para as pesquisas na área, inaugura, na última década do século XX, uma nova fase para os estudos dialetológicos no Brasil. No nosso entender, uma quarta fase a ser acrescida à classificação proposta por Ferreira e Cardoso (1987).

À Guisa de conclusão vale registrar que, quando foi publicada a obra *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas* (AGUILERA, 1998), havia no Brasil 05 atlas regionais publicados – APFB, EALMG, ALP, ALS-I E ALPR – e 07 projetos em andamento – ALECE, ALESP, ALAC, ALIPA, ALMS, ALERS, APERJ. Em 2004 esse quadro muda para 09 atlas regionais concluídos – APFB, EALMG, ALP, ALS-I, ALPR, ALERS, ASL-II, ALAM e ALiSPA – e 11 projetos em andamento – ALECE, ALESP, ALAC, ALIPA, ALMS, APERJ, ALiMAT, ALIMA, ALiRN, ALES e ALiB. Os números se bastam para confirmar o significativo nível de expansão das pesquisas na área, em menos de uma década, o que traz uma nova configuração da Dialetologia e da Geolingüística, no panorama das pesquisas lingüísticas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V. de A. (Org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998.

_____. Informações sobre outros atlas em andamento. In: AGUILERA, V. de A. (Org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998, p. 197-203.

_____. As conquistas do atlas lingüístico do Brasil: um balanço no início do século XXI. In: SILVA, D. E. G. da *Atas do II Encontro Nacional do Grupo de Estudos da Linguagem do Centro-Oeste*. Integração lingüística, étnica e social. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2004, Vol. III, disponível no site <http://www.gelco.crucial.com.br>.

ARAGÃO, M. do S. S. ; MENEZES, C. B. de. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984, 2v.

BESSA, J. R. F. et al. *Questionário do atlas lingüístico do estado do Ceará*. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1982.

- BRANDÃO, S F. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- CARUSO, P. *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo: questionário*. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia / UNESP, Prefeitura Municipal de Assis, 1983.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB *Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Disponível em <<http://www.alib.kit.net>>. Acesso em 10/09/2004.
- FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. M. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Editora, 1987.
- FRUBEL, A. C. M. Atlas lingüístico do Mato Grosso do Sul: os caminhos já percorridos e os primeiros resultados. In: *Atas do II Encontro Nacional do Grupo de Estudos da Linguagem do Centro-Oeste*. Integração lingüística, étnica e social. Denize Elena Garcia da Silva (Org.). Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2004, Vol. I, disponível no site <http://www.gelco.crucial.com.br>.
- ISQUERDO, A. N. Perspectivas metodológicas dos atlas em curso. 55ª Reunião Anual da SBPC, 2003, Recife - PE. In: *Anais da 55ª Reunião Anual da SBPC*. Recife; São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/UFPE, 2003. v. CD-1.
- _____. De Nascentes ao ALiB: a propósito da definição da rede de pontos em pesquisas geolingüísticas no Brasil. In: *Atas do II Encontro Nacional do Grupo de Estudos da Linguagem do Centro-Oeste*. Integração lingüística, étnica e social. Denize Elena Garcia da Silva (Org.). Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2004, Vol. I, disponível no site <http://www.gelco.crucial.com.br>.
- KOCH, W.; KLASSMANN, M. S.; ALTENHOFEN, C. V. *Atlas lingüístico-etnográfico da região Sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: editora da UFSC; Curitiba: Editora UFPR, Vol. I e II, 2002.
- LESSA, L. G. Os estudos dialetais no estado do Acre. In: AGUILERA, V. de A. (Org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998, p. 137-141.
- NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, v. I e II, 1958; 1961.

RAZKY, A. O atlas geo-sociolingüístico do Pará: abordagem metodológica. In: AGUILERA, V. de A. (Org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998, p. 155-164.

_____. Construção de atlas sonoros: procedimentos metodológicos para o ALISPA. In: RAZKY, A. (Org.) *Estudos geo-sociolingüísticos no estado do Pará*. Belém: Gráfica e Editora Grafia, 2003, p.173-183.

RIBEIRO, José et al. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa/Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialetológicos*. 2 e. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. CNPq, 1957.

A História e as Contribuições de um Projeto na Linha Geolingüística

Sílvia Figueiredo Brandão
(Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ)



No final da passada década de 70, em que o Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, a exemplo do que ainda hoje ocorre, recebia a constante visita de pesquisadores europeus, naquela fase pelas iniciativas de Celso Cunha, surgiu a proposta, externada por Emmanuel Companys, consagrado dialectólogo e colaborador do Atlas Linguistique et Ethnographique de la Gascogne, de elaborar um Atlas Lingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro. Tal sugestão justificava-se, entre outras, por questões de ordem sócio-histórico-lingüísticas, tais como (a) o fato de o Rio de Janeiro estar voltado para o mar, sendo a pesca uma de suas mais tradicionais atividades econômicas, (b) o Estado constituir uma das áreas brasileiras de povoamento mais antigo, sobretudo em sua zona litorânea, (c) o léxico da pesca ser o repositório de um saber popular, calcado na experiência e difundido de geração a geração, (d) as comunidades pesqueiras poderem, por isso mesmo, resguardar formas lingüísticas mais conservadoras.

A sugestão logo recebeu o aval de Celso Cunha, que, anos antes, em 1957, juntamente com Serafim da Silva Neto, havia apresentado a proposta de elaboração do Atlas Lingüístico-Etnográfico do Brasil, por regiões,¹ tarefa cuja execução dependeria, do que, à época, foi rotulado de *criação de uma mentalidade dialectológica*, expressão que, na realidade, se poderia traduzir por *formação de uma equipe com um número significativo de pesquisadores bem treinados e com sólida formação lingüística* para enfrentar a diversidade cultural e as dimensões continentais do país.

A sugestão foi, nessa ocasião, ainda bem-vinda, porque já havia a experiência baiana (o *APFB* fora publicado em 1963), e a experiência mineira

¹ A proposta foi apresentada ao 3º Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa.

(o *EALMG* acabara de ser lançado – 1977), ambas, de certa forma, pioneiras também pela prática da pesquisa em grupo.

Da sugestão à ação, passaram-se alguns anos, pois, na década de 70, se constituíra outro Projeto, o NURC, de alcance nacional, coordenado por Celso Cunha, e que, centralizado num único estrato social (o dos falantes cultos), buscava a diversidade (de normas padrão) no espaço geográfico urbano (no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre, em Salvador e em Recife).

Assim, só em meados da década de 80², a proposta de elaboração do Atlas ganhou fôlego por conta do interesse manifestado por professores em fase de doutoramento, que decidiram abraçar a idéia, para tanto realizando suas teses na linha dialectológica, com base na fala de comunidades pesqueiras que constituiriam pontos de inquérito do futuro Atlas. Foram, desse modo, contempladas as regiões Norte, Noroeste e das Lagunas Litorâneas e atendida uma das recomendações dos dialectólogos, a de que atlas lingüísticos fossem precedidos da elaboração de monografias dialetais, sobretudo quando não houvesse estudos sobre os falares das regiões alvo. Surgiram, entre 1988 e 1989, quatro teses³, que forneceriam subsídios para a definição da metodologia a ser empregada.

² Na década de 80, estava em andamento, sob a coordenação de Manuel Alvar, o projeto do *Atlas de los marineros peninsulares*, que também serviu de inspiração para o projeto e que viria a ser publicado em 1985 (cf. referências bibliográficas)

³ BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (1988) *O pescador do município de Campos: universo e linguagem*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. Tese de Doutorado; // PEREIRA, Cilene Cunha (1988) *Os pescadores da Lagoa de Araruama: etnografia e linguagem*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. Tese de Doutorado; // SILVA, Edila Vianna da (1989) *O falar dos pescadores de São João da Barra: um estudo etnolingüístico*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. Tese de Doutorado; // SILVA, Maria Emília Barcellos da (1988) *O homem e o mar da Região dos Lagos/RJ*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. Tese de Doutorado

Em 1989, com a morte de Celso Cunha, o Projeto passou a ser coordenado por Laerte Carpena de Amorim, cuja tese,⁴ também na linha dialectológica, tratara da linguagem das salinas fluminenses. Nos dois anos seguintes, a equipe de cinco professores e seus bolsistas de iniciação científica dedicaram-se à definição dos parâmetros que norteariam o APERJ (*Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro*), tais como, entre outros, o número de informantes e de pontos de inquérito, a elaboração do questionário, o treinamento para a sua aplicação e para a transcrição fonética das respostas, a fixação das normas de transcrição grafemática das entrevistas, a realização de pesquisas-piloto nas regiões Sul e Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, de modo a não só conhecer mais a fundo as peculiaridades dessas áreas sobre as quais não se dispunha de estudos lingüísticos, mas também a testar as questões para eventuais reformulações e acréscimos.

Ocorre que alguns dos integrantes da equipe, a par de trabalhos estritamente dialectológicos, também desenvolviam estudos na linha sociolingüística variacionista, o que foi, aos poucos, contribuindo para algumas mudanças na metodologia inicialmente estipulada, tais como a decisão de (a) realizar elocuições livres, (b) de ampliar para seis o número de informantes por ponto de inquérito, (c) distribuí-los por três faixas etárias e, o dado novo, (d) promover uma fusão entre as metodologias dialectológica e sociolingüística no que toca a algumas variáveis consideradas marcantes para a definição de áreas dialetais brasileiras, tais como /R/, /S/ e /l/ em coda silábica, as vogais pretônicas médias, as oclusivas dentais, com o fim de elaborar também cartas lingüísticas que retratassem a frequência de uso das variantes, num enfoque

⁴ AMORIM, Laerte Carpena de (1988). *As salinas de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. Tese de Doutorado

tridimensional que permitiria não só visualizar sua distribuição horizontal (no espaço geográfico) e vertical (por faixas etárias), mas também observá-las em profundidade, uma vez que seriam levadas em conta todas as suas ocorrências no *corpus* e, conseqüentemente, seriam indicados seus fatores condicionantes. Pretendia-se, em resumo, apresentar, além de cartas lingüísticas convencionais, cartas interpretativas, acompanhadas de comentários advindos de resultados de estudos na linha variacionista.

Esta última decisão implicava elaborar, simultaneamente às recolhas de dados na perspectiva tradicional em estudos geolingüísticos, isto é, por meio da aplicação de questionário, pesquisas pontuais sobre essas variáveis de acordo com a metodologia variacionista, o que, por sua vez, implicava a dilatação do prazo de elaboração do projeto, com o estabelecimento de novo cronograma e a decisão de realizar o Atlas por regiões devido à estreita malha de pontos de inquérito (64 em todo o Estado).

Optou-se, então, em 1992, quando o projeto passou a ser coordenado pela autora deste artigo, por concentrar os esforços na Região Norte-Noroeste do Estado, não só pelo fato de duas das já referidas teses terem focalizado a linguagem dos municípios de Campos, de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, mas também pelo desafio que representava essa região, sobre a qual muito pouco se conhecia do ponto de vista lingüístico e sócio-cultural.

Durante quase toda a década de 90, os pesquisadores e bolsistas de iniciação científica vinculados ao projeto tiveram a oportunidade de viver a sempre enriquecedora experiência da pesquisa de campo, de conhecer a realidade social e lingüística de pequenas comunidades, de desenvolver inúmeros estudos nos planos fonético-fonológico, morfossintático e lexical, muitos deles já publicados, outros transformados em dissertações de mestrado.

Essas pesquisas, em que fica nítida a interface Dialectologia/Sociolingüística, de um lado, permitem traçar o perfil lingüístico da Região

Norte-Noroeste do Estado, de outro, representam uma significativa contribuição ao conhecimento da chamada variedade popular ou *substandard* do Português do Brasil, devendo-se observar que, no Estado do Rio de Janeiro, a quase totalidade dos trabalhos existentes sobre a fala de comunidades rurais e semiurbanizadas foi realizada por membros da Equipe APERJ com apoio no *Corpus* coletado no final da década de 80 e inícios da de 90. Aliás, ainda hoje, essa amostra serve de base para pesquisas, (estudos específicos, teses) algumas de cunho contrastivo, inclusive em outras perspectivas teórico-metodológicas.

Talvez pelo fato de, já de início, ter sido configurado com uma dupla face – a dialectológica e a sociolingüística –, ou talvez porque os projetos, assim como a vida, estão sujeitos a inúmeras contingências, a verdade é que, ao final de 1999, com a aposentadoria de quase todos os integrantes da equipe original (nessa data, dos pesquisadores doutores só restavam esta autora e Maria Emília Barcellos da Silva, que acabou por se aposentar no ano passado), a finalização do Atlas propriamente dito mostrou-se inviável. Em 10 anos, os interesses de pesquisa mudam, diversificam-se. Uma face, neste caso a sociolingüística, impôs-se inevitavelmente. Abriram-se novas perspectivas, novos caminhos.

E muitos caminhos foram abertos pelo projeto. A equipe não publicou o atlas, mas gerou e divulgou uma série de estudos e, sobretudo, multiplicou-se porque, como observou, certa vez, um colega e amigo, *publicou gente*, isto é, propiciou o surgimento de jovens pesquisadores (já doutores, uns, mestres, outros) tão idealistas – quem sabe se até mais – quanto aqueles que, um dia, se reuniram para organizar o APERJ.

Para esse idealismo contribuiu, certamente, aquilo que se poderia denominar de experiências extralingüísticas. Os que integraram o Projeto APERJ descobriram, entre outras coisas, que fazer pesquisa na área das Ciências Humanas é um ato político devido aos vínculos que se estabelecem com os

indivíduos e as comunidades que fornecem os *corpora*. Descobriram que, ao registrarem e analisarem as características da fala dos pescadores artesanais, estavam também registrando uma série de aspectos sócio-culturais que poucas outras áreas do saber, indiretamente, podem revelar com tanto imediatismo e precisão.

Isto se dá porque, por meio da língua, o homem recria a realidade, interpretando-a e repassando-a aos demais. Aprisionado às suas estruturas, obediente às regras que lhe garantem a intercomunicação, preserva formas tradicionais; sensível às modificações que se operam a sua volta, nela imprime suas marcas, renovando-a a cada apelo externo.

Sem dúvida, é no plano do léxico que se reflete, com maior nitidez, a diversidade de visões de mundo dos indivíduos, os seus diversificados padrões culturais. No caso de uma língua especial – de um jargão profissional – como a da pesca, no entanto, os traços peculiares das diferentes comunidades de fala não transparecem com a mesma facilidade, pois há um nivelamento vocabular inter-regional, inerente ao âmbito social/corporativo restrito em que é utilizada. Se há pontos comuns entre as comunidades pesqueiras, por outro lado, existe um contexto específico a cada uma delas e que decorre dos fatores naturais que condicionam a pesca. O pescador tem de adaptar-se ao meio em que atua, empregando uma determinada técnica em função do tipo de pescado que ali ocorra, das características geográficas e geomorfológicas do ambiente, e assim por diante. A variedade vocabular (e por extensão, sua riqueza) vincula-se à variedade da fauna aquática, ao nível de dificuldade de captura das espécies, às condições climáticas. Quando as lagoas de Cima e do Campelo, por exemplo, apresentavam maior volume d'água, ali ocorria, em abundância o camarão-cascudo (*Macrobrachium sp.*), que requeria um instrumento de captura especial, o puçá. Hoje, esse implemento não mais é encontrado naquelas zonas e o

vocábulo a ele referente entrou, nos falares locais, para o rol das formas em desuso.

A uniformidade de processos e implementos de pesca ou de processos naturais observada em determinadas regiões não impede que o indivíduo os interprete de diferentes formas, nomeando-os de acordo com suas vivências. É o caso, ainda no que se refere às lagoas do Município de Campos, do que se observa relativamente à *Egeria densa*⁵ - Hydrocharitaceae, planta herbácea aquática, submersa, que, de acordo com o relato dos pescadores, passou a proliferar nas águas sobretudo a partir da década de 80 em função das agressões ao meio ambiente perpetradas por usineiros e criadores de gado. Em Mundéus (Lagoa do Campelo) e em São Benedito (Lagoa de Cima), a *Egeria* é chamada, respectivamente, de *lixo* e *mato*, enquanto, em Ponta Grossa dos Fidalgos (Lagoa Feia), de *árvore-de-natal*. A duas primeiras denominações retratam, indiretamente, o desprezo e o desespero dos membros das comunidades quanto à propagação da espécie, que consideram uma das causas do “fracasso” da pesca nessas áreas: “essas planta é lixo, outro nome não sei,”⁶ como observou um dos informantes da pesquisa. O último dos vocábulos, que ocorre na fala de Ponta Grossa dos Fidalgos, uma comunidade ainda não tão afetada pelo problema da colmatagem, até mesmo por ser aquela lagoa (a Lagoa Feia) a maior do Estado, decorre de processo metafórico, um dos mais fecundos mecanismos de criação/ampliação lexical, em virtude de seu aspecto, que lembra o galho e as folhas do pinheiro que faz parte das tradições natalinas das grandes cidades. A propósito, vale lembrar que esta denominação deve ter advindo de hábitos veiculados pelos modernos meios de comunicação de

⁵ Na época da pesquisa, a espécie era denominada de *Helodea canadensis*

⁶ Informante B2MU Corpus APERJ. Departamento de Letras Vernáculas, UFRJ.

massas, sobretudo a televisão, uma vez que não há, nas comunidades pesqueiras campistas, comemoração especial na época de Natal.

Mas a linguagem da pesca não varia apenas de região para região. O registro da fala das diferentes gerações de uma comunidade pode revelar, em tempo aparente, as formas lingüísticas mais conservadoras e as inovadoras e, por extensão, fornecer possíveis indicadores de estabilidade ou mudança sociais.

Sobretudo os pescadores mais velhos de Ponta Grossa dos Fidalgos ainda chamam de mare [ˈmari] – abreviação do substantivo composto mar-d’água – uma onda alta e forte, que, na região, é normalmente denominada de banzeiro. O uso do vocábulo chama a atenção, não só por constituir raríssimo exemplo de destravamento silábico por meio da inserção de um [i] em forma terminada por -R (o mar > o mari), num falar em que o padrão seria o cancelamento da consoante (o mar > o má), mas também por ser forma antiga, encontrada em textos de prosadores quinhentistas, o que permite formular a hipótese de que tenha sido um vocábulo que, introduzido pelos primeiros povoadores da região no século XVI, se tenha mantido até os dias atuais na fala de uns poucos indivíduos. Também é tradicional o termo pombeiro – e sua variante bombeiro, explicável pela permuta de [p] por [b], fenômeno comum no percurso de formação da língua portuguesa desde o latim e ainda bastante produtivo – encontrado em outras áreas do país e que atesta uma das formas de comercialização do pescado. O moderno pombeiro, ou melhor, o bombeiro, forma mais freqüente, não mais se desloca entre os povoados no lombo de um burro de onde pendiam cangalhas que seguravam dois jacás que acondicionavam o pescado, mas utiliza-se de bicicleta ou motocicleta, carregando os peixes em grandes caixas de isopor.

Testemunha de um passado para além da memória, a fala dos pescadores, como, aliás, a de qualquer indivíduo, também retrata, entre outros aspectos, a modernização dos meios de produção, o avassalador movimento de unificação cultural. Termos como *metro*, *centímetro*, *milímetro* coexistem com *braça*, *palmo* e *dedo*, unidades de medida de comprimento mais tradicionais e primitivas. Palavras como *plástico*, *náilon* e *isopor* são, hoje, tão pertinentes à língua especial da pesca quanto o eram a *linha Ursa* com que se teciam redes, o *mololô* (*Annona paludosa* - Annonaceae), com que se fabricavam cortiças e bóias ou o *jacá*, o já referido cesto de palha.

O tempo de duração das entrevistas que serviram de base à mencionada pesquisa, tanto as norteadas por um guia-questionário quanto as que constituíram elocuções livres em que os pescadores eram levados a falar sobre sua atividade, demonstra, de imediato, o maior/menor grau de comprometimento dos indivíduos com sua profissão. Enquanto os mais velhos (os de mais de 55 anos) e os da geração mediana (36-55 anos) estendem-se, com entusiasmo, sobre o que denominam de sua “arte”, os mais jovens, são, em geral, lacônicos e, muitas vezes, desconhecem denominações tradicionais. Isto porque, hoje, nessas regiões, a pesca não mais é uma atividade essencialmente passada de pai para filho, mas funciona também como um derivativo para o desemprego, como uma alternativa de sobrevivência para as épocas em que a colheita de cana-de-açúcar, já por si de caráter sazonal, não gera as raras oportunidades de trabalho.

Mesmo os pescadores cujas famílias sempre viveram da pesca e que ainda se orgulham da atividade demonstram ceticismo, em certas áreas, quanto ao futuro dos filhos, preferindo que migrem para centros urbanos em busca de novas oportunidades, em vista do descaso com que são tratados pelos órgãos oficiais e pelas inúmeras dificuldades que a economia da região lhes impõe.

Impelidos pela utopia de melhores condições de vida na cidade, jovens pescadores abandonam a atividade, saem da região, acabando alguns por se tornar bóias-frias, acabando todos por contribuir, sem perceberem, para interromper a cadeia de saberes populares pacientemente entretecida pelas gerações que os precederam.

De detentores de uma técnica milenar, os pescadores passam à condição de trabalhadores desqualificados, desnecessários na ótica dos interesses econômicos de outros grupos, como o dos usineiros, que aterram as margens das lagoas para aumentarem a área de plantio. Desse modo, as usinas não invadem apenas as margens das lagoas, invadem também a identidade cultural dos grupos, que passam a encarar a pesca como meio de subsistência e não como meio de produção de riqueza. Como ressaltou um pescador:

Essa lagoa [Campelo] era a mais rica do mundo: era só piau, robalo e tainha, curvina. Minha profissão era trabalhar. Dava pouco dinheiro, mas tinha muito peixe. Qualquer lugar que a gente desse, dava peixe. Hoje a lagoa tem época que não dá nada. Puseram comporta. Tem muito lixo. A maioria trabalha na lavoura, na Usina São José e São João.⁷

As entrevistas com os pescadores do Norte-Noroeste fluminense não constituem apenas um *corpus* para análises lingüísticas, mas consistem, ainda, num rico acervo de informações de natureza ecológica, econômica, antropológica, sociológica, entre outras. Os depoimentos, os comentários marginais às perguntas que lhes foram feitas permitem ao pesquisador conhecer mais de perto a história de segmentos sociais marginalizados pelo Poder e

⁷ Informante C3MU. *Corpus* APERJ- Departamento de Letras Vernáculas, UFRJ.

pela História, mas que, em última instância, são os reais delineadores da cultura, dos valores e da variedade da língua portuguesa que dão identidade ao país.

Ouvir essas vozes, conhecer essas pequenas histórias é, assim, fundamental para preservar bens sócio-culturais – entre eles os bens lingüísticos – e, naturalmente, para traçar políticas adequadas à qualidade de vida de brasileiros das mais diferentes origens.

Em um livro clássico da Dialectologia portuguesa, Luís Filipe Lindley Cintra, eminente filólogo e dialectólogo português, sintetizou, com emoção e extrema propriedade, o sentimento a que não se podem furtar pesquisadores de campo que convivem com pequenas comunidades e têm no discurso do outro sua fonte de informação e seu objeto de pesquisa. Referindo-se a seus informantes, dizia ele:

Eles tinham-me dado uma lição magnífica, decisiva para o meu modo de sentir e de pensar a partir daquele momento. Atrás dos falares que tinha vindo estudar, era toda uma humanidade humilde mas digna, vivendo intensamente os sentimentos simples, lutando corajosamente pela sobrevivência [...]. Se mais nada, no vasto terreno da lingüística, conservasse um dia interesse para mim, creio que esta experiência seria só por si suficiente para me obrigar a reconhecer e afirmar que vale a pena o ramo de estudos para que a vida me conduziu. (CINTRA, 1983, p. 9)

Atrás dos falares que tinham ido estudar, os pesquisadores do APERJ encontraram algumas das faces do homem brasileiro, dessas que, perdidas na multidão, na babel de variedades lingüísticas que constitui uma língua, parecem não ter voz ou identidade. Encontraram homens conscientes de que lutar pela preservação de seu ambiente de trabalho, de sua atividade é garantir que sua personalidade individual e grupal seja respeitada.

O breve esboço da história do APERJ, o atlas que gerou e continua a gerar muitos frutos sem ter sido publicado, lembra uma lição que, nas aulas de

História do Brasil, desde a infância se aprende, mas cujo alcance a imaturidade não permite de pronto perceber. Entrar numa embarcação nem sempre significa cumprir a rota inicialmente traçada e chegar ao destino pretendido. Na travessia, pode-se deparar com uma ou outra calmaria e, até, sem querer, ancorar em portos desconhecidos. Mas não menos atraentes.

Assim também se dá com os projetos de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. S. Investigações filológicas. Rio de Janeiro, Brasília: Grifo, INL. 1975.

ATLAS LINGUISTIQUE ET ETHNOGRAPHIQUE DE LA GASCOGNE. Questionnaires. Toulouse: Centre Regional de Documentation Pédagogique. 1956.

ALVAR, M. *Léxico de los marineros peninsulares*. Madrid: Arco/Libros. 4 v. 1985.

CINTRA, L. F. L. *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa. 1983.

Metodologia da Pesquisa Dialetológica

Pedro Caruso
(Universidade Estadual Paulista/Assis)



Embora o presente texto tenha como assunto principal a metodologia da pesquisa dialetológica, ele é também um pretexto para, sob a forma de recordações, trazer um passado que poderá ser útil às pessoas que se dedicam ao trabalho de campo. Não nos preocupa tratar a fundo cada item metodológico (há muitos bons livros que o fazem da melhor maneira possível), preocupamo-nos sim mencionar alguns fatos significativos que aconteceram e que tivemos que resolver ou que foram resolvidos no momento da pesquisa, isto é, no próprio campo. Os casos aqui lembrados originam-se, quase todos, das pesquisas feitas para a realização do Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo – ALESP.

Antes de tudo, é necessário mencionar que o ALESP foi precedido por uma pesquisa por correspondência que atingiu, na época, 1980, todos os 572 municípios do Estado de São Paulo. Um questionário de 50 perguntas e a ajuda de muitíssimos professores de português da rede pública possibilitou-nos ter alguma idéia da realidade lingüística do Estado. Tratamos desta pesquisa num artigo publicado na revista *Alfa*¹. Este primeiro contato com a realidade lingüística do Estado foi muito útil para a seleção dos pontos da rede lingüística e para a própria montagem do questionário.

Como de praxe, buscamos os primeiros *Pontos da Rede Lingüística* nas *Bases para a Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, de Antenor Nascentes². Dos 60 pontos propostos, só pudemos aproveitar 58, pois 2 deles foram tragados por hidroelétricas construídas nesse espaço de tempo. Aos 58 pontos relacionados por Nascentes, acrescentamos outros 42, totalizando 100 pontos. Hoje estamos reavaliando os pontos, levando em

¹ *Alfa*. “Amostra de um Inquérito Lingüístico Prévio para o Estado de São Paulo.” São Paulo, UNESP, 26, p. 69-77, 1982. (Incluem-se 4 mapas lingüísticos).

² MEC/ Casa de Rui Barbosa, 1958.

consideração as pesquisas de campo já efetuadas nas localidades selecionadas. Aliamos, ainda, ao critério ter sido o ponto lingüístico mencionado por Nascentes, os critérios geométrico e histórico.

Na elaboração do *Questionário Lingüístico* utilizamos uma primeira divisão geral: *Terra* e *Homem*, e distribuímos por campos semânticos as perguntas relativas a essas duas áreas. O Questionário tem um total de 317 questões, assim distribuídas: *Terra* com 149, *Homem* com 161, totalizando 310 perguntas. Há ainda 6 questões relativas a *Lendas* e *Superstições* e uma última questão: *Relato de uma experiência pessoal*. Para facilitar o trabalho dos Inquiridores, normalmente alunos de 3.º e 4.º anos do Curso de Letras, do Campus da UNESP de Assis, e porque teríamos um controle maior da maneira como a pergunta foi feita ao Informante, redigimos um *Guia de Perguntas* em que procuramos, principalmente, eliminar qualquer possibilidade de nomear algo antes de ter sido nomeado pelo Informante. Por exemplo, caso quiséssemos obter uma resposta *banana* nunca empregariamos esta palavra numa questão antes de tê-la obtido do Informante. Assim, nunca perguntariamos, por exemplo, “Como se chama aquela fruta que dá no pé de banana?” e sim “Como se chama aquela fruta que dá na bananeira?”

Saliente-se ainda que tanto o Questionário como o Guia de Perguntas foram testados inúmeras vezes até que chegamos à conclusão de que não teríamos mais correções a fazer e de que as perguntas estavam claras para os Informantes. Durante a aplicação do Questionário, já então no trabalho de campo, fomos percebendo que algumas questões apresentavam problemas.

Um desses problemas verificou-se com a questão referente a “Como se chama o dia antes de hoje?” As respostas eram dadas em número, em dia da semana e só algumas vezes com a resposta correta *ontem*. Solucionamos esta falha no Guia de Perguntas da seguinte maneira: se de manhã, perguntávamos:

“O(A) Senhor(a) ainda não almoçou hoje, quando é que o(a) Senhor(a) almoçou pela última vez?” A resposta vinha facilmente: *ontem*. Se de tarde, trocávamos o almoço pela janta. Tudo passou a funcionar bem até que em Apiaí, um Informante, tendo ouvido a pergunta, respondeu: “Chi: : meu fiu... eu num sei nem quanu eu cumi da úrtima veiz”. A única coisa que consegui dizer-lhe foi: “Hoje nós vamos almoçar juntos”. E eu estava sugando essa pessoa!

Algumas outras questões revelaram-se difíceis ou, melhor, desagradáveis de serem feitas. Por exemplo, pedir ao Informante, normalmente, o Informante de sexo masculino, que contasse de 1 a 22, que dissesse os meses do ano, que dissesse os dias da semana. Geralmente, o Informante fazia cara de poucos amigos, pois, é claro, todos sabem contar e dizer os meses do ano e os dias da semana. Aliás, na verdade, nem todos sabem. Para não despertar no Informante tal atitude, dizíamos o seguinte: Bem, agora eu quero ver se o Senhor tem algum traço de português de Portugal. Preciso então que o Senhor conte de 1 até 22”; “Diga quais são os dias da semana” e “Diga quais são os meses do ano”. O Informante contava e queria saber se ele tinha ou não traço de português. Dizíamos então “não tem, porque o Senhor não diz *dizassete*, *dizóito* e nem *térça*.”

Outro problema enfrentado pelo pesquisador é o que se relaciona ao **Informante** e o melhor local para a realização da entrevista. De um modo geral, tem-se aconselhado que o Informante seja entrevistado na sua residência ou, se possível, no local de trabalho. Outros acham que as entrevistas ideais seriam aquelas feitas na prefeitura da localidade, onde o Informante julgar-se-ia importante, prestigiado. No entanto, essas entrevistas também têm sido caracterizadas negativamente como entrevistas em que o Informante falseia o seu uso lingüístico, exercendo um controle muito grande sobre a sua linguagem. Geralmente, todo pesquisador busca encontrar a linguagem informal do seu

Informante, aquele tipo de linguagem que ele usaria com os seus amigos, com os seus familiares, enfim, no dia-a-dia.

Interessante observar que, embora seja esse o tipo de língua buscado pelo pesquisador, o próprio pesquisador é, para o Informante, um elemento estranho, um desconhecido, munido de gravador, lápis e papel, falando uma língua diferente da sua. É o que tem sido chamado de “Paradoxo do Observador”. Lógico que é necessário, pelo menos, tentar anular essas “armas”. Como fizemos?

Primeiramente, elegíamos 6 pontos da rede lingüística, que poderiam ser visitados de segunda a sexta-feira, numa seqüência de 1 ponto por dia, fazendo 2 entrevistas no dia. Telefonávamos para as respectivas prefeituras, especificamente para a Assistência Social e explicávamos o que queríamos. Começávamos por dizer que a localidade tal tinha sido escolhida como ponto do Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo e que precisávamos da ajuda da Assistência Social. Essa ajuda consistia no seguinte: conseguir duas pessoas (um homem e uma mulher), maiores de 18 anos, que se dispusessem a colaborar respondendo algumas questões sobre agricultura, trabalho braçal, partes do corpo humano, remédios caseiros, etc. As pessoas deveriam ter nascido na localidade ou morarem na localidade mais da metade dos seus anos de vida e deveriam conhecer ou ter trabalhado no campo. Marcávamos uma data para entrar novamente em contato e saber se a Assistência Social já tinha conseguido os dois Informantes. Na data marcada combinávamos o dia em que o Inquiridor iria chegar à Prefeitura. No dia marcado chegávamos à Assistência Social. Na grande maioria das vezes, os Informantes eram entrevistados nas respectivas residências. Sempre estávamos acompanhados por alguém da Assistência Social, que nos apresentava e explicava o que estávamos fazendo lá. Era o elo tão necessário e indispensável entre o Informante e o Pesquisador. Ganhávamos a confiança do Informante.

Para iniciar a pesquisa, pedíamos autorização para gravá-la e dizíamos saber que a pessoa conhecia muito agricultura e tudo o mais que se referisse ao campo e que, gravando, não perderíamos nenhuma informação. Todos autorizavam a gravação. Feito isto, o gravador já anteriormente ligado, com o *pause* acionado, era empurrado de lado, mas para mais perto do Informante e desacionado o botão do *pause* para iniciar a gravação. Pegávamos a Ficha do Informante que estava dentro do Guia de Perguntas e começávamos a pesquisa pelas respostas à Ficha. As respostas eram gravadas e, ao mesmo tempo, transcritas. O Informante preocupava-se mais com as anotações que o Inquiridor fazia do que com o gravador. Terminado o preenchimento da ficha, imediatamente iniciávamos as perguntas do Questionário. Ficávamos por um certo tempo ainda com o lápis na mão, como se estivéssemos anotando as respostas.

Em Porangaba, quando entrevistávamos um Informante do sexo masculino, aliás, excelente informante, aconteceu o imprevisto. Logo depois de gravadas as respostas à Ficha, o Informante pediu para ouvir um pouquinho do que dissera. Voltei a gravação e ele entusiasmado chamou a mulher que estava num quarto próximo para que ela também o ouvisse falando. Depois disto reiniciamos as perguntas relativas ao questionário. Quando estava terminado o lado A da fita, interrompi a gravação e voltei um pouquinho para verificar como estava. Surpreso, só ouvia um barulho estranho na gravação. Só tinha gravado a entrevista com o material relativo à Ficha do Informante e todo o resto da entrevista feita até aquele momento não fora gravado. E era um excelente Informante! O que fazer? Explicar-lhe o ocorrido, agradecer e ir embora? Perguntar se ele estaria disposto a refazer tudo novamente? O que me salvou foi o acompanhante que praticamente respondeu pelo Informante. A gravação foi toda refeita,

embora não tivesse ficado tão boa quanto a original. A vontade é sugerir que as gravações sejam feitas com dois gravadores ligados, assim, se algum falhar, restará o outro.

Quanto ao Inquiridor é fundamental que ele conheça não só o questionário, mas que conheça também a linguagem popular falada, isto é, a linguagem pesquisada. Seria bom que os Inquiridores ouvissem as gravações já feitas. Com isto estariam acostumando seus ouvidos e aprendendo coisas novas.

Na fase de teste do questionário lingüístico, uma aluna levou-o para testá-lo em Salto Grande. Uma das questões que tinha como resposta a palavra **lua** foi feita pela aluna da seguinte maneira: “de dia tem aquela bola de fogo que clareia a terra e de noite como se chama aquela bola que clareia a terra?” A resposta veio: *luma*. A aluna parece não ter acreditado no que ouvia e disse “como que é mesmo?” A resposta mais uma vez foi *luma*. A aluna voltou a insistir e a resposta foi também a mesma. Por fim a aluna diz: “mais por que *luma*?” A Informante responde: “Ah::... uai... luma porque lumeia”.

Essa mesma Informante inquirida pela mesma aluna que lhe perguntava: “Se uma pessoa é boa aqui na Terra e morre pra onde ela vai?” A resposta veio: “*terceira dimensão*”. Diz a Inquiridora:

“Não, acho que eu me enganei. É assim, a pessoa é muito boa aqui na Terra, não fala da vida dos outros, não fala nome feio, vive bem com todas as pessoas e, de repente, morre. Pra onde ela vai?” A resposta mais uma vez é “*terceira dimensão*”. A aluna pára, deve estar pensando, e diz “como se chama aquele negócio azul lá em cima?” **Céu**, foi a resposta. Quem imaginaria que alguém fosse responder “*terceira dimensão*”? A aluna teve presença de espírito e resolveu da melhor maneira possível a questão que se colocou. É por isso que se diz que toda pesquisa de campo é um “vôo cego”, mesmo estando treinadíssimos, é possível defrontar-se com situações jamais imaginadas.

Vale a pena ressaltar que nem todas as pessoas têm jeito para Inquiridores, não porque não queiram. Há pessoas que têm um timbre de voz agressivo, falam alto e agem como se estivessem impondo as coisas. Não admitem, por assim dizer, que os outros não tenham entendido a sua pergunta. Lembro-me de uma aluna do quarto ano de Letras que, entrevistando uma velhinha no asilo, fez com que esta esmurrasse a mesa e se recolhesse para o seu quarto esbravejando e dizendo: “num que::ru mais falá co câ... vai imbo:: ra.”

A inclusão de uma parte de Lendas e Superstições no Questionário do ALESP tinha como objetivo a obtenção de textos discursivos, já que durante a fase de testes do Questionário fora observado que os Informantes dificilmente se alongavam nas suas respostas às perguntas. O resultado não foi aquele que imaginávamos obter. Surpreendeu-nos o fato de os Informantes, perguntados se conheciam alguma lenda sobre tal ou tal coisa, responderem negativamente. Ficou claro que, embora conhecessem, era muito mais fácil para eles dizerem não do que, respondendo sim, terem de contar aquilo que sabiam. Tanto é verdade que esta tentativa nos deixou frustrados que passamos a investir no Projeto *Linguagem dos Bóias-Frias*, projeto este que, embora novo, já rendeu uma dissertação de Mestrado e caminha, agora, para uma tese de Doutorado.

Para dar uma amostra do que poderíamos encontrar caso tivéssemos tido êxito com as Lendas e Superstições damos, em seguida, o relato feito por uma Informante a respeito de **Boitatá**:

é pecadu eu falá... u tar du boitatá é palavra feia... eu vô conta...
u boitatá é: : pur inzempru... **u cumpadi cuá cumadi tem cum relação...**
tem relação... tem relação cum otra... pur inzempru... eli usa a cumadi
é ondi vira u boitatá... ali forma aquelas dua pedra i... as pedra é nu na
porta du fogu du infernu... as dua pedra qui bati é: : u cumpadi cuá cumadi
tamém

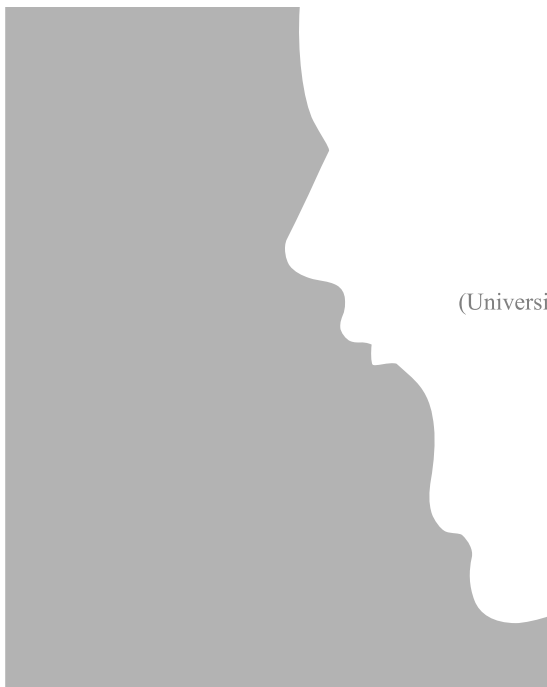
(Inf. 1 - Joana. Em negrito, marcamos a Inf. falando bem baixinho, quase sussurrando)

O último tópico do Questionário foi o que rendeu muitos textos. Nos *relatos de experiência pessoal* encontramos textos e reações de todo tipo. Os textos obtidos são discursivos e neles encontramos, principalmente, a fala distensa. Há vários textos em que os Informantes (mulheres, quase sempre) chegam a chorar quando rememoram tragédias da vida. Os relatos não servem apenas como material discursivo, funcionam também como ponto de referência para classificar o tipo de linguagem empregado pelo Informante naquele texto.

Finalmente, uma conclusão que é antes de tudo uma confissão a respeito da parcialidade do autor deste texto. Se bem observarem verão nas entrelinhas o entusiasmo com que falamos do nosso trabalho. Esquecemos de dizer, no entanto, que o trabalho de campo esgota o pesquisador. Imaginem a programação de uma semana de trabalho de campo em 6 localidades, fazendo, digamos, apenas duas entrevistas por dia. Não é fácil, é esgotante. A pessoa, por fazer sempre a mesma coisa, semana após semana, se aborrece, só não estoura porque tem diante de si um Informante que está ali para ajudar e que, ao término da sua entrevista com ele, vai lhe dizer, por exemplo, “já tô véiu... a memória tá fraca... o sinhô mi discurpa... eu num sabê respondê tudu” e ele foi mais um que nos ajudou, que não pediu nada em troca.

o Estudo Dialetológico no Brasil

a volta ou a sedimentação de uma
metodologia de trabalho?



Dercir Pedro de Oliveira
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/UFMS)

Até o final da década de 80, era complicado falar em dialetologia, em algumas universidades brasileiras, principalmente, onde são fortes as áreas do gerativismo, da análise do discurso, da sociolingüística, da aquisição da linguagem etc.

As críticas eram as mais diversas e partiam, na maioria das vezes, de pesquisadores conceituados, normalmente, com atividades acadêmicas, principalmente no eixo Rio-São Paulo, com viagens constantes ao “exterior”, e, em algumas circunstâncias, embalados por algum modismo em alta, oriundo de universidades européias ou americanas.

Na verdade, no Brasil, os estudiosos freqüentemente estão em desencontro, seja pela ciência, seja por problemas particulares que não cabem aqui ser discutidos. É comum, ao penetrarmos nos bastidores das academias, descobrirmos os pequenos grupos, cujos membros se reúnem por interesses pessoais ou por vontade de exercer o pouco poder que ainda resta às instituições superiores.

Ressalte-se que as divergências, de qualquer modo, contribuem para a solidificação da ciência, e, se o pesquisador acredita no que faz, obviamente tende a valorizar mais a sua atividade, porém, parece chegar um momento em que se hierarquizam as áreas do conhecimento, ficando algumas, às vezes, sem até representante para levar adiante investigações com os seus respectivos métodos de trabalho, no plano teórico ou no aplicado, prejudicando, dessa maneira, a pesquisa que envolve dinheiro público, infra-estrutura caríssima, alguns privilégios e abandono de projetos.

É de fundamental importância (isso para os estudiosos da língua é até uma ofensa) que se situe a época da feitura de uma pesquisa, para não tirarmos o valor do trabalho do investigador, e, ainda, do método e da técnica utilizados na realização de um estudo da linguagem, seja qual for o campo do

conhecimento. Ao menos um valor imediato já possui a investigação: o de não ficar repetindo *ipsis litteris* o que os outros já disseram com maior propriedade, caindo, dessa forma, na inércia, embrutecendo-se com sabedoria de verniz e embasamento de superfície.

Portanto, com esses dizeres, entendemos a importância dos estudos dialetológicos realizados há algum tempo, preocupados com a diversidade lingüística existente no país, em virtude da sua extensão territorial e das influências lingüísticas recebidas, só para citar dois grandes fatores.

Nascentes (1953), em “O linguajar carioca”, já dizia que:

[...] a enorme extensão territorial sem fáceis comunicações interiores quebrou a unidade do falar, fragmentando-o em subfalares [...] Para isso contribuiu também o modo diferente de povoamento das diversas regiões.

O trabalho de Nelson Rossi, *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, desse modo, tem o seu lugar de prestígio na descrição do português, com um questionário contendo cento e oitenta e cinco perguntas, duzentas e nove cartas, com cinquenta pontos, abrangendo dezesseis zonas, selecionadas segundo os critérios: antigüidade, maior grau de isolamento e distância relativa entre elas. Esse trabalho originou-se nos cursos de dialetologia, ministrados por Rossi no Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia. A pesquisa foi concluída em 1963.

Acreditamos que o importante eram os objetivos das pesquisas, certamente com mudanças ao acompanhar o aperfeiçoamento das investigações. Silva (1982, p. 218) diz que:

Com trabalhos monográficos sobre dialetos regionais ou tópicos específicos desses dialetos, apresentados em geral em dissertações de pós-graduação de circulação restrita

e muitos artigos dispersos, em periódicos, além de comunicações em congressos, cujas atas, em geral, por razões econômicas, não se publicam, vê-se que se faz dialetologia diatópica no Brasil [...] A qualidade desses trabalhos é claro que é variável, sendo constante, no entanto, o seu semi-ineditismo, já que a difusão é mínima, em geral por serem mimeografados ou publicados em periódicos de difusão limitada.

Indubitavelmente, não se discute a importância de fazer o trabalho dialetológico, tendo em vista a característica continental do país, as variações lingüísticas nele presentes e a heterogeneidade cultural. O grande problema estava na metodologia do trabalho, aliás, já alertada por Mercer (1986, p. 123) ao afirmar que:

Convergir está, por exemplo, em reconhecer à Dialetologia a legitimidade em trabalhar tanto no plano sincrônico quanto diacrônico, mas também a necessidade de integrar o plano vertical nos estudos gerais. Convergir não está, porém, em anular divergências teóricas, que são saudáveis e só fazem por tornar mais elaborado o próprio conceito de variação que está longe de ser pacífica.

Essa afirmativa de Mercer, publicada já há quase vinte anos, vem corroborar a aliança feita pelos dialetólogos com a sociolingüística, recentemente, fazendo que, doravante, as investigações se pautem também pela relação entre a língua e fatores extralingüísticos, como por exemplo, o social. Sobre isso, como já dizia o mestre Tarallo (1985, p. 6-7), é importante observar:

Como esse modelo, por princípio, não admite a existência de uma ciência da linguagem que não seja social, o próprio título Sociolingüística fica redundante. No meio social, as variantes coexistem em seu campo natural de batalha.

Destarte, os trabalhos realizados atualmente têm se voltado, igualmente, para a verticalização, valendo-se de fatores estabelecidos pela “Teoria da

Variação Lingüística”, que é um modelo teórico-metodológico iniciado pelo americano William Labov, na década de 60.

O modelo quantitativo de Labov permite o estabelecimento de uma amostra de maneira mais sistemática. A título de exemplificação, se considerarmos o ALiB, uma possível amostra com representatividade, levando-se em conta uma sugestão que deveria ter quatro informantes por localidade e considerando duas variantes para a variável faixa etária, duas para sexo, quatro para escolaridade e oito para o fator rede de pontos, e que cada combinação ou célula deverá ter cinco informantes, teremos:

$$Am = 2 \times 2 \times 4 \times 8 = 128 \times 5 = 640$$

$$640 : 4 = 160$$

Conforme a disposição feita, verificamos que foram multiplicadas as variantes, cujo resultado foi também multiplicado por cinco, que seriam os informantes de cada célula ou combinação. O resultado corresponde a seiscentos e quarenta informantes, divididos por quatro sujeitos de cada localidade, dando-nos o número de localidades a serem pesquisadas (160). Este seria o nosso referencial.

A metodologia da sociolingüística contribui, também, para a realização da seleção de informantes, chama atenção para o paradoxo do observador, orienta para um método de entrevista mais dinâmico, o que vai favorecer uma melhor coleta de dados para estudo do aspecto morfossintático e apresenta fatores extralingüísticos para estratificação dos informantes.

É imperioso dizer que estamos, como já foi dito, nos referindo à metodologia utilizada por Labov, pois existem sociolingüísticas como podemos examinar em Marcellesi e Gardin (1979, *passim*):

[...] existe igualmente una sociolingüística que se ocupa de las relaciones interpersonales, de los “roles” (Fishman la llama sociolingüística interacional).

[...] asignado al sociolingüística la tarea ‘de descubrir’ que leyes o normas sociales determinan el comportamiento en las comunidades lingüísticas definido en la relación con la lengua en sí misma.

Nos proponemos por tanto llamar sociología del lenguaje a la actividad que tiende a descubrir, a través de los datos lingüísticos, hechos no lingüísticos procedentes de las ciencias humanas [...] como el origen, la formación de cada uno etc. a través de su actividad de y hacer de la lingüística social un sector particular de la sociolingüística [...].

Bortoni-Ricardo (1996, p. 27) se reporta, ainda, à sociolingüística educacional que consiste numa “análise minuciosa do processo interacional, na qual se avalia o significado que a variação assume”.

Tarallo, em suas orientações de dissertação e de tese, sempre procurou fazer, nos temas sugeridos ou a serem discutidos, um casamento da sociolingüística com a sintaxe gerativa, tendo conseguido, como resultado disso, trabalhos brilhantes de seus orientandos na UNICAMP e na PUC de São Paulo, além de escrever vários artigos para congressos nacionais e internacionais, muitas vezes, em parceria com a sintaticista Mary Kato.

No Rio de Janeiro, Maria L. Braga, Cecília Mollica, Maria Conceição de Paiva, Claudia Roncarati, dentre tantas outras, fizeram uma ligação da sociolingüística com a sintaxe funcionalista e a aquisição da linguagem. As publicações comprovam a importância das pesquisas.

A retomada dos estudos dialetológicos, caracterizada pelo estímulo em fazer atlas regionais e o Atlas Lingüístico do Brasil, põe em voga a relevância dos trabalhos multidisciplinares, que facultam alternativas metodológicas, para alcançar com mais critério e cientificidade os objetivos dos pesquisadores, na verdade, suas constantes inquietações.

Brandão (1996: 1) assevera, em texto escrito para discussões realizadas num seminário em Salvador, que:

É, portanto do fato de uma localidade constituir, antes de tudo, um complexo social em permanente mutação que advêm não só as dificuldades de se delimitarem redes em pesquisas geolinguísticas mais amplas, mas também a certeza de que para em partes superá-las e assim dar conta da multidimensionalidade dos fenômenos lingüísticos, é necessário aliar os métodos da sociolinguística aos da dialectologia e acercar-se de outros ramos da ciência.

O que se tem notado, no que respeita às referências feitas, é que o caráter interdisciplinar tem sido a tônica das opiniões com relação às perscrutações em dialectologia, envolvendo de início a sociolinguística, nem que seja para fazer a inserção da variável sócio-econômica na descrição e análise dos dados lingüísticos.

Essa reflexão, que hoje é predominante no pensamento dos estudiosos, exige, por outro lado, a aceitação por eles mesmos, de outra metodologia de trabalho e, ainda, leituras e informações que permitam uma pesquisa com maior fundamentação, a fim de que o tratamento teórico seja o real suporte da interpretação dos dados.

Tarallo (1985, p. 70), ao realçar as dificuldades para análise de dados lingüísticos em tempo real, em virtude da não existência de fitas de vernáculo falado há cem anos ou duzentos anos, o que pode possibilitar a utilização de fontes históricas erradas, diz que há algumas saídas já tentadas, como:

O atlas lingüístico de uma comunidade pode, por exemplo, fornecer dados valiosíssimos para o estudo de variação fonológica ou mesmo lexical. Além do atlas, textos escritos em prosa que potencialmente reflitam o vernáculo de um certo período de tempo.

Isso posto, o estudo interdisciplinar reforça a sedimentação do estudo dialetológico no Brasil, aprimorando-o com metodologias, que contribuem para a elaboração de atlas por meio de descrições criteriosas, além de análise e interpretação de fatos lingüísticos com maior propriedade. Ressalte-se, contudo, que os estudos realizados anteriormente têm sua validade, mercê do que é de fundamental importância não deixar de lado o contexto e a situação em que foram realizados. A dialetologia volta ao cenário acadêmico bastante fortalecida, haja vista a elaboração dos atlas regionais e do Atlas Lingüístico do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONI-RICARDO, S.M. O debate sobre a aplicação da Sociolingüística à Educação. In: *Pesquisa & Ensino: contribuições da sociolingüística*. Anais do II Simpósio Nacional do GT de Sociolingüística da ANPOLL. Rio de Janeiro: Timming Editora, 1996.

BRANDÃO, S.F. *Rede de localidades para elaboração de um atlas lingüístico nacional: considerações iniciais*. Salvador: Instituto de Letras/UFBA, 1996. (Mimeo)

MARCELLESI, J.B.; GARDIN, B. *Introducción a la sociolingüística*. Trad. de María Victoria Catalina. Madrid: Gredos, 1978.

MERCER, J. L. Dialetologia e Sociolingüística: o caso brasileiro. In: *ABRALIN 8*. Curitiba: Oscar Wunderlich, 1996.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

SILVA, R.V. Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil. In: *Diversidade do português do Brasil: estudos de dialectologia rural e outros*. Salvador: PROED/UFBA, 1988.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).

Técnicas de Transcrição Grafemática para o ALiB

reflexões



Irenilde Pereira dos Santos
(Universidade de São Paulo/USP)

PRELIMINARES

Quando nos foi proposto o tema “Técnicas de transcrição grafemática para o ALiB¹”, pareceu-nos conveniente começar por fazer uma síntese das técnicas de transcrição grafemática utilizadas pelas várias equipas do País, não apenas na presente etapa, como também em pesquisas geolingüísticas anteriores. A nosso ver, a apresentação dessa síntese contribuiria para fornecer um retrato do que se vem fazendo efetivamente e, mais, permitiria apontar vários procedimentos: alguns a serem conservados, por se terem revelado apropriados; outros a serem aperfeiçoados, por terem mostrado uma relativa conformidade com a natureza do projeto; e outros, enfim, abandonados, por terem sido considerados inadequados.

Entretanto, devido à impossibilidade de reunir todo esse material em tempo hábil, decidimos redirecionar nosso propósito inicial. Optamos por apresentar reflexões sobre técnicas de transcrição grafemática para o ALiB, de modo a subsidiar a discussão e o debate com vistas à futura seleção das técnicas e dos procedimentos que se revelarem mais adequados. Diante disso, pareceu-nos mais conveniente mudar o título de nossa apresentação para “Técnicas de transcrição grafemática para o ALiB – reflexões”.

¹ Texto apresentado em palestra no 3º Workshop de Preparação de Inquiridores para o Atlas Lingüístico do Brasil, realizado na Universidade Estadual de Londrina, em Londrina, PR, de 11 a 15 de novembro de 2002.

POR QUE E PARA QUE A TRANSCRIÇÃO GRAFEMÁTICA?

Na Apresentação do *Atlas lingüístico do Brasil: questionários 2001*, dentre os objetivos arrolados pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB, destacamos inicialmente um – “descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas)...”. Esse objetivo nos aponta pelo menos duas tarefas. A primeira é a transcrição do material coletado, em suporte gráfico ou meio eletrônico, de modo a possibilitar seu manuseio mais ágil por parte dos pesquisadores do Projeto ALiB e, posteriormente, sua análise. A segunda, anterior à primeira, decorre da definição dos objetivos e das convenções da transcrição. Dito em outras palavras, significa estabelecer que tipo de transcrição deverá ser feita para que se possa examinar um determinado aspecto lingüístico: fonético-fonológico, morfossintático, semântico-lexical ou pragmático.

Outro objetivo do ALiB – “Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outras áreas do conhecimento afins – história, sociologia, antropologia e outras -, de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas ...”, supõe a necessidade do acréscimo de outro(s) olhar(es) na transcrição dos dados.

Por fim, destacamos dois outros objetivos (2001, p. vii):

Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos), aos pesquisadores de áreas afins (história, sociologia, antropologia e outras) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livro-texto para o ensino fundamental e o ensino médio, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.

Oferecer aos interessados nos estudos lingüísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundarem o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil

A leitura de ambos revela a necessidade de facultar a outro público, muitas vezes sem formação lingüística aprofundada, a consulta aos dados que forem considerados pertinentes. Isso implica um outro tipo de transcrição ligeiramente diferente, que não classificaríamos como simplificada, porém mais adequada a esse público.

Dado que haverá uma exposição especialmente voltada para a transcrição fonética, examinaremos as técnicas de transcrição grafemática relativa aos seguintes itens constantes do *Atlas lingüístico do Brasil: questionários 2001*, quais sejam: o Questionário Semântico-Lexical (QSL), o Questionário Morfossintático (QMS), as Questões de Pragmática, os Temas para discursos semidirigidos e as Perguntas metalingüísticas², exclusivamente para os pesquisadores do projeto.

Logo de início, verifica-se que a tarefa é penosa e complexa. A tabela abaixo mostra o volume e a variedade do material.

Questionário ou item	Constituição	Número de questões
Questionário Semântico-Lexical - QSL	14 áreas semânticas	202
Questionário Morfossintático – QMS	6 subdivisões	49
Questões de Pragmática	2 subdivisões	4
Temas para discursos semidirigidos	-	4
Perguntas metalingüísticas	-	6
Total de questões		265

² Excluímos o Questionário Fonético-Fonológico e o Texto para leitura.

Embora o número elevado de itens possa deixar o pesquisador desencorajado, acreditamos que, mais do que a quantidade, a complexidade do material seja um fator que pode tornar a transcrição grafemática inviável. Por conseguinte, antes de iniciar os trabalhos, convém que se examinem alguns pontos:

- 1) definição dos objetivos da transcrição grafemática para os vários questionários e itens;
- 2) seleção adequada e pertinente de convenções e/ou normas de transcrição;
- 3) elaboração de um cronograma de trabalho para desenvolvimento das atividades de transcrição.

NORMAS E CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

Apesar de termos separado os dois primeiros pontos, na presente exposição eles serão examinados conjuntamente, uma vez que ainda não se definiram os objetivos dos vários questionários e itens do ALiB. Na verdade, faremos um rol de normas e convenções e tentaremos mostrar alguns de seus enfoques, em função da natureza da pesquisa geolinguística.

Escolhemos dois referenciais de transcrição grafemática para exame: a) Normas para transcrição; b) Convenções de transcrição.

Para o primeiro referencial – Normas para transcrição, doravante denominado NT, utilizamos a descrição que se encontra nas páginas iniciais do livro *A linguagem culta falada na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*, organizado por Ataliba Teixeira de Castilho e Dino Preti. Os autores elaboram um quadro com as Ocorrências, Sinais e Exemplificação e, logo a seguir, apresentam oito observações. Selecionamo-lo por se tratar de um instrumento utilizado em transcrições da linguagem falada em estudos sobre

o Português do Brasil. Devido ao fato de se vincular à Análise da Conversação, concentra-se na reprodução do diálogo, enfatizando a mudança de turnos, bem como em alguns elementos subjacentes ao contexto da fala; daí sua importância para cotejo com a pesquisa geolinguística, em que também ocorrem diálogos entre o entrevistador e o entrevistado. Os elementos de natureza gramatical não recebem atenção especial na transcrição, cabendo ao pesquisador buscá-los no texto, em seu trabalho de análise.

Em *Le français parlé: études grammaticales* de Claire Blanche-Benveniste, Mireille Bilger, Christine Rouget e Karel van den Eynde³, encontra-se o segundo referencial - Convenções de transcrição, doravante denominado CT. Como esses pesquisadores se interessam pelos modos de produção do oral, pareceu-nos útil examinar o presente referencial para comparar com o primeiro. Os pesquisadores trabalham com um *corpus* constituído de diálogos e narrativas, o que também ocorre na pesquisa geolinguística. Seleccionamos apenas as convenções relacionadas com a sintaxe e as configurações⁴.

As CT encontram-se descritas esparsamente em algumas poucas páginas do livro. Distribuem-se em três categorias: a) gerais; b) notas de rodapé; e c) particulares. As convenções gerais são usadas para todas as transcrições; as chamadas de notas de rodapé se reportam a fatos significativos quanto à pronúncia e a algumas ocorrências situacionais que possam parecer pertinentes, tais como risos, ruídos e outros (assinalam-se em notas de rodapé); e as convenções particulares servem para expressar determinadas observações fônicas ou morfológicas percebidas pelo entrevistador.

³ Pesquisadores do GARS – Groupe Aixois de Recherches em Syntaxe.

⁴ Relativas ao léxico.

Observa-se que, em ambos os referenciais, há vários itens muito próximos, particularmente com respeito aos fatos relativos à compreensão da fala ou dos segmentos da fala. Na verdade, como se poderá ver no quadro apresentado a seguir, a diferença reside no modo como os dois referenciais classificam os fatos de compreensão da fala ou dos segmentos da fala.

	Fatos de compreensão da fala ou dos segmentos da fala	Notações, comentários e alguns exemplos
1	Incompreensão de palavras ou segmentos (NT)	()
2	Dificuldade de compreensão (CT)	X (para uma sílaba incompreensível) ou XXX (seqüência de sílabas incompreensíveis)
3	Hipótese do que se ouviu (NT)	(hipótese)
4	Notação de alternâncias auditivas que possibilitam mais de uma transcrição (CT)	/ , /. Coloca-se em primeiro lugar o elemento lingüístico mais provável de ocorrer naquela posição. Ex.: /correr,comer/
5	Hesitação entre a audição de algum segmento ou a não audição (CT)	/ , / Coloca-se em primeiro lugar o que se supõe ouvir e, depois, o símbolo de vazio Ex.: /correr, O /
6	Alternância ortográfica n. 1: colocação das possíveis transcrições, indicando as duas formas lexicais possíveis (CT)	/ , /. Ex.: /casso, caço/
7	Alternância ortográfica n. 2: colocação das possíveis marcas gramaticais que podem ser pertinentes (CT)	(). Ex.: il(s) chant(ent)
8	Segmentos de palavras (CT)	Parte da palavra que se ouve com um hífen e entre parênteses o restante da palavra que se supõe ouvir. Ex.: (es) –tive aqui
9	Colocam-se fatos relevantes quanto à pronúncia e outros de natureza contextual em nota de rodapé (CT)	

Colocam-se fatos relevantes quanto à pronúncia e outros de natureza contextual em nota de rodapé (CT)

Há dois outros itens constantes em ambos os referenciais, porém assinalados com notações diferentes:

- a) superposição, simultaneidade ou encavalamento de falas: enquanto no primeiro referencial os autores recomendam que, a partir do momento em que uma outra pessoa toma o turno, sejam usados colchetes ligando as linhas; no segundo, os autores indicam que se grife a palavra ou o trecho em que o fato ocorre;
- b) pausa: no primeiro referencial, os autores recomendam o uso de reticências para qualquer tipo de pausa. No segundo referencial, assinalam-se diversos graus de pausa: +: para a pausa breve; - -: para a média; - - -: para a longa; e //// :para a interrupção bem longa. Aqui, os autores observam que isso deve ser feito de modo aproximado, sem a necessidade de se recorrer à mensuração técnica.

Há procedimentos coincidentes em ambos os referenciais:

- a) uso de iniciais minúsculas no início do turno, exceto quando se tratar de nome próprio;
- b) uso dos dois pontos para indicar alongamento de som. Recomenda-se a repetição caso a pausa seja maior;
- c) não utilização dos sinais de pontuação característicos da linguagem escrita, a saber: ponto-e-vírgula, ponto final e vírgula. Os dois pontos têm uma finalidade, mencionada no item anterior.

Além desses elementos que apresentamos, há outros que aparecem exclusivamente num único referencial. Assim, no primeiro referencial, encontram-se os seguintes itens que os autores classificam como normas gerais:

- a) truncamento: indicado pela barra oblíqua à direita no lugar da cadeia em que ocorre o fato;
- b) entoação enfática: indicada pela colocação da sílaba, palavra ou trecho enfático com letras maiúsculas;

- c) silabação: indicada por transcrição da palavra com hífen ou hífenes;
- d) interrogação: indicada por ponto de interrogação;
- e) desvio temático por parte do entrevistado: indicado pela colocação de hífen no trecho ou palavra que constitui o desvio;
- f) citações literais, reproduções de discurso direto ou leituras de texto: indicados por aspas.

No primeiro referencial, sob o título “Observações”, os autores recomendam que:

- a) os fáticos devem ser transcritos da seguinte maneira: ah, éh, eh, ahn, uhn, tá;
- b) os nomes estrangeiros ou comuns de obra devem ser grifados;
- c) os números devem ser escritos por extenso;
- d) o ponto de exclamação não deve ser utilizado para indicar frase exclamativa;
- e) a combinação de notações, por exemplo: oh::... (alongamento + pausa) pode ser usada.

No segundo referencial, os autores recomendam o uso do símbolo matemático de união $\cup$ para indicar um fenômeno de ligação entre dois vocábulos que seja considerado pertinente. Ex.: aller $\cup$ à.

Ainda no segundo referencial, encontram-se várias recomendações referentes ao modelo padrão de página transcrita, que deve ter as seguintes características:

- a) dezesseis linhas numeradas em espaço duplo;
- b) as mesmas medidas: 3,5 cm no alto, à esquerda e à direita e 5,0 cm na parte de baixo (para a inserção das notas de rodapé);
- c) designação para os interlocutores: inicial L + um número – L1, L2 – na margem do texto;

O alto da primeira página de transcrição de um diálogo deve conter as seguintes informações:

- a) nome do *corpus*;
- b) nome do transcritor;
- c) duração da gravação;
- d) duração do *corpus* original;
- e) tipo e assunto da produção, acrescidos da explicitação de algumas variáveis – sexo, idade, profissão, escolaridade e origem geográfica dos dois interlocutores.

ELABORAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE TRANSCRIÇÃO DO ALiB

Dadas as inúmeras tarefas que a transcrição supõe, deve-se elaborar um cronograma, constituído de três etapas subseqüentes, que deve ser rigorosamente seguido.

Na primeira etapa, prevê-se inicialmente a definição dos seguintes pontos:

- a) referencial de transcrição a ser adotado ou itens de vários referenciais. Acreditamos que não existe uma transcrição ideal ou perfeita, mas uma transcrição apropriada aos objetivos e natureza de uma pesquisa. Dessa forma, as notações deverão ser criteriosamente selecionadas em função de sua operacionalização e adequação às finalidades do projeto e, mais especificamente, dos questionários e itens;
- b) questionários e itens a serem transcritos: como se pôde observar, num primeiro levantamento prevê-se a transcrição grafemática de 265 questões e/ou itens.

Nesse sentido, cabe examinar alguns elementos para chegar a uma decisão sobre como proceder e o que selecionar. Entre vários, há alguns elementos sobre os quais é imprescindível refletir: a) número de pessoas que comporiam a(s) equipe(s) de transcrição e b) transcrição de pergunta e resposta, isto é, falas do entrevistador e do entrevistado, uma vez que determinadas respostas são dadas em função de um modo específico de perguntar. Nesse último, convém acrescentar os elementos situacionais e comentários;

- c) definição da rotina operacional. Inicialmente, é preciso definir o fluxograma, bem como a equipe de transcritores (local ou nacional) e de revisores ou juízes (local e/ou nacional). É extremamente importante a função do juiz, bastante comum em outras áreas da Lingüística, para resolver casos em que a transcrição feita inicialmente não está de acordo com a gravação original. Ainda é necessário definir onde e como será armazenado o material: em áudio, em suporte gráfico e/ou em meio eletrônico;
- d) uniformização de alguns procedimentos: seleção de *softwares*, extensão dos arquivos em suporte gráfico para que não haja incompatibilidade de leitura e elaboração de cópias e *backups*;
- e) definição da duração aproximada de cada fase (transcrição e revisão) e do fluxo;
- f) treinamento do pessoal. Etapa extremamente importante que precisa ser feita com seriedade, competência e planejamento. Num país de dimensões territoriais enormes como o nosso, que ocasionam dificuldades e gastos elevados com locomoção, deve se pensar em superar esses obstáculos com o emprego maciço das novas tecnologias de disseminação da informação. Nesse sentido, é possível pensar em combinar treinamento presencial, a ser feito no início do processo e em determinados momentos, com módulos a

distância pela internet. Cabe ressaltar que o segundo não exclui as atividades de supervisão que devem ser constantes e contínuas;

g) definição do sistema de consulta ao material, a ser utilizado no futuro.

A segunda etapa implica o desenvolvimento do projeto propriamente dito:

- a) transcrição;
- b) revisão.

A terceira etapa implica as seguintes fases:

- a) armazenamento do material;
- b) gerenciamento de consulta ao material.

Embora não se tenha mencionado a avaliação, acreditamos que ela deve ser de caráter formativo, estando presente desde a primeira etapa.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Como dissemos no início, foi nossa intenção apresentar reflexões sobre técnicas de transcrição grafemática para o ALiB, de modo a subsidiar a discussão e o debate com vistas à futura seleção das técnicas e procedimentos que se revelarem mais adequados. Não foi nosso propósito esgotar o tema, tampouco fazer um levantamento de técnicas de transcrição grafemática.

Em vista disso, principiamos por apresentar alguns objetivos do ALiB e, a seguir, dois referenciais de transcrição utilizados para transcrição da linguagem falada, no Brasil e na França. É nossa intenção que esses referenciais, utilizados por Castilho e Preti e Blanche-Benveniste et al., sejam examinados e sirvam de ponto de partida para a elaboração de um sistema coerente com os propósitos da pesquisa geolingüística. Tornamos a enfatizar que não

acreditamos que exista um sistema de transcrição ideal, pronto para ser usado, mas um sistema elaborado de acordo com as finalidades de uma dada pesquisa ou adaptado a ela. Junto com a discussão sobre a seleção de um sistema de transcrição, urge pensar num cronograma para desenvolvimento das atividades de transcrição. Embora seja um cronograma, que a muitos pode lembrar apenas um rol de atividades com data de início e término, está em seu bojo parte das reflexões que subsidiam a implementação do sistema de transcrição grafemática.

BIBLIOGRAFIA

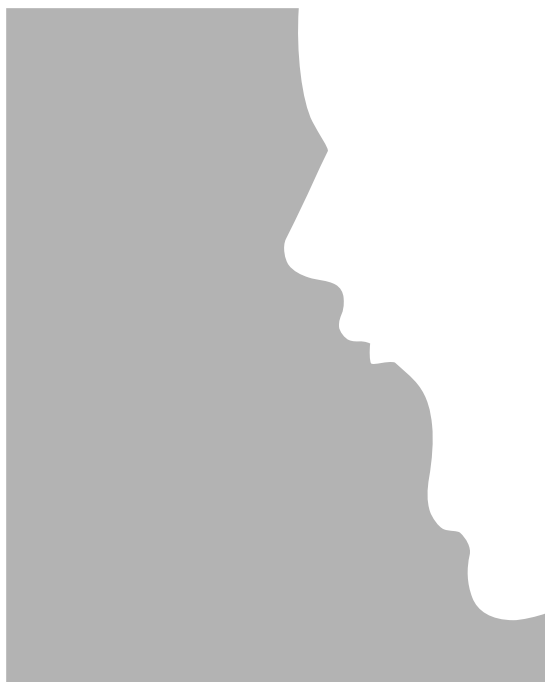
BLANCHE-BENVENISTE, C.; BILGER, M.; ROUGET, C.; EYNDE, K. *Le français parlé: études grammaticales*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1990.

CASTILHO, A. T. de; PRETI, D. (org.) *A linguagem culta falada na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986-1987.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (BRASIL). *Atlas lingüístico do Brasil: questionários 2001*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2001.

A Lateral Posvocálica no Nordeste Paraense

uma descrição geo-sociolingüística



Marilucia Oliveira
Céliane Costa
Maria A. Faria
(Universidade Federal da Paraíba/UFPA)

INTRODUÇÃO

Alguns trabalhos no Brasil já tiveram como objeto de estudo a lateral alveolar posvocálica /l/. Esse fonema assume em diferentes regiões, Estados e cidades atualizações diferenciadas. Aqui serão mencionados apenas três estudos a respeito de sua variação. Dois realizados a partir da fala do sul do país e um referente à região Nordeste. Teixeira (1995) encontrou quatro variantes para /l/ em posição posvocálica na fala dos moradores do povoado de Saco Fundo, Monte Santo-BA. São elas: lateral velarizada [ɫ], lateral seguida de i [li], semivogal velar [w] e o zero fonético [ø]². A primeira variante citada foi a mais recorrente nos dados analisados pela autora, mas a vocalização foi indicada como a tendência na fala desse povoado. Pontes (1998) encontrou também realização variável para /l/ na fala da comunidade de Boa Vista de Santa Cruz-PR. Segundo o autor, [w] alterna com [r] em palavras como [ɲbowsa]~[ɲborsa] [ɲkawsa]~[ɲkarsa], por exemplo. Dal Mago (1999) empreendeu um estudo a respeito da mesma variável a partir de amostras da fala das cidades de Florianópolis, Lages, Blumenau e Chapecó. Lá encontrou as seguintes realizações: [w] e [ɫ]. Esse estudo tomou como base a fala de pessoas residentes na zona urbana. Os dois outros se referem a estudos realizados a partir da fala rural.

O presente trabalho pretende estudar a variação de /l/ na fala de 35 pessoas residentes na zona rural do Nordeste Paraense, uma das mesorregiões do Pará. Limita-se ao estudo da variação fonética. Pretende determinar a relação entre as variáveis lingüísticas e sociais com as diferentes realizações de [l]. Além disso, quer-se construir uma ligeira comparação entre as variantes detectadas

² Os símbolos usados para a transcrição são de responsabilidade dos autores citados.

METODOLOGIA



Utilizou-se para este estudo a metodologia da Dialetologia e da Sociolingüística.

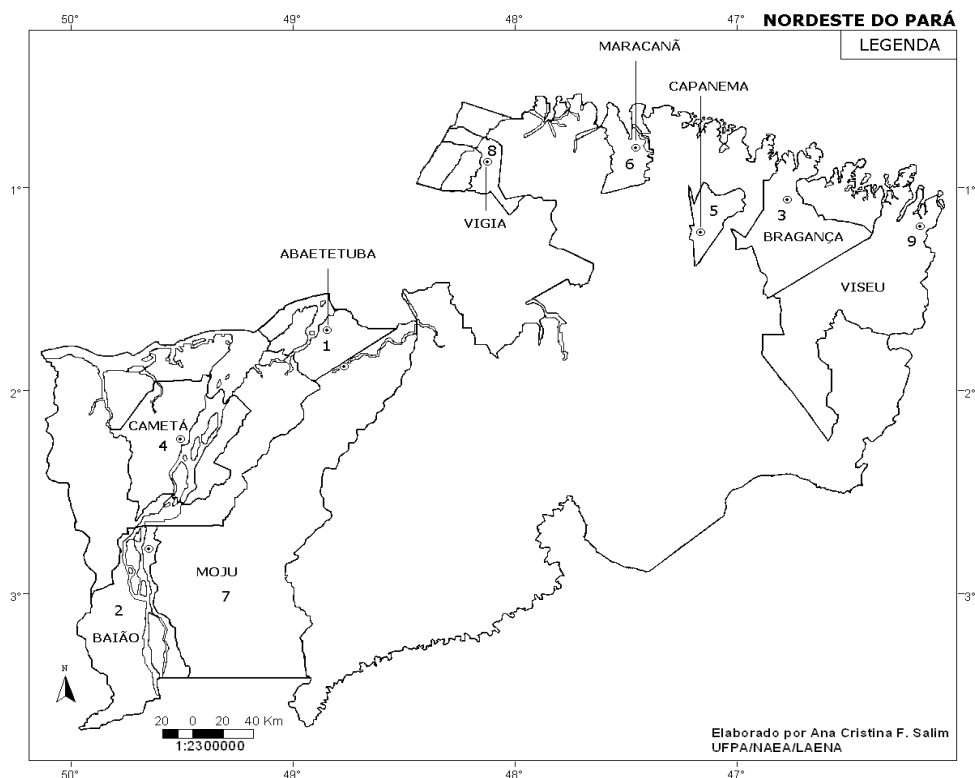
O Pará está atualmente em processo de construção do seu Atlas Lingüístico. Esse Estado está dividido em seis Mesorregiões: Mesorregião Metropolitana, Mesorregião Nordeste Paraense, Mesorregião do Baixo Amazonas, Mesorregião Sudeste, Mesorregião Sudoeste, Mesorregião Marajó³. Abaixo, pode-se conferir a localização geográfica dessa mesorregião.

MESORREGIÃO PESQUISADA

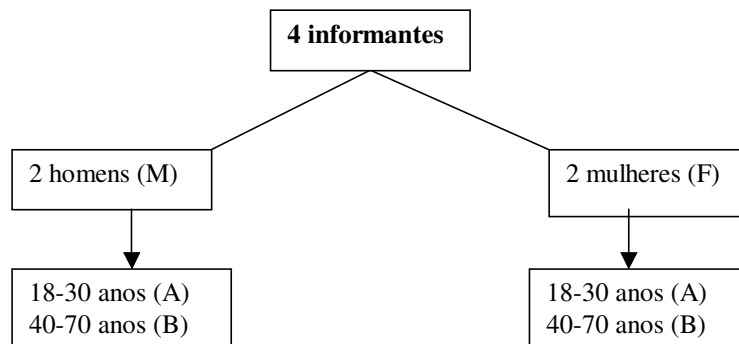
Fazem parte da Mesorregião pesquisada 22 localidades⁴. Para esta análise utilizaram-se nove desses pontos. São eles: Abaetetuba, Baião, Bragança, Cametá, Capanema, Maracanã, Moju, Vigia e Viseu. Essa Mesorregião, como se pode notar, na figura abaixo, fica próxima da capital. O acesso dessas cidades a Belém e vice-versa ficou ainda mais facilitado depois da construção da Alça Viária. Na figura a seguir está indicada a localização de cada um dessas cidades.

³ Para maiores detalhes sobre a metodologia adotada no ALIPA consultar Razky (1996). Esse texto faz parte da 1ª versão do livro Geografia Lingüística no Brasil organizado por Vanderci Aguilera. Pode-se obter maiores detalhes sobre o Projeto consultando-se a página www.ufpa.br/alipa.

⁴ Este é um estudo preliminar visto que o número de cidades utilizadas na pesquisa não leva em consideração todos os pontos do ALIPA. Mas é intenção construir uma análise que considere todos os pontos para que se possa indicar de forma mais segura quais as variantes que caracterizam a realização variável de /l/ no Nordeste Paraense.



Os informantes aos quais se aplicou o QSL, bem como seus pais, são todos nascidos nas nove localidades mencionadas. Ao todo foram entrevistadas 35 pessoas. Sendo 17 homens e 18 mulheres. Todos apresentavam escolaridade igual ou inferior à 4ª série do Ensino Fundamental. Em cada localidade, excetuando-se a cidade de Cametá, foram entrevistadas quatro pessoas, estratificadas conforme o quadro a seguir.



AS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas na própria localidade do informante. As gravações foram registradas em fitas cassetes. Os informantes responderam a 256 perguntas, distribuídas entre 14 campos semânticos. O questionário utilizado para a coleta de dados foi a versão piloto do questionário do Atlas Lingüístico do Pará, versão 1997, a qual teve como base o questionário semântico-lexical elaborado para o ALiB.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE /L / NO NORDESTE PARAENSE

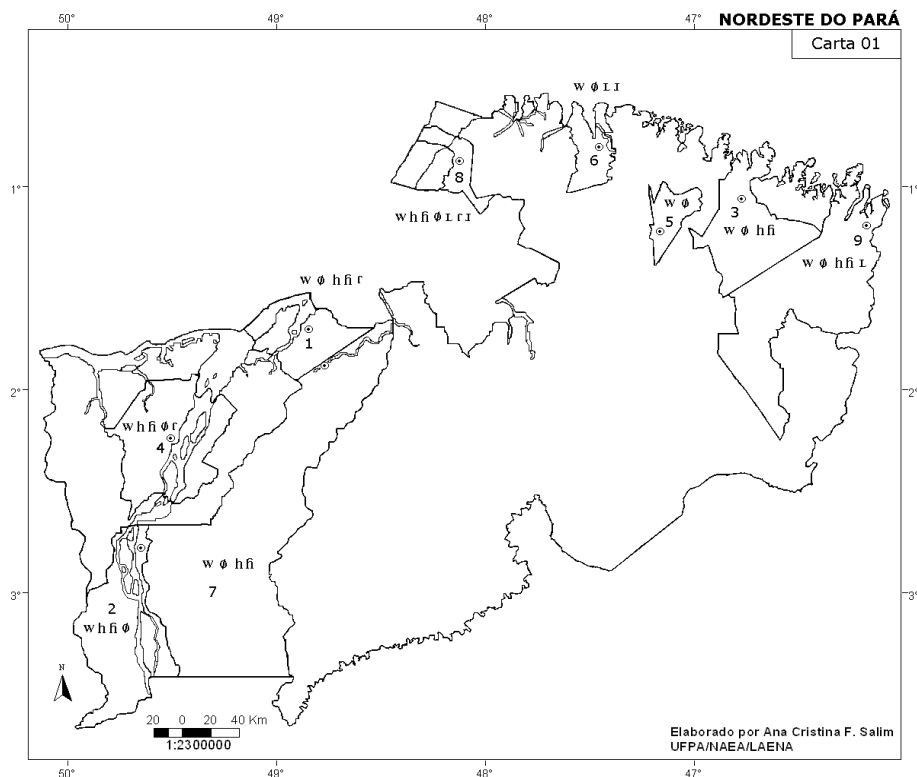
Ao todo foram computados 607 dados que correspondem às seis variantes de [l]. São elas:

- [w] (semivogal velar)
- [∅] (zero fonético)
- [h] (fricativa glotal surda e sonora)
- [ɭ] (lateral velarizada)
- [r] (tap alveolar)
- [ɹ] (aproximante)

Para [w] foram computados 464 ocorrências e foi a variante que obteve o maior número de ocorrências no *corpus*. O zero fonético [ø] obteve 65 dados. Para a variante [h] foram computados 64 dados. Para as três últimas variantes [ɬ], [ɾ] e [ɽ] foram contabilizados ao todo apenas 14 ocorrências, que reunimos sob o símbolo L.

Algumas localidades chegam a apresentar até seis variantes, como é o caso do ponto 8 (oito). As realizações [w] e [ø] são as únicas que ocorrem em todos os pontos.

Abaixo segue uma carta em que se demonstra a distribuição das realizações do /l/ de acordo com cada localidade da Mesorregião Nordeste.



APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os dados que resultaram da aplicação do QSL foram transcritos foneticamente, já que se pretendia empreender uma pesquisa de natureza fonética. Em seguida, realizou-se a triagem dos contextos em que figuravam as variantes da lateral alveolar posvocálica. Os dados receberam um tratamento que tinha primeiramente o objetivo de distribuir as variantes de (l) no espaço geográfico do Nordeste Paraense. Posteriormente, sofreram um manuseio que visava à correlação entre a variável (l) e variáveis lingüísticas e sociais. Para tal, utilizou-se a metodologia Sociolingüística Assim, os dados foram submetidos ao Programa de regra VARBRUL do qual foram utilizados os seguintes programas: EDIT, CHECKTOK, READTOK, MACKCELL, TVARB e TSORT⁵.

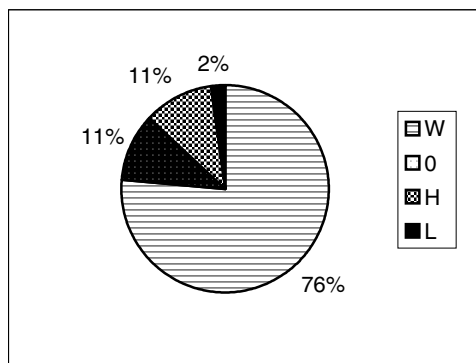
As três primeiras citadas no item 2 apresentam ocorrência significativa no *corpus*. As três últimas não podem ser consideradas como características da fala do Nordeste Paraense quando se leva em consideração este *corpus*. Observe-se no quadro abaixo a frequência das variantes⁶.

Das realizações apresentadas no gráfico a seguir apenas três foram utilizadas na análise estatística. As variantes representadas por L não foram utilizadas na análise porque apresentavam um número muito reduzido de dados. Ao todo 14, conforme se pôde constatar no gráfico acima. As três variantes consideradas significantes foram submetidas ao Programa VARBRUL.

⁵ Para maiores detalhes sobre o funcionamento dos referidos programas, conferir PINTZUK (1988).

⁶ Os símbolos W, H e Ø correspondem à [w], [h], [ø], respectivamente. L corresponde à [ɫ, r, l].

Frequência das variantes de (l)



Foram utilizados para a análise da variável da lateral posvocálica (l) variáveis lingüísticas e sociais que constituíram grupos de fatores no Programa VARBRUL. Seguem abaixo os grupos de fatores analisados acompanhados dos pesos relativos referentes a cada fator. Os pesos relativos foram fornecidos pelo Programa TVARB⁷.

POSIÇÃO

Esses fator apresentou resultado que foram ao encontro das expectativas. Esperava-se que a posição externa favorecesse mais o apagamento do que a posição interna.

⁷ Programa que executa rodadas terciárias.

Tabela 1. Posição

Grupo de fatores	W		O		H		Exemplos
	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	
Posição interna do vocábulo	194	.620	20	0.37	29	.342	[kawdɐ] [sa'pẽw̃] [bahdʒi'a]
Posição externa do vocábulo	176	.93	30	.799	21	.108	[ke'faw] ['sɔ] ['sɔh]
Posição interna no grupo de força	51	.469	5	.195	3	.337	[iʃtreɫɐ'dawvɐ] / [iʃ'trela 'davi] / [iʃ'trela 'dahvɐ]
Posição externa no grupo de força	43	.128	4	.593	10	.278	[ˈsiklu mẽʃtru'aw] [ˈdẽtʃɪ du ke'f a][ˈkɔbra kɔ'rah] /

Observe-se que ocorre uma polaridade entre posição externa e posição interna. Essa favorece a manutenção enquanto aquela o apagamento. Entretanto, a posição externa do vocábulo, com peso .799, favorece mais o apagamento do que a posição externa do grupo de força que recebe peso igual a .593. As variantes favorecidas pela posição interna apresentam comportamento bastante sugestivo. As duas posições, interna do vocábulo e interna do grupo de força, favorecem a manutenção. Mas a posição interna do vocábulo apresenta pesos mais altos para [w] do que a posição interna do grupo de força que, por sua vez, favorece mais [h] do que [w]. Isso deve ter ligação com o fato de a posição interna do vocábulo não carregar o ônus de estar em final de sílaba, posição tradicionalmente conhecida como mais favorecedora da manutenção.

VOGAL PRECEDENTE

Das sete vogais encontradas no *corpus* só quatro [a i ɔ u]⁸ apresentaram

⁸ Esse dado vai de encontro com o ponto de vista apresentado por Teixeira (1995), segundo o qual, [e] nunca ocorre antes de /l/ e [o] não ocorre antes de /l/ em final de palavra no português. Dentre nossos dados houve a ocorrência de [tew'sow] para tersol e [efay'atʃɪ] e mize'avew] para alfaiate e miserável, respectivamente.

número de dados que justificasse uma análise variável. Os resultados apresentam pesos relativos já esperados.

Tabela 2. Vogal precedente

Grupo de fatores	W		O		H		Exemplos
	Nº de dados	Peso Relativo	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	
[a]	284	.508	19	.085	34	.408	[aw'kɔlatɾɐ] [afaj'atʃi] [kahkɐ'na]
[i]	33	.491	7	.237	3	.272	[fu'ɲiw][mizɐ'ravi] [a'brɪh]
[ɔ]	103	.259	19	.158	20	.583	[ʒira'sɔw] ['sɔ] [teh'sɔh]
[u]	16	.045	7	.911	5	.045	[puwɐ] ['utʃimɔ] [puh'gɐw]

Os resultados acima apresentam peso relativo altamente relevante para a vogal [u] que se aproxima do valor categórico. Note-se que esse é o único fator que favorece o apagamento. Esse resultado deve ser reflexo da assimilação que ocorre entre [u] e [w]. As vogais anteriores apresentam os seguintes pesos relativos para [w]: .491 e .508, para [i] [a], respectivamente. Sendo assim, pode-se dizer que as anteriores favorecem a vocalização de (l). Mas essa última vogal , assim como [ɔ] favorecem que (l) se atualize também como [h]. Talvez por tratar-se de um segmento central, ora favorece o que a anterior [i] favorece, ora o que a posterior [ɔ] condiciona. Interessante notar que, excetuando [a], todas as outras vogais favorecem uma única variante.

CONTEXTO SEGUINTE

Dentre os dados analisados foram identificados apenas dois casos em que ocorria vogal depois da variável em estudo. Isso motivou a retirada do fator *vogal* das rodadas.

Tabela 3. Contexto seguinte

Grupo de fatores	W		O		H		Exemplos
	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	
Silêncio	218	.414	32	.158	31	.428	[tre'sɔʷ] / [tre'sɔ] / [a'brih]
Consoante	243	.218	34	.571	32	.211	[awfa'zẽmɐ][vɔ'radɐ] [ahsa'pẽw]

Os pesos relativos fornecidos pelo programa de regra variável mostram uma polaridade entre os resultados. As variantes favorecidas pelo silêncio não apresentam peso relativo relevante para as consoantes e vice-versa. Essas apresentam pesos relativos bastante significativos para apagamento (.571). Já os dados referentes ao silêncio apontam pesos relativos altos para [w] e [h], .414 e .428, respectivamente. Assim, é possível afirmar que as consoantes favorecem o apagamento e as duas outras variantes a manutenção.

MODO DE ARTICULAÇÃO DA CONSOANTE SEGUINTE

Esse grupo apresentava quatro fatores, a saber: oclusivas, fricativas, africadas e nasais. Posteriormente, essas últimas foram retiradas da análise por apresentarem número muito reduzido de dados. As africadas foram amalgamadas às oclusivas por apresentarem dados estatísticos muito próximos dessas e por serem fonologicamente consoantes oclusivas. Essas africadas no *corpus* eram [t] e [d] que passavam a [tʃ] e [dʒ]; assim, foi possível construir dois novos grupos de fatores: contínuas e não-contínuas, conforme se verifica na tabela 4:

Tabela 4. Modo de articulação da consoante seguinte

Grupo de fatores	W		O		H		Exemplos
	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	
contínuas	123	.191	26	.539	9	.270	[menɔs'pawzɐ][faj'atʃi] [kah'sijɐ]
Não-contínuas	113	.485	5	.172	23	.343	[ˈpiɾɐawtɐ][ˈpuɣɐ][kafikɛˈɲa]

Os resultados para este grupo também são bastante polarizados. As contínuas, com peso relativo igual a .539, favorecem o apagamento e as não-contínuas a manutenção, com pesos relativos .485 e 343, para [w] e [h], respectivamente. Note-se, entretanto, que as não-contínuas são bem mais favoráveis à vocalização do que à aspiração.

PONTO DE ARTICULAÇÃO DA CONSOANTE SEGUINTE

Nesse grupo as palatalizadas foram reunidas às velares. As labiais às bilábias. Essas duplas apresentavam resultados muito próximos. Passaram a constituir os grupos *posteriores e labiais*. As glotais foram retiradas da análise por apresentarem número muito reduzido de dados.

Tabela 5. Ponto de articulação da consoante seguinte

Grupo de fatores	W		O		H		Exemplos
	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	
labiais	65	.333	22	.587	2	.080	[ˈsawvɐ] [iʃˈtrela ˈdavi] [ˈdahvɐ]
alveolares	106	.489	5	.165	9	.346	[ˈpiɾɐawtɐ] [saˈpɾɐw] [kah'sijɐ]
posteriores	70	.117	4	.196	21	.687	[ˈbawdʒi] [ˈpuɣɐ] [ˈpufigɐ]

Dentre os fatores acima, o único que favorece o apagamento é o constituído pelas labiais (.587). Novamente, assim como para a semivogal [w], no grupo

de fatores vogal precedente, deve ter atuado a assimilação do traço labial. A vocalização, a princípio, parece ser favorecida pelas labiais e alveolares que recebem pesos relativos iguais a .333 e .489, respectivamente. Mas observe-se que: a) o peso relativo referente a [w] é praticamente neutro, o que significa dizer que as labiais favorecem realmente o apagamento, pois é para ele que apresentam alto peso relativo; b) que são as alveolares que favorecem, com peso relativo significativo .489, a vocalização e com peso relativo mais baixo a realização glotal [h] (.346). As posteriores, com peso relativo igual a .687, favorecem de forma muito mais significativa do que as alveolares a variante glotal. Esses resultados colocam as labiais como as únicas favorecedoras do apagamento: as posteriores como favorecedoras da realização glotal e as anteriores como favorecedoras de [w] e [h]. Mas há que se considerar que as alveolares apresentam para a [h] peso muito inferior ao que apresentam para a [w] e mais inferior ainda ao que as posteriores apresentam para aquela variante [h]. Aqui, também, há de um lado um grupo favorecendo o apagamento, o das labiais, e os outros dois favorecendo a manutenção.

SONORIDADE DO SEGMENTO SEGUINTE

Este grupo apresentou comportamento bem distinto dos demais em relação à polaridade manutenção *versus* apagamento.

Tabela 6. Sonoridade do segmento seguinte

Grupo de fatores	W		O		H		Exemplos
	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	
Surdo	144	.244	24	.404	23	.352	[kaw'sĩpe][afaj'atʃi][kahkẽ'pa]
Sonoro	98	.435	10	.263	9	.302	[anew'ziɲo] [ʋo'radɐ][dahvɐ]/

O contexto surdo favorece a ocorrência de [ø] e de [h], mas, diante desse contexto há mais probabilidade de ocorrer o zero fonético, que recebe peso relativo igual a .404, do que a outra variante favorecida pelo mesmo contexto que recebe peso igual a .352. A vocalização é favorecida pelo contexto sonoro (.435). Conforme se disse acima, não é possível fazer aqui a polarização entre manutenção e apagamento como se fez com os demais grupos de fatores.

EXTENSÃO DO VOCÁBULO

Esse grupo era inicialmente formado por quatro fatores. O fator monossílaboônico favorecia significativamente a manutenção. Entretanto, foi retirado das rodadas, pois com a ajuda do Programa TSOR foi possível verificar que todos os monossílabosônicos se referiam ao vocábulo *sol*. O grupo dos trissílabos foi amalgamado ao dos polissílabos⁹.

Tabela 7. Extensão do vocábulo

Grupo de fatores	W		O		H		Exemplos
	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	
Dissílabo	234	.257	24	.207	33	.536	[a' briw] [trej' soh/ [teh' so]
Polissílabo*	147	.367	35	.456	22	.176	[awfaj' at'i][mize'ravi][kawke' nah]

Os vocábulos de menor extensão favoreceram a realização glotal com peso relativo igual a .536. Já os polissílabos foram responsáveis pelo favorecimento da vocalização (.367) e do apagamento (.456). Era de esperar que nos polissílabos o zero fonético fosse favorecido. Tradicionalmente, os

⁹ Conferir nos anexos a carta 02. Nessa carta se encontra a distribuição da forma *sol* de acordo com suas diversificadas realizações.

vocábulos de maior extensão têm favorecido o processo de apagamento. Isso pode ser verificado em trabalhos realizados na década passada e na década atual com relação ao /r/ em final de vocábulo, por exemplo (cf. VOTRE,1987 e OLIVEIRA, 2002). Esses resultados se diferenciam dos do grupos 1-5 em que ocorria a polarização entre manutenção/apagamento, e também dos resultados obtidos para o grupo citado no item 3.6, em que as grupos que favorecem a vocalização desfavorecem [ø] e [h] e vice-versa. Neste grupo tem-se [h] versus [ø] e [w].

TONICIDADE

O contexto postônico foi desconsiderado porque apresentava número muito reduzido de dados.

Tabela 8. Tonicidade

Grupo de fatores	W		O		H		Exemplos
	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	
Tônica	367	.628	34	.143	43	.229	[mẽˈgaw]tẽpɔˈra] [ˈpufigɐ]
Pré-tônica	95	.123	26	.540	20	.337	[awvɔˈradɐ][fajˈatʃi][kahkẽˈnẽ]

A sílaba tônica (.628) favoreceu a variante [w]. Já o contexto pré-tônico o desfavoreceu, favorecendo [ø] e [h] que recebem pesos relativos iguais a .540 .337, respectivamente . Esses resultados mostram que a atualização de (l) depende de estar em sílaba forte ou fraca. O peso referente ao fator pré-tônico fator para a glotal (.337), embora favorecedor, é bem inferior ao correspondente ao apagamento.Assim, nos vocábulos mais longos há mais probabilidade de ocorrer apagamento.

SEXO

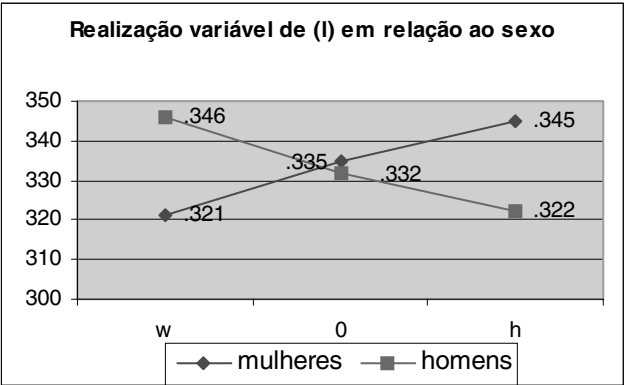
Os pesos relativos desse grupo não apresentaram muito distanciamento. Parece que o fator sexo não condiciona de forma significativa quaisquer das variantes encontradas no *corpus*.

Tabela 9. Sexo

Grupo de fatores	W		O		H		Exemplos
	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	
feminino	227	.321	36	.335	33	.345	[mẽ'gaw] [tẽpɔ'ra] ['pufigɐ]
masculino	237	.346	30	.332	30	.322	[awvɔ'radɐ][faj'atʃi][karkɐ'nɐ]

A tabela acima apresenta para os dois grupos pesos relativos muito aproximados em relação ao zero fonético. As mulheres condicionam levemente o apagamento, com peso relativo igual a .335. Já os homens o desfavorecem, .332. Mas esse desfavorecimento situa-se muito próximo da zona de favorecimento e o seu favorecimento pelas mulheres não se distancia tanto da zona de neutralidade. A vocalização é favorecida pelos homens. Para esse grupo tem-se o peso. 346. As mulheres, por sua vez, desfavorecem [w] e favorecem a variante glotal (.345). Os pesos relativos de homens e mulheres em relação às variantes que favorecem e desfavorecem são também muito aproximados. As mulheres recebem peso relativo igual a .321 para a vocalização e os homens .322 para a variante glotal.

Gráfico 1



No gráfico acima se pode perceber melhor que os homens favorecem [w] na mesma proporção que as mulheres favorecem [h]. apresentam resultados muito próximos em relação ao zero fonético.

FAIXA ETÁRIA

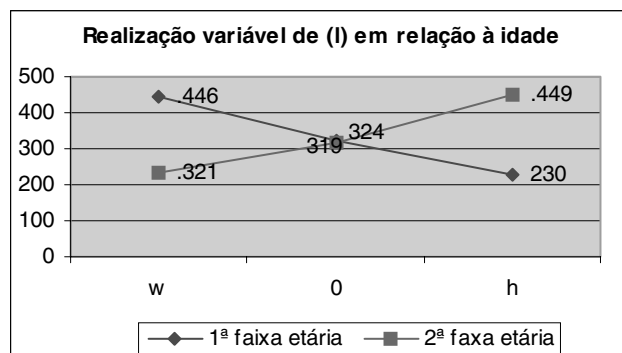
Os jovens, conforme se esperava, favorecem a vocalização. Já os mais velhos preferem a variante glotal. Essa variante é estigmatizada, talvez por isso seja favorecida pelos mais velhos.

Tabela 10. Faixa etária

Grupo de fatores	W		O		H		Exemplos
	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	Nº de dados	Peso relativo	
19-30 anos	267	.446	26	.324	18	.230	[mẽ'gaw] [tẽpõ'ra] ['pufigẽ]
40-70 anos	197	.232	40	.319	45	.449	[awvõ'rade] [fa'atʃi] [karkẽ'pẽ]

Os mais velhos favoreceram a variante glotal com peso relativo bastante significativo (.449). Os mais jovens desfavoreceram [ø] e [h] e favoreceram a vocalização (.446), também com peso relativo alto. O fato de os jovens favorecerem a vocalização fortalece a hipótese de que ela se constitui a tendência no falar em estudo. Os mais velhos desfavorecem [w] praticamente na mesma proporção que os jovens desfavorecem [h]. O gráfico abaixo ajuda a visualizar e perceber melhor as simetrias.

Gráfico 2



A gráfico acima mostra que a idade atua sobre a realização variável de (l). A variante preferida pelos jovens é pouco utilizada pelos mais velhos. Por outro lado, a variante mais favorecida pela 2ª faixa etária é desfavorecida pelos jovens. O que há de comum entre esses dois grupos é que ambos desfavorecem o apagamento na mesma proporção. Isso pode ser constatado acima; há proximidade entre os pesos relativos correspondentes a jovens e adultos referente à variante [ø]. Note-se que, por um lado, esses grupos se diferenciam quanto à preferência da variante usada, por outro lado, assemelham-se quando desfavorecem ambos o apagamento.

Os gráficos 1 e 2 mostram resultados curiosos. As mulheres favoreceram [h] e os homens [w]. A primeira faixa etária favorece [w], já a segunda a variante [h]. Com exceção das mulheres, que o faz de forma muito tímida, os outros fatores sociais não favorecem o apagamento.

O quadro abaixo mostra os grupos de fatores que participaram das rodadas e aponta de forma sistemática qual (is) as variantes favorecidas por cada fator.

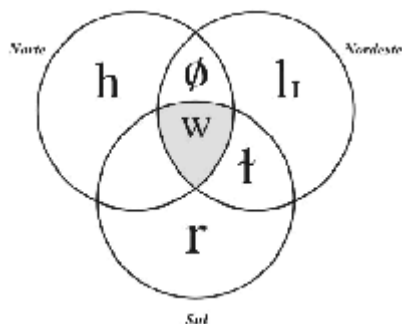
Quadro de favorecimento das variantes

Grupo de fatores	W	0	H	Observações
1. posição				Os resultados do grupo 1 ao 5 revelam que é possível fazer uma análise em que se tem manutenção <i>versus</i> apagamento. Nesses grupos os fatores que favorecem o apagamento desfavorecem a manutenção e vice-versa. O fator Vogal alta posterior arredondada do grupo de fatores <i>vogal precedente</i> foi o que recebeu o maior peso relativo quando da análise estatística (.911). Excetuando-se o grupo <i>idade</i> em que o zero fonético não foi favorecido por nenhum dos dois fatores, todos as variantes, mais ou menos significativamente, foram favorecidas por algum fator.
Interna do vocábulo	X		X	
Interna do grupo de força	X		X	
Externa do vocábulo		X		
Externa do grupo de força		X		
2. vogal precedente	W	0	H	
Vogal baixa central	X		X	
Vogal média posterior arredondada			X	
Vogal alta anterior não-arredondada	X			
Vogal alta posterior arredondada		X		
3. contexto seguinte	W	0	H	
Silêncio	X		x	
Consoante		x		
4. modo de articulação da consoante seguinte	W	0	H	
Contínuas		x		
não-contínuas	x		x	
5. ponto de articulação da consoante seguinte	W	0	H	
Labiaais	xx ¹⁰	x		
posteriores			x	
Alveolares	x		x	

¹⁰ Peso neutro.

6. sonoridade do seguimento seguinte	W	0	H	Nesses grupos, diferentemente do que se verificou para os grupos 1-5, não é possível se fazer a polarização apagamento versus manutenção. Ora um grupo favorece [w] e [ø], ora [h][ø].
Sonoro	x			
Surdo		x	x	
7. extensão do vocábulo	W	0	H	
Dissílabos			x	
polissílabos	x	x		
8. tonicidade	W	0	H	
tônica	x			
Pré-tônica		x	x	
9. sexo	W	0	H	
Feminino		x	x	
masculino	X			
10. faixa etária	W	0	H	
19-30			x	
40-70	X			

Feita essa apresentação seria interessante fazer uma breve sistematização das variantes encontradas neste trabalho e nos estudos aqui citados. Inicialmente tinha-se em vista realizar uma comparação dos fatores testados neste trabalho com os testados nos três estudos mencionados no início deste texto. Mas o fato de eles terem sido construídos obedecendo-se a procedimentos metodológicos diferenciados fez com se declinasse da intenção. Assim, serão apresentadas as variantes encontradas neste e naqueles trabalhos, apontando-se o que ocorre só numa dada região e o que é comum nos trabalhos realizados nas três diferentes regiões.



A figura acima permite visualizar de maneira mais eficiente as realizações que foram encontradas nas pesquisas que caracterizam a fala da região Norte, Nordeste e Sul. As três regiões apresentam ora comunidade umas com as outras; ora especificidades. A variante [h] foi encontrada só na região Norte; [l̥] apenas no Nordeste e [r] no Sul. Por exemplo, [ø] só pertence ao conjunto Norte e Nordeste. Já a variante velarizada [ɫ] só ocorre no Nordeste e Sul. Não há intercessão entre Norte e Sul, quando não se considera a vocalização. A intercessão entre as três regiões se dá por meio da variante [w].

Isso parece confirmar, ainda timidamente por causa do número de localidades utilizadas na comparação, a tendência da vocalização no português brasileiro.

Como se disse acima, pretendia-se, inicialmente, realizar uma comparação não apenas entre as variantes ocorridas em cada região, mas levando em consideração os fatores de ordem social e lingüística. Entretanto, as diferenças nos procedimentos metodológicos dificultaram a comparação. Além disso, os grupos de fatores são diferenciados, ou seja, nem sempre os grupos testados num estudo é também examinado em outro. Embora haja muitas coincidências, Silva (1995) já atentava para as dificuldades que se colocam na hora de realizar comparações. Ressalta a necessidade de realizá-las a fim de que se possa construir uma imagem aproximada da realidade lingüística brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram encontradas neste trabalho seis variantes para a variável (l):[w] (semivogal velar), [ø] (zero fonético), [h] (fricativa glotal surda e sonora), [ɬ] (lateral velarizada), [ɾ] (tap alveolar) e [ɹ] (aproximante). Isso autoriza dizer, embora apenas as três primeiras apresentem número significativo de ocorrências, que é relativamente alto o número de variantes encontradas para essa variável no Nordeste Paraense e no Brasil quando se contabilizam seis variantes ao reunir trabalhos das regiões Norte, Nordeste e Sul do país.

A realização variável de (l) é condicionada por fatores lingüísticos e sociais, sendo aqueles os que mais favorecem essa variação. O fator [u] do *grupo contexto precedente* é o fator que mais favorece o apagamento; apresenta peso relativo altíssimo (.911).

A variante [w] foi a mais recorrente entre nossos dados. Parece constituir a tendência no falar do Nordeste Paraense e é a mais favorecida entre os jovens. Também parece ser a tendência no Brasil. Note-se que, embora haja diferenças entre os procedimentos metodológicos adotados neste e nos estudos aqui citados, a variante [w] se fez presente em todos. Isso ratifica a tendência dessa realização nas diferentes regiões do Brasil.

A tarefa de realizar comparações mais sólidas e acertadas, indicando com mais autoridade essa tendência, talvez possa ser otimizada com a construção do Atlas Lingüístico do Brasil. Como se trata de um projeto nacional, os procedimentos metodológicos para a coleta dados e seu respectivo tratamento tendem a ser o mesmo nas diferentes regiões, Estados e cidades brasileiras selecionados para a pesquisa. O fato de contar com uma equipe formada conjuntamente, obedecendo-se aos mesmos critérios, deve contribuir significativamente para a realização de comparações mais seguras, o que

favorece, por sua vez, a construção do quadro dialetal brasileiro, para o qual devem de alguma forma concorrer as pesquisas realizadas sobre o português brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAL MAGO, D. *Aspectos fonológicos segundo uma perspectiva não-linear: a líquida em questão*.s/d. disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~varsul/index.html>>acesso em dezembro de 1999.

OLIVEIRA, M. *Manutenção e Apagamento do (r) final de vocábulo na fala de Itaituba*. Belém. 2002. Dissertação de mestrado.

PINTZUK, S. *VARBRUL*. 1988. Inédito.

PONTES, I. Regra Variável e Estrutura Lingüística Sociolingüística: um caminho para a sistematização da variação lingüística. In: AGUILERA, V. *A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectiva*.Londrina: UEL, 1998.

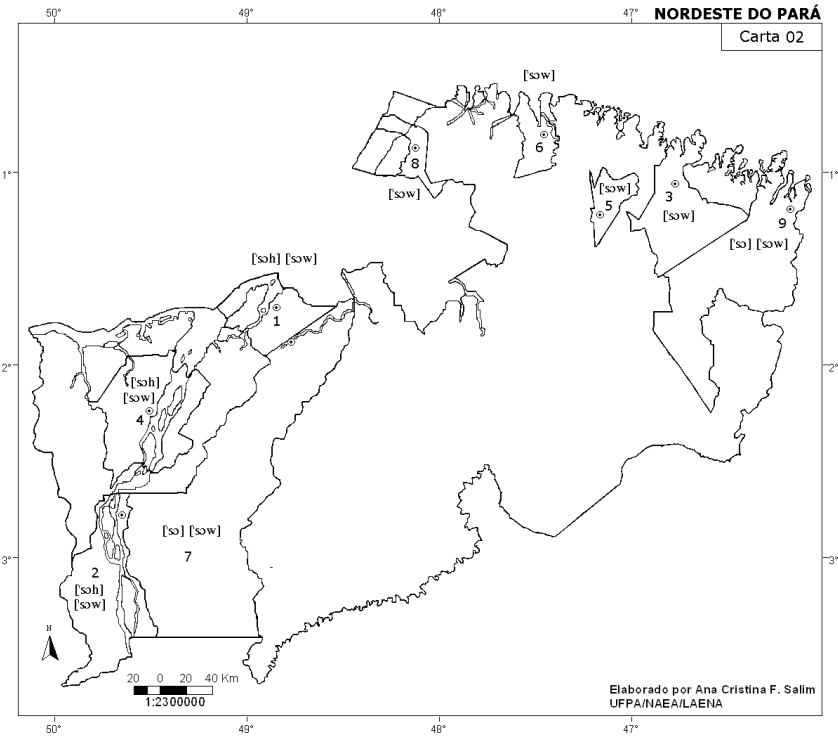
RAZKY, A. O Atlas Geo-sociolinguístico do Pará: uma abordagem metodológica. In: AGUILERA, V. *A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectiva*.Londrina,: UEL, 1998

SILVA, M. B. Variação geográfica: repensando estratégias descritivas. *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 17, p. 87-91, jul., 1995.

TEIXEIRA, E. P. Variação fonológica na região de Monte Santo; a consoante /l /. *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 17, p. 59-69, jul., 1995.

VOTRE, S. *Aspectos da variação fonológica no fala do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 1978.222f. Tese de doutorado.

ANEXOS



Métodos e Procedimentos utilizados
no Estudo **Geolingüístico**
de alguns municípios
do **Litoral Sul Paulista**
abordagem de aspectos **semântico-lexicais**



Lígia Maria Campos Imaguire

O presente trabalho teve por objetivo elaborar uma análise semântico-lexical da fala de alguns municípios do litoral sul paulista.

Elaboramos esse estudo a partir de elementos teóricos da Dialetoлогия e da Geografia Lingüística. A primeira se propõe estudar os dialetos e a segunda, método da primeira, permite reconhecer as áreas de extensão dos fatos lingüísticos (fonéticos, morfológicos, sintáticos e léxicos) num determinado espaço geográfico.

Apresentamos uma abordagem lexical, apontando as variantes lingüísticas usadas por 72 sujeitos moradores de oito municípios do litoral sul paulista.

Elaborar um trabalho de natureza dialetológica requer o uso de métodos precisos e estruturados, baseados sobretudo em experiências anteriores, aliadas a elementos teóricos coerentes. Em virtude disso, escolhemos e utilizamos alguns procedimentos de trabalhos dialetológicos em geral e outros, que foram elaborados e estão sendo usados na preparação do Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB).

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A SELEÇÃO DOS PONTOS LINGÜÍSTICOS

Fizemos pesquisa direta (*in loco*), isto é, fomos a campo coletar os dados. Selecionamos, dentro do território paulista, uma região administrativa, incluindo aí um ponto de entrevista do ALiB. Optamos pela região de Santos.

Para o estabelecimento dos pontos, levamos em consideração a densidade demográfica, o processo de povoamento, os aspectos sociopolítico e econômico, a importância de cada município, além da equidistância entre eles. Fizemos pesquisa em toda a região administrativa de Santos. Quando possível, iniciamos

a pesquisa no primeiro núcleo populacional (bairro) existente no município e seguimos, de forma concêntrica, até o bairro mais recente; esse procedimento foi utilizado quando o número de sujeitos entrevistados nos permitiu fazer esse percurso.

Na região administrativa de Santos¹, foram objeto de pesquisa os sujeitos dos seguintes pontos lingüísticos:

Pontos	Descrição dos pontos
01	Peruíbe
02	Itanhaém* ²
03	Mongaguá
04	Praia Grande
05	São Vicente
06	Cubatão
07	Guarujá
08	Bertioga

A SELEÇÃO DOS SUJEITOS

No capítulo referente à história dos municípios pesquisados, notamos que muitas foram as influências socioculturais, raciais e lingüísticas que compuseram o perfil dos habitantes da região pesquisada.

Para que pudéssemos observar detalhadamente algumas variáveis lingüísticas diatópicas, diastráticas, diafásicas, diageracionais e diagenéricas,

¹ Excluímos de nossa pesquisa apenas o município de Santos, onde nossa orientadora pretende fazer futuramente uma pesquisa sobre a fala local.

² O município assinalado com asterisco é ponto também do ALiB.

procedemos ao estudo do perfil do sujeito que constituiu a amostra lingüística da rede de pontos pesquisada. Esses dados sobre os sujeitos são apresentados em uma tabela na tese (no capítulo “Métodos e procedimentos”) e também no banco de dados, do qual constam: número, correspondente à ordem das entrevistas e à ordem no *corpus*; o ponto, designando os municípios, apresentados por números na ordem em que foram visitados: 1-Bertioga, 2 - Cubatão, 3-Guarujá, 4-Itanhaém, 5-Mongaguá, 6-Peruíbe, 7-Praia Grande, 8-São Vicente; as iniciais do nome completo do sujeito; o sexo: F para feminino e M para masculino; a idade, expressa em números; o estado civil; as profissões; e o salário (em salários mínimos no período em que realizamos a nossa pesquisa o valor referencial do salário mínimo era de R\$ 181,00, ou U\$ 75,42 valor cambial do dólar em U\$ 2,40 – novembro de 2001).

Na seleção dos sujeitos, utilizamos os mesmos critérios que estão sendo usados na elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB: ser natural da localidade ou aí ter residido 1/3 (um terço) de sua vida, quando procedente de outra localidade. Quanto à escolaridade, o nível exigido foi o fundamental 1 completo. Foram entrevistados adultos nas seguintes faixas etárias: 18-30, representando os mais jovens (normalmente utilizam variantes mais inovadoras), 31-49 (essa faixa etária o ALiB não utilizou), representando a faixa etária intermediária (às vezes essa faixa etária mantém um padrão mais conservador de linguagem, normalmente de maior prestígio, outras vezes utiliza variantes mais inovadoras) e 50-65, representando os mais velhos (lembrando que as pessoas mais velhas, normalmente, são usuárias de variantes mais conservadoras).

Para a seleção do número de sujeitos entrevistados em cada ponto, utilizamos a seguinte equação:

Número de entrevistados = [(população/150.000)+1] x 3 faixas etárias x 2 sexos

Equação matemática utilizada para a escolha do número dos sujeitos

Cidade	População	div./150000	arredondado+1	x3 faixas etárias x2 sexos
Bertioga	30.903 ¹	0,206	1,21	6
Cubatão	107.904	0,719	1,72	6
Guarujá	265.155	1,768	2,77	12
Itanhaém	71.947	0,480	1,48	6
Mongaguá	35.106	0,234	1,23	6
Peruíbe	51.384	0,343	1,34	6
Praia Grande	191.811	1,279	2,28	12
São Vicente	302.678	2,018	3,02	18
Total	1.056.888	7,047	15,05	72

Em Bertioga, Cubatão, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe foram entrevistados seis sujeitos, três de cada sexo e dois em cada faixa etária. Na Praia Grande e no Guarujá foram entrevistados doze sujeitos, seis de cada sexo e quatro em cada faixa etária. Em São Vicente foram entrevistados dezoito sujeitos, nove de cada sexo e seis em cada faixa etária. No total foram entrevistados 72 sujeitos.

Devido à exigüidade do tempo, não contemplamos todas as variáveis; priorizamos o gênero, a faixa etária, o nível de escolaridade e a situação socioeconômica.

² Dados pesquisados no *site* do IBGE – www.ibge.gov.br, disponível em 22/10/2000.

O INSTRUMENTO DA COLETA: O QUESTIONÁRIO LINGÜÍSTICO

De acordo com (Santos, 2003) “Desde o surgimento da Geolingüística, o questionário tem sido um instrumento largamente utilizado para a coleta de dados/experimentação (acréscimo nosso). Na verdade, não existe apenas um instrumento para a coleta de dados em Geolingüística. O questionário semântico-lexical, objeto do presente trabalho, consiste num conjunto de questões de cunho descritivo, cujo objetivo se constitui em investigar a designação atribuída pelo entrevistado, sujeito da pesquisa, a determinados objetos do mundo referencial ou imaginário previamente selecionados”. Configura-se como um instrumento de cunho onomasiológico, pois se parte do ‘significado (‘conceito’ ou ‘noção’) para estudar suas manifestações no plano dos signos ou lexemas” (Greimas; Courtés, 1993, p. 261). Dito em outras palavras, faz-se uma pergunta padrão, que consiste na descrição do objeto do mundo referencial ou imaginário, com vistas a obter o(s) lexemas(s) utilizado(s) em um determinado ponto. Segmentado em domínios, o questionário é aplicado em uma entrevista. As respostas emitidas pelos entrevistados são, em geral, lexemas ou frases breves. Ocasionalmente, há diálogos mais extensos, constituídos de vários turnos para uma mesma questão. Originam-se de uma indagação do entrevistador quanto à existência de outra resposta para um objeto do mundo referencial ou imaginário, à complementação de um dado ou a uma explicação factual. Na maioria dos atlas lingüísticos, os lexemas correspondentes às respostas a uma dada questão são o alvo da pesquisa. Consequentemente, são destacados e dispostos em listas de palavras e, mais recentemente, em tabelas (apresentado no trabalho de Imaguire, 1999 – acréscimo nosso). Posteriormente, as listas e tabelas dão origem às cartas lexicais, que se caracterizam não apenas como base dos atlas lingüísticos, como também de inúmeras monografias dialetais”.

O questionário semântico-lexical (QSL) que utilizamos tem como base a versão constante do II Workshop de Preparação dos Inquiridores para o “Atlas Lingüístico do Brasil”, realizado em Londrina, de 3 a 7 de julho de 2000. Existe uma versão posterior a essa, porém, quando iniciamos nossa pesquisa piloto, era essa versão que estava em vigência. De acordo com o objetivo do trabalho, usamos apenas o questionário semântico-lexical, que é o instrumento básico para pesquisas dessa natureza, e é composto de 210 questões, distribuídas em 15 campos semânticos:

- acidentes geográficos (6 questões)
- fenômenos atmosféricos (14 questões)
- astros e tempo (17 questões)
- flora (6 questões)
- atividades agropastoris (22 questões)
- fauna (26 questões)
- corpo humano (32 questões)
- cultura e convívio (6 questões)
- ciclos da vida (19 questões)
- religião e crenças (9 questões)
- festas e divertimentos (19 questões)
- habitação (8 questões)
- alimentação e cozinha (10 questões)
- vestuário (6 questões)
- vida urbana (11 questões)

De acordo com o comitê do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB:14), a seleção dos itens inclusos no QLS levou em conta, além da orientação onomasiológica, o objetivo de documentar o registro coloquial do falante, buscando as formas de emprego mais gerais da comunidade, sem com isso priorizar regionalismos, arcaísmos ou linguagens especiais de grupos.

A necessidade de uniformização levou à formulação prévia de todas as questões, como pode ser observado no próprio questionário.

Assim, não se incluem, por exemplo, perguntas a respeito de flora, fauna, acidentes geográficos, costumes ou objetos característicos exclusivamente de determinadas regiões. As perguntas existentes no QSL são de caráter geral.

Estão inclusas, no entanto, perguntas referentes a formas que se revelaram de interesse do ponto de vista lexical nos atlas já publicados, quer pela natureza sinonímica que apresentam, quer pela indicação de áreas dialetais.

Esse questionário não pretende abarcar todas as variantes utilizadas em cada localidade, mas apresentar uma amostra do falar desse lugar.

A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO: A ENTREVISTA

A técnica utilizada normalmente para recolher os dados e garantir a homogeneidade do trabalho é a aplicação de um questionário lingüístico.

Além das entrevistas, gravamos também o diálogo que tínhamos com os entrevistados, no momento de preenchimento da ficha do sujeito e o diálogo pós-entrevista, em que os sujeitos contavam detalhes da vida deles. Trudgill (31-51:1983) propõe que se apliquem duas técnicas de coleta de dados: um questionário e gravações de elocuições livres. Para esta pesquisa usamos apenas o questionário, porque pretendemos fazer comparações com atlas e trabalhos da área de dialetologia e a análise de uma mesma lexia. Acreditamos que, somente com elocuições livres, não teríamos elementos suficientes para o trabalho que pretendemos executar. De modo geral, gravamos também elocuições livres dos sujeitos, mas nesse momento não iremos trabalhar com esses dados.

As entrevistas foram feitas pela própria pesquisadora. Foram gravadas e realizadas no hábitat do sujeito, nas prefeituras, padarias, postos de saúde, em praças públicas, nas ruas, no local de trabalho de alguns sujeitos. As entrevistas realizadas na casa dos sujeitos possibilitava a desinibição e a descontração, no entanto algumas vezes deparamos com barulhos domésticos.

Foram feitas pequenas alterações no questionário para que ele se adaptasse à realidade das regiões em que fizemos a pesquisa (região administrativa de Santos).

TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

Transcrição é a cópia, a reprodução por escrito das entrevistas feitas na pesquisa de campo. O *corpus* desta pesquisa foi transcrito de forma grafemática e algumas lexias, de forma fonética. Fizemos transcrição fonética das lexias que apresentaram alofones. Para a transcrição grafemática, utilizamos as notações definidas por Marcuschi (1986) e, para a transcrição fonética, o Alfabeto Fonético Internacional (IPA).

EQUIPAMENTOS TÉCNICOS UTILIZADOS

Para recolhermos os dados de nossa pesquisa, utilizamos um gravador da marca *Panasonic*, cassete, com microfone acoplado, movido por bateria, modelo nº RQ – 319. Foram usadas fitas cassete de marca Sony, tipo EF-X 60, *tipe I* normal, grande parte cedidas à pesquisadora pelo Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Para fazer a digitação, compilação e a elaboração do trabalho, utilizamos um PC-MDK62, 350Hzt, um scanner Gennius, uma impressora Epson Stylus

Color 660 e um gravador de CD acoplado ao computador. O tempo de gravação das entrevistas variou de 60 min a 1h e 20 minutos.

A ANÁLISE DOS DADOS

Após a gravação das entrevistas, seguimos as seguintes etapas: ouvimos as fitas para nos familiarizarmos com as gravações; transcrevemos as entrevistas de forma grafemática. Depois revisamos as transcrições, elaboramos o banco de dados, aprimoramos o banco de dados, digitamos os dados no banco, imprimimos as tabelas para conferência dos dados e revisão das tabelas, analisamos os campos semânticos individualmente, criamos, com base nas tabelas geradas pelo banco de dados, as tabelas: número de variantes, número de ocorrências pela variável sexo e abstenções de cada campo semântico. Com base nessas tabelas construímos, no programa Excel, os seguintes histogramas: variantes lexicais e ocorrências da variável sexo em cada um dos campos semânticos. As abstenções não foram consideradas em nenhuma contagem de variantes nem de ocorrências.

Para analisar os campos semânticos e as perguntas que apresentaram o maior e o menor número de variantes criamos alguns tópicos:

- o título do campo semântico ou a pergunta;
- a formulação das perguntas;
- a pergunta que apresentou o maior e o menor número de variantes;
- a pergunta que apresentou o maior número de ocorrências dentre as perguntas de um determinado campo;
- o número de ocorrências proferidas por homens e por mulheres, em que perguntas os homens proferiram mais ocorrências e em quais as mulheres proferiram mais;

- se houve variantes comuns nos pontos lingüísticos, destacando esses pontos;
- o número de abstenções apresentado em cada campo, detalhando quando possível, os motivos.

Em seguida, mostraremos duas tabelas, uma com as perguntas do campo e o número de variantes e a outra com as perguntas do campo e as ocorrências, detalhando se foram proferidas por homens ou por mulheres. Separadamente mostraremos dois histogramas³, que complementam as tabelas mencionadas neste parágrafo. A partir do histograma, selecionamos duas perguntas: a que apresentou o maior e a que teve o menor número de variantes lexicais no *corpus* da pesquisa.

Na análise das perguntas, como já salientamos anteriormente, em alguns casos, tecemos comentários sobre elas, o número de variantes apresentadas, o número de ocorrências proferidas pelos sujeitos do sexo masculino e feminino e o número de abstenções. Fizemos algumas considerações semelhantes às que foram feitas em cada campo semântico, classificamos as variantes de acordo com a proposta de Pottier (1972, p. 27) – lexia simples, complexa, composta e textual – pesquisamos nos dicionários apenas a variante/resposta proposta pelo ALiB que teve o maior e a que apresentou o menor número de variantes em cada campo, em dicionários de especialidade de cada área, no *Dicionário do Folclore Brasileiro* de Câmara Cascudo e nos seguintes dicionários gerais: *Dicionário Caldas Aulete*, *Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa*, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e no *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa de Cunha*; por último, pesquisamos todas as palavras encontradas no *corpus*, para identificação e

³ Histograma: representação gráfica de uma distribuição de frequência em que as frequências de classes são representadas pelas áreas de retângulos contíguos e verticais, com as bases colineares e proporcionais aos intervalos das classes.

comparação em atlas lingüísticos publicados no Brasil: APFB – *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, ALS – *Atlas Lingüístico de Sergipe*, ALPB – *Atlas Lingüístico da Paraíba*, EALMG – *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, ALPR – *Atlas Lingüístico do Paraná*, em dissertações de mestrado de Aguilera: EALLO – *Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina*, de Berti Santos: EGMS – *Estudo Geolingüístico de Aspectos Semânticos-Lexicais do Campo Semântico “Alimentação e cozinha” (Questionário do ALiB) no Município de Sorocaba*, e de Imaguire: EALISC – *Estudo com vistas ao Atlas Lingüístico da Ilha de Santa Catarina – Abordagem dos aspectos lexicais* e na tese de doutorado de Cardoso da Silva: ALMP – *Estudo Semântico- Lexical com vistas ao Atlas Lingüístico da Mesorregião do Marajó/Pará*.

A seguir, fizemos alguns comentários sobre a carta lexical que representa a pergunta que teve o maior e a que apresentou o menor número de variantes de cada campo semântico. Isso foi feito em todos os campos semânticos.

O banco de dados

Conforme mencionamos anteriormente, especificamos um programa para manipulação do banco de dados. O programa é constituído basicamente de três módulos: 1) interface para entrada de dados dos entrevistados; 2) interface para entrada das respostas das entrevistas; 3) geração de tabelas e estatísticas. Utilizamos esse programa para inserir os dados do *corpus*. No total, resultaram aproximadamente 500 horas de digitação dos dados. O banco gerou as tabelas automaticamente, porém fomos nós quem fizemos o *layout* das tabelas e esse processo passou por algumas reelaborações até chegar à forma atual. O *software* foi desenvolvido pela empresa Void Caz.

De acordo com Vieira (1998, p. 208)

o tempo que se dispensa com a criação de um banco de dados informatizado é compensado com grande vantagem, pois nos permite a elaboração de cartas e a publicação do Atlas Lingüístico em tempo muito menor e, como consequência, liberação do banco para acesso aos dados por outros pesquisadores interessados em aprofundar seus estudos.

Concordamos com a citação acima e, por esse motivo, utilizamos em nosso trabalho o *software* STDPSL (*Software* para Tratamento de Dados de Pesquisa Semântico-Lexical), que gerou o banco de dados, a partir das informações coletadas na pesquisa de campo. Os dados coletados nas fitas foram transcritos, revisados e digitados no STDPL, que gerou as tabelas e as consultas.

No banco de dados estão inseridos, além das respostas dos sujeitos, o questionário lingüístico separado por campo semântico; informações sobre o sujeito: abreviatura do nome, sexo, faixa etária, estado civil e outros; dados históricos e geográficos sobre os municípios pesquisados, número da entrevista, número de fitas utilizadas etc.

Utilização do STDPSL (Software para Tratamento de Dados de Pesquisa Semântico-Lexical)

Basicamente o STDPSL é dividido da seguinte forma:

Pasta 1: “Cadastro”. Esta pasta é subdividida em três: “ponto lingüístico”, “ficha do sujeito” e “questionário lingüístico”.

Pasta 2: “Entrevista”.

Pasta 3: “Estatística”.

A seguir, explicaremos cada pasta e suas funções.

Pasta 1: Cadastro

Nessa pasta encontramos:

a) Ponto lingüístico

No ponto lingüístico são cadastrados os municípios e as observações sobre eles.

Questionário Semântico-Lexical

Aplicativo Cadastro Sujeito Sobre

Cadastro Entrevista Estatísticas

Ponto Lingüístico Ficha do Sujeito Questionário Lingüístico

Município:

Símbolo:

Observações sobre o Município:

Pesquisa:

NomeMunicípio

Bertioga

Cubatão

Guarujá

Município:

Figura 1

b) Ficha do sujeito

A “ficha do sujeito” foi usada para cadastramento dos dados pessoais das pessoas entrevistadas.

The screenshot shows a software window titled "Questionário Semântico-Lexical". It has a menu bar with "Aplicativo", "Cadastro", "Sujeito", and "Sobre". Below the menu is a tabbed interface with "Cadastro", "Entrevista", and "Estatísticas". The "Entrevista" tab is active, and within it, the "Pessoais" sub-tab is selected. The main area is titled "Ficha do Sujeito" and contains two sections: "Dados Pessoais" and "Dados dos Pais e Cônjuge".

Dados Pessoais

Iniciais: Alcunha:

Sexo: Idade: Faixa Etária: Estado Civil:

Ocupação: Endereço:

Renda: Escolaridade:

Naturalidade: ☐ Local da Entrevista ☒ Outro:

Já viajou? ☒ Sim - Onde: ☐ Não

Morou sempre em: ☐ Local da Entrevista ☒ Outro:

Se Outro: Até os: anos em: e dos: até os: anos em:

Dados dos Pais e Cônjuge

Naturalidade do Pai: Tanadías	Profissão: Lavrador
Naturalidade da Mãe: Tanadías	Profissão: Do Lar
Naturalidade Cônjuge: Portugal	Profissão: Empreiteiro

At the bottom of the window is a toolbar with various navigation and editing icons.

Figura 2

Estes são os campos pertencentes à “ficha do sujeito”, ou pessoa entrevistada:

Iniciais: são as iniciais do nome. Ex: João Silva é J. S.

- 1) Alcunha: se houver; é o apodo da pessoa entrevistada.
- 2) Sexo: masculino e feminino.

- 3) Idade: número que equivale à idade do entrevistado.
- 4) Faixa etária – existem três faixas predefinidas: 18 a 30, 31 a 49 e 50 a 65.
Esse campo é autocompletado a partir do preenchimento da idade.
- 5) Estado civil – existem seis opções: casado, desquitado, divorciado, solteiro, viúvo e outro.
- 6) Ocupação: profissão ou ocupação do entrevistado.
- 7) Escolaridade – existem nove opções: Analfabeto, Ensino Fundamental 1 Completo ou Incompleto, Ensino Fundamental 2 Completo ou Incompleto, Ensino Médio Completo ou Incompleto, Ensino Superior Completo ou Incompleto.
- 8) Renda – existem cinco opções: 1 salário ou mais, de 2 a 5 salários, de 6 a 10 salários, mais que 10 salários, menos que 1 salário.
- 9) Naturalidade: cidade onde o entrevistado nasceu, se nasceu na própria cidade da entrevista ou em outra; em caso de outra, especifica-se a cidade e qual o período da vida em que morou nela.
- 10) Dados dos pais e cônjuge: naturalidade e profissão dos pais e do cônjuge.

c) Questionário lingüístico

Questionário Semântico-Lexical

Aplicativo | Cadastro | Sujeito | Sobre

Cadastro | Entrevista | Estatísticas

Ponto Lingüístico | Ficha do Sujeito | **Questionário Lingüístico**

Perguntas:

Área Semântica: ...

Tema: ...

Pergunta:

Como se chama aqui um rio pequeno, de uns dois metros de largura?

Pesquisa:

NomeÁreaSemantica	NomeTema	Pergunta
Acidentes geográficos	Córrego	Como se chama aqui um rio pequeno, de uns dois metros de largura?
Acidentes geográficos	Córrego	Como se chama um tronco, um pedaço de pau o...
Acidentes geográficos	Foz	Como se chama o lugar onde o rio termina ou enc...

Pergunta:

Figura 3

Nessa subpasta são definidas as “áreas semânticas”, o “nome” (tema) e a “pergunta”.

Pasta 2: Entrevista

A pasta “entrevista” foi usada para cadastramento das respostas dos entrevistados.

Questionário Semântico-Lexical

Aplicativo Cadastro Sujeito Sobre

Cadastro **Entrevista** Estatísticas

Número da Entrevista: 1

Número da fita: 1

Perguntas:

Área Semântica: Religião e crenças Tema: Presépio

Pergunta:

Resposta: Presépio

Respostas desta Pergunta:

Pesquisa:

Entrevista	Área	Tema	Fita
1	Religião e crenças	Presépio	
1	Fenômenos atmosféricos	Redemoinho (de vento)	
1	Fenômenos atmosféricos	Relâmpago	
1	Fenômenos atmosféricos	Raio	

Resposta:

Figura 4

São campos da “entrevista”:

- 1) Número da entrevista.
- 2) Número da fita.
- 3) Campo semântico: deve ser escolhida uma área semântica declarada no questionário lingüístico.
- 4) Tema: deve ser escolhido um tema declarado no questionário lingüístico; os temas são restritos à área semântica escolhida.

- 5) Pergunta: aparece automaticamente na escolha do tema.
- 6) Respostas dessa pergunta: digita-se a resposta dada pelo entrevistado.
- 7) Pesquisa: tela de consulta das respostas já dadas.

Pasta 3: Estatísticas

Funcionamento da “ficha estatística”: seu propósito é possibilitar a recuperação das informações digitadas no sistema, possibilitando a apresentação desses dados de duas formas:

- a) Impressão da tabela em formato pré-definido.
- b) Geração dinâmica de consultas à base de dados com exportação para o Excel.

A seleção dos itens das colunas serve para filtrar dados da pesquisa; por exemplo, pode-se fazer uma pesquisa por faixa etária, por faixa salarial e outros. É possível ativar e desativar itens do filtro conforme a necessidade ou interesse da pesquisa.

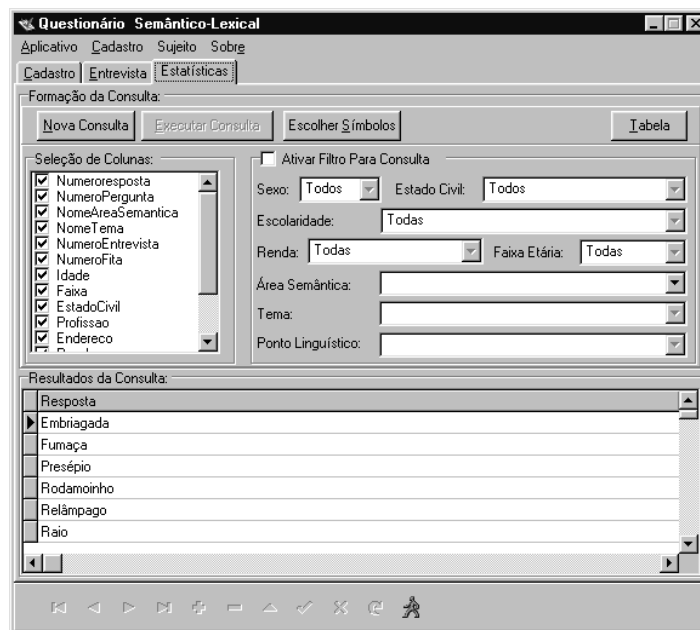


Figura 5

Na pasta estatística encontra-se a subpasta “escolher símbolos”, na qual podem ser acrescentados e retirados os símbolos que farão parte das tabelas.

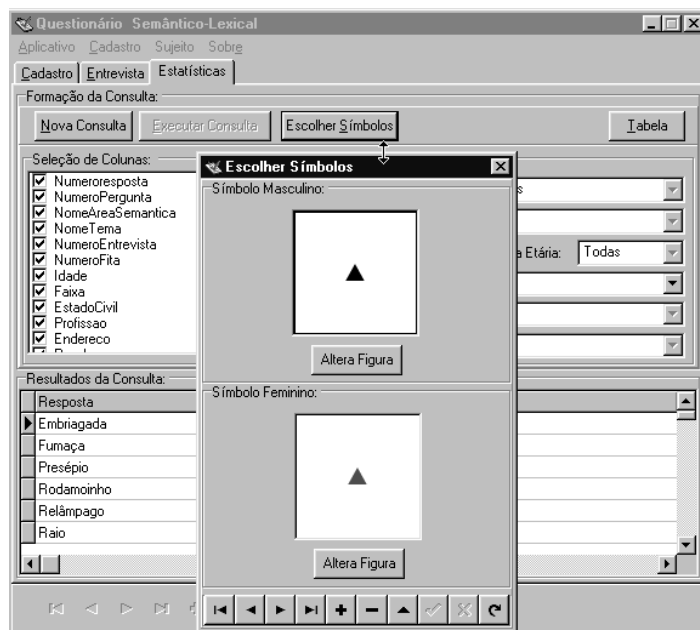


Figura 6

Outra subpasta importante é a “tabela”, por meio da qual podemos gerar uma tabela das variantes de uma pergunta, a partir dos cruzamentos dos dados que foram inseridos no programa. Essas tabelas podem ser gravadas em vários formatos gráficos ou textos tabulados.

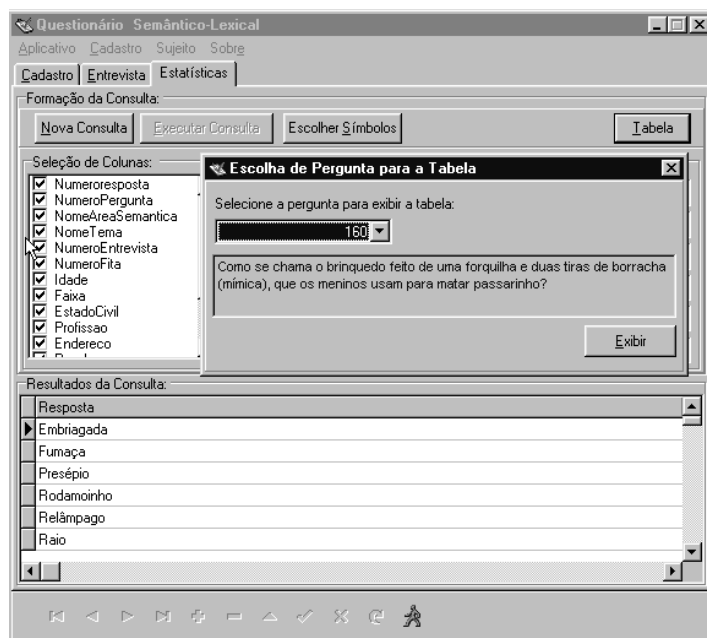


Figura 7

Impressão da tabela

Essa opção, acessível por meio do clique no botão “tabela”, permite a exibição, impressão e/ou salvamento de uma tabela em formato predefinido.

Importante: a tabela sempre mostra todos os dados da pergunta selecionada, independente do que foi selecionado na ficha de estatísticas. Os dados de seleção de colunas e filtro para consultas somente são válidos para a tela de “resultados da consulta”, conforme é demonstrado no próximo item.

Geração dinâmica de consultas à base de dados

Conforme mostra a Figura 5, o sistema permite a geração de consultas diretamente à base.

Para realizar uma nova consulta, devemos seguir os seguintes passos:

- 1) Clique no botão “nova”.
- 2) Selecione as colunas que deseja que apareçam no resultado da consulta. A coluna “resposta” não está disponível para seleção e é obrigatória.
- 3) Para restringir os dados que serão apresentados, habilite o “filtro” para consulta. Por exemplo: se quer que apareçam somente as entrevistas realizadas com sujeitos do sexo masculino, selecione o sexo “M”, caso deseje ainda que somente apareçam as entrevistas de sujeitos cujo estado civil seja “outros”, selecione a opção correspondente, e assim por diante.
- 4) Após elaborar os “filtros” e selecionar as colunas, clique em “executar consulta”, para que as informações sejam buscadas no banco de dados.
- 5) Assim que o sistema terminar a busca, o usuário poderá exportar o resultado para o Excel, clicando com o botão direito sobre os dados que aparecem e escolhendo a opção “exportar para o Excel”.

As tabelas

As tabelas foram geradas a partir do STDPSL – *Software* para Tratamento de Dados de Pesquisa Semântico-Lexical, porém, como citado acima, fomos nós quem as criamos. Elas estão organizadas da seguinte maneira: na primeira linha consta a pergunta do questionário do ALiB, na primeira célula da segunda linha, à esquerda, estão as variantes, ou seja, as várias unidades lingüísticas que figuram no mesmo âmbito diatópico. As variantes foram registradas ortograficamente e seguem a ordem em que apareceram na pesquisa.

Na segunda célula, da esquerda para direita, temos a frequência absoluta e percentual; a frequência absoluta no *corpus* indica o número de vezes que a resposta apareceu e a frequência percentual indica a percentagem de aparecimento do fato na pesquisa.

Na célula seguinte temos o sexo, Masc., para o sexo masculino, e Fem., para o sexo feminino; na mesma coluna temos uma outra subdivisão representada por Qtd. que indica a quantidade de variantes apresentadas e o Simb. que indica os símbolos – os pretos indicam as respostas das mulheres e os vermelhos, as dos homens. Esses servirão também para registrar, na carta lexical, as respostas dos sujeitos ocorridas em cada ponto lingüístico.

Na última célula da tabela, à direita, aparece, na primeira linha, “pontos”, que se refere aos pontos lingüísticos pesquisados, embaixo aparecem colunas numeradas (o significado da numeração é encontrado na última linha da tabela, onde descrevemos o nome dos municípios pesquisados, ou seja, os pontos lingüísticos).

Na confecção das cartas que representam as perguntas com o maior número de variantes, em cada campo semântico, usamos uma avaliação estatística para a observação das palavras de maior incidência e eliminamos as palavras com ocorrência menor que 5% no total da pesquisa. Utilizamos esse critério por falta de espaço para a confecção da legenda.

A tabela nos permite fazer a análise quantitativa, confeccionar os histogramas, elaborar as cartas e fornecer os elementos para a análise qualitativa. Para esta última, agruparemos as lexias de acordo com a pesquisa efetuada em dicionários. Rossi (1965, p. 15-21) também efetuava triagem em dicionários, mas para certificar-se da inclusão ou exclusão da palavra no questionário. Pesquisava as formas obtidas nas sondagens preliminares nos seguintes dicionários, que ele denominava de léxicos gerais: Bluteau, Viterbo, Moraes, Faria, Cortesão, Figueiredo, Aulete e Domingos Vieira.

Histograma

Os histogramas foram elaborados no programa Excel, a partir das tabelas “Número de variantes lexicais obtidas em cada pergunta” e “Número de ocorrências relativas à variável sexo”, foram geradas em auto-escala. Por esse motivo, cada histograma tem intervalos diferentes, definidos pelo próprio programa, de maneira a apresentar melhor os dados.

No histogramas das variantes lexicais, as colunas representadas pela cor roxa indicam as variantes encontradas para cada uma das perguntas. O histograma das ocorrências da variável sexo estão organizados da seguinte forma: as ocorrências mencionadas pelos sujeitos do sexo masculino estão representados pela coluna na cor roxa e as ocorrências mencionadas pelos sujeitos do sexo feminino estão representadas na cor marrom. Ambos estão organizados por ordem crescente de variantes e de ocorrências.

No eixo das ordenadas, eixo y, vertical, encontramos a escala numérica e, no eixo das abscissas, eixo horizontal, os temas das perguntas. De acordo com o questionário do ALiB, optamos por colocar o tema e não as perguntas por extenso devido ao espaço pequeno e à estética da página.

Nos histogramas, analisamos e comparamos as ocorrências mencionadas por homens e mulheres, de acordo com o pico máximo (coluna mais alta) citada por homem e mulher. Apontamos também os percentuais ocorridos em cada pergunta, por faixa de variantes e por faixa de ocorrências por sexo em cada campo semântico; para isso, aplicamos a seguinte fórmula:

$$\text{valor \%} = \frac{\text{número de perguntas pertencente a um intervalo} \times 100\%}{\text{número total de perguntas}}$$

Conforme exposto na fórmula, multiplicamos o número de colunas pertencentes a um determinado intervalo por cem (100%) e dividimos o resultado pelo número total de colunas do histograma. Os resultados dessa fórmula estão expostos na análise de cada histograma.

As cartas lingüísticas

Muitos autores, como é o caso de Coseriu (1982, p. 83), utiliza a palavra “mapa” para “carta lingüística”; outros pesquisadores, da área de Geografia principalmente, chamam de “carta”. Fomos pesquisar o significado de “carta” no dicionário Aurélio (1986, p. 360): é a “arte ou ciência de compor cartas geográficas” e, de acordo com a Associação Cartográfica Internacional (1993, p. 2) apud Rosa, “uma imagem convencionada, representando feições e características da realidade geográfica, construída para uso quando as relações espaciais são de relevância fundamental”. Segundo Salichtchev (1973, p. 1) apud Rosa “cartografia é a ciência da retratação, é o estudo da distribuição espacial dos fenômenos naturais, suas relações e suas mudanças ao longo do tempo, por meio das representações cartográficas – modelos – imagens – símbolos que reproduzem este ou aquele aspecto da realidade de forma gráfica e generalizada”.

Utilizamos o texto de Coseriu apenas para exemplificar os diversos tipos de “mapas/cartas” existentes, entretanto nós, em nossa pesquisa, usamos o termo “carta”.

De acordo com Coseriu (1982, p. 83), os mapas lingüísticos mostram a variedade de estudo que a pesquisa da fala pode proporcionar. Conforme o enfoque dado aos fatos lingüísticos, os mapas lingüísticos podem ser:

- a) **fonéticos** – registram as variantes de um fonema, ou de vários fonemas correspondentes a um único fonema mais antigo, ou determinadas séries de fonemas que se encontram na mesma situação do ponto de vista histórico;
- b) **lexicais** – registram as palavras empregadas para expressar o mesmo conceito, não considerando as variações fônicas, isto é, a pronúncia de cada ponto;
- c) **propriamente lingüísticos** – registram em sua integridade fônica e morfológica as expressões comprovadas em cada ponto investigado;
- d) **sintéticos** – necessitam de uma elaboração, pois estabelecem os limites das áreas correspondentes às formas típicas comprovadas;
- e) **pontuais** – registram fielmente as formas comprovadas em todos e em cada um dos pontos investigados.

Elaboramos dois tipos de carta. As primeiras, geográficas, com o objetivo de situar a região administrativa no Estado de São Paulo e no Brasil, e as lexicais com os registros comuns para expressar a mesma lexia.

A escolha das palavras que integrarão as cartas lexicais basear-se-á nos critérios:

- pergunta que apresentou o maior número de variantes
- pergunta que apresentou o menor número de variantes

Para a confecção das cartas que representam as perguntas com o maior número de variantes na pesquisa, ou a maior frequência no campo semântico, de acordo com Muller (1977, p. 81), criamos uma avaliação estatística e suprimimos da carta as lexias com ocorrência menor que 5% no total da pesquisa. No entanto, esse procedimento não foi utilizado na carta que representa a pergunta com o menor número de variantes, pois nesse caso, foram consideradas todas as variantes para a elaboração da carta. As cartas lexicais serão apresentadas por campos semânticos, sua ordem seguirá a das

perguntas do questionário e, dentro de cada campo semântico, seguirá a ordem maior número e menor número de variantes.

A numeração das cartas lexicais segue a ordem das perguntas do questionário; portanto o número da carta corresponde ao número da pergunta.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Alguns métodos e procedimentos utilizados em nossa pesquisa foram baseados nos do Projeto ALiB.

Fizemos pesquisa direta *in loco*. Selecionamos dentro do território paulista uma região administrativa, incluindo aí um ponto de entrevista do ALiB. Optamos pela região de Santos e fizemos pesquisa em oito municípios (oito pontos lingüísticos).

Os critérios utilizados para a escolha dos sujeitos priorizaram: ser natural da localidade ou estar residindo ali um terço da sua vida, faixa etária, nível de escolaridade e sexo.

A equação matemática utilizada para a escolha do número de sujeitos em cada ponto foi de grande valia, pois ajudou-nos a encontrar a relação mais adequada, entre o número de habitantes do município e o número de sujeitos que iríamos entrevistar.

O questionário utilizado foi elaborado pela equipe que está executando o atlas lingüístico do Brasil, composto de duzentas e dez perguntas subdivididas em quinze campos semânticos.

As tabelas foram geradas a partir do STDPSL – *Software* para Tratamento de Dados de Pesquisa Semântico Lexical, desenvolvido pela empresa Void Caz e cujos quesitos básicos foram apresentados pela própria pesquisadora e o software foi especificado por Mário Imaguire.

O banco de dados possibilitou-nos armazenar os dados pesquisados e fazer diversas consultas, gerando tabelas, enfim, facilitou o nosso trabalho.

Nos histogramas conseguimos visualizar e analisar as ocorrências da variável sexo e as variantes de cada pergunta.

As gravações foram imprescindíveis para a pesquisa, pois nos permitiram captar e armazenar o material do *corpus*, isto é, a fala dos sujeitos.

De acordo com Coseriu (1982:83): “As cartas lexicais têm como objetivo registrar as palavras utilizadas para expressar o mesmo conceito, independentemente das variações fônicas, isto é, a pronúncia peculiar comprovada em cada ponto

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. Gramática – Vocabulário. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1955.

ARAGÃO, M. do S. S. de; MENEZES, C. P. B. de. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: CNPq/UFPB, 1984. 2v.

AGUILERA, V. de A. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina*. Assis, São Paulo: 1987.

_____. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Editado pela Imprensa Oficial do Paraná, 1994.

_____. (org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da UEL, 1998.

BRANDÃO, S. F. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

CARUSO, P. *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo*. Questionário. Assis, Instituto de Letras, História e psicologia/UNESP, Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

- _____. Atlas lingüístico de São Paulo: Histórico. Mimeo, S/D
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *Dialectology*. Cambridge: University Press, 1988.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Lingüístico do Brasil*. Mimeo, S/D.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Lingüístico do Brasil: questionários*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Lingüístico do Brasil: II Workshop de preparação de inquiridores para o Atlas Lingüístico do Brasil*. Londrina: Ed. UEL, 2000.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Lingüístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: Ed. UEL, 2001.
- FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FERREIRA, C.; FREITAS, J.; MOTA, J.; ANDRADE, N.; CARDOSO, S.; ROLLEMBERG, V.; ROSSI, N. *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/ Fundação Estadual da Cultura de Sergipe, 1987.
- IMAGUIRE, L. M. C. *Estudo com vistas a um Atlas Lingüístico da Ilha de Santa Catarina: Abordagem de aspectos semânticos lexicais*. 1999. 554 f. (Mestrado em Lingüística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora da “Organização Simões”, 1953.
- _____. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, 1958.
- _____. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa. V 2, 1961.
- RIBEIRO, J. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC, Fundação Casa de Rui Barbosa, UFJF, V 1, 1977.

RODRIGUES, A. N. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.

ROSSI, N. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, MEC, 1963.

_____. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*; introdução, questionário comentado, Elenco das respostas transcritas. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, MEC, 1965.

SANTOS, I. P. dos. A fala da comunidade do Jardim São Francisco: análise de alguns aspectos lingüísticos. In: *A Geolingüística no Brasil*. Vanderci de Andrade Aguilera. (org.). Londrina: Editora da UEL, 1998.

_____. Elementos para o estudo do gênero em Geolingüística. (mimeo), 2003.

_____. *Geolingüística vertentes*. (mimeo), 1999.

SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialetológicos*. 2ª ed., Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, CNPq, 1957.

VARIA. SEMINÁRIO NACIONAL CAMINHOS E PERSPECTIVAS PARA A GEOLINGÜÍSTICA NO BRASIL. Fotocopiado, Bahia: UFB, 1996.

o Lexical
nos Eixos
Horizontal e Vertical



Harumi Pisciotta
(*in memoriam*)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura observar nos dados do *Atlas prévio dos falares baianos (APFB)* a distribuição das variantes lexicais que diferenciam o falar da Bahia nos eixos norte-sul e leste-oeste. Mais precisamente, com base em dados registrados nas cartas do primeiro trabalho de Geografia Lingüística realizado no Brasil, procura comprovar a validade da hipótese de Nascentes de que o subfalar baiano constitui uma área de transição entre os dialetos do norte e do sul do Brasil. Além disso, pretende analisar as diferenças entre a região leste, onde se situa a capital do Estado, e a região oeste, de características predominantemente rurais, e a influência de uma sobre a outra.

Segundo Elia, o que ocorre na linguagem das diversas áreas em que se subdivide o português do Brasil é uma oposição

entre a cidade e o campo, entre as áreas urbanas e as rurais, que se interinfluenciam continuamente. As cidades dão a seleção vocabular, a norma gramatical, o polimento do bem-dizer. Mas os campos contribuem com a força viva da linguagem, as grandes tendências coletivas, o material intenso, mas genuíno e despreocupado (ELIA, 1976).

Como resultam de inquéritos realizados em 50 localidades da Bahia, os dados do *APFB* constituem um valioso material para analisar essa interinfluência entre a cidade e o campo e o caráter normativo ou não dessa relação.

Para atender aos objetivos do trabalho, foram selecionadas algumas cartas que apresentam termos que caracterizam as regiões norte e sul, ou leste e oeste, sem a pretensão de esgotar os casos.

DIFERENÇAS LEXICAIS ENTRE AS REGIÕES NORTE E SUL

Para analisar as diferenças entre as regiões norte e sul, no eixo horizontal, selecionamos as cartas n.ºs 39 (Espécie de abóbora), 75 (Inchado), 90 (Cisco que cai no olho), 144 (Sela de mulher), 145 (Peça para arreio). Algumas cartas apresentam dois termos de grande vitalidade que subdividem o Estado horizontalmente em duas áreas; outras apresentam um termo restrito a localidades ao sul, que contrastam com o restante do Estado; e um terceiro grupo registra um termo em área restrita ao norte diferenciando-a das demais regiões.

As cartas que apresentam a divisão do Estado em duas áreas amplas ao norte e ao sul são a carta n.º 144 (Sela de mulher) e a carta n.º 90 (Cisco que cai nos olhos). Na carta n.º 144, a principal alternância é entre *selim* e *silhão*, ao lado de outras formas de menor amplitude. A linha demarcadora entre as duas formas começa um pouco abaixo do Recôncavo Baiano e atravessa todo o Estado até a fronteira a oeste; em linhas gerais, acima dessa linha estão as ocorrências de *selim*, e abaixo, as de *silhão*, embora se registrem alternâncias das duas formas em algumas localidades. Na carta n.º 90, ocorrem *cisco* e *argueiro*, o primeiro ao sul e o segundo ao norte. Comparando com a distribuição de *silhão*, a área de *cisco* é mais ampla; inclui a região do Recôncavo e avança pelo nordeste do Estado que se constitui uma área de transição, com ocorrência tanto de *cisco* como de *argueiro*. No interior, a noroeste do Estado, registram-se localidades em que *argueiro* é o único termo documentado, o que permite caracterizá-lo como típico da região norte.

As cartas que apresentam um termo de grande vitalidade ao norte e outro de menor amplitude ao sul são as de número 39 (Espécie de abóbora),

75 (Inchado) e 145 (Peça para arreio). Na carta n.º 39, *jerimum* é o termo que ocorre ao norte estendendo-se até abaixo do Recôncavo; *moranga* ocorre ao sul, numa faixa estreita que vai de leste a oeste, alternando com *jerimum* em cinco pontos. Na carta n.º 75, ocorrem *opado* e *opilado*, o primeiro em quase todo o Estado e o segundo em área pouco extensa ao sul. Na carta n.º 145, registram-se *cilha* ao norte e *barrigueira* ao sul, com algumas localidades em que alternam as duas formas. *Cilha* estende-se por quase todo o Estado e *barrigueira* restringe-se a uma faixa estreita perto da fronteira mineira.

As cartas em que se delimita claramente uma área pequena, que abrange algumas localidades ao norte do Estado contrastando com o restante do Estado, são as de número 109 (Cambalhota) e 113 (Sem rabo). A carta n.º 109 registra diversas formas, mas, ao norte, há uma região em que ocorre *canastra*, que não é documentada em outras regiões do Estado. Nessa mesma região, a carta n.º 113 registra *nambu* ou *lambu*, ao passo que em quase todo o Estado ocorrem variantes de *suru*. A região em que ocorrem *canastra* e *nambu* é a mesma em que ocorre apenas *argueiro*, na carta n.º 90, o que indica ser uma área com características que a diferenciam do restante do Estado.

A consulta a glossários e a outros atlas regionais revela que os termos que caracterizam a região norte da Bahia são também encontrados em outros Estados da região Nordeste. Tal é o caso de *cilha* e *canastra*, registrados nos glossários do Ceará e da Paraíba, e de *opado*, documentado em Sergipe. Da mesma forma, termos registrados no sul da Bahia constam de glossários e de atlas de outros Estados sulinos, como, por exemplo, *barrigueira*, anotado em São Paulo e *suru*, documentado em São Paulo e no Paraná. Outro dado relevante é que termos como *nambu* e *canastra*, registrados ao norte da Bahia, não são registrados no Paraná, o que confirma ser próprio do falar do norte. No caso de *canastra*, o atlas de Minas Gerais também não registra a forma.

Essas informações revelam que os termos encontrados em localidades da região norte da Bahia representam a extensão de áreas maiores que abrangem outros Estados da região nordeste, ao passo que os termos registrados no sul representam a extensão de ocorrências em outros Estados do sul. Portanto, as cartas analisadas trazem dados que caracterizam a Bahia como uma área de transição, onde ocorrem tanto os termos típicos do falar do norte, como os típicos do falar do sul.

DIFERENÇAS LEXICAIS ENTRE AS REGIÕES LESTE E OESTE

As cartas que documentam diferenças lexicais entre as regiões leste e oeste da Bahia subdividem-se em dois grupos: no primeiro, estão aquelas em que se verifica a existência de dois termos que estabelecem a diferença entre o litoral e o interior; no segundo grupo, as que documentam, entre outros termos, uma forma inovadora na região leste.

As cartas que apresentam dois termos que caracterizam as regiões leste e oeste da Bahia são as de número 12 (Nevoeiro) e 16 (Onda do rio). Na carta n.º 12, as duas principais formas documentadas são *neve*, no interior, e *neblina*, no litoral. *Neblina* perde seu ar erudito, pois é mais comum a realização com lateral inicial e troca de *bl* por *br*, como *librina*, *lubrina* ou *lebréia*. Na carta n.º 16, na região leste sobressaem as ocorrências de *mareta*, enquanto a região oeste é marcada pelas de *maleta*. As áreas de ocorrência de *mareta* e *maleta* não coincidem com as de *neve* e *neblina*. A área de *neblina* e variantes forma uma faixa ao longo de todo o litoral, e a de *maleta* se estende apenas da Zona do Cacau para o norte, com maior concentração em área próxima ao Recôncavo, onde se situa a capital do Estado.

Head, que estudou a alternância entre [r] e [l] utilizando os dados do APFB, afirma que *mareta* é a forma original e *maleta* é uma inovação, um caso de etimologia popular, resultante da “*confusão entre a palavra mais conhecida **maleta** e a menos conhecida, **mareta**, com a conseqüente substituição desta por aquela.*” (HEAD, 1985). Neste caso, como as ocorrências de *maleta* se concentram perto da Capital, conclui-se que o desenvolvimento urbano impulsiona a expansão de uma forma popular e não de um exemplo de *polimento do bem-dizer*. Mesmo no caso de *neblina*, a forma culta de origem espanhola passa por alterações fonéticas e o que se expande para o interior é *librina*, de pronúncia mais ao sabor popular.

Entre as muitas cartas que apresentam diversidade lexical em todo o Estado e registram um termo restrito à região leste, selecionamos as de número 28 (Sabugo), 68 (Soutien), 99 (Feiticeiro), 145 (Peça de arreio) e 153 (Tacha). Nessas cartas, os termos que chamam a atenção, devido à concentração na região leste, são: *papuco* para sabugo de milho, *galifão* e variantes para *soutien*, *cobé* para feiticeiro, *cincha* para peça de arreio, e *semanso* e *brocha* para tacha. Pela sua distribuição geográfica, esses termos subdividem-se em dois grupos: *galifão*, *brocha* e *cincha* ocorrem em quase toda a região litorânea, formando uma faixa a leste, ao longo da costa; já *papuco*, *cobé* e *semanso*, ocupam uma área menor, restrita à região do Recôncavo.

A distribuição geográfica que se observa nas cartas que apresentam diferenças entre as regiões leste e oeste sugere que a expansão das formas começa na região do Recôncavo, onde se situa a capital do Estado. Assim seriam inovadoras as formas *semanso*, *papuco* e *cobé*, que apresentam uma área pequena nessa região de maior concentração urbana, e seriam mais antigas as que se espalham por uma região mais ampla, principalmente pelo litoral: *cincha* já atinge toda a faixa litorânea, enquanto *galifão* e *brocha* ainda não são encontradas em algumas localidades do Extremo Sul.

Um outro dado sobre os termos que se expandem a partir da capital é que apenas *brocha* e *cincha* são dicionarizados e, portanto, reconhecidos pela norma padrão. Os demais, *papuco*, *cobé*, *semanso* e *galifão*, não constam de dicionários gerais, sendo difícil analisar a etimologia. Sobre *cobé*, Silva (1988) levanta a hipótese de que teria a mesma origem de *macumbeiro* e *cumbaqueiro*, apesar da dificuldade de destacar a raiz africana comum.

Portanto, os dados do *APFB* confirmam apenas em parte a afirmação de Elia de que as cidades dão a *seleção vocabular, a norma gramatical, o polimento do bem-dizer* (ELIA, 1976). O que revelam as cartas analisadas é que há maior número de termos populares do que eruditos expandindo da cidade para o campo. Além disso, pelo menos nas cartas analisadas, a expansão de inovações, as *grandes tendências coletivas* partem da cidade para o campo e não em sentido contrário. A região oeste, onde se situa a zona rural, caracteriza-se, portanto, como espaço conservador em oposição à expansão inovadora da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados do *APFB* comprova a existência de diferenças lexicais no falar baiano que se distribuem nos eixos horizontal e vertical.

No eixo horizontal, a distinção entre termos do norte e do sul confirma a hipótese de Nascentes de que o falar baiano constitui uma transição entre os dialetos do norte e do sul do Brasil. Já, com relação ao eixo vertical, as diferenças lexicais existem, mas a interinfluência entre a zona urbana e o campo não se processa como sugeria Elia. A força das inovações lexicais faz o percurso da cidade para o campo, do litoral para o interior, pois é na região leste da Bahia que se documentam termos de origem popular (*cobé*, *semanso*, *maleta*, *galifão*) não documentados a oeste.

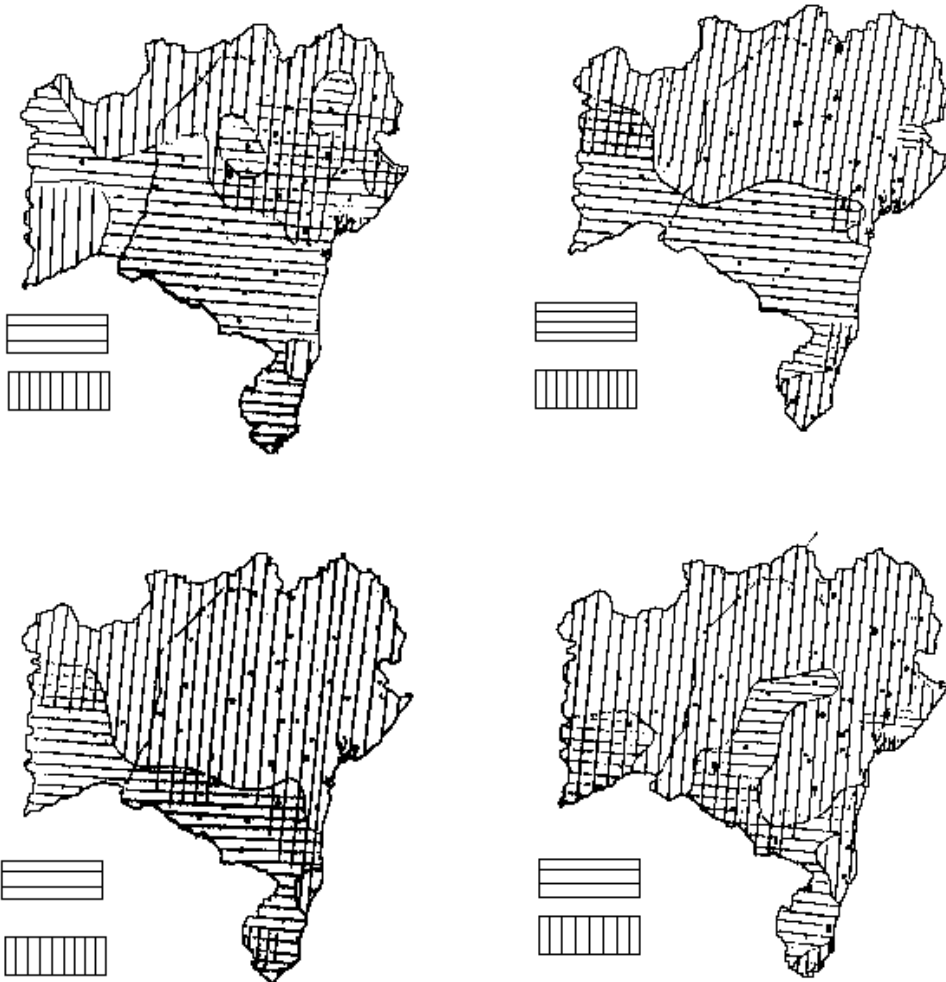
Os dados estudados são bastante restritos, se levarmos em consideração a quantidade de itens lexicais registrada no *APFB*, porém revelam aspectos importantes sobre o dinamismo e expansão do léxico popular na Bahia e, por extensão, no Brasil todo. Estudos mais aprofundados sobre fatores sociais e históricos podem trazer novas informações sobre a distribuição geográfica desses e de outros dados da linguagem popular.

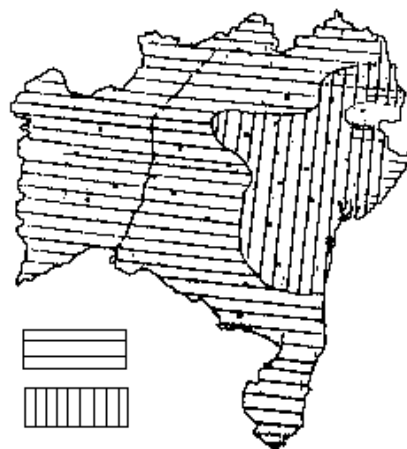
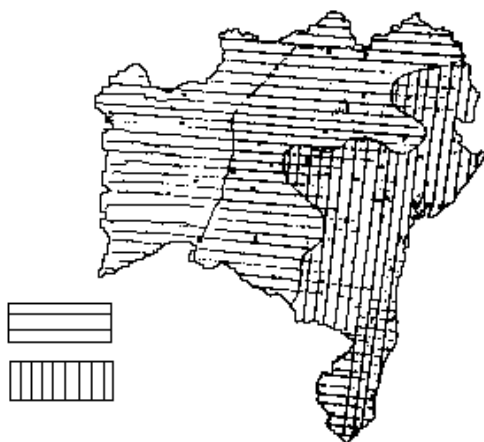
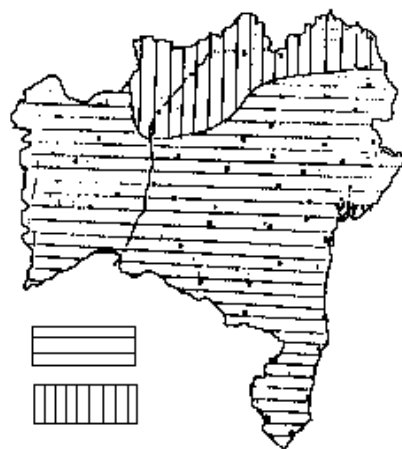
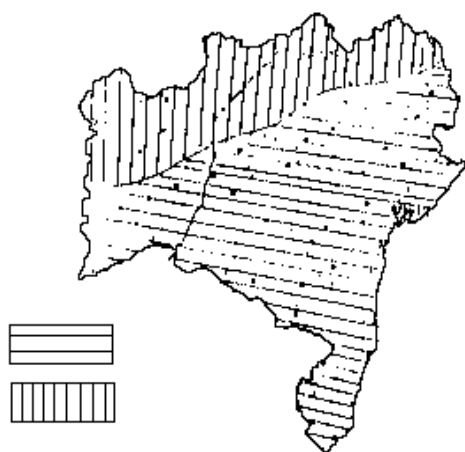
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

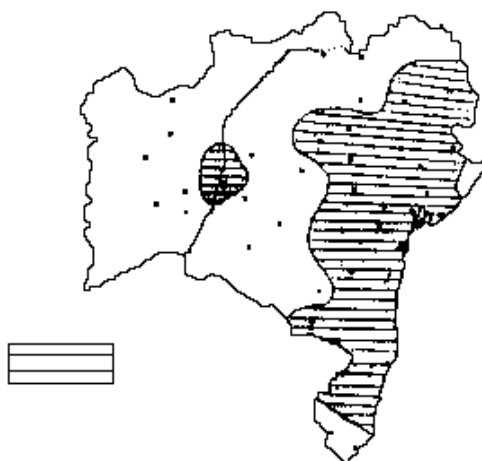
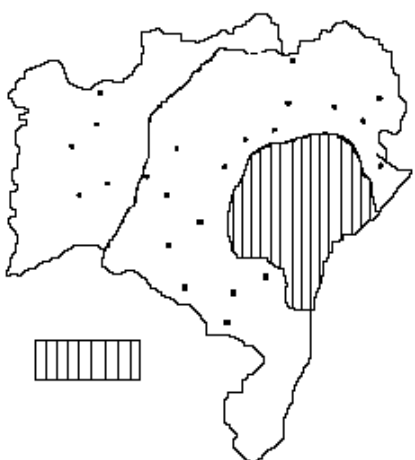
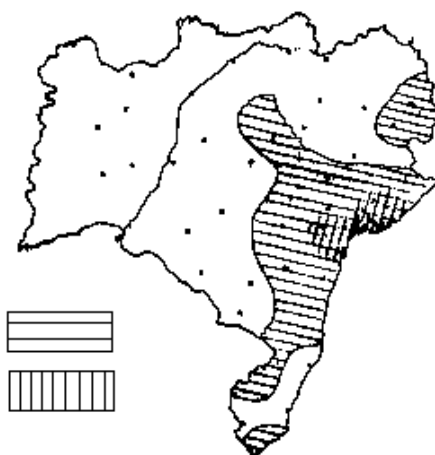
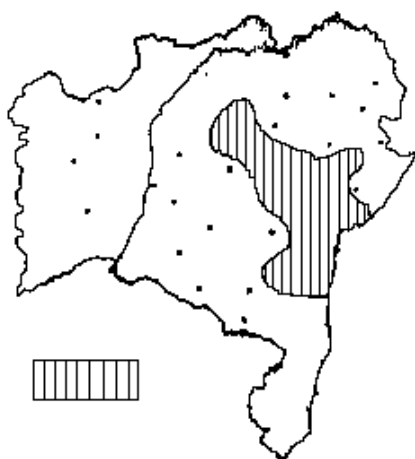
- AGUILERA, V. de A. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- ALMEIDA, H. de. *Dicionário popular paraibano*. Campina Grande: Grafset, 1984.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/INL, 1982.
- CABRAL, T. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza: UFC, 1982.
- ELIA, S. *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro: Grifo/MEC, 1976.
- FERREIRA, C. et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA/ Fund. Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- HEAD, B. F. Alternância entre consoantes líquidas: um caso de condicionamento múltiplo. In: *Anais do XI Seminário do GEL*. São José do Rio Preto: 1985, p. 142-58.
- RIBEIRO, J. et al. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Fundação Casa de Rui Barbosa/U.F. de Juiz de Fora, 1977.
- ROSSI, N. et al. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1963.
- SILVA, R. V. Uma leitura da carta n.º 99 do Atlas prévio dos falares baianos. In: *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: UFBA, 1988. p.53-6

ANEXO I

MAPAS







Pelos Caminhos da Geolingüística Paranaense

um estudo do léxico popular
de Adrianópolis

Fabiane Cristina Altino
(Universidade Estadual de Londrina / UEL)



PRELIMINARES

Pelos caminhos da Geolingüística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis é o resultado de três anos de trabalho – na Especialização em Língua Portuguesa¹ e no Mestrado em Letras, ambos na Universidade Estadual de Londrina – que vem contribuir para o conhecimento da língua falada no Paraná, sob orientação da Dra. Vanderci de Andrade Aguilera.

O estudo sobre o léxico popular de Adrianópolis, busca descrever e refletir sobre a influência dos fatores sexo e faixa etária para a alteração e/ou manutenção do léxico na comunidade estudada e consta de dois volumes. O primeiro trata das etapas da coleta dos dados lexicais da língua oral (por meio de questionário estruturado) e análise dos dados à luz da Dialetoologia Pluridimensional.

No segundo volume, do Atlas propriamente dito, constam 3 cartas introdutórias e 110 cartas lingüísticas que sintetizam as respostas obtidas em 105 perguntas selecionadas entre as 207 do questionário Semântico-lexical (1999) formulado para o Projeto do Atlas de Brasil – ALiB.

OBJETIVOS E HIPÓTESES

Buscar as diferenciações regionais, verificando as alterações sócio-históricas que cada comunidade apresenta e averiguar as diversidades geográficas na busca do retrato lingüístico do Brasil são metas que devem nortear a tarefa de um dialetólogo. Esses objetivos devem estar presentes não só nos Atlas nacionais, mas também nos regionais por possibilitarem o estudo

¹ O estudo na localidade foi iniciado na Especialização em Língua Portuguesa com o trabalho monográfico *Aspectos fonéticos e fonológicos da fala adrianopolitense: delineação de um atlas*.

da língua mais profundamente, através de um inventário lingüístico verticalizado, reconstruindo as fases da língua e oferecendo subsídios para a constituição de um quadro sinótico da sua história.

A migração, o contato entre as culturas, o menor ou maior acesso à mídia e à escolaridade, entre outros fatores, fazem com que a língua seja dinâmica e evolua. As mudanças diatópicas, diastráticas e diafásicas, porém, não se fazem de forma homogênea em dado espaço. Há comunidades em que, por diversas razões (culturais, geográficas), a evolução se faz mais lentamente, perpetuando ali hábitos lingüísticos há muito deixados para trás por outras comunidades de fala. No Paraná, Aguilera (1994) verifica que ainda se mantêm no vocabulário ativo de falantes rurais unidades lexicais como *burcão* para nuvem escura, e *dente queiro* para o dente molar, herança do português peninsular quinhentista, ou *inconha* para bananas grudadas, vocábulo de base tupi.

Assim, a hipótese de que o acervo lexical de uma comunidade isolada por condições geográficas (serra, floresta e precariedade de meios de comunicação), e conseqüentemente formada por uma população idosa em sua maioria, pouca alteração sofreria após uma década (entrevistas realizadas em 1989) da pesquisa levada a efeito nesta comunidade para o ALPR.

Para a comprovação dessa hipótese, estabeleceu-se como objetivo, elaborar um Atlas lingüístico do município de Adrianópolis, que contemplasse parte do acervo semântico-lexical de falantes locais. Este *corpus* serviria como um dos elementos da comparação de dados para verificar as mudanças em tempo aparente. O tempo real seria dado pelos registros constantes das cartas comuns com o ALPR (1994) que, embora num espaço cronológico relativamente pequeno, certamente ofereceria pistas de como se processam as mudanças numa comunidade com aquele perfil.

Para a consecução desses objetivos estabeleceram-se as seguintes etapas:

- i) registro em cartas lingüísticas de algumas das variantes lexicais da língua oral coletadas por meio de questionário estruturado, com base nas variáveis sociais, faixa etária e sexo, em informantes com escolaridade baixa ou nula;
- ii) análise dos dados coletados, buscando uma discussão geossociolingüística, estabelecendo a análise das variantes e invariantes nas dimensões diasssexual e diageracional;
- iii) comparação dos dados coletados nesta pesquisa com os registrados por Aguilera (1994) no ponto 38, Adrianópolis, do Atlas Lingüístico do Paraná, em que foram entrevistados dois informantes, um feminino e um masculino.
- iv) contribuição para a reformulação dos questionários elaborados para o Atlas Lingüístico do Brasil, oferecendo subsídios para as mudanças necessárias para o aperfeiçoamento do instrumento de coleta que será utilizado pela equipe de inquiridores do Atlas Lingüístico do Brasil.

LOCALIDADE: UM BREVE RELATO DA HISTÓRIA

Dentre as regiões do Estado do Paraná, talvez a região nordeste, no extremo do Estado, seja a que enfrenta maior dificuldade no que se refere ao desenvolvimento e às vias de acesso. A população do Vale do Ribeira, tanto no Estado do Paraná quanto no de São Paulo, encontra-se em condições de vida bastante precária, pois quando da formação dos diversos municípios, a economia, basicamente extrativista, não propiciou o desenvolvimento nos setores industrial e comercial. A falta de vias de acesso – estradas asfaltadas, pontes, entre outros – contribuiu para que parte do Estado ficasse parada no tempo, à margem do progresso verificado, por exemplo, na região metropolitana de Curitiba.

Situado às margens do Rio Ribeira de Iguape, Adrianópolis, possui uma

extensão territorial que abrange 1.423 quilômetros quadrados, os quais abrigam uma população estimada pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE² (1996) em 7.339 habitantes. Suas terras são ricas em minerais – chumbo, cobre, ouro e prata – e já acolheram, segundo o Censo de 1970, 11.540 habitantes que vieram de várias partes do país (mineiros, paulistas, baianos...) em busca de trabalho nas minas da Plumbum, companhia de mineração fundada na década de 60 por portugueses e franceses.

Região entrecortada por rios, cercada por montanhas e pela Serra do Mar e cortada pelo Caminho de Peabiru, tem sua população espalhada por vários lugarejos de difícil acesso e que conta hoje, como fonte de renda, com atividades agrícolas de subsistência.

Entre as vias de acesso ao município, a BR 476, principal ligação com a capital paranaense, serviu para transportar os moradores, os carros militares, alimentos e as tropas do exército instaladas naquela região por ocasião da Revolução Getulista de 1930. Até 1960, antes da abertura da BR 116 – trecho Curitiba – São Paulo –, a BR 476, uma das pioneiras do Brasil, era uma das mais importantes do sul do país. No entanto, continua sem pavimentação e sob a responsabilidade do governo municipal que, sem recursos, procura sanar apenas os problemas emergenciais.

A fundação da cidade de Adrianópolis aconteceu em 1961, época do desmembramento de Bocaiúva do Sul. Porém, sua história começa antes de 1920, quando ainda pertencia ao Estado de São Paulo.

Na década de 30, em meio à Revolução Getulista, a população da localidade de Poço Grande, atual sede do município, viu acontecerem lutas pela conquista territorial, em que paranaenses, catarinenses e gaúchos lutaram

² Números fornecidos pela Secretaria de Educação do Município de Adrianópolis.

contra paulistas. Em 1932, iniciaram-se as obras para a construção da BR 476, principal via de escoamento da safra e de transporte tanto para os moradores da região quanto para as tropas do exército.

Terminada a revolução, a localidade de Poço Grande passou a denominar-se Paranaí, nome recebido após acordo de loteamento dessas terras. Já na década de 40, o loteamento passou à condição de distrito e, em 1961, criou-se o município de Adrianópolis, nome dado em homenagem ao Sr. Adriano Seabra da Fonseca, pioneiro da indústria de mineração na região.

Típica cidade do interior, Adrianópolis enfrenta a falta de comunicação com os municípios vizinhos, em especial com os do próprio Estado. Esta situação se agravou quando, em janeiro de 1998, a ponte que unia o município ao Estado de São Paulo foi levada pela força das águas do rio Ribeira. Durante mais de um ano a população de Adrianópolis teve, como opção, uma passarela construída para pedestres e a balsa para os veículos. No início de 2000 foi inaugurada a nova ponte sobre o rio Ribeira, tornando a comunicação com o Estado de São Paulo mais acessível, embora a ligação com Curitiba e cidades vizinhas continue prejudicada pela falta de pavimentação e de infra-estrutura na BR 476.

O que se pode constatar é que Adrianópolis é uma comunidade formada basicamente por idosos, sem atrativos para os jovens permanecerem no município. Essa característica da localidade foi vivenciada pela equipe de pesquisadores, durante a coleta de dados, quando teve maior dificuldade em encontrar informantes da segunda faixa etária (de 20 a 45 anos) do que da primeira (+ de 55 anos).

Adrianópolis reúne, como se pôde observar, características que permitem supor o pouco contato com outros povos e que, desta forma, no que diz respeito ao léxico, a linguagem sofreria mudanças mínimas.

Para este estudo, foram selecionadas algumas comunidades (pontos lingüísticos) que têm ou tiveram importância na formação do município ou que concentram um número igual ou maior que 50 habitantes. Foram contemplados os pontos que contornam o município, uma vez que grande parte do território adrianopolitense pertence ao Parque das Lauráceas, reserva ambiental onde não há comunidades estruturadas. Realizamos inquéritos em seis localidades: Sede do município (ponto 1) – onde estão localizados a Prefeitura, a Secretaria de Educação e demais Departamentos Administrativos; Epitácio Pessoa (ponto 2) – primeira sede do município e caminho natural dos tropeiros durante os séculos XVIII e XIX; Vila Mota (ponto 3) – local de residência dos funcionários da antiga mineradora, hoje abriga alguns daqueles que permaneceram na localidade; Porto Novo (ponto 4) – distrito de Adrianópolis e sede da sub-prefeitura do município; João Surrá (ponto 5) – comunidade bastante afastada; Córrego do Franco (ponto 6) – com acesso apenas pelo Estado de São Paulo, esta localidade, situada no extremo leste do município, conta com uma população em sua maioria nativa da localidade. Muitos dos moradores nunca saíram do bairro.

METODOLOGIA DA PESQUISA

INSTRUMENTO DE PESQUISA

A pesquisa utilizou o Questionário Semântico-Lexical (QSL)³, na versão publicada em 1999, constando de 207 questões onomasiológicas, isto é, em

³ É preciso reiterar que, para esse estudo, foi utilizado apenas o Questionário Semântico-Lexical, tendo em vista o objetivo já traçado anteriormente de estudar o léxico da comunidade adrianopolitense, sem adentrar no terreno da fonética ou da morfossintaxe.

que são apresentados os semas, ou unidades mínimas de significação, para chegar às unidades lexicais que nomeiam os objetos, atividades, fenômenos naturais. Sua estrutura abrange as mais diversas áreas semânticas (15 ao todo), satisfazendo a proposta deste trabalho. As áreas semânticas que constam do questionário semântico-lexical do Projeto ALiB são: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, flora, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, cultura e convívio, ciclos da vida, religião e crenças, festas e divertimentos, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e vida urbana.

A aplicação desse questionário, em caráter experimental para o ALiB, serviu como parâmetro na correção das possíveis distorções, contribuindo para seu aprimoramento uma vez que, segundo postula Silva Neto (1957, p. 30), o questionário

é tarefa que precisa ser freqüentemente ‘verificada’ e ‘testada’, experimentada em recolhas preliminares, a fim de se lhe corrigirem os defeitos e sanarem as lacunas. O questionário tem de ser organizado com antecedência, mas na verdade só a pesquisa no campo mostra o que se pode e o que se deve perguntar.

São três os questionários para o Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil: o Semântico-Lexical (QSL), utilizado nesta pesquisa; o Fonético-Fonológico (QFF), que abarca os aspectos fonético-fonológicos (parte geral da fonética, questões de prosódia, frases interrogativas, imperativas e afirmativas) e o Morfossintático (QMS) (artigo, substantivo, adjetivo, pronomes, verbo, flexão modo-temporal, concordância verbal e advérbios), além de questões de pragmática, temas para discursos semidirigidos e texto para leitura.

EQUIPE DE PESQUISA

Contribuíram para este estudo, além da autora deste trabalho, como inquiridores a graduanda em Letras Márcia Czigler, o pós-graduando do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, Leodmar Romam de Oliveira, a mestranda Rosa Evangelina Santana Belli Rodrigues e a especialista em Língua Portuguesa Flávia Adriane Sant'Anna Cabral; como transcritora de parte das entrevistas atuou a graduanda em Letras Megume Renata Toda e, para a cartografia, Gleidy Aparecida Lima Milani.

OS INFORMANTES

Os estudos dialetológicos, na sua visão mais moderna, têm abordado fatores não previstos pela Dialetologia tradicional e que hoje já não podem mais ser deixados à margem. Desta forma, este trabalho vem atender aos pressupostos da Dialetologia pluridimensional que busca o estudo dos movimentos horizontais, isto é, geográfico, e os verticais, no âmbito das mudanças sociais.

Para a seleção dos informantes, estabelecemos critérios baseados em Nascentes (1958) e na Dialetologia tradicional, aos quais acrescentamos alguns dos conceitos da Geolingüística pluridimensional contemplando as dimensões diageracional e diassexual (THUN, 1998). Em cada ponto lingüístico, os informantes foram selecionados atendendo ao seguinte perfil: **nível de instrução:** foram entrevistados informantes com baixa ou nula escolaridade, a fim de obter dados mantidos na fala dos moradores sem a influência da escola (critério compatível com o do ALPR); **tempo de residência no ponto lingüístico investigado:** os informantes deveriam morar na localidade,

preferencialmente desde o nascimento; **faixa etária:** dividida em dois grupos: 1ª faixa acima de 55 anos e 2ª faixa de 20 a 45 anos; **sexo:** em cada grupo foram entrevistados dois homens e duas mulheres.

Foram entrevistados vinte e quatro informantes, quatro em cada um dos pontos estudados, cujos dados pessoais estão nas fichas nos anexos da dissertação.

A ENTREVISTA

A aplicação do questionário foi realizada, preferencialmente, na casa do entrevistado, ou seja, em um local onde ele se sentiria à vontade e conseqüentemente responderia às questões com maior naturalidade. Na maioria das entrevistas foi exatamente isso o que aconteceu. Os inquiridores procuraram ambientar-se, conhecer o local, a atividade do informante para, só depois, iniciar o inquérito.

Em outras ocasiões, por não ser possível a realização das entrevistas na própria residência, passou-se a improvisar locais: escolas, praças, tudo se tornou ambiente propício aos inquéritos que, igualmente, transcorreram de maneira tranqüila.

As entrevistas aconteceram em três etapas: a primeira em 1998, a segunda etapa ocorreu em 1999, em duas visitas. Após essas visitas, foi feita a transcrição grafemática do material até então coletado e o levantamento das entrevistas que ainda precisavam ser realizadas, das que havia ficado incompletas seja por falha do inquiridor ou dificuldade do informante. O retorno à localidade ocorreu em 2000.

Importa dizer que, em todas as entrevistas, uma pessoa conhecida na comunidade acompanhou os inquiridores e os apresentou ao informante, dando-lhe condições para se sentir seguro e confiante diante da equipe. A presença de um membro da comunidade trouxe confiabilidade ao nosso trabalho e serviu como ponte para uma conversa mais cordial.

MATERIAL E TRANSPORTE

Para a realização das entrevistas foram utilizados gravadores estéreos, cassete, marca Sony, movido a corrente alternada, com microfone acoplado; fitas cassete de sessenta minutos.

A pesquisa de campo realizado entre 1998 e 2000, contou com o apoio da Universidade Estadual de Londrina, por meio do Programa de Pós-Graduação em Letras, para o transporte da equipe.

CARTOGRAFAÇÃO E REGISTRO

SELEÇÃO DAS QUESTÕES

Para compor as 109 cartas lingüísticas, foram selecionadas algumas questões dentre as 207 propostas pelo questionário semântico-lexical do ALiB. Essa escolha foi feita de acordo com o número de ocorrências para cada questão, isto é, com base no elenco de respostas mais produtivas e resultou em 105 questões para a cartografia das variantes.

AS CARTAS

Para a cartografia, após estudo minucioso nos Atlas já publicados no Brasil, optou-se por aliar algumas das formas já utilizadas, como a sistematização do Atlas Lingüístico do Paraná, e a forma de cartografia do Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguai – ADDU. Assim, os pontos foram dispostos de oeste para leste e do norte para o sul. Os registros foram apresentados em símbolos que formam uma cruz correspondendo aos

grupos estudados, em que a ordem dos itens lexicais cartografados é a mesma dada pelos informantes.

M2	F2
M1	F1

- F1 : informante feminino da primeira faixa etária (acima de 55 anos).
- M1: informante masculino da primeira faixa etária (acima de 55 anos).
- F2: informante feminino da segunda faixa etária (de 20 a 45 anos).
- M2: informante masculino da segunda faixa etária (de 20 a 45 anos).

Em cada carta, os dados estão dispostos da esquerda para a direita, informando: **Número:** da carta a que se referem os dados; **Título:** corresponde ao conceito estudado; **Questão:** elaborada para o questionário semântico-lexical do Projeto AliB; **Carta comum:** neste campo, estarão anotados, quando houver, o número da carta referente ao Atlas em que constam cartas comuns. Importa ressaltar que foram consultados apenas os Atlas estaduais já publicados: Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB), Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG), Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB), Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS), além do Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR); **Legenda:** os itens lexicais constantes da legenda estão em ordem de frequência, representados nas cores: verde, para maior frequência e, progressivamente, vermelho, azul, amarelo, rosa, azul-claro e marrom. Os vocábulos não dicionarizados foram grafados entre aspas simples seguidos do termo dicionarizado (quando houver) entre parênteses. As ocorrências únicas foram registradas ao final da carta. Os espaços vazios indicam que a questão não foi formulada, ou que não se obteve resposta, ou que houve ocorrência única.

O REGISTRO

O corpus coletado foi transcrito grafematicamente segundo alguns critérios:

- i) transcrição grafemática da fala do informante com marcações de elementos de linguagem oral, como superposições, ruídos, truncamentos, comentários do inquiridor, pausas, etc.
- ii) a fala do inquiridor foi transcrita de acordo com a norma padrão, dentro das convenções ortográficas, independentemente das realizações efetivamente ocorridas, já que não há interesse em estudar o desempenho lingüístico do inquiridor.

As transcrições integrais das entrevistas realizadas para esse estudo, serão, posteriormente, revisadas e colocadas à disposição, sob forma de banco de dados, aos alunos de graduação e pós-graduação e demais pesquisadores.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise das respostas obtidas foi sistematizada em duas seções: a primeira parte consta da análise⁴ das cartas comuns com o ALPR (AGUILERA, 1994), como no exemplo da carta 14, que faz referência à *estrela matutina*, carta 16, *estrela cadente* e carta 17 *Via Láctea*.. Para esses três conceitos, registraram-se várias formas em ocorrências únicas e a manutenção das formas cartografadas por Aguilera (1994). Na carta 14, cartografou-se *estrela d'alva* e como ocorrências únicas as variantes: *estrela Maria* (M2p2), *estrela grande* (M2p5)⁵, *satélite* (M2p3), *planeta Marte* (M2p3), *cadente* (F2p5), *companheira*

⁴ Subdividido nos campos semânticos estabelecidos pelo instrumento de coleta adotado.

⁵ As notações registradas logo após as ocorrências correspondem aos códigos dos informantes. Desta forma, por exemplo, a notação (M2p5) indica: informante masculino, da segunda faixa-etária, do ponto lingüístico 5 – João Surrá.

da lua (M1p2), *companheira do sol* (F1p3), *estrela da manhã* (F1p5) e *estrela mais brilhante* (F2p1).

Na carta 16 foram cartografadas as variantes *estrela cadente* (16,7%), *cometa* (25%), *satélite* (41,6%) e *mãe-de-ouro* (16,7%), essa última variante foi também cartografada no ALPR. Observou-se que *satélite* é utilizada tanto pelos mais jovens quanto pelos mais idosos. Já *estrela cadente* é utilizada apenas pelos mais jovens e *cometa* pelos mais idosos. *Mãe-de-ouro*, registrada no ALPR, é registrada na fala apenas dos homens e mais produtiva na primeira faixa etária. Também nessa carta houve várias ocorrências únicas: *estrela que está caindo* (M2p5), *bruxa* (F2p2), *astro luminoso* (M1p3), *aparelho* (M1p5), *planeta* (F1p6), *estrela do segredo* (F1p3) e *foguetão* (F2p1).

Para o conceito de *Via Láctea*, na carta 17, observa-se a manutenção da forma *Caminho de São Tiago* coocorrendo com várias outras formas: *São Salomão* (M2p5), *Caminho de Tiago* (M2p3), *Sepultura de Adão e Eva* (F2p5), *Santa Maria* (F1p3), *Via Láctea e Nebulosa* (M1p4), *cruzeiro* (F1p5).

É provável que essas lexias não façam parte do vocabulário ativo dos informantes, por ter havido uma dificuldade, por parte da maioria dos entrevistados, em nomeá-los. O polimorfismo encontrado nessas cartas deixa claro que, na falta de uma denominação própria da linguagem padrão ou científica, aprendida na escola, os falantes buscam na tradição oral outras variantes para nomear os conceitos que estão sendo solicitados.

Torna-se relevante mencionar que nem todos os campos semânticos do questionário tiveram questões contempladas. Foram relacionados os dez campos em que houve questões comuns aos dois estudos.

A segunda parte trata da análise das cartas não coincidentes com o ALPR. Foram pontos de discussão o polimorfismo, a manutenção da fala popular arcaica, o fator diatópico e as marcas regionais.

Como exemplo citamos na carta 31, em que se registram *bolsa* (12,5%), *mala* (12,5%) e *bruaca* (75%). Essa última, utilizada na sua maioria pela 1.^a faixa etária (91,7%). Têm-se também as ocorrências únicas de *capa da cangalha* (M2p5), *bardana* (M2p3), *guaiaca* (F2p4) e *archão* (M1p5). Observa-se a manutenção da lexia *bruaca* no vocabulário ativo dos habitantes. Essa permanência parece estar ligada intimamente com o fato da localidade ser essencialmente rural e os hábitos, no que se refere ao transporte tanto de pessoas e de cargas, pouco mudaram.

Na carta 4, *redemoinho de água*, foi cartografada a variante *forje(a)* (11,1%) nos pontos 2 e 3, todos próximos da Mineradora Plumbum, em que suscita a hipótese de que esse vocábulo seja usado (apenas pela 1.^a faixa etária) devido à influência dos franceses vindos para a mineradora. Segundo a informante (F1p3) “*os francês ficaram tempo, nasceram os fios e criaram..*”

As marcas regionais foram registradas, com maior evidência, nas cartas 46, 59, 82 e 85, as quais trazem variantes utilizadas pelos habitantes da localidade. Todas as cartas do quadro seguinte apresentam formas tipicamente regionais para a designação dos conceitos. A variante padrão, ou comum a outras regiões brasileiras, para essas questões, não foi cartografado, excetuando a carta 82 (*cobra-cega*), e permite inferir o possível desconhecimento por parte dos habitantes da localidade da forma mais comumente empregada pelos falantes da língua portuguesa.

Carta / conceito	Respostas obtidas
C 46 – Libélula	lava-cu / lava-deus / helicóptero
C 59 – Terçol	viúva / entressol
C 82 – Cobra-cega	cobra-cega / mãe-cega
C 85 – Chicote queimado	Pato-choco

As cartas seguintes apresentam a variante do português padrão coocorrendo com as regionais.

Carta / conceito	Respostas obtidas
C 45 – Sanguessuga	sanguessuga / micróbio
C 52 – Tornozelo	Tornozelo / junta / canela
C 94 – Cigarro de palha	Palheiro / cigarro de palha / charuto

A convivência das diversas formas lexicais mostra o caráter renovador da língua, embora segundo Alves (1990, p.11), “*sendo também de caráter social, há uma resistência coletiva a toda inovação lingüística, pois a língua constitui um patrimônio comum a todos os falantes de uma comunidade lingüística*”.

Essa afirmação, segundo a mesma autora, não postula que a língua se mantenha estável; ao contrário, a evolução do léxico se processa por meio de vários recursos (neologia, empréstimos, composição, derivação, etc) levando em consideração os significantes já criados.

No caso específico de Adrianópolis, não se pode afirmar com certeza quais das variantes do quadro acima teriam sido registradas primeiro pela comunidade, uma vez que estas questões não foram contempladas no ALPR, portanto, nesse aspecto, sem parâmetros para a análise dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os resultados registrados nas cartas lexicais, verifica-se que, em Adrianópolis, as mudanças lingüísticas, embora de maneira lenta, vêm

acontecendo devido à necessidade de inovação na linguagem, como é o caso das brincadeiras infantis como na carta 81, designações para esconde-esconde, em que tivemos como ocorrência *mãe-cega*.

Diversos fatores, como afirma Preti (1992), determinam essas mudanças. Podemos citar a influência dos meios de comunicação de massa (rádio e televisão)⁶ e da escola como responsáveis diretos pelas transformações que ocorrem na língua. A pesquisa entrevistou pessoas sem escolaridade, no entanto, não se pode negar uma influência indireta procedente do contato com familiares ou amigos mais jovens que estudam.

Quando ao fator etário, podemos afirmar sua parcela de importância para a alteração do léxico na comunidade estudada. É provável que a maior proximidade da segunda faixa etária (dos jovens) com outras culturas, através da televisão, do rádio ou pessoas (filhos, primos, ou conhecidos) que frequentam a escola tenha desencadeado mudanças lexicais tais como na carta 47, onde os informantes jovens responderam *micróbio*, para sanguessuga e na 31 (designações para bolsa que se coloca no lombo do cavalo ou burro), em que a maioria dos informantes da primeira faixa etária respondeu *bruaca*, e os mais jovens registraram *bolsa*, *mala*, *capa da cangalha* atualizando algumas formas e desprezando outras arcaicas

O fator diasssexual não se revelou determinante no que diz respeito às mudanças no vocabulário ativo dos falantes, embora, quanto ao número de variantes, tenhamos registrado maior produtividade lexical para os homens (51,8%) em detrimento das mulheres (48,2%).

Os dados permitem concluir que, apesar das mudanças lexicais se

⁶ Embora seja do senso comum a influência da mídia sobre a mudança e a variação lingüísticas não foi nosso propósito avaliar em que medida ela foi determinante na fala adrianopolitense.

efetuarem de forma lenta – haja vista que temos em todas as cartas comuns com o ALPR as mesmas lexias coletadas por Aguilera no ano de 1989 e reunidas no Atlas Lingüístico do Paraná (1994), coocorrendo com outras variantes parassinônimas – a faixa etária é um fator determinante para a diversidade do léxico na fala em Adrianópolis. Ao observar as cartas lingüísticas, nota-se que a primeira faixa etária (mais velhos) forneceu um número maior de variantes para os conceitos solicitados (52,5%) enquanto os da segunda faixa registraram menor produtividade (47,5%).

O conservadorismo lingüístico ou a mudança lenta observada no acervo lexical da população adrianopolitense parecem estar ligados à predominância da população idosa. Outro fator determinante é o restrito acesso aos meios de comunicação, como algumas emissoras de televisão e rádio, e a ausência de contato com outros meios de comunicação, como a internet, a televisão a cabo, o teatro, o cinema, entre outros, que contribuem para a renovação e expansão lexicais, acrescenta-se a estes fatores o isolamento imposto pela falta de rodovias impedindo o contato com outras comunidades e deixando essa comunidade à margem das constantes transformações da linguagem.

PUBLICAÇÃO

Após o término do mestrado, feitas as correções anotadas pela banca examinadora, iniciou-se o trabalho de digitalização de todas as cartas, a conferência dos dados e das orientações contidas nos textos introdutórios. *Entre lombas e travessios*, volume que contém os objetivos, os procedimentos metodológicos, as notas explicativas e as 109 cartas lingüísticas, está em fase de editoração e publicação.

BIBLIOGRAFIA

AGUILERA, V. de A. (1994) *Atlas lingüístico do Paraná – ALPR*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.

ALTINO, F. C. (1998) *Aspectos fonéticos e fonológicos da fala adrianopolitense: delineação de um atlas*. Londrina. Monografia (Especialização) Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas. Universidade Estadual de Londrina.

_____. (2001) *Pelos caminhos da Geolingüística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis*. Londrina. Dissertação (Mestrado) Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas. Universidade Estadual de Londrina.

ALVES, I. M. (1990) *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática (série princípios).

COMITÊ NACIONAL DO ALiB. (1999) *Atlas Lingüístico do Brasil. Questionários*. Londrina : EDUEL.

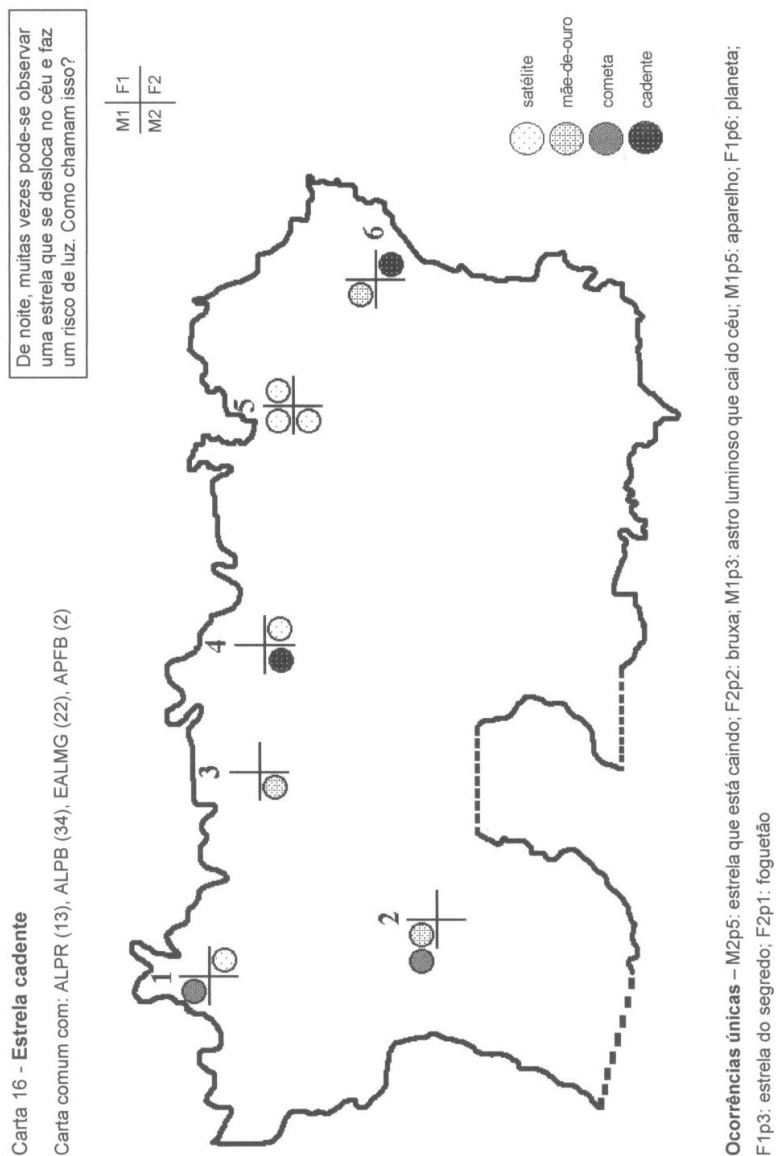
NASCENTES, A. (1958) *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro : MEC/Casa de Rui Barbosa.

PRETI, D. (1992) Transformações sociais e seu reflexo no léxico da linguagem urbana brasileira contemporânea. In: *revista do Instituto de Língua Portuguesa*, 2 semestre. Rio de Janeiro.

SILVA NETO, S. da. (1957) *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. Belém : Conselho Nacional de Pesquisa/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

THUN, H. (1997) *A Dialectologia pluridimensional no Rio da Prata*. Porto Alegre.

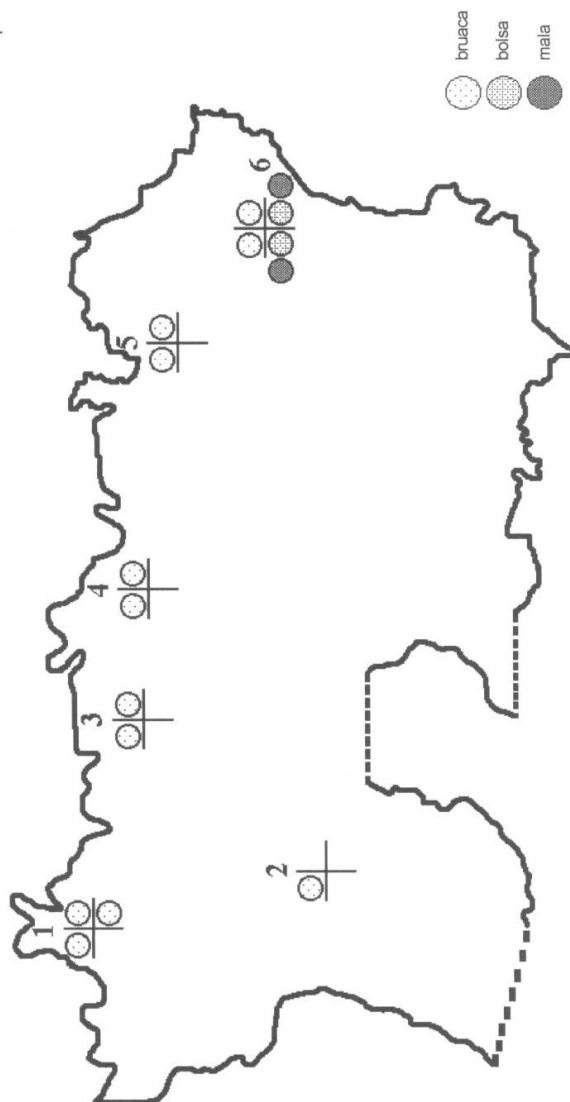
ANEXOS



Carta 31 - Bolsa

E se forem de couro, com tampa?

M1	F1
M2	F2



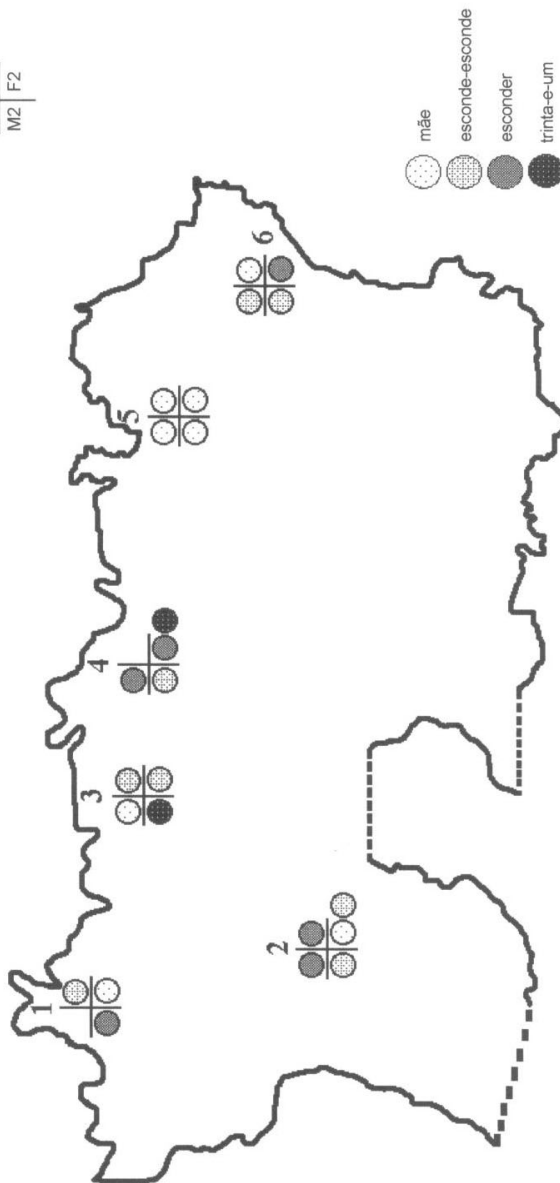
Ocorrências únicas – M2p5: capa da cangalha; M2p3: bardana; F2p4: guaiaca; M1p5: archão

Carta 81 - Esconde-esconde

Carta comum com: ALPR (89)

... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras se escondem em algum lugar, e depois vai procurá-las?

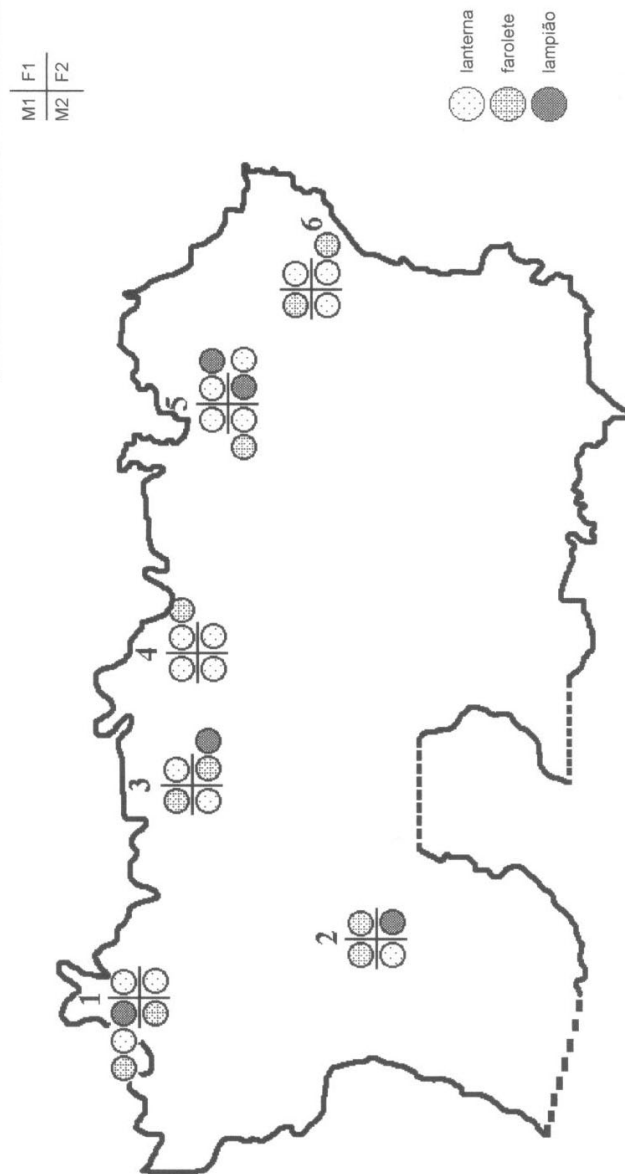
M1	F1
M2	F2



Ocorrências únicas – M1p1: brincar de manha; F1p4: pato-choco

Carta 92 - Lanterna

... aquele objeto que se usa para clarear
no escuro e se leva na mão assim?
(Apontar)



Ocorrências únicas – M2p4: facho de luz; M1p2: facho de taquara; F1p3: gasômetro

<i>Título</i>	<i>A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer</i>
<i>Organizadora</i>	Vanderci de Andrade Aguilera
<i>Capa</i>	Juliana Dornelles Brandão
<i>Projeto Gráfico</i>	Juliana Dornelles Brandão
<i>Produção Gráfica</i>	Maria de Lourdes Monteiro
<i>Formato</i>	19x 22 cm
<i>Tipologia</i>	Times New Roman
<i>Papel</i>	Supremo 250 g/m ² (capa) Off-set 75 g/m ² (miolo)
<i>Número de páginas</i>	512